



PESQUISAR+

A ciência em processo e seus resultados

Vol. IV

UNIFAN
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER



EDITORA
ALFREDO
NASSER

Organização:
PROF. DR. JÚLIO CÉSAR BORGES
PROF. DR. CARLOS ALBERTO VICCHIATTI
PROF. DR. EMÍDIO SILVA FALCÃO BRASILEIRO



CORPO GESTOR

Reitor

Prof. Alcides Ribeiro Filho

Vice-Reitor

Prof. Me. José Carlos Barbosa Soares

Pró-Reitor Acadêmico

Prof. *PhD.* Carlos Alberto Vicchiatti

Pró-Reitor de Relações Institucionais

Prof. Me. Luiz Antonio de Faria

Pró-Reitor de Desenvolvimento

Prof. Msd. Divino Eterno de Paula Gustavo

Pró-Reitor Financeiro

Prof. Esp. Leandro Júlio dos Santos Faria

Pró-Reitor de Controladoria

Me. Marcello Oliveira Ferreira

Pró-Reitor de Apoio Estudantil

Prof. Me. Claudio Everson da Silva e Souza

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 4

© Editora Alfredo Nasser, 2024
© Centro Universitário Alfredo Nasser, 2024

EXPEDIENTE

Editora-chefe

Profa. Dra. Michele Giacomet

Editores-adjuntos

Prof. Esp. Peterson Daniel Vieira
Profa. Dra. Sabrina Fonseca Ingênito Moreira Dantas

Editora-assistente

Profa. Ma. Fernanda Laura Costa

Bibliotecárias

Ana Márcia Santana Lima
Eliana Batista Pires e Silva
Francisca Rodrigues da Silva

Layout e diagramação

Prof. Esp. Peterson Daniel Vieira

Capa

Isabella Souza

Seleção dos trabalhos

Profa. Esp. Marijara de Lima

Foi de total responsabilidade dos (as) autores (as) a revisão textual final e normativa dos trabalhos, antes de serem publicados, inclusive as referências bibliográficas.

PESQUISAR+: a ciência em processo e seus resultados, volume IV. 12º PESQUISAR Congresso Interdisciplinar de Produção Científica [Recurso Eletrônico] / Organização: Prof. Dr. Júlio César Borges, Prof. Dr. Carlos Alberto Vicchiatti, Prof. Dr. Emídio Silva Falcão Brasileiro. - Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN): Editora Alfredo Nasser, 2024. (Vol. 4).

ISBN: 978-65-89165-20-0

E-BOOK. 248 páginas. Inclui Bibliografia.

1. PESQUISAR+. 2. 12º Congresso Interdisciplinar de Produção Científica. 3. Centro Universitário Unifan (UNIFAN). 4. Júlio César Borges. 5. Carlos Alberto Vicchiatti. 6. Emídio Silva Falcão Brasileiro. 7. Pesquisa. I. Título. II. UNIFAN.

CDU: 001.89:378(081.2)(817.3)

ISBN: 978-65-89165-20-0

COMISSÃO ORGANIZADORA DO 12º PESQUISAR

Pós-Dr. Emídio Silva Falcão Brasileiro
Me. Alessandro Moreira Freire
Dr. Fábio Marques de Almeida
Dra. Juliane Aparecida Ribeiro Diniz
Dr. Júlio César Borges
Dr. Kesley Mariano da Silva
Esp. Marijara de Lima
Me. Newton Paulo Monteiro
Ma. Sandra Maria Machado Jorge
Pós-Dr. Vinícius Novais G. de Andrade

COMITÊ CIENTÍFICO

Ma. Alethéia W. D. Ferreira e Pereira	Dr. Gleiton Nunes de Azevedo
Me. Alexandre Castelo Branco Herênio	Me. José Natal de Souza
Me. Alexandre Francisco de Azevedo	Dr. Lizandro Poletto
Esp. Ana Paula R. do Nascimento	Ma. Lorena Torres de Arruda
Esp. Ariana Lucia Alves Carvalho	Me. Marcos Cristiano dos Reis
Me. Bruno Fiuza Franco	Me. Maria do Socorro da Silva Carvalho
Me. Carlos Andrade Faria Filho	Dra. Mariana Carla Mendes
Dr. Carlos Henrique Linares	Dra. Marília Cordeiro de Sousa
Esp. Cleide Neves Guarda	Esp. Murillo Gomes dos Santos
Me. Danilo Moreira dos Santos	Pós-Dr. Nivaldo dos Santos
Me. Dyellber F. de Oliveira Araújo	Esp. Paulo Henrique Carvalho Pinho
Me. Edison P. do Nascimento Junior	Esp. Reginaldo de Souza Lopes
Dra. Fabiana da Silveira Bianchi Perez	Me. Sandra Maria Machado Jorge
Ma. Fernanda Laura Costa	Esp. Thalyta Cruz Ferreira
Me. Fernando Medeiros Bastos	Esp. Wesley Henrique Garcia e Silva
Ma. Francislene Lavôr Batista	Dr. Ziel Ferreira Lopes
Dra. Gabriela Lopes dos Santos	

ALUNOS(AS) MONITORES(AS)

Ailton Borges da Silva Jr. - Medicina
Ayslan Rodrigues de Paiva - Medicina
Daniel Rodrigues Silva Filho - Medicina

PREÂMBULO

O Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan) tem a alegria de apresentar o presente trabalho *Pesquisar Mais: A Ciência em processo e seus resultados Vol. 4*, resultado da produção científica de sua comunidade acadêmica proveniente de Aparecida de Goiânia-GO, do estado de Goiás, dos demais estados brasileiros e estrangeiros.

Há mais de uma década, por intermédio do *Pesquisar – Congresso Interdisciplinar de Produção Científica*, o Unifan tem possibilitado aos pesquisadores nacionais e internacionais a divulgação de seus trabalhos científicos. Além disso, tem contribuído para a produção acadêmica dos seus docentes e discentes em prol do desenvolvimento dos diversos métodos e técnicas de pesquisa.

Esta obra é, portanto, resultado do 12º *Pesquisar*, realizado em 2023 que, como as demais edições, foi considerado um dos maiores eventos científicos do Brasil. Ela apresenta a seleção de produções científicas que atendem quatro linhas de pesquisa do Centro Universitário Alfredo Nasser: I - Educação, Cultura e Comunicação; II – Gestão, Empreendedorismo e Inovação; III - Direito e Cidadania; IV - Saúde, Meio ambiente e Sustentabilidade.

Reiteramos que o(a) leitor(a) desta obra encontrará caminhos para soluções dos problemas que envolvem o ser humano e a sociedade na sua busca do conhecimento. Ao final da leitura desta obra, o(a) leitor(a) perceberá em si a necessidade premente de saber observar, registrar, analisar, comparar e decidir, princípios básicos da pesquisa.

Parabenizamos e agradecemos ao Centro Universitário Alfredo Nasser na pessoa do seu Magnífico Reitor, o Professor Alcides Ribeiro Filho, por mais este empreendimento editorial. Igualmente congratulamo-nos com todos(as) os(as) autores(as), colaboradores(as) e organizadores para a edição dessa produção científica que nos espera, ávida, para que a leiamos e para que nos tornemos seres humanos melhores, especialmente nesse tempo de transição.

A você caro(a) leitor(a), o nosso abraço e consideração!

Professor Pós-Doutor Carlos Alberto Vicchiatti
Pró-Reitor Acadêmico do Centro Universitário Alfredo Nasser

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 18 e 20 de outubro de 2023, o Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan) realizou seu 12º PesquisAR – Congresso Interdisciplinar de Produção Científica, principal evento científico da Instituição. Diferentemente dos anos impactados, de forma direta, pela pandemia (2020 e 2021), nos quais o evento ocorreu em formato totalmente remoto, a edição de 2023 ocorreu de modo híbrido, ou seja, com atividades remotas e presenciais, tal como no ano de 2022. Para as atividades remotas, foi utilizada a plataforma Zoom - com inscrições prévias e gratuitas realizadas no *site* Sympla, que permitiu mensurar o número de inscritos: 9.241.

A presente publicação apresenta algumas das principais contribuições feitas ao Congresso, considerado um dos maiores espaços de divulgação da pesquisa universitária de Goiás. Nascido em 2012, seu objetivo geral é divulgar projetos e resultados de pesquisa de acadêmicos, egressos, docentes e pesquisadores da Unifan e de outras Instituições de Educação Superior (IES). Dentre seus objetivos específicos, destacam-se: integrar ensino, pesquisa e extensão; promover o intercâmbio de saberes entre as várias áreas de conhecimento; estimular a iniciação científica nos acadêmicos da Unifan; desenvolver e aprimorar o conhecimento de métodos e técnicas de pesquisa e reconhecer trabalhos científicos com qualidade socialmente referenciada.

No ano de 2023, o evento foi pensado e estruturado por uma comissão organizadora composta por professores(as) pesquisadores(as) de diferentes cursos do Unifan. Teve o apoio de um comitê científico para a seleção de trabalhos apresentados por acadêmicos(as), além de professores(as) mediadores(as) e de apoio, bem como estudantes monitores de diversos cursos que trabalharam no suporte técnico.

Ressalta-se que o 12º Congresso PesquisAR integrou a 20ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com o projeto (aprovado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) *Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável: Aliança Centro Universitário Alfredo Nasser e Município de Nova Roma – Goiás*. Além dos cursos da IES, foram mobilizados a Prefeitura Municipal de Nova Roma e o Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, situado nessa cidade da região norte de Goiás.

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 4

O evento teve abrangência nacional e internacional. Foram mais de 200 trabalhos inscritos, dos quais 70 trabalhos selecionados e apresentados oralmente e em formato e-pôster, além de mesas-redondas, palestras, rodas de conversa, minicursos e oficinas. O Congresso também contou com a participação de acadêmicos e professores contemplados no edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC). A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), regional Goiás, também integrou a grade de atividades. Ao todo, 1.694 ouvintes presencialmente e 4.136 na modalidade remota.

Sua programação contou com palestrantes de diferentes instituições, que abordaram temas diversificados. As apresentações orais e de e-poster foram organizadas de acordo com as linhas de pesquisas da Instituição: I. Educação, Cultura e Comunicação; II. Gestão, Empreendedorismo e Inovação; III. Direito e Cidadania; IV. Saúde, Meio ambiente e Sustentabilidade. A maioria das atividades ocorreu em salas virtuais no Zoom; outra parte, presencialmente. A conferência de abertura e a mesa redonda de encerramento tiveram transmissão ao vivo pelo YouTube, no canal oficial da Unifan.

Na sua primeira parte, este livro traz textos elaborados por pesquisadores(as) do Centro Universitário Alfredo Nasser e de outras instituições. Esses artigos científicos são uma amostra da programação de palestras, mesas-redondas e minicursos realizados no Congresso. Em seguida, os melhores trabalhos oriundos das apresentações orais e de e-poster, submetidos por acadêmicos(as) da Instituição, vêm organizados nas linhas de pesquisa mencionadas acima.

No conjunto, trata-se de relevante obra de divulgação do conhecimento científico. A todos(as), excelente leitura!

SUMÁRIO

PARTE 1 - TRABALHOS APRESENTADOS POR PESQUISADORES(AS)

ATUAÇÃO DE DISCENTES DO CURSO DE FISIOTERAPIA NA OFICINA DE DISFUNÇÕES SEXUAIS FEMININAS E INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO MOVIMENTO CIENTÍFICO CULTURAL DE APARECIDA: relato de experiência - Fabiana da Silveira Bianchi Perez; Izabella Christina Pereira dos Santos; Yasmin Rocha Silva; Ana Beatriz da Silva Duarte; Carolyn Nunes Cerqueira Andrade	12
POSITIVISMO JURÍDICO INCLUSIVO E EXCLUSIVO - Fernando Turchetto; Ketlyn Mariana Neres dos Santos	19
PSICOLOGIA SOCIAL NA ATUALIDADE: breve histórico desta prática no Brasil - Cleide Neve Guarda	39
VIDA SEM CUIDADO É IGUAL A ABANDONO DA VIDA - Ernani Costa Mendes; Ana Paula Menezes Bragança dos Santos	49
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: como, por quê e para quê?! - Andreia Juliana Rodrigues Caldeira; Vanessa Gisele Pasqualotto Severino; Marijara de Lima	60

PARTE 2 - TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS

LINHA DE PESQUISA: Educação, Cultura e Comunicação

INCLUSÃO ESCOLAR: a importância da afetividade na ambientação do aluno com espectro autista - Sarah Gonçalves Barros; Pollyana Pereira Romeiro de Sousa .	73
A SEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR: prevenção, ações e conscientização - Ludmila Louslene Soares; Gilberto Barbosa Santos	84

LINHA DE PESQUISA: Direito e Cidadania

IGF - IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: aspectos legais - Ana Celuta Fulgêncio Taveira; Rafael de Souza Alves Araújo	91
REGULAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS E A LAVAGEM DE DINHEIRO - Humberto Cesar Machado; Ana Celuta Fulgêncio Taveira; Matheus Helian Silva Matos	96
DIREITO, MEIO AMBIENTE E OS POVOS QUILOMBOLAS - Ana Celuta Fulgêncio Taveira, Vitória Karoliny Barbosa Medeiros, Márcia Batista de Freitas	108

CRÍTICA DA PERSPECTIVA OCIDENTAL À NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CULTURA RELIGIOSA ISLÂMICA, ALIADA A UMA DESCOLONIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - Marcos Cristiano Reis; Ana Celuta Fulgêncio Taveira; Rafael Coutrin Vilard Silva; Vitória Karoliny Barbosa Medeiros	118
O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE E SEUS REFLEXOS NA VIDA DO TRABALHADOR - Ana Celuta Fulgêncio Taveira; Josineuma Dantas de Araújo Ribeiro	129
DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO UM INSTRUMENTO PARA EFETIVAR POLÍTICA AFIRMATIVA - Ana Celuta Fulgêncio Taveira; Lucelma Messias de Jesus	137
LINHA DE PESQUISA: Gestão, Empreendedorismo e Inovação	
O CLIMA ORGANIZACIONAL COMO FATOR MOTIVACIONAL DOS VENDEDORES: um estudo pontual - Humberto César Machado; Wesley Henrique Garcia; Kezianne Barbosa da Silva	145
LINHA DE PESQUISA: Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade	
DOR DA ENDOMETRIOSE: agonistas de GNRH como aliados na qualidade de vida - Marinaldo Soares Leite; Yasmim Albernaz Maia de Godoy; Alice Campos Meneses; Daniel Rodrigues Silva Filho	167
EFEITOS DA MOBILIZAÇÃO ARTICULAR NO TRATAMENTO DE DOR LOMBAR E CERVICAL DURANTE O MOCCA - Gabriela Lopes dos Santos; Aylana Vieira Alves; Morgana Jámilly Santos de Menezes; Gabriela Lopes dos Santos; Paulo Inácio Marques da Cruz; Leila Medeiros Melo	177
TRANSEXUALIDADE E SAÚDE MENTAL NO BRASIL: uma revisão integrativa da literatura - Júlio César Borges; Ayslan Rodrigues de Paiva	186
TIPOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EXISTENTE NO MERCADO E UTILIZADOS NOS LABORATÓRIOS DA SAÚDE UNIFAN - Jakeline Ferreira de Araujo Lobo; Helyandro Manoel Rodrigues; Wilson Henrique Oliveira Silva; Ana Carolina Rozal Pestana; Samuel Henrique Roque Ribeiro	196
ESTUDO DA CONTINUIDADE DOS PACIENTES AO TRATAMENTO DA DOENÇA FALCIFORME NA TRANSIÇÃO PEDIÁTRICO-ADULTO - Marinaldo Soares Leite; Ravenna Resende Novais Souza; Laisa Minely Ferreira Nunes; Daniel Rodrigues Silva Filho	207
DADOS BRUTOS DO POTENCIAL GENOTÓXICO DO TOCILIZUMABE - Aroldo Vieira de Moraes Filho; Lílian Carla Carneiro; Isabela da Rosa Borges; Luiz Guilherme Oliveira Fontoura; Murillo de Sousa Pinto	215

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 4

INTERVENÇÕES PRECOCES PARA O AUTISMO NA INFÂNCIA: ABORDAGENS E IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO - Marinaldo Soares Leite; Isabella Peres da Paz; Alice Campos Meneses; Daniel Rodrigues Silva Filho	223
TÉCNICAS UTILIZADAS NA CONSERVAÇÃO DOS CADÁVERES EXPOSTOS EM AULAS PARA FINS DIDÁTICOS NO CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER - Jakeline Ferreira de Araújo Lôbo; Janaina Carla de Castro	233
BIODADOS	243

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 4

PARTE 1

TRABALHOS APRESENTADOS POR PESQUISADORES(AS)

ISBN: 978-65-89165-20-0

**ATUAÇÃO DE DISCENTES DO CURSO DE FISIOTERAPIA NA OFICINA DE
DISFUNÇÕES SEXUAIS FEMININAS E INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO
MOVIMENTO CIENTÍFICO CULTURAL DE APARECIDA: relato de experiência**

***PERFORMANCE OF PHYSIOTHERAPY COURSE STUDENTS IN THE WORKSHOP
ON FEMALE SEXUAL DYSFUNCTIONS AND URINARY INCONTINENCE IN THE
SCIENTIFIC CULTURAL MOVEMENT OF APARECIDA: experience report***

Fabiana da Silveira Bianchi Perez

Izabella Christina Pereira dos Santos

Yasmim Rocha Silva

Ana Beatriz da Silva Duarte

Caroliny Nunes Cerqueira Andrade

RESUMO: O presente trabalho diz respeito a um estudo de perfil qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência fruto de uma observação participante, na prática, como professora facilitadora da oficina com temática: disfunções sexuais femininas e incontinência urinária. Ela ocorreu durante as aulas de saúde da mulher, no primeiro semestre letivo no Centro Universitário Alfredo Nasser no evento MOCCA (Movimento Científico e Cultural de Aparecida de Goiânia) no ano de 2023. Em conjunto à elaboração, realizou-se um estudo de literaturas dos últimos 15 anos, utilizando os descritores (DeCS): “disfunções pélvicas”, “incontinência urinária”, “disfunções sexuais femininas” e seus respectivos termos MeSH na língua inglesa que dessem embasamento e fornecessem conteúdo para a discussão do tema.

PALAVRAS-CHAVE: fisioterapia; disfunções sexuais femininas; incontinência urinária.

ABSTRACT: *The present work concerns a study with a qualitative, descriptive profile, of the experience report type, resulting from participant observation, in practice, as a teacher facilitating the workshop with the theme: female sexual dysfunctions and urinary incontinence. It took place during women's health classes, in the first academic semester at the Alfredo Nasser University Center at the MOCCA event (Scientific and Cultural Movement of Aparecida de Goiânia) in the year 2023. In conjunction with the preparation, a study of literature from the last 15 years, using the descriptors (DeCS): “pelvic dysfunctions”, “urinary incontinence”, “female sexual dysfunctions” and their respective MeSH terms in the English language that gave basis and provided content for the discussion of the topic.*

KEYWORDS: *physiotherapy; female sexual dysfunctions; urinary incontinence.*

1 INTRODUÇÃO

O assoalho pélvico, grupo muscular que fecha a pelve possui relação direta com as funções urinárias, fecais e sexuais humanas, além disso, cumpre também função obstétrica (Stein *et al.*, 2018).

As disfunções pélvicas comumente relacionadas à fraqueza dos músculos pélvicos, ou ação incoordenada dos mesmos, incluem a incontinência urinária, o prolapso dos órgãos pélvicos (POP), a incontinência anal, as disfunções sexuais e as síndromes dolorosas relacionadas com os órgãos pélvicos, que constituem um importante problema de Saúde Pública (Milson *et al.*, 2009). Ademais, as Disfunções Sexuais Femininas (DSFS) foram identificadas como altamente prevalentes, atingindo em média 67% da população feminina mundial, sendo 30% mulheres brasileiras (Wolpe *et al.*, 2015).

A contração e relaxamento correto dos músculos pélvicos interferem na força e resistência dos mesmos; a consciência desta contração e força sofrem interferência com a obesidade, cirurgias pélvicas, alguns medicamentos, doenças neurológicas e até mesmo psicológicas como abuso sexual (Lara *et al.*, 2008). A falta de consciência corporal e os tabus sociais em relação às patologias pélvicas dificultam as mulheres a procurarem tratamento, assim como a prevenir as disfunções pélvicas. Sendo assim, surgiu a importância da oficina de disfunções sexuais femininas e incontinência urinária no MOCCA (Movimento Científico Cultural de Aparecida de Goiânia) com o intuito de levar conhecimento a um número maior de mulheres a respeito do: conceito e função do assoalho pélvico; orientação sobre a percepção destes músculos, a importância de fortalecê-los, como identificar as disfunções do mesmo com orientação de como tratar caso tenha outro surja alguma destas disfunções. E a necessidade de construir esse relato de experiência. Relato que tem o papel de registrar a importância do tripé da educação superior ensino-pesquisa-extensão; no qual foi utilizado de metodologia ativa para integrar o discente com a sociedade.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho diz respeito a um estudo de perfil qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência fruto de uma observação participante, na prática, como professora facilitadora da oficina com temática: disfunções sexuais femininas e incontinência urinária. Ela ocorreu durante as aulas de saúde da mulher, no primeiro semestre letivo no Centro

Universitário Alfredo Nasser no evento MOCCA (Movimento Científico e Cultural de Aparecida de Goiânia) no ano de 2023. Em conjunto à elaboração, realizou-se um estudo de literaturas dos últimos 15 anos, utilizando os descritores (DeCS): “disfunções pélvicas”, “incontinência urinária”, “disfunções sexuais femininas” e seus respectivos termos MeSH na língua inglesa que dessem embasamento e fornecesse conteúdo para a discussão do tema.

2.1 Etapas da Experiência

A realização da oficina teve como etapas da experiência alguns passos importantes: **1º passo** docente escolher um tema sobre saúde pélvica, de impacto social com os discentes. **2º passo** realizar o levantamento e estudo, político-sócio-econômico de todas as variáveis envolvidas no tema com as devidas estatísticas. **3º passo** decidir as atividades abordadas para uma compreensão lógica e educativa de todo o tema. **4º passo** dividir a sequência das atividades em macro variáveis (divididas em ações); exemplo: **1ª** — atividade aplicação de um questionário para saber se as pessoas têm compreensão do tema; **2ª** — orientar de forma dinâmica e interativa; **3ª** — realizar as técnicas de conhecimento corporal, fortalecimento e alongamento dos músculos pélvicos. No intuito de proporcionar a compreensão da mensagem final que se deseja transmitir ao público. **4ª** — instigar e orientar os discentes a construírem esses mecanismos como questionários, sequências de exercícios, decoração, escolha das músicas para a realização da oficina com efetividade para a comunidade.

Esta tem o intuito de proporcionar a vivência do tema, tanto pelos alunos da oficina, quanto pelo público que a assiste, através dos sentidos táteis, sonoros e visuais, ao passar pela atividade montada para no final ter uma mensagem significativa sobre a temática.

Para ter a certeza se a oficina alcançou o resultado esperado em relação à orientação sobre o períneo feminino, no momento da oficina foram realizadas aplicações de formulário antes e depois da participação da mulher na oficina. Os formulários possuem autorização prévia, com termo de consentimento livre esclarecido, dos pacientes para uso e divulgação dos dados técnicos coletados, sempre respeitando o sigilo de dados pessoais.

2.2 A vivência da oficina no Mocca

A oficina foi criada com o objetivo de compreender a existência do fortalecimento do assoalho pélvico, onde foi criado um grupo com alunos do turno matutino e noturno para apresentar ideias de como seria realizada a oficina. Após, foram escolhidas músicas para o

decorrer da oficina e, com isso, animar o evento e não deixá-lo monótono. Posteriormente, os exercícios que seriam realizados durante o evento, sendo estes: - Percepção do períneo (posição: sentado em cima da mão, realizando a contração e relaxamento do períneo); - Associação de tronco sentado (inclinando a tronco e segurar os pés); - Agachamento em isometria, com objetivo de fortalecer o períneo; - Afundo; - Marcha lateral e anterior.; - Apoio unipodal com tríplex flexão associado com abdução e adução.; - Apoio unipodal (Em dupla); - Extensão de quadril e abdução;- Alongamento: com avanço lateral e - Alongamento: Movimento circular do quadril.

A Sala foi decorada com cartazes explicativos com textos e desenhos, além das explicações durante as apresentações. Para o início do evento foi realizado questionários com várias perguntas nos temas: períneo, disfunção feminina e incontinência urinária.

Esse questionário era realizado com cada pessoa que entrasse na oficina com intuito de saber o que era esperado no início e após a oficina se alcançou as expectativas (esse questionário foi feito no início e no final para cada indivíduo).

A maioria das participantes respondiam ao questionário inicial de forma tímida e receosa com o que poderiam encontrar na sala que tinha como detalhe uma vagina gigante feita de feltro como porta de entrada para a oficina. Porém ao iniciar as atividades de vivência com os exercícios coletivos era notória a mudança na fisionomia e comportamento das mesmas que interagiam, relaxavam e até mesmo conseguiam sorrir com os exercícios realizados com músicas e orientação dos discentes sobre a supervisão docente.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Considerando os aspectos supracitados, após a análise dos dados colhidos por meio do questionário aplicado antes dos exercícios propostos, tornou-se possível verificar que a idade das 152 participantes entrevistadas variou entre 15 e 62 anos, onde 39 dessas afirmaram ter filhos, sendo que 16 têm 1 filho e 23, 2 ou mais.

Quando questionadas acerca do conhecimento relacionado ao assoalho pélvico, 73 mulheres disseram não possuir, enquanto outras 79 relataram conhecer sua composição (Figura 1), e 79 afirmaram não entender a importância dessa estrutura, 9 compreendem parcialmente, enquanto 64 negam ter conhecimento (Figura 2).

Além disso, ao serem perguntadas a respeito dos exercícios utilizados para a musculatura do assoalho pélvico, 69 mulheres disseram conhecer, e outras 83 afirmaram

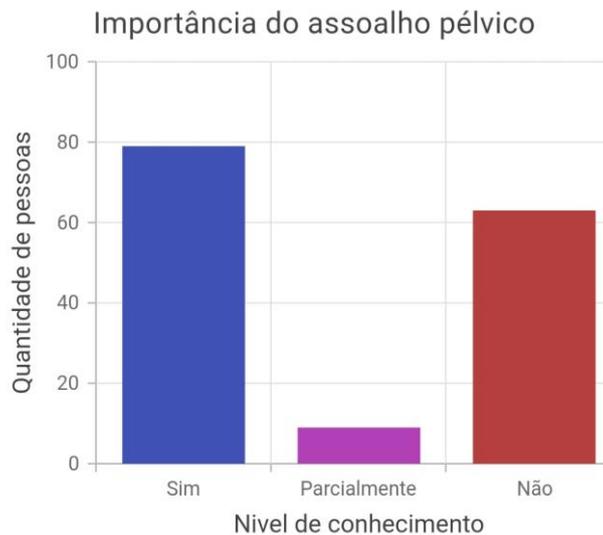
desconhecer. Entretanto, apenas 112 relataram interesse em realizar exercícios para o fortalecimento do mesmo. Quando questionado o motivo pelo qual acreditam ser importante fortalecer essa musculatura, os mais citados foram: evitar perda urinária (60 participantes), melhorar a relação sexual (34 participantes), e 49 delas não souberam relatar (Figura 3).

Figura 1 - Nível de conhecimento das mulheres acerca da estrutura do assoalho pélvico



Fonte: questionário realizado na oficina do MOCCA, 2023.
Dados colhidos pelos acadêmicos do curso de Fisioterapia em 2023.

Figura 2 - Nível de conhecimento das mulheres acerca da importância do assoalho pélvico



Fonte: questionário realizado na oficina do MOCCA, 2023.
Dados colhidos pelos acadêmicos do curso de Fisioterapia em 2023.

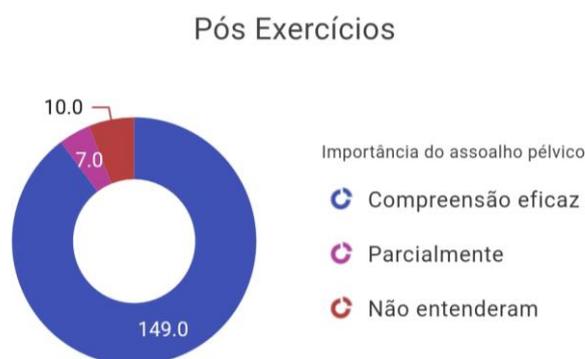
Figura 3 - Nível de interesse das mulheres entrevistadas de realizarem exercícios para o fortalecimento do assoalho pélvico



Fonte: questionário realizado na oficina do MOCCA, 2023.
Dados colhidos pelos acadêmicos do curso de Fisioterapia em 2023.

Por fim, após a realização dos exercícios propostos e de uma palestra relatando e ensinando a importância, além da localidade, e músculos que compõem o assoalho pélvico, foram realizadas as perguntas finais, onde obteve-se 149 participantes com um entendimento eficaz quanto a importância do assoalho pélvico, 10, sem entendimento, e 7 com entendimento parcial (Figura 4). Tornando-se claro, portanto, que a compreensão das funções, importância e relevância do assoalho pélvico entre as mulheres, ainda trata-se de um assunto que precisa continuamente ser abordado a fim de alcançar mudanças significativas.

Figura 4 - Nível de entendimento das mulheres acerca da importância do assoalho pélvico após as intervenções propostas pela oficina



Fonte: questionário realizado na oficina do MOCCA, 2023.
Dados colhidos pelos acadêmicos do curso de Fisioterapia em 2023.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades fisioterapêuticas propostas durante a oficina envolviam o conhecimento e aumento da percepção da musculatura pélvica feminina, exercícios funcionais e momentos de interação social entre os grupos participantes. Desse modo, observou-se a grande relevância na troca de conhecimentos entre o público e os discentes e docente, bem como a melhora da autoestima e o autoconhecimento feminino.

REFERÊNCIAS

- LARA, Lúcia Alves da Silva *et al.* Abordagem das disfunções sexuais femininas. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 30, p. 312-321, 2008.
- MILSON, I.; ALTMAN, D.; LAPITAN, M. C.; NELSON, R.; SILLEN, U.; THOM, D. *et al.* *Epidemiology of urinary (UI) and faecal (FI) incontinence and pelvic organ prolapse*. In: ABRAMS. P.; CARDOZO, L.; KHOURY, S. *et al.* **Incontinence**. Paris, France: European Association of Urology, 2009. p. 35-111.
- STEIN, Sara Regina *et al.* Entendimento da fisioterapia pélvica como opção de tratamento para as disfunções do assoalho pélvico por profissionais de saúde da rede pública. **Revista de ciências médicas**, v. 27, n. 2, p. 65-72, 2018.
- WOLPE, Raquel Eleine *et al.* Atuação da fisioterapia nas disfunções sexuais femininas: uma revisão sistemática. **Acta fisiátrica**, p. 87-92, 2015.

POSITIVISMO JURÍDICO INCLUSIVO E EXCLUSIVO

INCLUSIVE AND EXCLUSIVE LEGAL POSITIVISM

Fernando Turchetto

Ketlyn Mariana Neres dos Santos

RESUMO: Esse trabalho pretende analisar algumas das principais teses do positivismo jurídico contemporâneo, quais sejam: a tese das fontes sociais, a tese da separação, a tese da separabilidade e os potenciais desacordos entre elas. Após essa análise, procura-se responder as seguintes questões: o positivismo jurídico acredita que há um método de realização do direito, por meio da decisão judicial? Há um modelo de decisão judicial positivista, ou melhor, como o juiz decidiria com base no positivismo jurídico?

PALAVRAS-CHAVE: Positivismo jurídico contemporâneo; Tese das fontes sociais; Tese da separabilidade; Tese da separação; decisão judicial.

ABSTRACT: *This work intends to analyze some of the main theses of contemporary legal positivism, namely: the social sources theses, the separation thesis, the separability thesis and the potential disagreements between them. After this analysis, we seek to answer the following question: does legal positivism believe there is a method of realizing the law through judicial decisions? Is there a positivist judicial decision model, or rather, how would the judge decide based on legal positivism?*

KEYWORDS: *Legal positivism; Thesis of social sources; Thesis of separability; Separation thesis; judicial decision.*

1 INTRODUÇÃO

O positivismo é uma temática abrangente e desdobra-se em diferentes ramos das ciências sociais. Enfaticamente na filosofia do direito, o positivismo atinge um alto nível de complexidade com diversas ramificações conceituais e desdobramentos teóricos no pensamento jurídico moderno e contemporâneo¹, de maneira que não há aqui o intento de confrontá-las minuciosamente.

Em que pese à problemática levantada acima, há uma possível conciliação entre os positivistas no direito, congruência que se mostra em duas teses específicas. Sob a ótica do positivista canadense Will Waluchow (2008, p. 1),

O positivismo jurídico moderno vê o direito como uma criação humana; a existência e o conteúdo do direito são, fundamentalmente, questão de fato social. Isso geralmente é chamado de “tese social”. A segunda tese integrante da tradição positivista é a famosa “tese da separação” de John Austin: “a existência do direito é uma coisa, seu mérito ou demérito é outra...” – não há nada na natureza do direito como uma instituição social que garanta seu valor moral².

Nesse sentido, as teorias positivistas do direito comungam de duas teses em comum, quais sejam: a tese social e a tese da separação. “Apesar de um compromisso compartilhado com as teses sociais e de separação, defensores do positivismo jurídico diferem significativamente em sua compreensão³”. Diante das disputas acerca do sentido a se atribuir as teses em comento, Faggion (2022, p. 644) explica: “na verdade, como aqui começam os desacordos, os positivistas nos oferecem não uma, mas várias teses positivas rivais sobre a natureza do direito”.

Portanto, o objetivo desse trabalho é o de inferir acerca dos desacordos resultantes das propostas dos positivistas contemporâneos, para ao final, levantar a seguinte hipótese: [...] “a tese social, bem como a tese da separação, bases da natureza do direito para os positivistas, mesmo que resultem em desacordos, em algum momento buscam oferecer um modelo de decisão judicial, isto é, alguma teoria irá se ocupar no desenvolvimento de um estudo

¹ “[...] ao tentarmos identificar o que é, então, positivismo em filosofia do direito, as coisas ficam bem mais complicadas. Temos que ter em conta os diversos sentidos que a tese positivista adquire em debates diferentes, que se dão em torno de questões distintas. Mas, como um ponto de partida, podemos notar que, em seu núcleo, a tese positivista é, obviamente, sempre uma tese da separabilidade entre moralidade e direito” (Faggion, 2022, p. 643).

² “*Modern legal positivism views law as a human creation; the existence and content of law are, fundamentally, matters of social fact. This is usually termed ‘the social thesis. A second thesis integral to the positivist tradition is John Austin’s famous ‘separation thesis’: ‘the existence of law is one thing, its merit or demerit another...’ – there is nothing in the nature of law as a social institution that guarantees its moral worth.*”

³ “*Despite a shared commitment to the social and separation theses, defenders of legal positivism differ significantly in their understanding of these fundamental tenets*” (Waluchow, 2008, p. 1).

metodológico para refletir sobre como as autoridades devem tomar suas decisões?⁴”. A seguir, o próximo tópico irá analisar a tese social, ou a tese das fontes sociais.

2 A TESE SOCIAL OU DAS FONTES SOCIAIS

De acordo com Waluchow (2008, p. 3), “em forma tradicional, o positivismo jurídico afirma que o direito é essencialmente uma instituição social, cuja existência e o conteúdo são, fundamentalmente, frutos da vontade e do poder humano⁵”. Essa visão de que o direito é criação humana é uma visão positivista e vai em direção contrária à ideia de que o direito decorra de uma lei moral universal, como por exemplo, as leis divinas e os cânones religiosos como também, vai em direção contrária a qualquer ideal moral (procedimental ou material) discernível pela razão humana.

Nos exemplos citados, deverá haver sempre uma conexão necessária entre o direito e a moralidade. Essa é a tese tradicional da teoria do direito natural, onde as leis positivadas decorrem necessariamente de uma lei moral anterior e superior, seja ela divina, seja ela embasada na natureza humana, seja ela filtrável pela racionalidade do ser humano. Decorre da teoria do direito natural que “o direito e a moralidade estão profunda e necessariamente conectados (a ideia de lei injusta, corrompida ou criada por um ato de violência, mas ainda assim válida, é tão incoerente quanto ao de um círculo quadrado)⁶”.

Por outro lado, decorre da teoria positivista de que o direito é fruto da criação humana, pois só existe direito por questão de fato ou fenômeno social. Em suma, “este compromisso básico, compartilhado por todos os proponentes do positivismo jurídico, é geralmente denominado de: “a tese social” (Raz, 1979)⁷”. Com efeito, a tese social não apenas assume que o direito é fruto da vontade humana, mas em decorrência disso, afirma não existirem direitos naturais, tampouco uma lei moral universal que condicione a possibilidade do direito positivo, refutando assim, a teoria tradicional do direito natural.

⁴ “Resta que o debate que importa e ao qual, portanto, deveríamos dedicar nossos esforços é o debate [...] sobre como as autoridades devem tomar suas decisões” (Faggion, 2022, p. 643).

⁵ “*In its traditional form, legal positivism asserts that human law is essentially a social institution the existence and content of which is, fundamentally, a matter not of God’s law but of human will and power*”.

⁶ “*So law and morality are, for proponents of traditional natural law theory, deeply and necessarily connected with one another; and the notion of an evil, but valid, human law is as incoherent as that of a square circle*” (Waluchow, 2008, p. 3).

⁷ “[...] every modern positivist views law as a matter of human creation; its existence and content are, fundamentally, matters of social fact. This basic commitment, shared by all proponents of legal positivism, is usually termed ‘the social thesis’ (Raz, 1979)” (Waluchow, 2008, p. 3).

O teórico do direito John Austin, positivista clássico, sustenta a tese embasado na ideia de que a criação de normas jurídicas só seria possível por quem detenha o poder e a soberania, exercendo-a em forma de comando aos súditos, pois, habitualmente, a maioria dos membros dessa comunidade obedece por medo de alguma sanção, ameaça (ou qualquer outro tipo de violência⁸):

[...] o positivismo jurídico afirma que o direito é essencialmente uma instituição social cujo a existência e o conteúdo são, fundamentalmente, frutos da vontade e do poder humano. Segundo o teórico jurídico inglês John Austin, qualquer lei civil é um comando dado por um soberano. Em breves palavras, o direito é criado por alguém que goza da obediência habitual da maior parte da população e expressa sua própria vontade soberana para que os outros ajam ou desistam de agir de maneira prescritiva, combinando essas expressões de sua própria vontade com ameaça de sanções caso seus desejos não sejam satisfeitos (Waluchow, 2008, p. 3).

Os positivistas contemporâneos irão refutar a interpretação de Austin sobre a tese social, na medida em que ela não coaduna com a realidade atual, tampouco com a ideia de Estado democrático de Direito. A ideia de comando emanado pelo soberano é substituída pela ideia de que o direito se desenvolve por um padrão variável de normas jurídicas (regras) que somente terão validade, se estiverem de acordo com convenções devidamente reconhecidas pela sociedade. O jurista inglês e filósofo do direito, professor Herbert L. A. Hart foi o responsável pela maior crítica ao sentido dado por Austin sobre a tese social, frisa o positivista canadense Wilfrid Waluchow (2008).

Ao afirmar que o verdadeiro teste de validade de uma norma jurídica não reside na vontade de um soberano, mas no reconhecimento de uma regra de reconhecimento com critérios suficientes e capazes de determinar se uma norma jurídica possui validade, Hart explicita que:

Apesar do compromisso compartilhado com as teses sociais e de separação, os defensores do positivismo jurídico diferem significativamente em sua compreensão desses princípios fundamentais. Já observamos a divisão entre Austin e os positivistas modernos sobre a sustentabilidade da teoria do comando como uma explicação adequada da tese social. Desde a crítica devastadora de Hart à Austin, a maioria dos positivistas afirma que o verdadeiro teste de validade de uma norma jurídica não reside na vontade de um soberano, mas em algo como a “regra de

⁸ “*In its traditional form, legal positivism asserts that human law is essentially a social institution the existence and content of which is, fundamentally, a matter not of God’s law but of human will and power. According to the English legal theorist John Austin, any civil law is the command of a human sovereign. Law exists, that is, when someone who alone enjoys the habitual obedience of the bulk of a population has expressed the will that others act or forebear from acting in prescribed ways, and has coupled these expressions of will with the threat of sanctions should their wishes be unfulfilled*” (Waluchow, 2008, p. 3).

reconhecimento” de Hart, uma regra social fundamental cujos critérios determinam as leis válidas dentro de um sistema jurídico particular (Hart, 1961)⁹.

No entendimento do jurista inglês Neil MacCormick (2010), a regra de reconhecimento seria a chave de todo o sistema jurídico. Essa regra tem relação direta na maneira pela qual a autoridade judicial exerce sua função pela tomada de decisão, pois ela é a única capaz de validar um padrão normativo como uma lei por exemplo. Fica entrelaçada entre as autoridades que tomarão as decisões, uma imposição de realizá-las conforme os padrões normativos (leis, súmulas, jurisprudências, entre outros...) validados pela regra de reconhecimento:

A regra de reconhecimento como um *standard* público comum de decisão judicial correta é, em um sentido importante, uma regra convencional, pois não apenas é fundamentada em uma prática comum de juízes e outras autoridades, como também a existência (permanente) da prática “é parte das razões que [as pessoas] têm para aceitá-la” (*Pós-Escrito*, p. 255). É uma regra convencional que se refere aos deveres que recaem sobre os juízes no exercício do papel judicial. Se uma juíza se afastasse da prática de aplicar em suas decisões, regras que satisfizessem os critérios de validade legal contidos na regra de reconhecimento, ela agiria incorretamente – agiria de forma errada, com efeito (Maccormick, 2010, p. 143).

Assim, a regra de reconhecimento substitui a ideia de comando e se preocupa com a prática dos operadores do direito, isto é, procura de alguma maneira, justificar que os critérios judiciais evocados nas tomadas de decisão emanadas por juízes devem estar em conformidade com a regra de reconhecimento, regra responsável por tornar esses critérios válidos e ao fim e ao cabo, manter a tese social no campo do positivismo contemporâneo. Mesmo que a tese social proposta por Austin tenha sido reinterpretada por Hart, manteve-se intacta a ideia de que a natureza do direito é fruto da criação humana.

Portanto, no que tange a natureza do direito e à validade das normas jurídicas, não existe para os positivistas qualquer relação de conexão necessária entre o direito e a moral (como sustentavam os jusnaturalistas). Como consequência da tese social, desdobra-se uma nova tese conhecida como tese de separação, pois o que há de fato é uma relação de separação, ou de separabilidade, entre o direito e a moral para os positivistas contemporâneos e será tratada no capítulo subsequente.

⁹ *Despite a shared commitment to the social and separation theses, defenders of legal positivism differ significantly in their understanding of these fundamental tenets. We have already noted the split between Austin and his positivist descendants on the tenability of the command theory as a proper account of the social thesis. Since H.L.A. Hart's devastating critique of Austin, most positivists assert that the true test* (Waluchow, 2008, p. 4-5).

3 A TESE DA SEPARAÇÃO OU DA SEPARABILIDADE ENTRE O DIREITO E A MORAL

O positivista inclusivo norte americano Jules Coleman¹⁰ (2001. p. 99) aduz que a obra mais importante e influente sobre positivismo jurídico é a do jurista inglês Herbert Hart, intitulada “*O Conceito de Direito*”. A influência foi tanta que variados debates surgiram entre Hart e os críticos do positivismo jurídico, mas também entre Hart e os próprios positivistas (acerca de qual seria a melhor ou a mais adequada interpretação sobre o conceito de Direito). O autor salienta que: “o debate mais importante tem sido entre o chamado positivismo inclusivo e exclusivo: um debate tanto sobre o legado de Hart quanto sobre a interpretação mais adequada do positivismo jurídico”¹¹.

Além da tese social proposta por Hart estar entre as mais aceitas pelos positivistas contemporâneos, a tese positivista da separação irá elucidar a afirmação do jurista Jules Coleman no parágrafo acima, pois o debate que o jurista suscita como o mais importante entre (positivismo inclusivo e exclusivo), tem vinculação direta com as teses da separação forte e da separação fraca.

Os tópicos subseqüentes procuram analisar as teses em comento, bem como a diferença entre elas no campo da teoria do direito positivo para que, ao final do trabalho, seja possível identificar se alguma delas oferece um modelo metodológico no campo prático do direito, bem como se essas diferenças teóricas possam fazer alguma diferença no campo da decisão judicial.

3.1 A tese da separabilidade ou da separação fraca

A tese da separação “fraca” ou tese da “separabilidade” defende que as condições de validade de uma norma jurídica não precisam necessariamente atender, ou sempre satisfazer questões de ordem moral. Mesmo que isso possa acontecer em alguma ocasião ou possa em algum momento servir de critério, “em suma, trata-se da negação de uma conexão necessária em específico entre direito e moralidade: as condições de validade jurídica de uma norma não

¹⁰ “O professor norte-americano Jules Coleman, que trabalhou como professor de Teoria do Direito e de Filosofia na Faculdade de Direito de Yale até aposentar-se em 2012, é geralmente referido como o primeiro teórico do Direito, entre os engajados em defender Hart contra Dworkin, a articular explicitamente a posição do Positivismo jurídico inclusivo (que ele chamava de Positivismo negativo) quando publicou o artigo *Negative and positive positivism* ainda em 1982, dez anos antes, portanto, de o póstumo Pós-escrito de Hart sustentar a mesma posição” (Coelho, 2022, p. 697).

¹¹ “*The most important debate has been between so called inclusive and exclusive positivism: a debate as much about Hart’s legacy as about the proper interpretation of legal positivism*” (Coleman, 2001, p. 99).

precisam necessariamente incluir a satisfação de requerimentos morais” (Faggion, 2022, p. 644).

Os positivistas que defendem essa tese denominam-se de includentes ou inclusivos, de modo que não negam que questões morais possam servir como critério de validade de uma norma jurídica, porém, a incorporação de critérios ou padrões morais não precisa de ocorrer sempre, ou de maneira necessária. “É conceitualmente possível, mas de forma alguma é necessário, que a validade de uma norma jurídica seja de alguma forma determinada em função de sua consistência com princípios ou valores morais¹²”. Faggion (2022, p. 644) salienta: “na verdade, ‘positivismo inclusivo’ é a terminologia preferida por W. J. Waluchow (1994), como diz o título de seu livro. Coleman (1998) prefere ‘incorporacionismo’”.

Inobstante, ambos os termos sustentam a tese da separabilidade e defendem que há uma relação de separação “fraca” entre o direito e a moral, na medida em que poderá ocorrer, em alguma determinada ocasião, a possibilidade de uma norma jurídica determinar-se por princípios ou valores morais, porém, não de maneira necessária:

O que torna o positivismo inclusivo uma tese positiva, porém, é a constante que ele oferece: em todos os sistemas jurídicos possíveis, sejam lá quais forem os critérios de validade jurídica adotados, eles serão definidos pelo que é aceito pelos funcionários do sistema (COLEMAN, 1982, 148), ou seja, os critérios de validade jurídica são sempre determinados pelas práticas sociais dos agentes relevantes. Por isso mesmo, ainda se trata de um tipo de positivismo: o direito (e não apenas o conceito de direito) é uma criação humana, ainda que seja uma criação que o ser humano, contingentemente, pode decidir submeter a condições morais. As fontes sociais ainda prevalecem, porque, como diz Green (2019, on-line), para esses positivistas, as fontes de direito é que tornam seus méritos relevantes (Faggion, 2022, p. 644-645).

Percebe-se da citação acima que a tese da separabilidade é fraca porque não exige nem conexão, nem uma separação necessária e obrigatória entre o direito e moral, pois os critérios de validade de uma norma jurídica serão sempre determinados pela regra de reconhecimento. Com base nos ensinamentos de Hart, Waluchow oferece dois exemplos para tentar elucidar que a regra de reconhecimento é flexível e se amolda ao contexto, por mais contingente que esse possa ser:

Hart deixou claro que a regra de reconhecimento pode ser tão austera como "tudo o que a rainha no parlamento promulga é direito", uma regra que separa a legalidade de todas e quaisquer condições morais. Mas ele também foi igualmente claro ao afirmar que "em alguns sistemas (jurídicos), como nos Estados Unidos, os critérios finais de validade incorporam explicitamente princípios de justiça ou valores morais

¹² “It is conceptually possible, but in no way necessary, that the legal validity of a norm is in some way a function of its consistency with moral principles or values” (Waluchow, 2008, p. 5).

substantivos”. Tais critérios constituem uma regra de reconhecimento no qual as propriedades separáveis de legalidade e moralidade se reúnem, sendo uma condição da outra¹³.

A separabilidade é moderada, ou flexível, variando conforme o sistema jurídico e o contexto social de um determinado Estado porque o que a determinará, no final das contas, será a prática social dos agentes e operadores praticantes do direito, pois é isso que tem relevo, isso que de fato importa para a regra de reconhecimento.

Portanto, a tese da separabilidade para os incorporacionistas ou para os positivistas inclusivos é tida como suficiente e capaz de sustentar todos os compromissos teóricos positivistas, inclusive seria um desdobramento da tese social, ou das fontes sociais, pois não apenas o conceito de direito, mas o próprio direito é uma construção humana, mesmo que essa construção possa se reconhecer, em um determinado contexto, condições morais. Analisa-se a tese da separação forte no tópico subsequente.

3.2 A tese da separação forte

Os teóricos que defendem a tese da separação forte sustentam que uma norma moral não poderá determinar a validade das normas jurídicas em nenhuma hipótese, tampouco poderá ser capaz de conceituar o direito, pois segundo essa tese: “um argumento moral nunca pode ser usado para determinar o que é o direito, mas apenas o que ele deveria ser¹⁴”. Ao excluir questões morais para o reconhecimento do que é direito, ficam conhecidos como positivistas excludentes ou exclusivos e defendem que os critérios que reconhecem a validade das normas jurídicas jamais são determinados por normas morais. Se há uma separação necessária entre o direito e a moralidade no que tange a natureza do direito, a tese da separação forte vai em direção contrária ao direito natural, mas também ao positivismo inclusivo.

¹³ “Hart was clear that the rule of recognition can be as austere as ‘Whatever the Queen in Parliament enacts is law’, a rule which separates legality from any and all moral conditions. But he was equally clear that ‘[i]n some systems [of law], as in the United States, the ultimate criteria of legal validity explicitly incorporate principles of justice or substantive moral values’ (Hart [1961] 1994: 204). Such criteria form a rule of recognition in which the separable properties of legality and morality are brought together, the one being a condition of the other”. (Waluchow, 2008, p. 6).

¹⁴ “According to proposition A, which we might call the strong separation thesis, legality and morality are necessarily separate from one another; moral argument can never be used to determine what the law is, but only what it ought to be”. (Waluchow, 2008, p. 5-6).

Em defesa dessa tese, o jurista israelense Joseph Raz¹⁵ desenvolveu o que ficou conhecido como o “argumento de autoridade”. Na opinião de Wilfrid Waluchow: “o mais poderoso e influente é o argumento de Joseph Raz de que a tese da separabilidade (separação fraca) mina a capacidade da norma de servir como autoridade prática juridicamente válida¹⁶”. Coleman também relata que o argumento da autoridade está entre as contribuições mais significativas de Joseph Raz para a teoria do direito¹⁷”.

Para a compreensão desse argumento, o leitor deve se considerar imbuído na seguinte situação. Em momentos cotidianos, onde é necessário tomar uma decisão racional em uma situação que não gere dúvidas sobre como agir, então há uma alta probabilidade de a decisão ter sido tomada por motivos de prudência ou de moralidade. Razões de moralidade ou de prudência serão consideradas como “razões de primeira ordem”. Em breves palavras, quando se toma uma decisão com base em razões de primeira ordem, sopesamos os motivos e as razões prudenciais ou morais em busca de uma razão correta, ou de uma razão que indique a decisão correta a se tomar:

Considere o seguinte. Cada um de nós se depara constantemente com a pergunta: O que devo fazer? Ao responder a essa pergunta, frequentemente apelamos por razões para fazer uma coisa ao invés de outra. Normalmente, essas razões são prudenciais ou morais. Chamemos esses motivos de “razões de primeira ordem”. Em muitas situações, nós sopesamos os motivos de primeira ordem aplicáveis uns contra os outros e decidimos com base no equilíbrio dos motivos. Ao tomar essa decisão, consideramos que estamos agindo de acordo com a razão correta¹⁸.

No entanto, nem sempre é possível tomar decisões de ordem moral ou prudencial sem gerar dúvidas ou incertezas sobre como agir, ou sem gerar algum impasse ou medo de não estar agindo conforme “uma razão correta”. Nesses casos de impasse onde seria preferível

¹⁵ “Uma das principais formulações desta última posição – o positivismo exclusivo, que insiste na separação estrita entre Direito e moral e nega a tese da incorporação – se encontra na obra do filósofo moral, político e do Direito israelense, radicado nos Estados Unidos, Joseph Raz, falecido neste ano de 2022. O argumento que ele defende, calcado numa teoria original da autoridade como geradora de razões excludentes, está presente, sob várias reformulações que jamais mudam o núcleo do argumento, em *Practical Reason and Norms* (1975), *The Authority of Law* (1979), *The Morality of Freedom* (1986) e *Ethics in the Public Domain* (1994), para não mencionar uma multidão de artigos dedicados direta ou indiretamente ao mesmo tema, esclarecendo ou reformando os conceitos e as teses principais” (Coelho, 2022, p. 689).

¹⁶ “The most powerful and influential is Joseph Raz’s argument that the separability thesis undermines the law’s capacity to serve as a practical authority” (Waluchow, 2008, p. 7).

¹⁷ “Among Joseph Raz most significant contributions to legal theory is his account of authority” (Coleman, 2001, p. 121).

¹⁸ “Consider the following. Each of us is constantly faced with the question: What should I do? In answering this question, we often appeal to reasons for doing one thing rather than another. Typically, these reasons are either prudential or moral. Let us call these ‘first-order reasons’. In many situations, we weigh the applicable first-order reasons against each other and decide on the basis of the balance of reasons. In so deciding we view ourselves as acting in accordance with right reason” (Waluchow, 2008, p. 8).

ouvir uma opinião técnica ou profissional antes de agir, considera-se a necessidade de uma “razão de segunda ordem”.

Com efeito, a segunda ordem releva o argumento de autoridade do positivista exclusivo Joseph Raz justamente porquanto, na insuficiência das razões de primeira ordem, direciona a “razão correta” na ação e na decisão, ou seja, instrui o agente a decisão correta. Waluchow exemplifica que “o motivo de segunda ordem relevante é uma diretiva emitida por uma autoridade, digamos, um conselheiro financeiro, se estivermos tomando decisões de investimento, ou um padre, se estivermos tentando responder a uma difícil questão moral¹⁹”.

Desse modo, em casos onde as razões de primeira ordem não são capazes de direcionar uma determinada pessoa a decidir corretamente, elas ficam suspensas por um momento, até que as razões de segunda ordem as substituam e conseqüentemente excluam a primeira ordem como melhor critério. Seria mesmo a justificativa da existência e do papel de uma autoridade para Raz, pois buscará desenvolver maneiras e procedimentos racionais diversos de segunda ordem na busca de um possível equilíbrio e adequação das razões de primeira ordem em uma determinada sociedade.

Em breves palavras, “a autoridade fornece uma espécie de ‘razão de exclusão’ de segunda ordem - uma razão que exclui e substitui as razões de primeira ordem relevantes²⁰” (Waluchow, 2008. p. 8). O professor André Coelho (2022, p. 689) elucida que, no campo do Direito, esse movimento de suspensão e posterior exclusão das razões de primeira ordem pelo argumento da autoridade das razões de segunda ordem intitula-se como “tese da preempção” para Raz, pois:

A autoridade implica uma preempção de razões, uma substituição das razões de agir do sujeito por aquelas dadas pelo Direito (esta é a sua tese da preempção), além de que o exercício de autoridade só é legítimo se deixar o sujeito em melhor em melhor condição para atender às razões que se aplicam a ele seguindo as ordens da autoridade do que estaria se decidisse por si mesmo (esta é a sua tese da justificação normal).

Com efeito, se as normas jurídicas válidas devem ser consideradas como razões de segunda ordem não apenas porque são emanadas por um argumento de autoridade, mas porque oferecem as melhores razões e condições para decidir corretamente (conforme o

¹⁹ “Often the relevant second-order reason will be a directive issued by an authority, say a financial counsellor if we are making investment decisions, or a priest if we are attempting to answer a difficult moral question” (Waluchow, 2008, p. 8).

²⁰ “Authority provides a kind of second-order ‘exclusionary reason’ – a reason which excludes, and replaces, the relevant first-order reasons. In Raz’s view, it is the normal role of an authority to provide this ‘service’ – to issue such second-order reasons reflecting the proper balance of first-order reasons” (Waluchow, 2008, p. 8).

direito), então as razões de primeira ordem deverão ser excluídas e substituídas, dando lugar às razões de segunda ordem. Assim, razões de primeira ordem não servem como critério de validação do direito, isto porque “um estatuto, como uma diretiva oficial de segunda ordem, visa substituir quaisquer razões de prudência e moralidade que se apliquem a nós nas situações sobre as quais o direito governa²¹”.

Portanto, a tese da separação forte sustenta que as razões de primeira ordem não servem como critério de validação das normas jurídicas, pois do contrário, o Direito não seria capaz de realizar uma diferença prática na vida das pessoas em sociedade. Essa é a maior crítica ao positivismo inclusivo, na medida em que esses supostamente defenderiam a “primeira ordem de razões” como parâmetro possível (mesmo que não necessário) de validação do direito:

A tese da preempção, por sua vez, fornece uma das vias de conclusão contra a tese da incorporação. Uma norma jurídica informada por critérios morais seria uma razão de segunda ordem que, ao reivindicar autoridade, pretenderia atuar como razão excludente, cancelando e substituindo as razões de primeira ordem contrárias à sua determinação. Ela é que deveria modificar as razões do agente, agindo sobre razões de primeira ordem preexistentes. As razões de primeira ordem se mantêm ou se cancelam dependendo do que diga a razão de segunda ordem excludente. São as razões de primeira ordem, portanto, que dependem, para continuação de sua relevância, do conteúdo da razão de segunda ordem (Coelho, 2022, p. 693).

No pensamento de Jules Coleman, a visão de Joseph Raz sobre o argumento da autoridade, bem como sobre as razões de segunda ordem, são decorrentes de uma tese geral conhecida como “tese da diferença prática²²” que será analisada com maiores detalhes no próximo tópico.

3.2.1 A tese da diferença prática

Razões de primeira ordem são eivadas de moralidade ou prudência. Razões de segunda ordem são razões técnicas que visam substituir e excluir as razões de primeira ordem. Grosso modo, essa seria a ideia de Raz quando o campo de discussão gira em torno do conceito de direito. Isto porque, ao menos em princípio, o direito precisa fazer uma diferença prática na vida das pessoas. A tese da diferença prática “implica que, onde quer haja Direito,

²¹ “A statute, as a second-order, authoritative directive is meant to replace whatever reasons of prudence and morality apply to us in the situations over which the statute governs” (Waluchow, 2008, p. 9).

²² “Raz view about the law and authority is na instance of the more general Practical Difference Thesis (PDT). The basic claim of the PDT is that law must in principle be capable of making a practical difference. It must be capable of affecting deliberation and action” (Coleman, 2001, p. 121).

as normas que o constituem, devem, em princípio, serem capazes de fazer uma diferença prática. Caso contrário, essas regras, no sentido relevante, não podem ser jurídicas²³”.

As normas de direito se diferenciam das razões de primeira ordem porque realizam tanto uma diferença epistêmica (fornecimento de informações conceituais que substituem e excluem razões de primeira ordem), quanto uma diferença motivacional (fornecimento de razões suficientes para a ação, ou tomada de decisão com base em uma “razão correta”)²⁴. Assim, o positivismo inclusivo seria inconsistente com a tese da diferença prática, pois essa sustenta que o direito deve realizar uma diferença prática, seja estrutural, seja material, quando em momentos de deliberação ou de ação, como a decisão judicial.

Segundo Waluchow, o positivista exclusivo Scott Shapiro argumenta que as razões de primeira ordem não conseguem fornecer orientações epistêmicas nem motivacionais, seja ao juiz, seja ao sujeito comum. Por isso é que as razões de primeira ordem não conseguem fazer uma diferença prática ao operador do Direito:

Considere uma regra de reconhecimento que cita a conformidade com algum princípio moral como condição da validade de uma regra jurídica. Shapiro argumenta que não podemos ser guiados pela última regra da maneira pela qual as diretrizes oficiais deveriam nos guiar. Devido ao fato de que devemos consultar os princípios morais, ou seja, as razões de primeira ordem que a regra deveria substituir, a regra não consegue nos guiar. A regra não consegue fornecer orientação motivacional nem epistêmica e não pode, portanto, fazer uma diferença prática (Shapiro 1998a, 1998b). Isso é verdade, argumenta Shapiro, se a conformidade com o princípio moral for uma condição necessária ou suficiente para a validade jurídica²⁵.

Portanto, o positivismo exclusivo tem como pilares teóricos as teses das fontes sociais e a tese da separação forte entre o direito e a moralidade. Esse posicionamento teórico é contrário não apenas ao jusnaturalismo (que defende uma tese de conexão necessária entre o direito e moralidade), mas também ao positivismo inclusivo, sobretudo com base no argumento da autoridade, decorrente de uma tese mais geral intitulada tese da diferença prática.

²³ “The PDT implies that, wherever that is law, the standards that constitute the law, must in principle be capable of making a practical difference. Otherwise those rules cannot be law in the relevant sense” (Coleman, 2001, p. 122).

²⁴ “The pdt allows that law might make a practical difference either epistemically (i.e. by providing information) or motivationally (i.e. by providing reasons)” (Coleman, 2001, p. 122).

²⁵ “Consider a rule of recognition which cites conformity with some moral principle as a condition of the validity of a legal rule. We cannot, Shapiro argues, be guided by the latter rule in the way in which authoritative directives are supposed to guide us. Owing to the fact that we must consult moral principles, i.e., the first-order reasons the rule was meant to replace, the rule cannot guide us. It can provide neither motivational nor epistemic guidance and cannot, therefore, make a practical difference (Shapiro 1998a, 1998b). This is true, Shapiro argues, whether conformity with moral principle is taken to be a necessary or a sufficient condition for legal validity” (Waluchow, 2008, p. 10).

Em que pese o debate ainda estar aberto entre positivistas inclusivos e exclusivos, as teses analisadas permanecem multifacetadas e sofisticam seus argumentos no campo teórico do Direito, de maneira que ainda não há um ponto final, tampouco uma maioria unânime entre essas correntes do positivismo jurídico contemporâneo. De todo modo, as teses analisadas permitiram um maior entendimento teórico sobre o estudo do direito positivo conceitual e as principais teses em que se fundam.

Ao final, uma inferência no modo como as autoridades judiciais devem tomar suas decisões, ou melhor, na análise do modo pelo qual uma teoria positivista (inclusiva ou exclusiva) enxerga o modelo de tomada de decisões a serem adotadas pelas autoridades que aplicam o que nos é dado como direito será a pretensão do último capítulo, a seguir.

4 O POSITIVISMO DESCRITIVO OFERECE UM MODELO DE DECISÃO JUDICIAL?

Nos tópicos anteriores, foi possível notar que o positivismo contemporâneo pode se desdobrar em diversas vertentes. Dentre essas, as principais teses do positivismo descritivo acerca da natureza do direito. Em virtude dessas diferenças, bem como de outras teorias positivistas que não foram consideradas, resta tentar responder se é relevante ou não a escolha de uma dessas teses para melhor compreensão das razões que justificam uma decisão judicial.

Um juiz não estaria autorizado a tomar suas decisões legislando, isto é, emanando sua autoridade como se fosse um legislador que cria normas, pois questões morais e políticas (de primeira ordem) não são jurídicas (razões de segunda ordem). Mas e na ausência de razões de segunda ordem? Andrea Faggion (2022, p. 660) procura responder essa questão por meio do trabalho de Joseph Raz (1972, p. 850):

O positivismo exclusivo precisa negar a retórica judicial segundo a qual o juiz não está legislando ao tomar suas decisões, mas apenas procurando interpretar o direito como ele existe. Raz (1972, p. 850) argumenta que o teórico deve negar a retórica judicial, porque, se levarmos essa retórica ao pé da letra, apenas aceitaremos dois mitos. O primeiro mito é que haveria uma moralidade comum na sociedade a qual o juiz poderia apelar para decidir casos como sendo a moralidade do direito, e não dele próprio. O segundo é que valores morais gerais e abstratos como aqueles utilizados por juízes em hard cases seriam capazes de ditar respostas específicas para casos concretos. A conclusão de Raz é que: muito frequentemente, as cortes tendem a alegar que uma política específica é implicada pela crença em algum valor geral, evitando assim uma justificação concreta de sua decisão, mantendo a retórica dos fins comuns, dos valores da comunidade e endossando posições partidárias sem admitir. Alguns juízes podem ser eles mesmos cativos dos mitos que eles ajudam a perpetuar (tradução nossa).

Conforme a citação acima, Raz pretende evitar que o juiz tome decisões com base em razões de primeira ordem, assim como a tese da diferença prática exige, no entanto, na ausência de razões de segunda ordem, o juiz terá de optar por razões de primeira ordem. Desse modo, seria possível evitar decisões emanadas por autoridades do poder judiciário que justifiquem suas decisões retoricamente, muitas vezes com base em finalidades sociais específicas (programas políticos, por exemplo), bem como valores comunitários gerais sem que admitam uma conseqüente posição política partidária? A resposta está na afirmação de que os positivistas exclusivos simplesmente não formulam teses sobre como os juízes devem decidir na ausência de razões de segunda ordem:

Claro que positivistas exclusivos não negam que juízes decidam casos usando argumentos avaliativos em sistemas jurídicos genuínos. Ocorre que o positivismo descritivo conceitual não formula teses sobre como juízes decidem ou devem decidir casos. Suas teses são teses sobre o que conta como direito positivo, sendo que advogados e juízes não se restringem a lidar com a lei como o positivista a entende (Schauer, 1996, 54-55, n. 37; Green, 2019, on-line) (Faggion, 2022, p. 645).

Trata-se mais dos requisitos e mecanismos que justificam o reconhecimento da autoridade do direito do que uma formulação de um método para a decisão judicial, pois “Raz deixa claro, [...] a discussão sobre os requisitos do Positivismo jurídico precisa converter-se numa discussão sobre os requisitos para a reivindicação da autoridade” (Coelho, 2022, p. 699). De todo modo, “a força do argumento de Raz mostra que o positivismo exclusivo não é necessariamente refutado por um contraexemplo de prática jurídica, como muitos pensam ser o caso” (Faggion, 2022, p. 661). A metodologia é puramente descritiva, seja por não haver uma avaliação moral acerca da existência do direito (não há um questionamento se o direito na sociedade é uma coisa boa ou má), seja por refutar à adoção de razões morais (de primeira ordem) em sua teoria, mesmo na ausência ou na colisão de razões de segunda ordem:

Por metodologia puramente descritiva, eu entendo aqui, primeiro, uma metodologia descritiva, segundo a qual a natureza do direito é explicada sem que o teórico avalie se é moralmente bom ou ruim que exista direito e sem que ele procure justificar moralmente a existência do direito, e, segundo, uma metodologia que tampouco defende a adoção de teses descritivas sobre a natureza do direito por razões morais (Faggion, 2022, p. 654).

Portanto, o positivismo descritivo não traça nenhum modelo de decisão judicial, sobretudo porque não é essa sua intenção. A referência não está no modo como os juízes deveriam decidir, mas, sobretudo, “à orientação da conduta e ao papel da autoridade, mais do que à busca de certeza” (Coelho, 2022, p. 700).

Mas e em relação ao positivismo inclusivo, há alguma preocupação no modo como os juízes deveriam tomar suas decisões? No tópico 3, foi possível perceber que a tese da separabilidade, ou da separação fraca entre o direito e moralidade, em alguns casos, pode contingencialmente incorporar critérios morais para validação de uma norma jurídica. Nesses casos específicos, como seriam examinados os critérios morais e jurídicos pelo juiz? A seguir, examina-se essa questão.

4.1 Positivismo inclusivo e decisão judicial

O positivismo inclusivo rejeita tanto a ideia de conexão necessária, quanto à ideia de separação necessária, mas defende a ideia de que, o que existe de fato é uma relação de conexão contingencial entre o direito e a moralidade²⁶. Nesse sentido, permite, em alguns casos, a incorporação de critérios ou razões morais para validação de uma norma jurídica. Quando essa contingência acontece, a questão que fica é: como isso se dá? Como essa incorporação de questões morais é realizada no momento onde o juiz precisa dar uma sentença, ou como ele irá justificar a incorporação desses critérios não jurídicos?

Guimarães (2021, p. 6) explana que “uma vez que valores morais façam parte das estruturas que determinam o que conta e o que não conta como parte do Direito, a aplicação de uma regra deixa de ser algo dependente apenas da adequação dos fatos ao seu conteúdo”. Além dos fatos, a consequência de critérios morais incorporados pela regra de reconhecimento faz com que todas as normas do sistema jurídico sejam consonantes com os valores morais enraizados, sob pena de ter sua aplicação afastada (ou declarada inconstitucional), mesmo adequando-se procedimentalmente a um caso concreto:

Ao lidar com a questão de como funcionaria a decisão judicial a partir dessa perspectiva, Waluchow (2006, p. 223 - 224) estabelece que ela precisa estar em consonância com a moralidade constitucional daquela sociedade, isto é, com os valores morais abraçados pela comunidade enraizados no Direito Constitucional. Com isso, ele propõe uma distinção entre opinião moral e compromisso moral. Opinião moral é todo tipo de posicionamento sobre o mérito moral de uma questão. As opiniões morais variam fortemente de pessoa para pessoa, sobretudo em sociedades altamente plurais como as contemporâneas. Compromissos morais, por sua vez, são aqueles tão caros que dificilmente a comunidade estaria disposta a abrir mão (Guimarães, 2021, p. 9).

²⁶ “A proposta de Waluchow pretende se colocar como um meio termo em relação às duas outras principais propostas no que se refere à relação entre Direito e moral. De um lado, rejeita-se, como pretende Dworkin, que o Direito só possa ser concebido como algo que se compreende a partir dos princípios morais que o fundamentam. Do outro, rejeita-se, como pretende Raz, a impossibilidade de que um sistema jurídico jamais recorra a um critério de caráter moral para determinar qual o Direito válido” (Guimarães, 2021, p. 3).

A ideia de que todas as normas jurídicas têm um compromisso moral com os valores assumidos pela sociedade, proposta por Waluchow²⁷, fora intitulada de teoria da árvore viva²⁸. Essa ideia afasta de pronto a moralidade subjetiva do juiz, na medida em que diferencia “compromisso moral” de “opinião moral”. Em suma, o operador do direito não interpreta com base em suas opiniões morais, mas com base nos compromissos morais assumidos pela sociedade por meio do direito constitucional. A intuição fundamental é de que as: “constituições não deveriam ser vistas como listas de cláusulas prontas e acabadas a serem cumpridas, mas sim como uma coleção de conceitos e de valores que se transformam e se modificam à medida que a sociedade também muda (Waluchow, 2006, p. 204)” (Guimarães, 2021, p. 5).

Com efeito, constata-se que a teoria da árvore viva proposta por Waluchow se diferencia metodologicamente com o positivismo inclusivo²⁹. Enquanto o positivismo inclusivo possui uma natureza descritiva e conceitual sobre o direito por meio da tese da separabilidade, a teoria da árvore viva é de natureza normativa, pois pretende que os juízes justifiquem suas decisões com base nos compromissos morais assumidos pela sociedade e inseridos nas normas constitucionais:

A princípio, pode parecer que as duas teorias são totalmente independentes entre si. Uma é de natureza descritivo-explicativa; a outra, de natureza normativo-justificativa. Uma pretende abordar um objeto (o direito) em geral; a outra, legitimar uma instituição em particular (controle de constitucionalidade). Uma tem como adversários diretos o interpretativismo e o positivismo exclusivo; a outra, os críticos das cartas de direitos e da atuação exacerbada do Judiciário. Por último, uma almeja dizer o que o direito é e, particularmente, como pode se dar a relação entre direito e moral, ao passo que a outra tem como preocupação a reflexão sobre um modelo institucional que respeite a divisão de poderes e realize os ideais de um regime democrático (Guimarães, 2021, p. 8-9).

²⁷ “Nesse sentido, o positivismo jurídico inclusivo, em Waluchow, assume uma forma que ao mesmo tempo parte de Hart e o reformula. Parte de Hart porque tem como um de seus pilares a ideia de que se pode descrever e explicar conceitualmente explicar conceitualmente os fenômenos jurídicos sem fazer qualquer avaliação aprovando-os ou reprovando-os e admite a possibilidade de critérios morais de validade. Mas também revisita Hart na medida em que reestrutura parte das concepções hartianas sobre interpretação e aplicação do Direito” (Guimarães, 2021, p. 5).

²⁸ “Como justificativa desse entendimento, um dos juízes responsáveis pelo caso, Lord Sankey, cunhou pela primeira vez o termo “árvore viva” (living tree), para se referir à Constituição. Trata-se da ideia de que o conteúdo das normas constitucionais não é algo estático criado no momento de sua confecção, mas antes algo que se atualiza e se modifica ao longo do tempo, tal como os galhos de uma árvore vivente” (Guimarães, 2021, p. 7).

²⁹ “A segunda obra de Waluchow central para este artigo, “*A Common Law Theory of Judicial Review: The Living Tree*”, pertence a um outro campo de estudo em princípio altamente diferente da Teoria do Direito, a saber, a Teoria da Constituição. De fato, este outro livro, já pertencente ao século XXI, é o ponto alto de outro percurso filosófico e acadêmico do autor, desta vez em um âmbito de discussão mais próximo de questões práticas e do campo da política (Waluchow, 2006, p. 12)” (Guimarães, 2021, p. 6).

A teoria da árvore viva, nesse sentido, tem uma preocupação diferente da teoria da separabilidade, pois a sua finalidade é a de traçar um modelo institucional preocupado com o controle de constitucionalidade pelo poder judiciário, e assim, vinculando o juiz aos compromissos morais assumidos na constituição de um determinado Estado democrático, mesmo que esses compromissos não sejam estanques, mas amoldáveis com a dinâmica social, transformando-se conforme o tempo. Nesse sentido, essa teoria se preocupa com o modo pelo qual os juízes devem tomar as suas decisões, adequando-as necessariamente aos compromissos morais constitucionalmente assumidos.

Em que pese à diferença metodológica com a teoria da separabilidade, vale ressaltar, mais uma vez, que o positivismo inclusivo considera a contingência, ou seja, a possibilidade de sistemas jurídicos terem assumido compromissos morais por meio de uma regra de reconhecimento. Nesses sistemas é que a teoria da árvore viva será proposta por Wilfrid Waluchow. “Nas palavras do autor, sua versão do positivismo inclusivo é tal que “a moralidade política [...] está inclusa entre os possíveis fundamentos para se estabelecer a existência e o conteúdo do direito positivo válido (Waluchow, 1994, p. 3)” (Guimarães, 2021, p. 8-9). Assim, também fica assegurada a tese social, pois o direito continua sendo criação humana, ao variar conforme os contextos sociais que se dão no tempo e no espaço.

Contudo, ainda não foi possível perceber se o positivismo inclusivo e a árvore viva traçam um método de decisão judicial que coaduna com suas principais teses. Ao assumir compromissos morais validados que são validados por uma regra de reconhecimento, como o intérprete deverá se posicionar? Esta pergunta exige uma resposta, sobretudo quando tocar em temas moralmente controvertidos ou polêmicos:

Supondo verdadeiro que um sistema jurídico possa acolher critérios morais de validade, a questão que aqui se coloca é: nos casos em que o direito toca em um tema moralmente controvertido por meio de um desses critérios morais, o que, na visão inclusivista de Waluchow, tal critério exigiria do intérprete? (Guimarães, 2021, p. 10).

As contingências estão presentes não apenas nas opiniões subjetivas dos intérpretes, mas também nos compromissos morais assumidos na constituição, na medida em que são valores dinâmicos e transformam-se conforme o desenvolvimento de uma determinada sociedade. Nesses casos controversos moralmente, poderia o intérprete decidir conforme a sua opinião, ou melhor, o que, na visão do positivismo inclusivo, uma escolha do critério moral controvertido exigiria do intérprete? Para tentar elucidar esses pontos, o positivista inclusivo

Kenneth Himma³⁰ cita um exemplo do sistema jurídico norte americano, tocante à admissibilidade da pena de morte e a proibição das penas consideradas cruéis por uma norma inserida na constituição dos Estados Unidos.

Como descrito nessa norma constitucional, as penas cruéis não podem ser admitidas nas legislações estaduais, na medida em que são inconstitucionais. Mas a pena de morte seria uma pena cruel ou não? Essa pergunta é gerada em virtude de um desacordo moral, na medida em que parte de opiniões divergentes acerca da pena de morte. Enquanto uma parcela se divide na opinião de que a pena de morte, por meios não dolorosos e instantâneos (uma injeção letal indolor, por exemplo), não incidiria em uma pena considerada cruel, outra parcela caminha na direção contrária ao afirmar que a pena de morte em si já é uma pena cruel, pois o direito à vida está sendo violado pelo Estado e isso já incidiria numa penal cruel.

Nesses casos, o positivismo inclusivo parece falhar, pois a tese da separabilidade não é suficientemente cristalina em dizer se o operador do direito deveria tomar a decisão com base em uma opinião de terceiros, ou com base na sua própria opinião pessoal (em relação às penas consideradas cruéis³¹)? Se a resposta permitir que o juiz decida conforme suas próprias convicções morais ou escolhendo a opinião moral que lhe convir de um terceiro, isto é, se ele pode optar por considerar que a pena de morte é cruel ou não com base em opiniões morais já que os compromissos morais são controversos, então não houve a inclusão ou a incorporação de um critério moral ao Direito, mas apenas a vontade própria do juiz, isto é, o juiz apenas a arbitrariedade foi considerada para tomada de decisão³².

Assim, “parece não haver outra saída para que o positivismo inclusivo de Waluchow se sustente como teoria a não ser que seja complementado por uma proposta de metodologia sobre como se obtém o conteúdo dos critérios morais que ele alega existir no direito” (Guimarães, 2021, p. 11).

³⁰ [...] positivistas inclusivos como Jules Coleman, Wilfrid J. Waluchow, Matthew Kramer e Kenneth E. Himma abraçaram a chamada tese da incorporação, isto é, a tese segundo a qual um sistema jurídico pode incorporar critérios morais de validade. Esta se tornou também a posição explícita do próprio Hart em seu Pós-Escrito de “O Conceito de Direito”, publicado postumamente em 1992 (Coelho, 2022, p. 689).

³¹ “Tomemos um exemplo, frequente no debate analítico sobre o positivismo inclusivo, para ilustrar a questão: a (não) admissibilidade da pena de morte perante a norma constitucional americana que proíbe penas cruéis (Himma, 2002, p. 25). Em uma situação hipotética em que uma lei reguladora de pena de morte estivesse em julgamento, à teoria positivista de Waluchow não parece clara o bastante para determinar o que essa proibição de penas cruéis implicaria para sua aplicação. Seria (1) um caso em que se poderia optar por uma opinião ou por outra de forma discricionária? Ou (2) uma exigência de que o juiz aplicasse as suas próprias convicções morais pessoais a respeito do tema, fazendo valer aquilo em que ele acredita?” (Guimarães, 2021, p. 10).

³² “Se no final das contas o mérito pode ser decidido tanto de uma forma quanto de outra (ou seja, se se pode considerar a pena de morte tanto cruel quanto não cruel), então o critério que governa essa decisão não é um de natureza moral incorporado ao Direito, mas antes o critério da própria vontade do juiz” (Guimarães, 2021, p. 10-11).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do percurso efetuado, bem como da hipótese de pesquisa, percebe-se a resposta negativa, quanto ao oferecimento de modelos metodológicos de decisões com base nas teses específicas do positivismo inclusivo ou do positivismo exclusivo. No que tange ao positivismo exclusivo, a tese das fontes sociais, a tese da separação forte e a tese da diferença prática possuem metodologias puramente descritivas no fito de apresentar o melhor conceito do que é o direito, de maneira que a validade de uma norma jurídica, por uma questão conceitual, nunca poderá depender necessariamente de questões morais.

No que tange ao positivismo inclusivo, nota-se que Waluchow tenta ir além de uma metodologia descritiva no plano teórico do direito, não apenas por defender a possibilidade da incorporação de critérios morais pela regra de reconhecimento em um determinado ordenamento jurídico, mas por desenvolver uma teoria constitucional nesses casos. A teoria da árvore viva como um desdobramento teórico do positivismo inclusivo nos contextos em que critérios morais são incorporados pelo direito traça meios de realização de controle de constitucionalidade (*judicial review*) das decisões judiciais pela corte constitucional, ou seja, se preocupa com questões de prática (e não apenas em responder o que é o conceito de direito).

A teoria da árvore viva é omissa quanto aos casos em que os compromissos morais incorporados pela constituição são controvertidos. A incorporação de critérios morais (como propõe o positivismo inclusivo) parece encontrar na vontade do juiz a opção (a escolha) do critério de saneamento dos desacordos morais problematizados no caso concreto. Portanto, nem o positivismo jurídico exclusivo nem o positivismo inclusivo oferecem uma metodologia jurídica preocupada com a orientação das decisões judiciais, sobretudo nos casos em que estão em jogo desacordos morais, seja pela ausência de razões de segunda ordem no caso do positivismo exclusivo, seja por desacordos morais não resolvidos quanto às razões de primeira ordem incorporadas, no caso do positivismo inclusivo.

REFERÊNCIAS

COELHO, A. As críticas dos positivistas inclusivos ao argumento de Joseph Raz e como ele respondeu (ou poderia ter respondido) a elas. **Ethic@**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 688-703, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/91872>. Acesso em: 17 jul. 2023.

COLEMAN, J. *Incorporacionism, conventionality, and the practical difference thesis*. In: *Hart's post script: essays on the postscript to the concept of law*. Edited by Jules Coleman. Oxford University Press, 2001. p. 99-149.

FAGGION, A. Positivismo normativo e o debate que importa. **Ethic@**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 642-667, dez. 2022. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/87383>. Acesso em: 17 jul. 2023.

GUIMARÃES, H. Positivismo inclusivo e árvore viva. **Revista Jurídica do Cesupa**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em:
<http://periodicos.cesupa.br/index.php/RJCESUPA/article/view/10>. Acesso em: 28 jul. 2023.

MACCORMICK, N. **H. L. A. Hart**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

WALUCHOW, W. *Legal positivism, inclusive versus exclusive*. In: CRAIG, E. (Ed). *Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge. 2008. p. 1-16. Disponível em:
<http://www.rep.routledge.com.libaccess.lib.mcmaster.ca/article/T064>. Acesso em: 17 jul. 2023.

PSICOLOGIA SOCIAL NA ATUALIDADE: breve histórico desta prática no Brasil

SOCIAL PSYCHOLOGY TODAY: a brief history of this practice in Brazil

Cleide Neves Guarda

RESUMO: O texto abordará, de forma sucinta, a trajetória da psicologia nos países da América Latina, destacando a crescente visibilidade das práticas psicológicas em comunidades. Esse fenômeno é resultado, em parte, da inclusão, nos últimos anos, de profissionais comprometidos com programas comunitários nas agendas de políticas públicas dos governos neoliberais. Os fundamentos essenciais para conduzir práticas em comunidade são apresentados, baseados nas contribuições de Ignacio Martin-Baró, Silvia Lane e na filosofia de Paulo Freire. Entre esses fundamentos, destacam-se os processos de conscientização, participação e a recuperação da memória histórica dos grupos e comunidades. Uma crítica é direcionada à percepção de que o trabalho é considerado inovador devido, principalmente, a aspectos superficiais, enquanto os paradigmas subjacentes permanecem inalterados. O texto realiza uma comparação entre o início da psicologia social comunitária e a sua atualidade, utilizando as dimensões da intervenção comunitária e demonstrando como essas dimensões se manifestam nas práticas realizadas em comunidade. Em seguida, é promovida uma discussão sobre os diferentes tipos de participação na contemporaneidade, assim como o uso generalizado e superficial de conceitos cruciais para o campo comunitário. Conclui-se com uma reflexão sobre a possibilidade de alterar os princípios e compromissos da psicologia social comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Social; História; Prática social.

ABSTRACT: *The text will succinctly address the trajectory of psychology in Latin American countries, highlighting the growing visibility of psychological practices in communities. This phenomenon is the result, in part, of the inclusion, in recent years, of professionals committed to community programs in the public policy agendas of neoliberal governments. The essential foundations for conducting community practices are presented, based on the contributions of Ignacio Martin-Baró, Silvia Lane and the philosophy of Paulo Freire. Among these foundations, the processes of awareness, participation and recovery of the historical memory of groups and communities stand out. A critique is directed at the perception that the work is considered innovative due mainly to superficial aspects, while the underlying paradigms remain unchanged. The text makes a comparison between the beginning of community social psychology and its current day, using the dimensions of community intervention and demonstrating how these dimensions are manifested in the practices carried out in the community. Then, a discussion is promoted about the different types of participation in contemporaneity, as well as the generalized and superficial use of crucial concepts for the community field. It concludes with a reflection on the possibility of changing the principles and commitments of community social psychology.*

KEYWORDS: *Social Psychology; History; Social practice.*

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia Social começou a ganhar força no Brasil no início da Revolução Militar que ocorreu na década de 1960. Mudanças sociais no país culminaram no golpe militar e início da ditadura. Neste cenário, se iniciam movimentos sociais nas cidades, aonde grupos de pessoas se organizavam para reivindicar melhores condições de moradia. Estes movimentos, impulsionados pela política imposta pela ditadura militar, proporcionaram uma abertura para a psicologia entrar nas comunidades. É o surgimento da psicologia comunitária que vem a ser uma vertente da Psicologia Social (Bastos; Gomide, 2010).

A princípio, o trabalho do psicólogo nas comunidades era feito de maneira não regulamentada, eles entravam como voluntários e sendo assim não eram remunerados. Já na década de 1970, os militares permitiram que alguns profissionais, entre eles psicólogos, atuassem nas comunidades como agentes de saúde, portanto suas ações eram conduzidas por projetos na área de educação e saúde (Yamamoto; Costa, 2010).

Com os psicólogos deixando de se dedicar exclusivamente ao trabalho nos consultórios e nas universidades e passando a assumir um papel político e social nas comunidades carentes, se fez necessário o desenvolvimento de novas técnicas para atuação nesses espaços que envolvem o Estado e a sociedade civil. Durante sua trajetória, a Psicologia Comunitária teve função política e social, visando o empoderamento dos membros das classes populares (Montaño, 2012).

Desta forma, conhecer a trajetória percorrida pela Assistência Social por meio de sua história, nos últimos anos, serve como instrumento para que os profissionais da área enfrentem os desafios dos processos de transformação social que cercam toda a comunidade. Os processos gerados a partir do advento da Constituição Federal de 1988 e que concernem à Assistência Social, são imprescindíveis. Suas ações estão articuladas com a Saúde e a Previdência Social, e a partir disso, constituiu-se a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), passando a ser reconhecida como política pública que tem como principal objetivo assegurar os direitos e promover a cidadania dos vários modelos de população que sofrem com as desigualdades sociais.

Através das definições que foram acordadas primeiramente na IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003) e das diretrizes estabelecidas pela LOAS (1993), foi aprovada a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ajustando-se assim, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), um caminho baseado na ruptura de uma história marcada por ações que tinham como escopo, a lógica dos

favores, do clientelismo e principalmente da manutenção das condições de submissão aos que a ele recorriam.

Assim, o presente estudo tem como principal objetivo analisar a importância da atuação dos psicólogos sociais para classes econômicas menos favorecidas, especialmente aqueles que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

2 METODOLOGIA

O presente estudo será construído a partir de uma revisão integrativa da literatura, baseada em um estudo descritivo, buscando sintetizar as evidências encontradas na literatura científica acerca da temática central. Para tanto serão analisados artigos publicados nas principais bases de dados voltados para o papel da psicologia social.

No que concerne ao tipo de estudo, pode-se dizer que se trata de um estudo descritivo, uma vez que tem como objeto estudos previamente disponíveis nas principais bases de dados. Cabe ainda salientar que uma revisão integrativa da literatura pode ser dividida em várias etapas distintas, podendo assim descrever a aplicabilidade e seus critérios.

Para a construção de uma revisão integrativa da literatura é necessário que haja a reunião de hipóteses, que visam responder uma questão central, onde o tema foi delimitado para entender acerca da psicologia social e sua história. Logo, o presente estudo visa responder a seguinte questão norteadora: qual a importância da atuação dos psicólogos sociais mediante a necessidade de reduzir as desigualdades sociais?

Após a escolha do tema de um estudo e a formulação da questão norteadora da pesquisa, com busca nas bases de dados, foram analisados os estudos que serão inclusos na revisão. Assim, é possível expressar que a internet é considerada como uma importante ferramenta na seleção dos estudos e para uma análise crítica, assim este instrumento é fundamental para se obter a validade da revisão, bem como funcionar como um indicador de confiabilidade, amplitude e poder de generalização das conclusões da revisão.

O presente capítulo, foi construído através de uma revisão integrativa da literatura, baseado nas principais bases de dados relacionados à área da saúde, *SciELO*, *LILACS* e *Pubmed*. Como critério de inclusão, foram selecionados apenas artigos que estivessem na íntegra, publicados em português e inglês e que tivessem acesso livre. Foram utilizados artigos publicados entre os anos de 2010 e 2021. Para a busca foram utilizados os seguintes descritores: psicologia, desenvolvimento clínico, psicologia social evolução da psicologia.

Ainda acerca dos critérios de inclusão para a seleção dos artigos, pode-se dispor que: publicados em português e inglês, que estivessem na íntegra com versão gratuita disponível. Excluiu-se do presente estudo artigos que não atendessem os critérios elucidados pela presente metodologia.

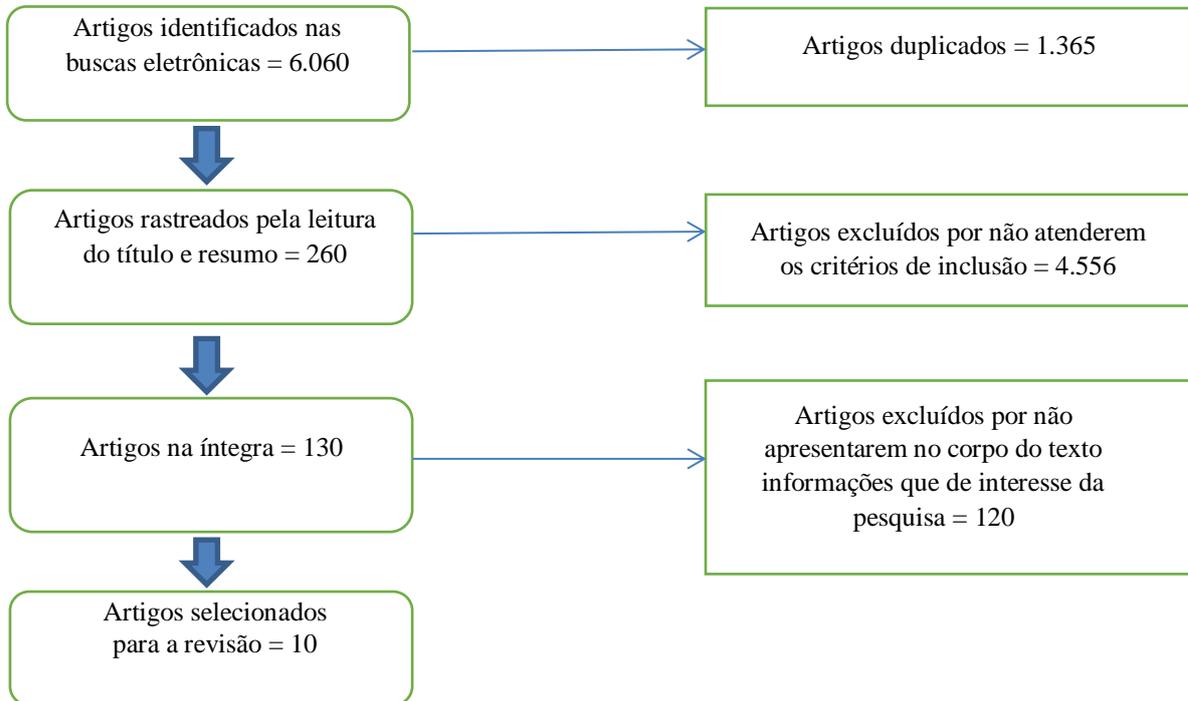
3 RESULTADOS

Durante a análise dos resultados, observam-se na busca inicial 6.060 artigos. Após selecionar os artigos disponíveis nos idiomas descritos, foram selecionados para o presente estudo 50 artigos que atendiam totalmente os critérios de inclusão. Porém para a construção do mesmo foram utilizados apenas 10 do total encontrado.

O processo de leitura e interpretação dos dados ocorreu através de análise e leitura rápida dos artigos, seguido por uma análise textual, na qual trata-se de um modo de aprofundamento em processos discursivos visando obter conhecimento por intermédio da descentralização de assuntos do discurso. Esta leitura permite identificar e isolar enunciados dos conteúdos a ela submetidos, bem como categorizar tais enunciados e produzir textos de modo a integrar descrição e interpretação.

Foi realizada uma análise crítica dos estudos separados para a construção do presente estudo, após findada a categorização dos artigos, levando em conta a observação dos aspectos metodológicos e a similaridade entre os resultados analisados. Porém é imprescindível que os dados sejam criteriosamente analisados para que haja evidenciação e elucidação dos dados obtidos.

Fluxograma 1 - Artigos escolhidos para a pesquisa



Fonte: autora, 2024.

4 DISCUSSÃO

Paulo Netto (2001) ensina que a terminologia Questão Social (QS) teve origem aproximadamente em 1830, dando um maior foco a pobreza acentuada especialmente na Europa. Apesar de a pauperização estar positivada também em outras formações sociais, eram observados pela primeira vez no sistema capitalista, uma vez que sua existência não estava diretamente atrelada à escassez de bens; ocorreu também o aumento do declínio e empobrecimento nas condições de vida da população de um modo geral, através da concentração e distribuição da renda. Assim sendo, o desenvolvimento do capitalismo produz de modo compulsório a questão social, ou seja, pode ser considerada oriunda das relações capitalistas, o que nos remete que sua eliminação só será possível quando ocorrer a supressão do estado burguês e do capitalismo (Yamamoto; Costa, 2010).

Apesar de não ser considerado um conceito único e compreendido por diversas escolas teóricas com interpretações diferentes, atualmente, as questões sociais referem-se a uma perspectiva marxista, ao rol de expressões utilizadas para definir desigualdades sociais,

oriundas da contradição entre capital e trabalho, isto é, na “sociabilidade formada sob o comando do capital” (Paulo Netto, 2001, p. 46).

Assim, como possíveis manifestações e desdobramentos da questão social, podemos pontuar acerca das desigualdades sociais, desemprego estrutural, violência, criminalidade, pobreza e conseqüentemente distribuição desigual de renda, bem como nas questões geralmente concebidas como manifestações individuais, sejam elas físicas ou psicológicas, no processo de saúde e doença, psicopatias, dentre outros. Porém, apesar dessa indissociabilidade da questão social como um modelo de produção capitalista, algumas de suas concepções e meio de enfrentamento, principalmente as localizadas na tradição liberal, tornaram-na como um fenômeno autônomo, normalmente imputado aos indivíduos e a sua suposta liberdade de escolha (Montaño, 2012).

Sendo a questão social característica de nossa sociedade atual e, logo, parte dos indivíduos responsáveis por produzi-la produzem-se dialeticamente através de suas ações, cabe o seguinte questionamento de como ela vem sendo abordada pela Psicologia Social em suas produções, uma vez que esta é caracterizada como um complexo de saber e de práticas que estão voltadas para a relação do indivíduo para com a sociedade. Desta forma, são necessários esforços para analisar a forma como a Psicologia Social vem buscando analisar esta realidade, colocada como objeto de pesquisa no presente estudo.

Uma exceção importante concerne ao fato de que abordar a Psicologia Social, especialmente no âmbito nacional, consiste em analisar uma disciplina marcada por pluralidades teóricas, conceituais e metodologias, inerentes da própria complexidade da temática e de seu objeto de estudo e intervenção. No Brasil, ao longo de seu desenvolvimento, pode ser salientada uma forte influência dos Estados Unidos, especialmente em sua fase inicial e em grande parte de cunho psicologizante individualizado, bem como as suas respectivas teóricas, baseadas no *behaviorismo* e, posteriormente, na hegemonia cognitivista (Ferreira, 2010).

Diante deste contexto, apesar de ser um instituto positivado entre a psicologia e a sociologia, ela desenvolve-se muito mais próximo da psicologia, sendo em sua maior parte alicerçada como especialidade ou ramo desta e afeita, desta forma suas características e instabilidades. Assim, em 2003, o Conselho Federal de Psicologia, reconheceu a Psicologia Social como especialidade da Psicologia.

Para que os aspectos históricos não sejam considerados como enfeites que adornam um rol de questões nas quais deseja analisar, será atribuído um papel constituinte às condições históricas referentes à análise da Psicologia Social e Comunitária (Yamamoto; Costa, 2010).

Nesse panorama, cabe mencionar os principais fatores históricos do que está relacionado à formação do que vem a ser considerado como objetivo da Psicologia Social Comunitária. Desta forma, o trajeto percorrido pelos psicólogos principalmente a partir de um determinado momento em que esta ciência passou por questões de transformação social, sentindo-se então comprometida com as questões sociais no contexto em que estava sendo desenvolvida, constituindo assim uma história importante para a Psicologia Social e Comunitária. É neste mesmo cenário que observamos os rumos que a Psicologia Social vem traçando, entrando em vigor aproximadamente em 1970, trazendo novas propostas, não somente para a si, mas para a própria ciência da Psicologia como um todo.

A chamada crise da Psicologia Social Psicologizante surgiu a partir de 1970, o que não reverteu necessariamente a constatação de seu desenvolvimento sob a guarda da psicologia. Ligada ao contexto brasileiro e latino-americano marcado por guerras civis, ditaduras, imperialismo estadunidense e diversos meios de exploração e opressão, bem como pela luta em busca da reversão deste cenário, surgindo assim um movimento de ruptura baseado nas seguintes críticas e suas conseqüentes reformulações e incongruências entre o modelo de Psicologia Social importada acriticamente dos Estados Unidos e a realidade nacional, numa ótica de colonização teórica metodológica, maior simplificação das análises, descontextualização de temáticas, homem e realidade históricos e individualização social, a politização da psicologia dentre outros. Podemos, portanto, citar como principais marcos teóricos relacionados a este movimento a tradição marxista, psicanálise, teoria crítica, teoria das representações sociais, análise institucional e vertentes pós-estruturalistas e pós-modernas decorrentes do giro linguístico (Montaño, 2012).

Nesse sentido, no Brasil, a Psicologia Social adquire uma vertente plural de acordo com suas compreensões sobre a relação do indivíduo com a sociedade que, por sua vez, está relacionado com enfoques diferentes bem como teorias e metodologias adotadas e seus resultados e as conclusões obtidas. É claro que tal característica põe uma série de obstáculos para qualquer tentativa generalizada de explicar a Psicologia Social, isto é, que a transforme em uma disciplina ao invés da existência de várias ‘psicologias sociais’. Porém, tal multiplicidade se produz em meio a uma totalidade, o que implica em elementos comuns a um caráter de unidade na diversidade. Não fosse assim, não poderia se falar de psicologia, sociologia, ou psicologia social, pois estas são terminologias de caráter universalizante e que se somam, por princípio.

No Brasil, existem três aspectos distintos que vêm sendo considerados para explicar o caminho percorrido pelo desenvolvimento da Psicologia, a saber: onde a atuação do

profissional vem sendo realizada, o que vem sendo feito por ele e quais são os seus principais objetivos, bem como para quem está sendo dirigida tal intervenção, ou seja, qual o principal público-alvo. Estes elementos permitem identificar que a literatura referente à profissão no Brasil traz uma classificação que determina a atuação do Psicólogo como tradicional, que deve ser exercida nos ambientes clássicos relacionados a profissão, ou seja, a clínica, a escola e o trabalho (Bastos; Gomide, 2010; Bastos; Gondim; Borges-Andrade, 2010; Botomé; 2010; Yamamoto; Costa, 2010).

Ainda com base na classificação tradicional, é possível classificar a área de atuação profissional como um trabalho e serviço voltado somente para a elite. Havia o entendimento que a atuação profissional do psicólogo não poderia ser voltada aos pacientes com classes econômicas inferiores. Assim, indivíduos de “baixa renda” não possuíam direito ao atendimento psicológico. No entanto o entendimento passou por mudanças, onde passou a ser argumentado que a Psicologia não deve estar comprometida somente com a elite, mas sim voltar-se as diversas classes sociais (Amorim, 2010).

As modificações nos rumos da profissão bem como a nova configuração trazida ao modo de trabalho, discorre que é imperioso que os profissionais estejam preocupados com as questões sociais do ambiente e do contexto no qual estão inseridos. Mediante inúmeros estudos realizados para avaliar a profissão, que ocorreu durante as décadas de 1970 até 2000, notou-se que a área clínica era predominante entre os profissionais, sendo de preferência para sua atuação os consultórios clínicos (Amorim, 2010).

Estas questões estão associadas também com o decorrer da história da Psicologia Social no Brasil. Cabe considerar que existem pontos específicos deste desdobramento que precisam ser considerados quando discorrermos acerca da Psicologia Social Comunitária no território nacional, dentre elas, a crise de identidade da Psicologia Social, a defesa de um paradigma latino-americano e a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Neste momento, a psicologia passou a reivindicar a tarefa de modificar as condições sociais da maior parte dos indivíduos da sociedade, mesmo que tal categoria não tenha sido conceituada naquele determinando momento. Entretanto, percebe-se que a terminologia “melhorias populares” é utilizada genericamente para designar a maior parte da sociedade que tem acesso restrito aos equipamentos sociais e renda insuficiente para viver dignamente. Logo, propostas de intervenção surgiram tendo como novos objetivos tornar a Psicologia menos elitizada aproximando-se da realidade concreta da população e afastando-se dos lugares tradicionais de trabalho.

Assim, questões ligadas a atual realidade da Psicologia Social, constituíram as bases para fomentar e orientar os modos de intervenção dos profissionais da área, conferindo um novo direcionamento para a Psicologia Social que vem sendo exercida no país.

Discorre-se que os psicólogos estão atuando cada vez mais em políticas públicas, já que em 2005 foi consolidada sua participação nas esferas técnicas da equipe dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. Diante disso, o presente estudo justifica-se em virtude da conquista recente dos profissionais, ou seja, a inserção da atuação do psicólogo no Sistema Único da Assistência Social – SUAS e no CRAS, uma vez que, apesar dessa abertura, os processos formativos desses profissionais não os preparam de modo irrestrito para esse trabalho, pois não há referenciais teórico-metodológicos específicos capazes de suprir os afazeres do profissional nesse campo, devido à implantação do SUAS ser muito recente, bem como o fato de não se buscar nas produções psicológicas já existentes, a base teórico-conceitual e metodológica para o desenvolvimento das atividades, como a já desenvolvida pela Psicologia Social Comunitária (Amorim, 2010).

Diante disso, a inserção do psicólogo nos CRAS, vem sendo uma grande evolução na forma de atuação destes profissionais desde o momento em que a profissão foi regulamentada, o que ocorreu em 1962, conseguindo afastar-se de um trabalho meramente voltado para a clínica e tornando elitizado um trabalho que visa o atendimento social e comunitário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se analisar através do estudo que essa maneira de tratar um indivíduo com sofrimento mental, é necessário valorizar e priorizar sua fala e aproveitá-la para que através da mesma possamos desenvolver estratégias para repensar essa forma de assistência.

Finalmente, espera-se que a pesquisa contribua para trabalhos futuros na geração de subsídios para todos os profissionais que estão engajados na assistência em saúde mental e também consolidar os avanços nas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, K. M. O. **Compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.
- BASTOS, A. V. B.; GOMIDE, P. I. C. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *In*: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010. p. 227-253.
- BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G.; BORGES-ANDRADE, J. E. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? *In*: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010. p. 255-269.
- BOECHAT, F. M. **A heterogeneidade epistemológica da Psicologia Social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BOTOMÉ, S. P. A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *In*: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010. p. 169-202. (Original publicado em 1979).
- FERREIRA, M. C. A Psicologia Social contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. esp., p. 51-64, 2010.
- LANE, S. T. M.. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. *In*: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 17-34.
- MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 270-287, 2012.
- PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, v. 2, n. 3, p. 41-49, 2001.
- YAMAMOTO, O.; COSTA, A. L. F. (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010.

VIDA SEM CUIDADO É IGUAL A ABANDONO DA VIDA

LIFE WITHOUT CARE IS THE SAME AS ABANDONMENT OF LIFE

Ernani Costa Mendes

Ana Paula Menezes Bragança dos Santos

RESUMO: Abordamos aqui, de maneira profunda e complexa, o abandono da vida na contemporaneidade, destacando as diversas formas de negligência e desigualdade que permeiam a sociedade atual. A ênfase na falta de cuidado com a vida, tanto em nível individual, quanto coletivo, ressalta a urgência de uma nova política da vida que priorize a dignidade e o bem-estar de todos. Ao discorrermos sobre as consequências históricas da colonização, do tráfico transatlântico de pessoas e da escravidão, expomos como esses eventos tiveram um impacto profundo na formação das estruturas sociais e nas relações raciais no Brasil, e que vigora até os dias de hoje. Além disso, destacamos a persistência do racismo estrutural e suas ramificações em diferentes aspectos da vida cotidiana, evidenciando a necessidade de políticas antirracistas e inclusivas. A proposta de um Ministério do Cuidado é intrigante e oferece uma perspectiva interessante para abordar questões sociais e de saúde de forma mais holística e equitativa. A ideia de uma abordagem focalizada, que reconheça e enfrente diretamente as injustiças pelos grupos mais marginalizados, é fundamental para promover a igualdade racial e social. Concluimos ressaltando a importância de adotar uma nova ética do bem viver, baseada no cuidado com a vida e na garantia de sua dignidade. Isso implica em políticas que reconheçam e abordem as desigualdades estruturais de maneira eficaz e que promovam uma verdadeira igualdade de direitos e oportunidades.

PALAVRAS-CHAVE: vida; cuidado; abandono.

ABSTRACT: *Here we address in a deep and complex way the abandonment of life in contemporary times, highlighting the various forms of negligence and inequality that permeate today's society. The emphasis on the lack of care for life, both at an individual and collective level, highlights the urgency of a new life policy that prioritizes the dignity and well-being of all. When discussing the historical consequences of colonization, transatlantic human trafficking and slavery, we expose how these events had a profound impact on the formation of social structures and racial relations in Brazil, which continues to this day. Furthermore, we highlight the persistence of structural racism and its ramifications in different aspects of everyday life, highlighting the need for anti-racist and inclusive policies. The proposal for a Ministry of Care is intriguing and offers an interesting perspective for addressing health and social issues in a more holistic and equitable way. The idea of a focused approach, which recognizes and directly addresses the injustices faced by the most marginalized groups, is fundamental to promoting racial and social equality. We conclude by highlighting the importance of adopting a new ethic of good living, based on caring for life and guaranteeing its dignity. This implies policies that recognize and address structural inequalities effectively and that promote true equality of rights and opportunities.*

KEYWORDS: *life; careful; abandonment.*

1 INTRODUÇÃO

Comecei a minha fala chamando atenção para o abandono da vida que presenciamos na contemporaneidade. Essa falta de cuidado com a vida, cada vez mais, grassa na sociedade nos levando para uma condição de vida particularmente ruim no mundo moderno.

Estamos na contramão das condições naturais que favorecem o desabrochar da vida, a sua imanência e a sua transcendência. Estamos descendo a ladeira sem garantias que possam permitir ser o que quer ser na experiência corporal, nas expiações e na materialização do *ser-aí*, numa visão heideggeriana da vida. A falta de cuidado com a vida, condição essencial para sua organização e manutenção, nos faz presenciar um verdadeiro circo de horrores em relação a desrespeito aos direitos humanos, ou ao direito de gozar uma vida plena e preenchida de sentidos.

As guerras, os preconceitos, os racismos, xenofobias e tantas outras discriminações, desumanizam e expõem as feridas e as mazelas de grande parcela da população mundial que vive no limbo e às margens das sociedades, e tantos outros que são excluídos de toda e qualquer possibilidade de vida humana.

O que chama atenção é o projeto de exploração, expropriação, dominação e menosvalia que vem sendo estabelecido pelo poder hegemônico dominante onde observamos uma política voltada para aumentar consideravelmente as condições de vulnerabilidade de determinadas populações, sendo representado por um número alarmante de pessoas que não tem capacidades mínimas de sobrevivências. Ou seja, sem mínimas condições de moradia, trabalho, renda e saúde. Para Boaventura de Sousa Santos, é forjada uma sociedade de sujeitos humanos sem direitos humanos, na qual a pobreza vira carência, a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda, a que o indivíduo tem acesso, não por sua condição de cidadania, mas pela prova que está excluído.

Sim, o cuidado é relacional, ele atravessa e marca definitivamente os corpos e tatua as almas. Relações humanas, para se constituírem fortes, precisarão pavimentar estradas de solidariedade e estender pontes de fraternidades amorosas. É verdade, sem amor, se torna quase que impossível praticar a arte humana de cuidar.

A partir da tradução do cuidado como zelo, atenção, solicitude, amparo, proteção, etc., passamos a entendê-lo como uma atitude comportamental na construção de subjetividades, de alteridades, no qual, o ser genuíno é “fabricado e acolhido” no útero da vida.

Transbordamos aqui o cuidado privado, familiar que fabrica e acolhe, que protege do frio e do calor, que alimenta, que educa, que dá colo e coloca para dormir, esse é fundamental

para a imanência da vida... Para um cuidado público e ético que possa garantir as condições essenciais para a permanência da vida. Esse cuidado público de cunho igualitário, responsável e humanitário se faz urgente numa sociedade que decide quem vai viver e quem não terá direito a gozar uma vida recheada de significados.

2 DISCORRENDO SOBRE O CUIDADO COM A VIDA...

Certa feita, numa mesa de bar com amigos, escutei a seguinte provocação: “... Ah, o Ernani só fala em morte...” Achei interessante essa observação. Talvez porque eu esteja com o olhar enviesado pelo fato de assistir e participar de tantos e tantos fins de vida, por força do meu trabalho. Eu trabalho com pacientes gravemente enfermos e presencio mortes regularmente! Mas, por outro lado, pode ser que meu território mental esteja impregnado por tantos assassinatos também, sejam simbólicos ou de fato, capitaneados por um Estado necropolítico, no qual, a morte tem cor, endereço e lado.

Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizado em 2023, no Brasil, no período de 2002 e 2021, foram assassinadas 720.927 pessoas negras, o que corresponde a 99 vítimas negras assassinadas por dia. O Fórum aponta ainda que 71% de todas as vítimas de assassinato no Brasil, no mesmo período, são pessoas negras (Figura 1). Não dá para ignorar essas mortes, pois não são apenas dados, mas pessoas negras com suas vidas ceifadas diariamente.

Figura 1 - Pessoas negras assassinadas no Brasil de 2002 a 2021



Fonte: Pacheco; Brandão (2023) *apud* Datasus.

Lembremos que morte não é antítese de vida, e sim de nascimento. Nascer e morrer no Brasil deixou de ser processos naturais para serem processos banalizados, e viver para muitos se tornou um martírio, atrelado ao fato das suas vidas não valerem simplesmente nada... É incrível presenciar como o Estado invisibiliza e inviabiliza a imanência das vidas de determinados grupos de pessoas relegando-as às marquises, sarjetas, túneis, calçadas, praças, areia de praia, favelas, etc. São na maioria, pretos, pobres e periféricos.

Em 2022, havia 236.400 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, ou seja, 1 em cada 1.000 pessoas no Brasil estava vivendo em situação de rua [...]. Perfil: as pessoas em situação de rua cadastradas no país são majoritariamente do sexo masculino (87%), adultas (55% têm entre 30 e 49 anos) e negras (68%, sendo 51% pardas e 17% pretas). Chama a atenção o percentual de pessoas em situação de rua com deficiência (15%), sendo a deficiência física a mais frequente (Brasil, 2023, p. 5).

Para Pacheco e Brandão (2023, p. 13), “[...] ser negro no Brasil ainda é fato que aprofunda desigualdades e, perversamente, exclui do usufruto de direitos fundamentais”.

A sobrerrepresentação de negros entre as vítimas é intensa e se faz presente em quase todos os dados disponíveis, ilustrando e corroborando a hipótese defendida por Abdias do Nascimento (1978), de que existem estruturas de vulnerabilização de vidas negras no Brasil, advindas desde a constituição do sistema escravagista, passando pelos arranjos institucionais da economia, da política, da cultura, da polícia, cujo resultado é a eliminação difusa desse segmento populacional (Pacheco; Brandão, 2023, p. 7).

Dito isso, como não falar de morte? Essas pessoas estão mortas socialmente, espiritualmente. Como falar de capitalismo, neoliberalismo, globalização e não falar de mortes? De geopolítica, pandemia, de guerras, de inflação, de meio ambiente, trabalho escravo, marco temporal, de democracia, racismo, transfobia, nazifascismo, de *bolsonarismos*, enfim, de tantos outros assuntos, sem falar de mortes??? A formação do Estado brasileiro se deu com assassinatos de indígenas e negros, prioritariamente! Não é que a mesa do bar virou um obituário, não se trata disso, mas as falas e assuntos se relacionam direta ou indiretamente com a morte. O que tem de gente em barzinho falando da morte da esperança num mundo melhor, não está no gibi...

Então, por que falar em *Cuidado* com a vida? Porque a falta de cuidado ou o descuido pode matar. Uma das crises contemporâneas que a humanidade atravessa, na minha opinião, é a crise de falta de cuidado. Falta de cuidado com a vida, com o planeta, com o ser humano. O cuidado precisa ser e estar centralizado na vida. O Estado precisa cuidar da vida das pessoas. Cuidar da criança de rua, do adolescente desviado, do idoso doente. Cuidar

das condições que favorecem o desabrochamento e a manutenção da vida. “Investir em cuidados é investir no crescimento econômico, no desenvolvimento e no avanço de sociedades igualitárias” (ONU, 2024). Talvez criar o Ministério do Cuidado. O que acham?

Qual seria a diretriz ou a linha de atuação do Ministério do Cuidado? Será que se coadunaria com aquelas dos Ministérios da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas? Seria cuidar, para que pessoas não fossem assassinadas por serem simplesmente negras ou indígenas? Seria protegê-las de um racismo que mata e opera para manter e satisfazer a sede, a ganância e os privilégios de uma branquitude ávida por poder? Será avançar na igualdade entre homens e mulheres de forma a quantificar e valorar a contribuição realizada pelas mulheres para a economia e a sociedade, graças ao trabalho remunerado e não remunerado que exercem?

As resoluções, portarias, programas, diretrizes, sejam lá, como seriam chamados os documentos oficiais do Ministério do Cuidado, todavia, não poderiam faltar em seus conteúdos as diversas formas de cuidar e de proteger as vidas das pessoas. Não dá mais para morrer porque se tem uma cor de pele que difere do padrão aceito como universal.

Eu sou profissional do *Cuidado*. Diariamente me pego pensando sobre a atitude comportamental que é o cuidar. Penso na complexidade do Ser e logo chego numa complexidade maior, que é um ser humano gravemente enfermo com uma doença que ameaça a sua vida. É bem complexo! E, ao escutar suas narrativas, depoimentos, falas, choros, mágoas, tristezas e decepções, vou povoando meu território mental de impressões, percepções, reflexões, tentando engatar algumas chaves que possam ser viradas na tentativa de não deixar sem reposta um pedido de ajuda de um paciente.

Muitas vezes, esse pedido está relacionado ao fato de entender a complexidade existencial que a doença lhe trouxe. Eles tentam entender que vida difícil foi essa, porque tanta dificuldade para alcançar os objetivos, tanta dor e tanto suor.

Falam também das injustiças, dos apagamentos, da falta de reconhecimento, da falta de cuidados com o corpo, da falta de tempo para o lazer e ir ao médico, do excesso de trabalho, das condições precárias de transporte, de moradias, de desamor, de preços altos, de medos, da violência, das carências e das maledicências e de muita, muita sacanagem estatal. Outros falam da maldade, falsidade, inimizades, da crise, da empresa que quebrou, da viagem que não fez, do país que não visitou, mas falam também de desamor... Todos exortam! Logo agora que a aposentaria chegou, logo agora que filho foi criado, logo agora que consegui engravidar, logo agora que passei na faculdade, logo agora que consegui comprar a tão sonhada casa... Por que logo agora apareceu essa doença (o câncer, o inominável)?!?

Qual seria o pano de fundo dessas falas, o terreno trilhado por essas vidas, qual foi o aprendizado, o legado? Muitos perguntam o porquê ficaram doentes, outros, por que foi comigo? Porém, todos querem a melhora ou a cura. Todos querem escapar vivos, recomeçar uma nova vida, todos têm fé na não morte da esperança. Fico me perguntando para que escapar vivo, recomeçar uma nova vida? Qual a chave que foi virada para considerar uma nova possibilidade de viver depois da doença que os ameaçam? O que morreu ou o que reviveu neles que foi suficiente para favorecer um novo olhar?

Será que eles vislumbraram uma nova forma de viver com mais *Cuidado*? Será que vão comer melhor, praticar exercícios, eliminar os vícios, viver mais próximo da natureza, transgredir o olhar, ser mais solidários? Será que vão cobrar do Estado mais cuidados com o palco imanente do transcorrer de suas vidas?

3 DISCORRENDO SOBRE O ABANDONO DA VIDA...

Falar de abandono da vida é triste, porém necessário no mundo contemporâneo que vivemos, no qual, os valores, crenças, amores, dogmas, fundamentos vem sendo liquidificados, ao fim e a cabo, pelas exigências impostas pelas sutilezas da hipermodernidade. Talvez, o maior e o mais temível exemplo de abandono de vidas que tomamos notícias, e que presenciamos até hoje os resultados de tamanha crueldade, foi aquele conhecido como o processo político de invasão de território e sequestros de vidas, conhecido como colonização e o tráfico transatlântico de pessoas. Como não bastasse a colonização e o tráfico, tivemos a escravização, a violência colonial, o estupro, o açoite e o abandono de corpos. Após longa travessia, os africanos morriam a bordo e eram jogados ao mar, ou quando chegavam muito doentes e morriam em terra eram amontoados em cemitérios, em covas rasas e enterrados sem nenhuma ritualística, como foi muito inventariado pelo professor Júlio César Medeiros da Silva Pereira no livro “À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro”.

Para ilustrar essa parte do texto, trago aqui uma reflexão escrita por mim e publicada na Coluna Opinião, do blog Multiplicadores de Visat¹, sobre o maior exemplo de abandono que a humanidade já presenciou na história das civilizações...: “Liberdade é o dia de hoje”.

No “Dicionário da Escravidão e Liberdade”, o capítulo Teorias Raciais, da premiada autora Lilia Moritz Schwarcz (2018, p. 409), publiciza: “Um dia após a promulgação da Lei

¹ Disponível em: www.multiplicadoresdevisat.com. Acesso em: 5 ago. 2024.

Áurea, a mais popular e a última do Império, a Gazeta da Tarde estampou a chamada: ‘Liberdade é o dia de hoje’”. Certamente, as letras não palatáveis do vespertino sentenciava que a liberdade custaria muito caro ao contingente negro que acabara de conquistar o tão sonhado passe livre. Em meio ao turbilhão de emoções e incertezas geradas para os libertos, a desigualdade social e os seus rumos marcariam definitivamente o futuro daquela população. Uma frase que reiterava a sentença acima era bem corriqueira no antigo Império, segundo Schwarcz (2018, p. 409), “a liberdade é negra, mas a igualdade é branca”, ou seja, essa frase traduzia a convicção de uma supremacia branca. Essa convicção parece uma arqueologia moral que nutre por séculos e séculos o ideário da “branquitude”, principalmente em seu aspecto mais medonho, que é a manutenção de privilégios de um determinado grupo de pessoas (Bento, 2022).

As palavras não são inocentes, muito pelo contrário, são carregadas de sentidos, como bem me ensinou a professora Inesita Soares de Araújo do Laces/Icict/Fiocruz. A palavra liberdade, por exemplo, tem contextualização histórica bem politizada. Para a população negra estar “livre” hoje, significou dizer que muitos deram os seus sangues e tantos outros os corpos por essa causa. Um exemplo disso foi à guerra civil americana, uma das mais sangrentas já vista, com um saldo de 750.000 mortes por ocasião da abolição da escravidão nos Estados Unidos (Guerra [...]).

A escravidão é uma chaga aberta no coração da humanidade marcando o seu desenvolvimento histórico e político! E seus efeitos perduram nas estruturas que fundam e sustentam o mundo de relação, em suas complexidades econômicas, políticas e sociais. Seus efeitos se entranharam acentuadamente no trabalho, cujo papel central no organismo social é a construção das materialidades que compõem esse mundo.

Com o tráfico negreiro, inaugura-se a importação internacional de pessoas para o trabalho! Na experiência do tráfico transatlântico a escravidão de pessoas foi ligada pela primeira vez na história à cor da pele, nascendo daí a ideologia de raça (racismo). Milhões de negros foram arrancados, sequestrados, abduzidos de seus territórios pátrios para trabalhar e construir um “mundo novo” totalmente alheio às suas realidades. Para eles, o trabalho surge com sofrimento, dor, exploração, doença mental (banzo) e morte. Nasce forçado, colonizado, castigado e não remunerado (Gomes, 2019).

A frase do vespertino pululava nas mentes dos senhores de escravos (patrões da época) e organizava a moralidade dominante. Sistematizava a desvalorização do negro no contexto social e desconsiderava a liberdade como passaporte para obtenção de direitos, de igualdade. Essa moralidade sustentava e sustenta o distanciamento social entre pessoas cindindo a

sociedade em classes/raças num processo de (re)criação de desigualdades. Esse *modus operandi* nasce na escravidão, corporifica-se na truculenta revolução industrial e amadurece no auge do processo de globalização da economia, que cada vez mais, lança seus tentáculos sedentos por lucros custe o que custar. Quão força tem esse inconsciente em romper os véus da história e permanecer subsidiando o domínio patriarcal, imperial, colonizador que vige até os dias atuais!

Tráfico, trabalho escravo, racismo. Como não pensar nessa linearidade, onde a dominação e a violência marcavam as relações, cerceavam as liberdades e matavam inocentes. Como não imaginar a dureza de caráter e convicção do dominador em destruir vidas, nações e culturas apenas para satisfazer desejos econômicos e de poder. E como não imaginar as repercussões maléficas que aviltaram por anos e anos as almas e o inconsciente do povo africano tão cruelmente depauperado...

A própria história da formação da classe operária brasileira foi profundamente contaminada pelo marco de 13 de maio de 1888, que também encontraria nessa efeméride seu ponto de mutação... O modelo de produção do Império do Brasil era escravista, não havia condições estruturais e conjunturais para que os trabalhadores livres e libertos alcançassem plena consciência de sua realidade social – situação piorada pela “anomia” herdada de seus ancestrais escravizados[...] (Cord; Souza, 2018, p. 411).

Sobre essa herança, Lélia Gonzalez (1982), eminente antropóloga e ativista negra, triangulando marxismo, psicanálise, ciências sociais e história, alegou que a neurose cultural brasileira que negava a estruturação de uma sociedade hierárquica e racista, por conseguinte, autoritária, tinha no racismo o seu sintoma por excelência. O mito da democracia racial foi e ainda é um dos mais eficazes mitos de dominação, impedindo a consciência objetiva e coletiva do racismo e o reconhecimento de suas práticas vis.

A ideologia de raça foi e é o motor principal na geração de subjetividades subalternizadas nos negros e narcisísticas nos brancos (Ratts; Rios, 2010; Oliveira, 2020). No *best seller* “Racismo Estrutural”, o advogado e professor Silvio Luiz de Almeida (2018) evidencia a natureza complexa e sistêmica do racismo. Ele argumenta que o racismo não se limita a ações individuais ou práticas institucionais isoladas, mas é enraizado em um processo histórico e político mais amplo. Isso significa que o racismo não é apenas sobre eventos isolados de discriminação, mas é parte de estruturas sociais mais amplas que perpetuam desigualdades com base na raça. Essas desigualdades podem se manifestar em diferentes áreas da vida, incluindo acesso a oportunidades educacionais, emprego, habitação, saúde e justiça. A compreensão do racismo como um fenômeno estrutural destaca a necessidade de abordar

não apenas os sintomas óbvios da discriminação racial, mas também as raízes profundas e sistêmicas que sustentam a desigualdade racial.

A partir dessa perspectiva, entende-se à fundamentação da “suspensão” de direitos fundamentais à população negra, como o não acesso ao trabalho digno e bem remunerado, à moradia, à segurança, à saúde, etc.

Raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social (Gonzales, 1982, p. 89-90).

A pandemia da Covid-19 atualiza e demarca bem essa “suspensão” de direitos. “Pandemia do coronavírus acentua o racismo estrutural no Brasil” (Pandemia [...], 2020).

Cem anos após a fatídica notícia imperiana, Alvinho, Hélio Turco e Jurandir questionaram a tal liberdade na obra de arte que compuseram para o desfile da Escola de samba Estação Primeira de Mangueira por ocasião do centenário da Lei Áurea: “100 Anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão”, vale a pena conferir!

“Será que já raiou a liberdade / Ou se foi tudo ilusão / Será, oh, será / Que a lei áurea tão sonhada / Há tanto tempo assinada / Não foi o fim da escravidão / Hoje dentro da realidade / Onde está a liberdade / Onde está que ninguém viu...”.

Lélia Gonzales (1982) aponta como as desigualdades raciais não são apenas um legado do passado, mas são perpetuadas pela estrutura desigual de oportunidades sociais no presente. Marca que os negros enfrentam desvantagens competitivas em todas as etapas do processo de mobilidade social individual, o que significa que têm menos chances de escapar das limitações de uma posição social baixa em comparação com os brancos que têm a mesma origem social. Além disso, enfatiza que os negros enfrentam maiores dificuldades para manter as posições sociais já conquistadas.

Essa análise sugere que alcançar a igualdade racial por meio de mecanismos baseados puramente no mercado parece improvável, dada a persistência das desigualdades estruturais e das barreiras enfrentadas pelos negros. O processo de mobilidade social e individual é afetado por essas desigualdades e evidencia a necessidade de abordagens mais amplas e políticas específicas para combater o racismo estrutural e promover uma verdadeira igualdade racial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Urge a necessidade de adotar políticas antirracistas que reconheçam e abordem as desigualdades estruturais enfrentadas por grupos demográficos específicos, como os negros. As políticas universalistas, que tratam todos como iguais, não são eficazes em promover igualdade de direitos para grupos que têm demandas e necessidades distintas devido às disparidades causadas pelo racismo.

É necessária uma abordagem focalizada, que reconheça e enfrente diretamente as injustiças enfrentadas pelos negros. Essa abordagem não trata as políticas focalizadas como medidas pontuais para corrigir falhas nas políticas universais, mas como uma necessidade fundamental para garantir os direitos civis, como o direito à vida, à não-discriminação e à livre circulação, que atualmente são privilégios para alguns e não direitos plenos para todos.

O ideal do embranquecimento, enraizado na história colonial e escravocrata do Brasil, tem perpetuado a desigualdade, a vulnerabilidade à violência e a falta de desenvolvimento para a maioria negra da população. Ao mesmo tempo, esse ideal é muitas vezes disfarçado sob a promoção da paz e da harmonia racial, silenciando as experiências e as vozes das vítimas negras da violência e da discriminação.

É importante reconhecer que o racismo não é estático, mas que evoluiu ao longo do tempo, se adaptando às mudanças sociais e políticas. Esse processo de sofisticação do racismo torna ainda mais desafiador combater suas manifestações contemporâneas, que muitas vezes se apresentam de forma velada ou institucionalizada.

A visibilidade das violências raciais é crucial para enfrentar e superar as injustiças que persistem na sociedade brasileira. Isso requer um reconhecimento honesto e corajoso das estruturas e padrões que perpetuam a desigualdade racial, assim como a implementação de políticas e práticas que promovam a equidade e a justiça para todos.

Precisamos de uma nova política da vida, onde sejam garantidas todas as condições que torna possível a manutenção da vida, uma nova política da vida coletiva com a criação e conservação de relações de solidariedade, uma política da vida mantenedora de uma ecologia de saberes, consciência e proteção ambiental, justiça sanitária, investimento no capital social e compromissada com um horizonte estratégico criando ligações, conexões e respostas para uma nova ética do bom viver, para o cuidado com a vida e a garantia de sua dignidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo Cultural**. São Paulo: Pólen, 2018.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal**. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.

CORD, M. M.; SOUZA, R. S. Trabalhadores livres e escravos. *In*: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, L. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONZALES, L. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUERRA de Secessão. **Wikipédia**, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Secess%C3%A3o. Acesso em: 01 fev. 2024.

OLIVEIRA, A. C. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Interritórios**, v. 6, n.10, p. 89-104. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Seminário “Entre o Global e o Local: Experiências de construção e territorialização de políticas e sistemas de cuidados na América Latina e no Caribe”**. 27- 29 fev. 2024.

PACHECO, D.; BRANDÃO, J. **Racismo estrutural e segurança pública**. Nota técnica. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

PANDEMIA do coronavírus acentua o racismo estrutural no Brasil. **Carta Capital**, 26 jun. 2020. Disponível em: www.cartacapital.com.br/opiniao/pandemia-do-coronavirus-acentua-o-racismo-estrutural-no-brasil/. Acesso em: 10 jun. 2023.

RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

SCHWARCZ, L. M. Teorias Raciais. *In*: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: como, por que e para quê?!

SCIENTIFIC DISSEMINATION: how, why and for what?!

Andreia Juliana Rodrigues Caldeira

Vanessa Gisele Pasqualotto Severino

Marijara de Lima

RESUMO: Uma sociedade democrática prospera quando seus cidadãos não apenas desenvolvem habilidades de raciocínio lógico, mas também estabelecem conexões profundas entre o aprendizado acadêmico e a realidade cotidiana. Essa capacidade é fundamental para uma participação ativa e informada na resolução de desafios sociocientíficos contemporâneos. Para atingir esse ideal, é imperativo fomentar a utilização de linguagens acessíveis e envolventes que despertem o interesse e a curiosidade pelo conhecimento científico. A divulgação científica surge, então, como uma ferramenta crucial para promover uma educação científica abrangente e contribuir para a construção de uma sociedade mais crítica e bem informada. Deste modo, este trabalho tem como objetivo discutir os conceitos e as estratégias de divulgação e popularização da ciência, destacando sua importância para a formação de cidadãos capacitados para enfrentar os desafios do futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento científico; Analfabetismo científico; Metodologia científica; Educação básica; Ensino superior.

***ABSTRACT:** A democratic society thrives when its citizens not only develop logical reasoning skills, but also establish deep connections between academic learning and everyday reality. This capacity is fundamental for active and informed participation in resolving contemporary socio-scientific challenges. To achieve this ideal, it is imperative to encourage the use of accessible and engaging languages that arouse interest and curiosity in scientific knowledge. Scientific dissemination therefore emerges as a crucial tool to promote comprehensive scientific education and contribute to the construction of a more critical and well-informed society. Therefore, this work aims to discuss the concepts and strategies for disseminating and popularizing science, highlighting its importance for the formation of citizens capable of facing the challenges of the future.*

***KEYWORDS:** Scientific literacy; Scientific illiteracy; Scientific methodology; Basic education; University education.*

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de discutir os conceitos e meios para viabilizar a divulgação e popularização da ciência, bem como destacar sua importância para a formação de cidadãos aptos a enfrentar os desafios do futuro, este trabalho explicitará conceitos inerentes à temática

divulgação e popularização científica. A discussão justifica-se pela necessidade de evidenciar ao leitor a relevância de se entender o quanto a pesquisa e a ciência estão presentes no cotidiano, e não apenas no âmbito acadêmico ou científico propriamente dito.

É importante entender que a divulgação científica é mais um instrumento que contribui, de fato, para mitigar a distância entre a produção dos conhecimentos científicos, o saber escolar e a sociedade. Além disso, cria espaços de reflexão acerca das efetivas contribuições da ciência e da tecnologia na melhoria da vida em sociedade. Nesse sentido, é salutar definir estratégias científicas, políticas, educacionais e culturais capazes de alterar a relação dos seres humanos com o meio onde vivem.

Para tanto, metodologicamente este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica. A fim de atingir o objetivo proposto, o primeiro tópico aborda os conceitos de divulgação científica e popularização científica. No segundo tópico, são apresentadas as diferenças entre projetos de pesquisa e projetos de DC/PC, e no que segue exemplifica-se locais em que estes podem ocorrer. No tópico seguinte, evidencia-se a importância de criar estratégias distintas para cada público-alvo. Mais a frente, citam-se algumas práticas relevantes para que a DC/PC seja inserida na atividade acadêmica e no cotidiano da sociedade. Por fim, sendo o último tópico, seguem-se as considerações finais.

2 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA X POPULARIZAÇÃO CIENTÍFICA

Uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela em que os cidadãos não apenas possuem a capacidade de desenvolver o raciocínio lógico, mas também de estabelecer conexões significativas entre os conteúdos estudados e sua própria realidade. Essa habilidade permite questionar, refletir e debater uma ampla gama de temas, enquanto participam ativamente das decisões voltadas à resolução dos desafios sociocientíficos contemporâneos (Barata, 2015; Sousa *et al.*, 2019). Para alcançar esse ideal, é imperativo cultivar linguagens acessíveis e envolventes, capazes de despertar no público o interesse genuíno pela busca do conhecimento científico e tecnológico, promovendo assim uma participação informada e crítica na construção do futuro da sociedade.

Embora os termos “divulgação científica” (DC) e “popularização científica” (PC) frequentemente sejam usados de forma intercambiável, eles podem ter nuances distintas, dependendo do contexto. Em geral, ambos se referem a esforços para tornar o conhecimento científico acessível ao público em geral, mas as ênfases e abordagens podem variar. A DC

concentra-se principalmente na transmissão de informações científicas de maneira clara e compreensível, muitas vezes direcionada a públicos específicos, como estudantes, profissionais de outras áreas ou mesmo a comunidade científica em um campo específico. O objetivo é comunicar descobertas e avanços recentes, mantendo a precisão e o rigor científico. Por outro lado, a PC busca tornar a ciência mais atraente e interessante para um público mais amplo, muitas vezes utilizando abordagens mais criativas, como mídia de entretenimento, eventos interativos ou linguagem menos técnica. A ênfase está em despertar o interesse público pela ciência, independentemente de detalhes específicos, promovendo uma apreciação mais ampla do método científico e suas implicações na sociedade (Bueno, 2010; Caldeira; Calaça; Ayres, 2022; Caldeira; Santos, 2022; Sousa *et al.*, 2019).

Ao tornar a ciência mais acessível, a DC/PC não apenas combatem a desinformação, mas também estimulam o pensamento crítico, fomentam o interesse em áreas Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) e fortalecem a relação entre a comunidade científica e a sociedade. Essa ponte entre a academia e o público é essencial para a construção de uma sociedade informada, capacitada a tomar decisões embasadas em evidências, além de inspirar futuras gerações de cientistas e cidadãos conscientes (Caldeira; Calaça; Ayres, 2022; Caldeira *et al.*, 2023; Caldeira; Santos, 2022).

3 PROJETOS DE PESQUISA X PROJETOS DE DC/PC

Embora projetos de pesquisa e projetos de DC/PC possam se beneficiar um do outro, especialmente ao criar uma ponte entre a academia e o público, eles se concentram em aspectos diferentes do processo científico. Do ponto de vista prático, um projeto de pesquisa busca avançar o conhecimento em uma área específica por meio de investigação original, rigor metodológico e contribuição para a literatura científica, direcionado principalmente a acadêmicos. Por outro lado, um projeto de DC/PC tem o propósito de tornar o conhecimento científico acessível, utilizando linguagem alcançável e meios comunicativos envolventes, direcionado a uma audiência mais ampla, incluindo estudantes e o público em geral. Portanto, enquanto a pesquisa científica busca descobertas inovadoras, a DC/PC visam compartilhar e popularizar essas descobertas. Deste modo, é possível implementar dentro de qualquer projeto de pesquisa científico, metas de DC/PC ao incluir atividades (Figura 1) como ciclo de palestras, exposições interativas, vídeos educativos, *podcasts*, *websites*, eventos com a

comunidade, entre outros (Caldeira; Calaça; Ayres, 2022; Caldeira; Santos, 2022; Caldeira *et al.*, 2023).

Figura 1 - Recursos de Divulgação e Popularização da Ciência



Fonte: Caldeira, 2024.

Vários autores já revelaram experiências em DC/PC em forma de projetos, como Deccache-Maia *et al.* (2010), que criaram estratégias para aproximar os laboratórios da população em geral, principalmente crianças em idade escolar, em um programa itinerante que difunde informações sobre saúde e prevenção de doenças. Gaspar e Sopelete (2013) realizaram um trabalho que usam *podcast* e *blog* como forma de educação e DC/PC a respeito dos temas alergia e leite materno, enfatizando principalmente pessoas com baixa acuidade visual. Caldeira e Santos (2022) popularizaram a segurança alimentar de pescado a partir do uso de história em quadrinhos. Caldeira *et al.* (2023) relataram atividades em diferentes ambientes para comemorar a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), com o intuito de popularizar a ciência para diferentes públicos. Há também inúmeros periódicos que dedicam parte de suas publicações a trabalhos realizados, usando metodologias de DC (Caldeira; Calaça; Ayres, 2022).

4 ONDE FAZER DC/PC

A DC/PC comporta as mais diversas atividades (Figura 2), inclusive aquelas conduzidas por museus, planetários, zoológicos, aquários, jardins botânicos, sítios arqueológicos e monumentos etnográficos. Ela também engloba meios de comunicação, como documentários televisivos, feiras de ciências, revistas especializadas, artigos em periódicos, *podcasts*, *websites*, *blogs* e diversas plataformas de redes sociais. A troca de informações entre cientistas em instituições de pesquisa, a produção de livros e outros materiais informativos, assim como a presença marcante da ciência em canais de televisão dedicados exclusivamente à sua divulgação, refletem o notável interesse dos meios de comunicação em tornar a ciência um tema central em sua abordagem (Caldeira; Calaça; Ayres, 2022; Caldeira; Santos, 2022; Romaní *et al.*, 2018).

Figura 2 - Onde realizar atividades de DC/PC?



Fonte: Caldeira, 2024.

As universidades e institutos de pesquisa do Brasil precisam, urgentemente, criar programas de divulgação científica que sejam estruturados, financiados e contêm recursos humanos qualificados na área de comunicação. A comunicação científica é uma questão de sobrevivência perante a opinião pública e um desafio que deve ser enfrentado tanto pelos cientistas quanto pelas suas instituições. A existência de uma assessoria de imprensa, por si

só, não é suficiente para melhorar a comunicação com a sociedade. É fundamental fomentar uma cultura científica dentro da academia e criar uma infraestrutura de apoio adequada, que permita aos interessados em DC/PC trabalhar com um mínimo de sucesso. Nenhum pesquisador deve ser obrigado a se dedicar à DC/PC, mas todos deveriam ser incentivados a fazê-lo. Isso pode ser alcançado por meio de treinamentos específicos, alocação de recursos e reconhecimento institucional. Promover a comunicação científica de maneira eficaz não apenas fortalece a conexão entre ciência e sociedade, mas também aumenta a compreensão pública sobre a importância e os impactos da pesquisa científica (Escobar, 2018; Muniz 2018).

5 NA TRANSPOSIÇÃO, DESCUBRA SEU PÚBLICO-ALVO!

Na DC/PC, a importância de criar estratégias distintas para cada público-alvo é fundamental para maximizar o impacto e a eficácia da comunicação (Figura 3). Diferentes grupos possuem níveis variados de familiaridade com conceitos científicos e diferentes formas de consumir informação. Adaptações na linguagem, formato e canais de comunicação são essenciais para atender às necessidades específicas de estudantes, público leigo, profissionais de áreas correlatas e até mesmo outros cientistas. Ao personalizar abordagens, é possível despertar o interesse, facilitar a compreensão e promover o engajamento, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais informada e cientificamente consciente. Da Silva (2015), por exemplo, avaliou o uso de cartilha de educação sexual no contexto infantil. Já a “Revista Hoje da Criança”¹ traz vários temas adaptados ao universo infantil. Cita-se também os materiais produzidos pela Mauricio de Sousa Produções², em parceria com a UNICEF, com informações sobre o coronavírus e a COVID-19.

Na concepção de Escobar (2018), a comunicação é uma arte que exige estudo, treinamento, experiência e qualificação para ser realizada com qualidade. Não se pode esperar que um cientista saiba comunicar-se eficazmente, assim como é injusto esperar que um comunicador saiba fazer ciência. Criar uma página na internet e enchê-la de conteúdo ou fazer postagens diárias nas redes sociais é inútil se esse conteúdo não tiver a linguagem certa e a formatação ideal para o público-alvo desejado. Não basta que a informação seja cientificamente correta; é necessário utilizar plataformas multimídia e explorar ferramentas de

¹ Disponível em: <http://chc.org.br/>.

² Disponível em: <https://uni.cf/38Iof0c>.

vídeo, áudio, fotografia, desenho e animações. A concorrência pela atenção das pessoas no mundo digital é feroz, e a internet está cheia de conteúdos inúteis ou esquecidos que não atingem ninguém.

Em suma, a comunicação científica é um investimento em longo prazo, de caráter educativo, que visa minimizar os efeitos do analfabetismo científico. A conscientização sobre a importância da ciência não surgirá espontaneamente na sociedade; é algo que precisa ser construído, semeado e cultivado diariamente. É essencial desenvolver estratégias de comunicação eficazes para garantir que a mensagem científica atinja e ressoe com o público, promovendo uma sociedade mais informada e cientificamente literada.

Figura 3 - Para cada público, uma estratégia diferente!



Fonte: Caldeira, 2024.

6 COMO AJUDAR A DC/PC?

A DC/PC é mais do que uma prática, é um compromisso social vital, capacitando a sociedade com conhecimento acessível e promovendo a participação informada nas decisões que moldam nosso futuro sociocientífico. A DC/PC representa um compromisso social do cientista, que pode permitir o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação a si mesmo, aos outros e ao mundo. Deste modo, é preciso pensar em formas de valorizar e incluir

a DC/PC no contexto acadêmico. Algumas práticas são citadas, as quais poderão ser relevantes para que a DC/PC passe a fazer parte da atividade acadêmica e do cotidiano da sociedade:

- 1 – Procure canais da sua área de pesquisa e interesses;
- 2 – Recomende os conteúdos de DC/PC;
- 3 – Inclua a DC/PC em pedidos de financiamentos;
- 4 – Inclua a DC/PC no processo decisório de seu departamento ou grupo de ensino e pesquisa;
- 5 – Esteja disponível para entrevistas aos canais de DC/PC;
- 6 – Incentive a DC/PC a seus estudantes e orientandas(os);
- 7 – Não trate a DC/PC como algo secundário e voluntário, envolva-se no processo.

A DC/PC eficaz envolve uma combinação de criatividade, acessibilidade e engajamento contínuo com diferentes públicos. Adotar uma abordagem multidisciplinar e utilizar diversas plataformas e métodos pode maximizar o impacto das suas iniciativas. Ações de DC/PC são cruciais para aumentar o conhecimento público, inspirar futuras gerações e fomentar uma sociedade mais informada. Deste modo, aqui estão algumas estratégias e iniciativas que podem ajudar nesse objetivo:

Utilização das Redes Sociais:

- Crie perfis em plataformas como *Instagram*, *Twitter*, *Facebook* e *TikTok* para compartilhar descobertas científicas, curiosidades e explicar conceitos de maneira acessível;
- Use infográficos, vídeos curtos e histórias interativas para engajar o público.

Escrita e Publicação de Artigos:

- Escreva artigos e colunas para jornais, revistas populares e *blogs* científicos;
- Publicações em plataformas como *Medium* ou *LinkedIn* podem alcançar um público mais amplo.

Organização de Eventos e Palestras:

- Organize palestras, *workshops* e seminários para o público em geral, estudantes e professores;

- Organização de eventos como noites de ciência, feiras científicas e exposições interativas também podem atrair a comunidade.

Parcerias com Escolas e Universidades:

- Colabore com instituições educacionais para incluir atividades de DC/PC em seus currículos;
- Ministre palestras ou organize visitas a laboratórios e centros de pesquisa.

Produção de Conteúdo Audiovisual:

- Crie vídeos educativos, documentários e *podcasts* sobre temas científicos;
- Utilize plataformas como *YouTube* e *Spotify* para alcançar um público diversificado.

Utilização de Mídias Tradicionais:

- Participe de programas de televisão e rádio para discutir temas científicos de maneira acessível;
- Escreva colunas e dê entrevistas para jornais e revistas.

Desenvolvimento de Materiais Educativos:

- Produza livros, revistas, quadrinhos e materiais didáticos que expliquem conceitos científicos de forma divertida e envolvente;
- Crie aplicativos e jogos educativos que promovam o aprendizado de ciências.

Mostras e Exposições Científicas:

- Promova eventos e mostras científicas; estas iniciativas são fundamentais para promover a ciência de forma visual e interativa;
- Promova projetos que destaquem a importância da diversidade na ciência e inspirem jovens a seguir carreiras científicas;
- Organize ou participe de feiras de ciências onde estudantes possam apresentar seus projetos e aprender com os trabalhos dos colegas;
- Crie clubes de ciências nas escolas para estimular o interesse e a curiosidade científica entre os alunos desde cedo.

Workshops e cursos de capacitação e investida na colaboração com cientistas e Pesquisadores e na ciência cidadã:

- Ofereça *workshops* e cursos de curta duração para professores e divulgadores de ciência, focando em novas metodologias e ferramentas de ensino;
- Envolver cientistas e pesquisadores em iniciativas de divulgação para trazer conteúdo atualizado e relevante diretamente das fontes;
- Incentive a participação do público em projetos de ciência cidadã, onde pessoas comuns podem contribuir para pesquisas científicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A DC/PC representa um compromisso social crucial, desempenhando um papel essencial na construção de uma sociedade informada e engajada. Ao tornar o conhecimento científico acessível e compreensível para o público em geral, esse compromisso visa dissipar barreiras entre a ciência e a sociedade, promovendo a compreensão e o apreço pela importância da pesquisa. Ao comunicar de maneira clara e envolvente os avanços científicos, a DC/PC capacita os cidadãos a tomar decisões mais informadas em questões que envolvem ciência e tecnologia. Isso é particularmente relevante em um mundo onde desafios sociocientíficos complexos exigem uma compreensão pública sólida para encontrar soluções eficazes. Além disso, ao estimular o interesse público pela ciência, a DC/PC contribui para a formação de uma cultura científica, fomentando o pensamento crítico, o questionamento e a curiosidade. Esses elementos são essenciais para o progresso contínuo da sociedade e para a preparação de indivíduos para um mundo cada vez mais orientado pela inovação e avanços tecnológicos. Portanto, a DC/PC não é apenas uma ponte entre a comunidade científica e o público, mas também uma manifestação do compromisso social em promover a educação, a cidadania informada e a valorização do método científico como um componente fundamental para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

BARATA, G. Em revisão: o impacto da produção científica brasileira para o Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 4, p. 6-8, 2015. DOI 10.21800/2317-66602015000400003.

Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000400003. Acesso em: 09 jan. 2024.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15nesp.p. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33484>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CALDEIRA, A. J. R.; CALAÇA, F. J. S.; AYRES, F. M. F. A arte científica como ferramenta na divulgação científica. In: PAULA, J. A. M.; AMARAL, V. C. S. (Coord.). **Métodos e técnicas aplicados na pesquisa interdisciplinar em saúde**. Anápolis: Editora UEG, 2022. p. 535-552. Disponível em: https://cdn.ueg.edu.br/source/universidade_estadual_de_goias_306/noticias/59227/2022_Ebook_metodos_e_tecnicas_aplicados_na_pesquisa.pdf. Acesso em: 09 jan. 2024.

CALDEIRA, A. J. R.; JESUÍNO, R. S. A.; AGUIAR, T. F. M.; OLIVEIRA, H. D. A ciência é pop: ações de popularização de ciências em diferentes espaços. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 97-112, jul.-dez. 2023. DOI: 10.14393/REE-v22n22023-68063. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/68063>. Acesso em: 11 maio 2024.

CALDEIRA, A. J. R.; SANTOS, M. J. Uso da história em quadrinhos como ferramenta de divulgação do conhecimento sobre *Anisakis* spp. e formas de prevenção da anisakiase, em evento de divulgação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 686-703, 2022. DOI: 10.29397/reciis.v16i3.2461. Disponível em: <https://www.reciiis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2461>. Acesso em: 11 maio 2024.

DA SILVA, F. M. Como falar sexo-sexualidade-gênero para criança: A ciência nos manuais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em: <https://bit.ly/2K3OiFA>. Acesso em: 11 jan. 2024.

DECCACHE-MAIA, E.; PIRES-SANTOS, G. M.; FONTES, A. M. S.; FERNANDES, T.; CASTRO MELO, A. P.; TRUEB, I.; VIEIRA, A. do C.; GONÇALVES, G. R. C. S.; PAIXÃO, I.; ALBERGARIA, I.; VANNIER-SANTOS, M. A. Science popularization for preventing endemic diseases. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 43, n. Suplemento 2, p. 18-23, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3bwu5ng>. Acesso em: 14 maio 2024.

ESCOBAR, Herton. Divulgação científica: faça agora ou cale-se para sempre. **ComCiência e divulgação científica**, v. 1, p. 31-36, 2018. Disponível em: https://www.estante.labjor.unicamp.br/wp-content/uploads/2018/12/livrocomciencia_cb.pdf#page=33. Acesso em: 14 maio 2024.

GASPAR, J. A.; SOPELETE, M. C. Divulgação científica em saúde e inclusão: campo de atuação docente e discente. In: **Anais do Encontro de Pesquisa em Educação e Congresso Internacional de Trabalho Docente e Processos Educativos**. 2013. p. 76-87. Disponível em: <https://bit.ly/38A80SZ>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MUNIZ, Ricardo Whiteman. A universidade calada. **ComCiência e divulgação científica**, p. 37, 2018.

ROMANI, F.; PARIASCA, J. C.; MADRI, J. A.; HERRERA, D. E. Disseminação científica no campo da saúde pública. A experiência do Instituto Nacional de Saúde. **Revista Peruana de Medicina Experimental e Saúde Pública**, v. 35, n. 3, p. 515-522. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2LmYgmd>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SOUSA, R. C.; ARANHA, C. P.; SILVA, A. F. G.; ROCHA, J. R. #CiênciaÚtil: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em escolas do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 4, 2019. DOI: 10.20873/uft.rbec.v4e6110. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/6110>. Acesso em: 14 jan. 2024.

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 4

PARTE 2

TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS

LINHA DE PESQUISA:
Educação, Cultura e Comunicação

ISBN: 978-65-89165-20-0

**INCLUSÃO ESCOLAR: a importância da afetividade
na ambientação do aluno com espectro autista**

*SCHOOL INCLUSION: the importance of affection
in the environment of students with autism spectrum disorder*

Sarah Gonçalves Barros
Pollyana Pereira Romeiro de Sousa

RESUMO: Tem sido cada vez maior o número de diagnóstico de crianças com autismo. Nesse sentido, a presente pesquisa científica nasceu do desejo de mostrar se a influência da afetividade contribui no processo ensino-aprendizagem e na inclusão desse aluno no ambiente escolar. O tema justifica-se pela importância da afetividade nas interações entre professor, aluno e o meio. Destaca-se a figura do professor, que precisa ter um olhar cuidadoso e acreditar que o autista também aprende. Este trabalho traz os seguintes questionamentos: O que é Transtorno do Espectro Autista? De que maneira ocorre a inclusão desse aluno? Como a afetividade pode contribuir na aprendizagem da criança autista? Quais intervenções pedagógicas podem ser utilizadas no ambiente escolar? Assim, adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, qualitativa, segundo os autores Lev S. Vygotsky, Henri Wallon e Eugênio Cunha, entre outros teóricos e a Declaração de Salamanca.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; inclusão; afetividade; aprendizagem; aluno.

***ABSTRACT:** The number of diagnoses of children with autism has been increasing. In this sense, the present scientific research was born from the desire to show whether the influence of affectivity contributes to the teaching-learning process and the inclusion of this student in the school environment. The theme is justified by the importance of affection in interactions between teacher, student and the environment. The figure of the teacher stands out, who needs to have a careful look and believe that autistic people also learn. This work raises the following questions: What is Autism Spectrum Disorder? How is this student included? How can affectivity contribute to the learning of autistic children? What pedagogical interventions can be used in the school environment? Thus, bibliographical, qualitative research was adopted as a methodology, according to the authors Lev S. Vygotsky, Henri Wallon and Eugênio Cunha, among other theorists, and the Salamanca Declaration.*

KEYWORDS: Autism; inclusion; affectivity; learning; student.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento, no qual afeta áreas importantes, como a comunicação, a interação social, advinda de comportamentos restritos e repetitivos.

Esse assunto tem sido discutido com maior relevância na sociedade, pois se leva em consideração o aumento de crianças diagnosticadas com o transtorno. Por isso, se faz necessária a observação de todos os sintomas de forma precoce, para que recebam o tratamento adequado por uma equipe multiprofissional capacitada, para atender cada indivíduo de forma única.

No que tange à inclusão de educandos autistas, a pesquisa pretende mostrar a importância da afetividade nesse processo. Enfatiza-se que essas crianças são sujeitas de direitos e como as demais necessitam do acesso à educação, como a lei garante a todos sem exceção, para eliminar as barreiras e abrir caminhos para o conhecimento.

Dessa forma, ao avaliar os aspectos essenciais do ato de aprender e considerar a influência da afetividade como propulsora da aprendizagem da criança, a presente pesquisa deseja responder aos seguintes questionamentos: O que é Transtorno do Espectro Autista? De que maneira ocorre a inclusão desse aluno? Como a afetividade pode contribuir na aprendizagem da criança autista? Quais intervenções pedagógicas podem ser utilizadas no ambiente escolar? Para compreender melhor a influência da afetividade no TEA, a fim de contribuir de forma integral em seu desenvolvimento, este trabalho foi dividido em três tópicos, nos quais seguirão a seguinte ordem:

Após a apresentação da metodologia, aborda-se o autismo de acordo com as concepções do DSM-V (2014) e de Cunha (2019), ao se apresentar suas características, causas e possível diagnóstico. Além disso, esclarece-se a questão da inclusão do aluno autista no ambiente escolar, tratando-o como sujeito de direitos, para romper qualquer discriminação na sociedade, sobre a luz da Declaração de Salamanca.

Em seguida, discute-se a influência da afetividade no desenvolvimento da criança, a partir das relações sociais e o meio no qual ela está inserida. Nesse sentido, destaca-se a figura do professor como peça fundamental nesse processo, bem como mostra como o educador poderá utilizar a afetividade como ferramenta pedagógica. Em seguida, são abordadas as diferentes perspectivas sobre a afetividade segundo Vygotsky, Cunha e Wallon, que foi o que mais se aprofundou nesse assunto.

Por último, são exploradas intervenções pedagógicas no ambiente do aluno autista, em que se traz os principais métodos de intervenções que podem ser usados, a saber o TEACCH e o ABA, tanto por equipes multidisciplinares como pelo educador e pela família, para promover a autonomia desses discentes.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa bibliográfica qualitativa, com base nos autores Lev S. Vygotsky, Henri Wallon e Eugênio Cunha, entre outros, bem como na Declaração de Salamanca (1994).

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

3.1 Transtorno do Espectro Autista: *características, causas e diagnóstico*

Com base no Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-V), o TEA é caracterizado por um distúrbio do neurodesenvolvimento, que afeta as áreas cognitivas, de comunicação, interação social e padrões de comportamentos restritivos e repetitivos.

Os primeiros sinais do autismo ocorrem antes dos três anos de idade, período em que se tornam evidentes. Suas causas ainda não foram definidas, mas estudiosos apontam para fatores genéticos. Observam-se falhas na comunicação, seguidas da dificuldade de iniciar uma conversa, bem como de interagir com as pessoas, tanto do seu ambiente como as de fora (Cunha, 2019).

Orrú (2012) expõe que, para se chegar a um possível diagnóstico, faz-se necessária a observação contínua e atenta do comportamento da criança. Como visto, isso pode tornar o diagnóstico um processo demorado, considerando o grau de comprometimento dos sintomas que podem se manifestar de maneiras diferentes de um indivíduo para o outro.

Dentre os critérios dos sintomas, Cunha (2019, p. 28) contribui:

retrair-se e isolar-se das outras pessoas, não manter contato visual, resistir ao contato físico, resistência ao aprendizado, não demonstrar medo diante de perigos reais, não atender quando chamada, birras, não aceitar mudança de rotina, usar as pessoas para pegar objetos, hiperatividade física, agitação desordenada, calma excessiva, apego e manuseio não apropriado de objetos, movimentos circulares no corpo, sensibilidade

a barulhos, estereotípias, ecolalias, não manifestar interesse por brincadeiras, compulsão.

Além dessas características, pessoas com o TEA podem apresentar dificuldades de linguagem, como a fala atrasada. Muitos podem se automutilar, como se cortar, bater a cabeça, se morder. Portanto, podem desenvolver depressão, ansiedade e irritabilidade. Já em outros, a tranquilidade excessiva pode prejudicar a interação social.

A conscientização sobre o tema é fundamental para informar as pessoas sobre o que é o autismo, reduzindo mitos e conceitos em torno desse diagnóstico. O acesso à informação ajuda pais, professores e familiares de crianças com TEA a conhecer melhor as características do transtorno e lidar com ele.

3.1.1 Inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar

Para Santos (2021), na perspectiva da educação inclusiva, o contexto educacional brasileiro surgiu com muitas lutas e uma legislação que passou a acolher de fato as pessoas com deficiência a partir da Declaração de Salamanca (1994).

A autora (2021) acresce que esse documento trouxe para as escolas o desafio do acesso à matrícula de todos os alunos, bem como as adaptações necessárias, levando-se em conta as necessidades de cada um nas classes comuns de ensino.

Ao considerar essas necessidades, Santos (2021) defende que, por se tratar de uma síndrome do neurodesenvolvimento, o TEA traz consequências para o desenvolvimento e isso faz com que os próprios educadores criem resistência em relação ao aprendizado desses indivíduos, o que dificulta o seu processo de inclusão. Não significa dizer que a criança autista não aprenda, pelo contrário. A respeito disso, Cunha (2020, p. 15) menciona: “O autista aprende. [...] A aprendizagem é característica de todos os seres humanos [...]”. Por essa razão, faz-se necessário romper com as barreiras que dificultam a aprendizagem e acreditar no potencial desses alunos é o primeiro passo para a inclusão.

Nesse sentido, o pesquisador (2019) adita que, ao se falar em inclusão, há uma condução sobre imaginar o ambiente, pois não se pode pensar em inclusão escolar, sem pensar em ambiente inclusivo, onde o professor através de um olhar atento e cuidadoso possa cativar as potencialidades de todos os alunos a fim de romper contra toda a fonte de discriminação que impede a inclusão.

Cunha (2020) acrescenta que a Lei n. 12.764, ou “Lei Berenice Piana”, que fundamenta a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do

Espectro Autista, reconhece, para fins legais, o estudante com essa síndrome como pessoa com deficiência. Esta lei significou um grande avanço na história de indivíduos com autismo, garantindo direitos como à educação, a tratamento, terapias, medicamentos, lazer, entre outros.

3.2 Afetividade: *conceituação e importância no processo da aprendizagem*

Wallon (1995) revela que a “Afetividade é tudo que o afeta e sob esse olhar, pode ser algo prazeroso ou não. As expressões das emoções são mais intensas e de amplas proporções quanto mais novas são as crianças [...]”. Ainda segundo este autor, quem afeta, é de alguma forma afetado. Essa frase traz a reflexão sobre os contatos afetivos que, primeiramente, se fazem presentes na família, sendo pais, irmãos, ou seja, pessoas de maior vínculo, responsáveis por oferecer carinho, amor, respeito, confiança, sentimentos esses que devem estar presentes desde o ventre materno.

Cunha (2008) pondera que os professores, por sua vez, devem criar um relacionamento de proximidade com seus alunos e, com efeito, exercem um papel fundamental na vida dessas crianças, pois suas ações e expressões são referências para elas. Referências essas que podem ser positivas ou negativas, dependendo da maneira como o educador está agindo para alcançar uma aprendizagem satisfatória. O afeto, portanto, é uma estratégia pedagógica que o professor pode utilizar para despertar o interesse do aluno e promover o aprendizado almejado.

Ao se considerar a afetividade como ferramenta pedagógica do professor, o autor (2008, p. 69) expressa:

Há professores - mesmo com pouquíssimos recursos - que afetam tanto que são capazes de transformar suas salas de aula em dínamos de inteligência, mesmo recitando o catálogo telefônico. Pode ser um exagero usar o catálogo como metáfora, mas na verdade, em nossa memória, o que mais conservamos são as coisas que nos afetam, para o bem ou para o mal.

Em suma, a afetividade pode ser grande parceira do professor em sua metodologia de ensino, o que implica dizer que o educador precisa conhecer o seu aluno, e estabelecer, no ambiente da sala de aula, um lugar acolhedor, onde o respeito e afeto devem andar sempre juntos.

3.2.1 Afetividade e aprendizagem na visão de Lev S. Vygotsky

Para compreender a abordagem de Vygotsky, é necessário considerar o aspecto social, já que ele entendia o desenvolvimento humano a partir de um contexto sociocultural, no qual o homem se constitui nas interações do meio em que está inserido.

Sendo assim, sobre a construção do desenvolvimento, Vygotsky considera que a linguagem e o pensamento devem caminhar juntos nesse processo de comunicação do indivíduo com o seu meio. Sobre a origem do pensamento, Taille, Oliveira e Dantas (2019, p. 118) elucidam:

Vygotsky menciona, explicitamente, que um dos principais defeitos da psicologia tradicional é a separação entre os aspectos intelectuais, de um lado, e os volitivos e afetivos de outro, propondo a consideração da unidade entre esses processos. Coloca que o pensamento tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção. Nessa esfera estaria a razão última do pensamento e, assim, uma compreensão completa do pensamento humano, só é possível quando se compreende sua base afetivo-volitiva.

Vygotsky mostra que a afetividade está presente nos pensamentos, nas ideias, no comportamento e nas atitudes de uma pessoa, através de seus desejos, interesses e necessidades. Portanto, vale destacar quão significativa deve ser a relação professor-aluno dentro da sala de aula, o que dependerá de como o docente usará o afeto para despertar o interesse para que essa aprendizagem aconteça.

3.2.2 Afetividade e aprendizagem na visão de Henri Wallon

Na percepção de Corrêa (2016), Henri Wallon foi um filósofo, médico, psicólogo e político francês, que se tornou grande cientificamente por trabalhar o desenvolvimento da inteligência a partir do público infantil dentro de um contexto das relações interpessoais, históricas e culturais, em razão do meio em que a criança está inserida. Ele foi o teórico que mais se aprofundou nos estudos sobre a influência da afetividade no processo ensino-aprendizagem do indivíduo.

Quanto às relações com o outro, Wallon (2017, p. 55) aponta:

a criança, permanece meses e anos sem nada poder satisfazer dos seus desejos senão por intermédio de outrem. O seu único instrumento vai, portanto, ser o que a põe em relação com aqueles que a rodeiam, isto é, as suas próprias reações, que

suscitam nos outros comportamentos proveitosos para ela e as reações dos outros que anunciam estes comportamentos ou comportamentos contrários.

Wallon diz que tudo vai depender de como foram as experiências dessa criança com o ambiente onde ela esteve, à medida que suas reações resultantes mostrarem se tiveram influências positivas ou negativas desse meio. Assim, se os estímulos forem satisfatórios, ela terá maiores chances de aprendizagem, do contrário, ela poderá regredir (Corrêa, 2016).

3.3 Intervenções pedagógicas no ambiente do aluno autista

Para promover a aprendizagem da criança com autismo e possibilitar maneiras concretas para que seu desenvolvimento aconteça, é importante que o professor conheça as suas especificidades, o que ela gosta de fazer, suas necessidades. Sobre a relação do professor com o aluno autista, Cunha (2020, p. 126) argumenta:

No contexto do autismo, em termos práticos, podemos dizer que, primeiramente, o professor reconhece as habilidades do educando e as que devem ser adquiridas. É a constituição da aprendizagem no campo pedagógico. Em muitos casos, trata-se do início da comunicação, da interação entre professor e aluno. Ainda que seja apenas pelo olhar ou pelo toque, surgem as primeiras respostas ao trabalho escolar.

Portanto, para que esse processo aconteça, é essencial a construção das habilidades sociais e a autonomia do educando. O educador possui uma relevante missão de prover meios e ações educativas em um ambiente que precisa atender as necessidades do educando.

Para que a criança autista não se torne um adulto incapaz de realizar tarefas simples do dia a dia, precisa aprender diversas atividades que a tornará mais independente durante seu crescimento. Essas atividades são escolhidas em razão da sua utilidade para a vida social. Tomar banho, escovar os dentes, vestir-se e fazer as refeições é o que toda criança precisa aprender (Cunha, 2019, p. 34).

Em consequência de todas essas possibilidades no processo de aprendizagem do educando autista, vale destacar algumas práticas pedagógicas importantes, que podem ser utilizadas pelo educador em sala de aula no processo ensino-aprendizagem com crianças com TEA, como descrito no quadro a seguir:

Quadro 1 – Intervenções pedagógicas para sala de aula com o aluno autista

ASPECTOS	INTERVENÇÕES DO PROFESSOR
Capacidade sensorial	Quanto à sensibilidade auditiva, com qualquer criança ou adolescente, em qualquer contexto, é sempre bom falar baixo e procurar manter o ambiente mais equilibrado possível. Quanto ao campo visual, o professor necessita mostrar-lhe constantemente os objetos, dizendo-lhes os nomes, sempre que ele estiver realizando uma tarefa, conduza seu olhar para aquilo que ele faz.
Capacidade de simbolizar	O educador pode promover atividades que estimulem a imaginação e a criatividade, como copiar e recopiar desenhos, inserir sempre modificações, utilizar materiais pedagógicos com diferentes combinações de execução ou contar e recontar histórias, modificando-as continuamente, nos casos em que há a comunicação verbal.
Linguagem	Toda a relação com o autista deve possuir o caráter afetivo e ser provida de expressões claras e objetivas. O professor deve procurar olhar sempre para ele, chamá-lo pelo nome, identificar-se, apontar, dizer os nomes dos objetos, dos sentimentos, expressar verbalmente e distinguir desejos, vontades e necessidades.
Hiperatividade	Os períodos de trabalho com o aprendente autista não devem ser extensos, mas em pequenas etapas, com tarefas curtas, pois as tarefas longas dificultam a concentração, tornando a distração recorrente.
Afeto	Cientificamente, sabemos que aprendemos melhor quando amamos. Também é comprovadamente experimentado que a carga afetiva é fundamental para a superação das dificuldades de aprendizagem. Sempre que atentarmos para o interesse do aluno e os seus desejos em nossa prática pedagógica, estaremos comunicando-nos com o seu afeto. Nada se constrói com qualidade na educação sem o amor.

Fonte: Adaptado de Cunha, 2019, p. 36-49.

Além da aplicabilidade das intervenções em sala pelo docente, faz-se necessária a continuidade deste trabalho em diferentes modalidades de tratamento do aluno autista, de modo multidisciplinar, com terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicólogo, que utilizam os métodos mais conhecidos cientificamente e que contribuem para o desenvolvimento desse aluno.

3.3.1 Método TEACCH

O Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Deficiências Relacionadas à Comunicação (TEACCH) tem o objetivo de ajudar o aluno autista a alcançar o maior grau de autonomia possível em sua vida adulta.

O TEACCH vai muito além de método, é um programa educacional que avalia o comportamento de educandos autistas em diferentes situações e considera os diferentes estímulos aos quais eles são submetidos. Sendo assim, o método consiste em organizar a rotina por meio de quadros, agendas e painéis para facilitar a compreensão desses discentes (Orrú, 2012).

Considera-se que esses instrumentos serão os norteadores que vão conduzir a rotina de atividades a serem desenvolvidas naquele dia da escola com o aluno autista, de forma individualizada, a fim de promover a sua autonomia.

3.3.2 Método ABA

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem como finalidade descobrir, por meio da observação, como o educando autista se comporta diante de vários estímulos do ambiente em que ele está e sua influência no processo de aprendizagem.

Nesta análise, as reações negativas são descartadas e considera-se mais importante incentivar as ações positivas, repetindo-as o quanto for necessário para seu aprendizado. Nesse sentido, Cunha (2019, p. 74) complementa:

O método ABA visa ensinar ao autista habilidades que ele ainda não possui, por meio de etapas cuidadosamente registradas. Cada habilidade é apresentada associando-a a uma indicação ou instrução. Quando necessário, dar-se-á apoio para a obtenção das respostas, porém deverá ser retirado, tão logo seja possível, para possibilitar autonomia. Dentro dos padrões da intervenção comportamental, a repetição é importante na abordagem ABA, bem como o registro exaustivo de todas as tentativas e dos resultados alcançados. A resposta adequada do aprendente tem como consequência a ocorrência de algo agradável para ele e, por meio de reforço e repetição, inibi-se o comportamento incorreto, recompensando sempre de forma consistente as atitudes desejadas.

Em resumo, a ABA trabalha, em crianças com autismo, o reforço positivo dos comportamentos de forma individualizada, repetidas vezes, para que ela possa adquirir as habilidades necessárias para sua independência e ter uma vida de qualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da contribuição dos referenciais teóricos apresentados ao longo deste artigo científico, buscou-se discutir a influência da afetividade na ambientação do aluno com espectro autista, como propulsora do seu desenvolvimento, incluindo-o no ambiente escolar como sujeito de direitos, de modo a eliminar as barreiras e qualquer tipo de preconceito.

A discussão sobre a problemática aqui apresentada permitiu ao professor um olhar atento e cuidadoso sobre como o aluno autista vê o mundo, tomando como primícias as suas preferências, o que eles gostam de fazer, com foco nas suas particularidades e não as suas

dificuldades. Particularidades essas que só serão visíveis através de um estudo aprofundado do professor, para compreender que a maneira com que essas crianças assimilam o conhecimento é diferente das demais e que, por isso, precisam ser tratadas com respeito como qualquer outro aluno de forma única.

Assim, constatou-se que a afetividade ocupa um lugar fundamental nas interações sociais e que ela pode ser utilizada como ferramenta pedagógica nas intervenções do professor. Dessa maneira, o vínculo afetivo entre o professor e aluno é imprescindível para que o educador possa aplicar as intervenções necessárias, a fim de promover uma aprendizagem significativa, voltada para a autonomia do educando autista.

Portanto, o presente trabalho mostrou que a afetividade no ambiente do aluno autista, desde a sua família, em todo espaço escolar e nas intervenções pedagógicas do professor e os métodos aplicados pelas equipes multidisciplinares, pode contribuir de forma positiva no crescimento da criança autista e na sua inclusão na sociedade de forma igualitária. Espera-se que novas pesquisas como esta possam contribuir satisfatoriamente na vida das crianças autistas, que possuem muitos desafios, mas que podem ser superados se toda a sociedade aceitar que todos somos iguais nas diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. (**Lei Berenice Piana**). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

CORREA, Mônica de Souza. **Criança, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Cengage, 2016.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 6. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2020.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 8. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2019.

CUNHA, Eugênio. **Afeto e aprendizagem**, relação de amorosidade na prática pedagógica. Petrópolis: Wak, 2008.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS. **DSM-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação**. 1994. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 29 set. 2022.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: Interação social no cotidiano escolar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SANTOS, Vanessa Nicolau Freitas dos. **Diálogo entre Lev Vigotski e Henri Wallon sobre o desenvolvimento e inclusão escolar da criança com o transtorno do espectro autista: uma proposta de referencial teórico**. Curitiba, 2021. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/40585/pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

TAILLE, Ives de La; OLIVEIRA, Marta Khol de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon - teorias psicogenéticas em discussão**. 29. ed. São Paulo: Summus, 2019.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 2017.

WALLON, Henri. **As origens do caráter da criança**. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

A SEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR: prevenção, ações e conscientização

SAFETY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: prevention, actions and awareness

Ludmila Louslene Soares

Gilberto Barbosa Santos

RESUMO: Este estudo tem como objeto a segurança no ambiente escolar. Tem como propósito geral analisar a importância das ações de prevenção e conscientização para a promoção da segurança nas escolas. Tem como objetivos específicos examinar a relevância das iniciativas de prevenção e conscientização no contexto da segurança escolar. Nesse sentido, é fundamental identificar as principais ameaças e riscos que afetam a segurança nas instituições de ensino, além de destacar as estratégias de prevenção e conscientização implementadas por escolas e governos. Por fim, busca-se debater o papel das autoridades governamentais na promoção da segurança nas escolas. A metodologia utilizada foi bibliográfica e documental. As análises relativas ao estudo indicam a necessidade de ampla discussão sobre a segurança escolar e seus diversos elementos, ressaltando a importância de sua inclusão em políticas públicas que abranjam tanto aspectos estruturais, quanto intervenções pedagógicas, assim como ações preventivas na comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: segurança escolar; prevenção; ações; conscientização.

ABSTRACT: *This study focuses on safety in the school environment. Its general purpose is to analyze the importance of prevention and awareness actions for promoting safety in schools. Its specific objectives are to examine the relevance of prevention and awareness initiatives in the context of school safety. In this sense, it is essential to identify the main threats and risks that affect security in educational institutions, in addition to highlighting the prevention and awareness strategies implemented by schools and governments. Finally, we seek to discuss the role of government authorities in promoting safety in schools. The methodology used was bibliographic and documentary. The analyzes related to the study indicate the need for a broad discussion about school safety and its various elements, highlighting the importance of its inclusion in public policies that cover both structural aspects and pedagogical interventions, as well as preventive actions in the school community.*

KEYWORDS: *school safety; prevention; actions; awareness.*

1 INTRODUÇÃO

A violência nas escolas tem sido uma questão de difícil entendimento para autoridades, sociedade e profissionais da educação. Nos últimos tempos, têm-se observado o crescimento de tragédias que envolvem alunos de várias idades no ambiente escolar. Esse

retrato se repete dia após dia e com ele também a falta de estrutura das escolas para ações de prevenção e promoção do combate à violência nas escolas.

Nesse sentido, o estudo justifica-se pelo fato da segurança escolar afetar não apenas a vida dos estudantes e dos docentes, mas também a vida em sociedade. A insegurança gera riscos físicos e emocionais para a comunidade escolar, como pais, alunos, equipe pedagógica e administrativa e bairro, podendo impactar rotinas, desempenho e desenvolvimento social. Por isso é relevante discutir o tema, pensar em ações de prevenção e conscientização e destacar o papel das autoridades governamentais.

Todo o contexto de insegurança frente às tragédias na escola gera preocupações e questionamentos em busca de evitar estes ataques. Muitas vezes o que se tem é uma atmosfera de impotência diante destes acontecimentos. Este problema levanta a questão de como as instituições de ensino podem eficazmente prevenir e combater a violência, promovendo um ambiente escolar seguro. Portanto, a problemática central deste estudo é: Quais ações de prevenção e conscientização podem ser realizadas para promover a segurança nas escolas?

Assim, objetiva-se analisar a importância das ações de prevenção e conscientização para a promoção da segurança nas escolas. Desse modo, é primordial identificar as principais ameaças e riscos à segurança nas escolas, assim como apontar estratégias de prevenção e conscientização adotadas por escolas e governos. Por último, intenta-se discutir o papel das autoridades governamentais na promoção da segurança escolar.

Para atingir os objetivos propostos, o primeiro tópico aborda o grande aumento de ataques em instituições de ensino em todo o território nacional nos últimos anos. No segundo tópico, são apresentadas as estratégias de prevenção e conscientização adotadas por escolas e governos, em busca de uma rápida resposta e repressão a possíveis sequências de ataques. O terceiro tópico dispõe sobre o governo como um dos grandes responsáveis pela prevenção de ataques e detentor de poder e autoridade para fazer valer as leis que dizem respeito à vida, educação e segurança de todos os estudantes. E por fim, sendo o último tópico, seguem-se as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica. Também foi utilizada a pesquisa documental, que consiste, segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 93), em uma “técnica de investigação que busca informações em documentos de diversas naturezas, como

arquivos, relatórios, legislação e outras fontes escritas, visando aprofundar o conhecimento sobre determinado tema ou contexto”.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Nas últimas décadas, vivenciou-se aumento preocupante de ataques e violência nas escolas, o que sugere urgência em abordar esta temática. É imprescindível destacar as discussões relacionadas à segurança nas escolas, desde o aumento de ataques que foi preocupante nas últimas décadas, o que sugere urgência de abordar essa questão. A literatura sugere ainda o aumento do número de casos de *bullying*, *cyberbullying* e agressões nos ambientes escolares, que pode evoluir de abusos emocionais e assédio por meio da internet a agressões físicas.

Geralmente, no caso do bullying, o que se constata é um grupo contra uma vítima isolada ou um agressor mais forte respaldado por um grupo de espectadores que “aplaudem” a ação. Além disso, é uma manifestação com intencionalidade de causar algum dano à vítima na ausência de uma regulação normativa da interação. Vale observar que o conflito interpessoal envolve mais frequentemente duas pessoas em oposição, que também podem se valer da violência para resolver a situação (D’Aureatardeli; Paula, 2012, p. 95).

Posteriormente, é necessário falar sobre as ações de conscientização e prevenção, como de grande relevância para evitar futuros ataques. Outro fator importante é o monitoramento de redes sociais pelos pais e responsáveis. Até o momento, escolas adotaram estratégias como botões de pânico, revistas de pertences dos alunos, viaturas nas proximidades das escolas e o monitoramento de entrada e saída de alunos. Essas medidas visam a aumentar a segurança nas escolas e proporcionar uma resposta mais rápida em caso de ameaças.

Um levantamento do setor revela que, em 2021, foram produzidos 33 ofícios indicando possíveis planejamentos de atentados a escolas, enviados para 16 estados diferentes. Em 2022, o número saltou para 80 comunicações encaminhadas a 21 estados, um aumento de 142% de um ano para o outro. [...] Esse monitoramento é uma medida fundamental, uma vez que boa parte dos agressores são alunos ou ex-alunos e, por vezes, comportamentos anteriores do agressor devem servir de alerta. “A partir da identificação de um caso suspeito – como em publicações em mídias digitais, por exemplo –, a polícia local é avisada imediatamente a fim de localizar o autor e, conseqüentemente, instaurar o procedimento investigativo correspondente”, explicou o laboratório [...] (Calixto, 2023, p. 1).

É essencial, também, discutir sobre o papel das autoridades governamentais na promoção da segurança escolar, com sua responsabilidade pela segurança em geral. Na Constituição Federal, art. 5º, é destacado como direito e dever individual e coletivo que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, 1988, p. 1).

Observa-se que as leis abrangem os âmbitos federal, estadual e municipal, enquanto que as ações mais especializadas são desenvolvidas pelos estados e municípios, levando em consideração as particularidades de cada região. Além disso, as equipes de segurança desempenham papel fundamental nesse contexto, para garantir o funcionamento e a disponibilização de rondas escolares, atuação da polícia militar, guarda civil e a adequada estruturação das escolas. É previsto, por exemplo, no PNE (Plano Nacional de Educação – 2014-2024):

7.23) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade; [...] (Brasil, 2014, p. 1).

Em suma, o papel das autoridades governamentais na promoção da segurança escolar é de extrema importância e está respaldado por diversos instrumentos legais, como a Constituição Federal, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o PNE. Esses marcos normativos reconhecem a necessidade de proteger a integridade física e mental dos estudantes, bem como promover um ambiente educacional seguro e saudável. A questão da saúde mental, o combate ao bullying e a implementação de intervenções pedagógicas são aspectos centrais nesse cenário, buscando criar um contexto propício ao desenvolvimento dos alunos.

Como resultado da discussão, fica evidente a complexidade da questão da segurança nas escolas e o papel crucial desempenhado pelas autoridades governamentais e pela comunidade educacional. É com clareza que se deve compreender a conscientização e a prevenção como estratégias efetivas contra futuros ataques, enquanto se reconhece a falta de uma solução definitiva por parte das autoridades de segurança. Medidas como monitoramento de redes sociais, botões de pânico e diálogo aberto entre diferentes setores emergem como estratégias cruciais para combater a violência escolar. Também aponta-se a necessidade de adequação das escolas às normas de segurança, capacitação de educadores em resolução de

conflitos, promoção de uma cultura de paz e cuidados com a saúde mental dos profissionais da educação.

A partir de uma análise, obtém-se uma visão geral das ameaças à segurança escolar, demonstrando que as ameaças vão além das questões físicas, abrangendo também aspectos emocionais e psicológicos dos alunos. Além disso, a análise aponta para a importância da conscientização e prevenção. Enfatiza-se a urgência em desenvolver estratégias eficazes de prevenção e conscientização por parte das escolas e do governo, pois a segurança escolar não é apenas uma questão de reação a incidentes, mas requer esforços para criar um ambiente seguro e acolhedor para os alunos, docentes, pais e toda a comunidade educacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram discutidas algumas ameaças e riscos à segurança nas escolas, analisando a importância das ações de prevenção e conscientização para a promoção da segurança nas escolas passando pelas estratégias de prevenção e conscientização que podem ser adotadas nas escolas e governos, até o papel das autoridades governamentais na promoção da segurança escolar. Dessa forma, o tema traz a importância de se debater causas, ações, e possíveis políticas públicas acerca da segurança nas escolas.

Foram apontadas perspectivas pelas quais é possível observar as ações violentas e tragédias nas escolas, apresentando o bullying e o cyberbullying como possíveis causas potencializadores das ações criminosas. Indica-se, também, algumas ações para além da conscientização e olhar atento dos pais e equipe pedagógica, como o monitoramento de entrada e saída dos alunos, viaturas sempre presentes na região da escola, botões de pânico e revista de pertences, por exemplo.

Em relação à função das autoridades governamentais na promoção da segurança escolar, foram indicadas as responsabilidades sobre as ações de conscientização sobre segurança para alunos, professores e gestores como um dos principais meios para se desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência nas escolas, assim como o monitoramento.

Nessa esteira, a contribuição do tema demonstra que, diante do cenário visto nas últimas décadas, o crescimento de tragédias, que envolvem alunos de várias idades, em escolas no Brasil e no mundo, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas

eficazes que assegurem às escolas a segurança que elas tanto necessitam, a fim de garantir a todos da comunidade escolar um ambiente de aprendizagem saudável e seguro.

Nesse sentido, a cooperação entre família, sociedade e Estado se mostra fundamental para o enfrentamento desses desafios relacionados à segurança escolar, de modo a garantir um contexto favorável para o aprendizado, desenvolvimento e a garantia dos direitos dos estudantes. Faz-se necessário o envolvimento entre os grupos (gestão, professores, alunos e comunidade) e o reforço das leis e normas estabelecidas.

Tendo em vista a educação como a base de tudo, é preciso realizar essas ações desde a educação na primeira infância até o ensino superior; trazer ensino e práticas sobre segurança em seu currículo; dar a devida importância ao assunto; e, ter plena consciência de que a segurança é essencial para a educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 19 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 16. set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2023.

CALIXTO, Tatiane. Ataques a escolas: possibilidades para evitar novas ações violentas. **Nova Escola**, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21640/ataques-a-escolas-possibilidades-para-evitar-novas-acoes-violentas>. Acesso em: 19 maio 2023.

D'AUREATARDELI, Denise; PAULA, Fraulein Vidigal de. **O Cotidiano da Escola**: as novas demandas educacionais. São Paulo – SP: Cengage Learning, 2012. *E-book*. ISBN: 9788522112692. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112692/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 4

TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS

LINHA DE PESQUISA: Direito e Cidadania

ISBN: 978-65-89165-20-0

IGF – IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: aspectos legais

TAX ON LARGE FORTUNES: legal aspects

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

Rafael de Souza Alves Araújo

RESUMO: O presente trabalho visa analisar o Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto no artigo 153, inciso VII da Constituição Federal de 1988, e, aspectos legais do referido imposto. O IGF é um tributo com previsão constitucional e regulamentado por meio de Lei Complementar. A implementação do tributo seria mais uma para redução da desigualdade social e redistribuição de renda. Por outro lado, regulamentar e instituir mais um imposto em um país com carga tributária elevada nos traz amplo debate de viabilidade, estudos sociais e impacto econômico em um país de proporções continentais. Em um ambiente de retomada econômica após a recessão causada pela pandemia do COVID-19, o governo priorizou a ampliação da máquina estatal e escalada dos gastos públicos. Ante ao exposto, o presente trabalho busca demonstrar a viabilidade da regulamentação ou não do supracitado tributo no Brasil, como forma de justiça social, redução da desigualdade social e ajuste das contas públicas. Diante disso, o presente trabalho busca discutir: qual o montante acumulado caracteriza grandes fortunas?

PALAVRAS-CHAVE: Imposto sobre Grandes Fortunas; justiça social; tributos; impostos; desigualdade social.

***ABSTRACT:** This work aims to analyze the Tax on Great Fortunes (IGF), provided for in article 153, item VII of the 1988 Federal Constitution, and legal aspects of said tax. The IGF is a tax with constitutional provisions and regulated by means of a Complementary Law. The implementation of the tax would be another step towards reducing social inequality and redistributing income. On the other hand, regulating and imposing yet another tax in a country with a high tax burden brings us a broad debate on feasibility, social studies and economic impact in a country of continental proportions. In an environment of economic recovery after the recession caused by the COVID-19 pandemic, the government prioritized the expansion of the state machine and the escalation of public contracts. In view of the above, this work seeks to demonstrate the feasibility of regulating or not regulating the aforementioned tax in Brazil, as a form of social justice, reducing social inequality and adjusting public accounts. Given this, the present work seeks to discuss: what accumulated amount characterizes great fortunes?*

KEYWORDS: Tax on Large Fortunes; social justice; tributies; taxes; social inequality.

1 INTRODUÇÃO

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalização; e, reduzir as desigualdades sociais e regionais. Que o Brasil é um país desigual, todos sabem. Também há de se falar da alta carga tributária empregada no país, além do mandamento constitucional para redução das desigualdades sociais, a Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 153, inciso VII, o IGF.

A implementação do imposto é tema polêmico e sempre acompanhado de muitas discussões. Debates se formam entre políticos, juristas, economistas e tributarista. Em complemento, ainda há controvérsias a respeito do tema, há dificuldades na definição do valor apropriado para grande fortuna.

Dados recentes divulgados pelo G1 mostram que brasileiros de renda média pagam mais Imposto de Renda do que os supérrimos. Isso ocorre devido a uma proporção expressiva da remuneração dos mais ricos ser recebida de forma de lucros e dividendos, que atualmente são isentos de IR. Geralmente são distribuídos por empresas aos seus sócios. Nesse contexto, a disparidade entre classes só cresce devido à distorção causa pelo Sistema Tributário Brasileiro.

A previsão do IGF foi uma das inovações da Constituição de 1988, que o incluiu entre os impostos de competência da União, nos termos de Lei Complementar. É o único dos tributos federais previstos na Constituição sem regulamentação até hoje. No entanto, pode sair do papel em um momento no qual o governo federal busca ampliar sua arrecadação, sobre o tema:

vinculação do produto da arrecadação do IGF a essa conta de indiscutível importância social embasa posicionamentos que defendem que sua instituição não estaria sujeita à discricionariedade do legislador infraconstitucional. Isso porque a omissão normativa sobre a questão afrontaria os objetivos fundamentais constitucionalmente traçados para o País (Santos; Stefano Filho; Casalino, 2020, p. 186-187).

Por fim, com a possível implementação do IGF, há grande importância no estudo do tributo, um possível “reductor” de desigualdades, com previsão, inclusive, na Constituição Federal.

2 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa é amparado na metodologia qualitativa, fundamentando-se na pesquisa bibliográfica. Diante disso, artigos científicos, relatórios, matérias jornalísticas e dados econômicos foram levantados para elaboração da pesquisa.

Os dados econômicos atuais e internos foram obtidos através de dados de órgãos públicos, como Receita Federal e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em complemento, consultou-se o banco de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a fim de levantar as relevantes discussões travadas no âmbito legislativo à respeito do tema.

A análise dos dados foi realizada por uma abordagem hipotético-dedutiva, com análise qualitativa e interpretação de dados de forma combinada com o conhecimento científico sobre o assunto.

Por fim, importante ressaltar que não houve pesquisa de campo, ou coleta de dados, somente dados secundários coletados em livros e bases públicas.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Com relação à tributação de grandes fortunas, faz-se necessário tratar o que é grande fortuna, quais impactos sociais, econômicos da implementação do referido imposto e o combate à desigualdade social no Brasil.

Em primeiro lugar, o Estado utiliza-se dos impostos para auferir recursos para sua organização e, com êxito, oferecer serviços cumprindo seu papel constitucional. Diante disso, os tributos são a principal fonte de financiamento do estado, a fim de que consiga cumprir um de seus principais objetivos: consecução do bem comum.

Nessa linha de pensamento, o estado pode instituir políticas tributárias e influenciar diretamente o comportamento do cidadão.

Em segundo lugar, entre as fontes tributáveis que podem ser selecionadas, o patrimônio acumulado realça como a que melhor apresenta capacidade real contributiva do cidadão. Na visão de Saez e Zucman (2019, p. 2), “a riqueza é entendida como patrimônio líquido dos contribuintes mais ricos da sociedade, que sugere uma faixa de isenção legalmente estabelecida”.

Frente à grande amplitude do sistema tributário brasileiro, o presente projeto de pesquisa se limitará a analisar o IGF, tributo protagonista em debates recentes, em face ao elevado crescimento do capital acumulado por particulares e pelo aumento da desigualdade social – segundo Chancel *et al.* (2022, p. 138), “fenômenos catalisados pela crise decorrente da pandemia da Covid-19”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aberto o debate ao tema, importante informar que já há algum tempo que projetos de Lei estão “engavetados” no Congresso Nacional, frente ao tema polêmico. Mesmo assim, torna-se fundamental analisar alguns projetos e pontos de vistas de pessoas distintas em pontos de vistas distintos. Alexandre (2021, p. 150-151) declara:

a isonomia possui duas acepções, uma horizontal e outra vertical. A acepção horizontal abrange as pessoas que estão em um mesmo nível, devendo estas receber tratamento equitativo. Já a acepção vertical concerne às pessoas em níveis e situações diferentes, que devem receber tratamentos distintos na medida em que se distinguem.

Dessa forma, a questão de justiça social, desigual e justiça tributária no Brasil ganha força, por se tratar de um país extremamente desigual e injusto. O conceito de isonomia está entranhado em nossa doutrina jurídica. Contudo, em eficácia prática em relação à justiça tributária,

o princípio da isonomia tributária seria a manifestação, no Sistema Tributário Nacional, do princípio da isonomia constitucional, prevista no artigo 5º da Constituição Federal, sendo este o princípio responsável por carregar em si a justiça tributária e garantir a dignidade da pessoa humana às relações tributárias (Castagna, 2019, p. 84-85).

Por fim, faz-se necessária uma melhor conceituação da capacidade contributiva, definir o quantum para caracterizar uma grande fortuna e a elaboração da lei complementar conforme pede a Carta Magna de 1988.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário**. 15. ed., rev., atual., ampl. Salvador: JusPodivm, 2021.

CHANCEL, L. *et al.* **World Inequality Report 2022**. World Inequality Lab., 2022. Disponível em: wir2022.wid.world. Acesso em 20 ago. 2023.

FARIA, Luiz Antônio de *et al.* **Guia para trabalhos acadêmicos**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2017.

MACHADO, Humberto César; PIETRAFESA, José Paulo. **Guia prático para trabalhos acadêmicos monográficos e TCCs**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2014.

SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. *How would a progressive wealth tax work? Evidence from the economics literature*. 2019. Disponível em: <https://gabrielzucman.eu/files/saez-zucman-wealthtaxobjections.pdf>. Acesso em 20 ago. 2023.

SANTOS, Julia Pires Peixoto dos; STEFANO FILHO, Mario di; CASALINO, Vinícius Gomes. Imposto sobre Grandes Fortunas e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza: competência tributária, omissão inconstitucional e violação de direitos fundamentais. **Revista Meritum**, v. 15, n. 4, p. 172-195, 2020. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/8153>. Acesso em: 31 ago. 2023.

REGULAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS E A LAVAGEM DE DINHEIRO

CRYPTOCURRENCIES REGULATION AND MONEY LAUNDERING

Humberto Cesar Machado

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

Matheus Helian Silva Matos

RESUMO: Este artigo se propôs a estudar a regulamentação das criptomoedas como meio de prevenção a crimes relacionados à lavagem de dinheiro. Nesse sentido, verificou-se que a regulamentação das moedas digitais, em particular a utilização de leis tributárias e leis de combate à lavagem de dinheiro, poderá reduzir e prevenir golpes e lavagem de dinheiro com criptomoedas, bem como facilitar a investigação e responsabilização de pessoas físicas ou jurídicas, como também garantir a proteção e resguardar o consumidor nas negociações com moedas digitais e manter o uso da tecnologia *blockchain* como meio de combate à lavagem de dinheiro.

PALAVRAS-CHAVE: regulação; criptomoedas; *bitcoin*.

ABSTRACT: *This article set out to study the regulation of cryptocurrencies as a means of preventing crimes related to money laundering. In this sense, it was found that the regulation of digital currencies, in particular the use of tax laws and anti-money laundering laws, could reduce and prevent scams and money laundering with cryptocurrencies, as well as facilitate the investigation and accountability of people physical or legal entities, as well as guaranteeing protection and safeguarding consumers in negotiations with digital currencies and maintaining the use of blockchain technology as a means of combating money laundering.*

KEYWORDS: *regulation; cryptocurrencies; bitcoin.*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a utilização de criptomoedas em crimes relacionados à lavagem de dinheiro. Inicialmente é explorada a origem das principais criptomoedas, bem como o mecanismo utilizado para gerenciamento de compra e venda desses ativos, logo em seguida, vem o dispositivo legal que regulamenta o tema e, por fim é efetivada uma pesquisa dos aspectos que tornam as criptomoedas um apetrecho usado para a lavagem de dinheiro. A finalidade principal da pesquisa é estabelecer como a legislação brasileira se posiciona diante do comércio das criptomoedas para lavagem de dinheiro.

Portanto, diante da problemática dissertada, este estudo visa responder se diante da evolução e crescimento tecnológico, o amparo outorgado pelo sistema jurídico brasileiro é suficiente para evitar a utilização de criptomoedas para fins ilícitos, bem como se o bloqueio na utilização de criptomoedas trata-se de uma ação efetiva para reduzir crimes. Assim como, se por meio de políticas públicas, realizando parcerias com o setor privado, haveria possibilidade de diminuir a prática de atividades ilícitas e concomitantemente preservar o mercado de criptomoedas. Não obstante, diante da utilização das criptomoedas em práticas ilícitas de lavagem de dinheiro, como a legislação brasileira reprime esses atos considerando a Lei nº 14.478/22, que determina as diretrizes para a regulamentação da prestação de serviços de ativos virtuais (criptomoedas), como também a Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012.

A população e as ações humanas mudam no decorrer do tempo. A tecnologia acaba progredindo de forma mais célere do que as outras áreas de divergentes campos de estudo obtêm êxito em estar próximo. A utilização da internet como meio para realizar transações bancárias mudaram as perspectivas de gerações passadas e na atualidade influencia e programa pessoas a aperfeiçoarem cada vez mais a tecnologia já utilizada. Nesse viés, é nítido e de grande valia a importância da rede mundial de computadores.

A criação das criptomoedas seguiu o mesmo caminho. A mudança significativa está na descentralização e a não utilização de um intermediário ou mediador, responsável pela efetivação das transações bancárias. Entretanto, com a benesse da tecnologia, o modo de operar, praticado por infratores da lei, também é aperfeiçoado, haja vista o aumento de casos envolvendo lavadores de dinheiro. O devido procedimento legal é dotado de avanços e melhorias. Os infratores modificam seus modos de agir e o Estado, atuando com soberania, visa ações preventivas e punitivas com objetivo de evitar novas empreitadas criminosas.

Na atualidade, o *Bitcoin* é conhecido como a moeda digital mais famosa do mundo. O *Bitcoin* foi criado com a função de ser uma moeda virtual e descentralizado, de modo que as pessoas ficassem menos dependentes de instituições financeiras para realizar suas transações econômicas (Nakamoto, 2008). Louw (2015), que já foi nomeado ao prêmio Nobel da Paz, diz que “seres humanos precisam ter conhecimento sobre o *Bitcoin*, pois ele pode ser uma das eventualidades mais significativas do mundo”. Em contrapartida, por tratar-se de uma nova tecnologia, não tocável e ter um preço muito volátil, o *Bitcoin* desperta muita desconfiança. Na perspectiva de Buffett (2018), um dos investidores de maior sucesso no mundo, “o *Bitcoin* é uma verdadeira bolha”. Morais (2021) enfatiza que a falta de regulação e controle também abre espaço para o uso ilícito das criptomoedas.

Com a entrada em vigor da Lei nº 14.478/22, que determina as diretrizes para a regulamentação da prestação de serviços de ativos virtuais (criptomoedas), caberá ao órgão regulador (Banco Central) estabelecer as condições e prazos, não inferiores há seis meses, para a adequação às novas regras por parte das prestadoras de serviços de ativos virtuais (corretoras de criptoativos). As mesmas poderão prestar exclusivamente o serviço de ativos virtuais ou acumulá-lo com outras atividades, na forma da regulamentação a ser editada.

A prioridade pelo tema verificou-se pela informação de que apenas no ano de 2020, a CVM identificou uma majoração de 75% na incidência de pirâmides em relação ao ano de 2019. O órgão enviou 325 comunicados aos Ministérios Públicos da Federação e também estaduais. A pirâmide é o golpe mais ordinário associado a investimentos, conforme relata a pesquisa da CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas), SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

A relevância da percepção dos direitos previamente constituídos é que a ascensão tecnológica e a conectividade mundial fazem com que métodos anteriormente utilizados não gerem mais efeitos. Demonstro a efetiva escolha, a partir do estudo da seriedade dessas alterações e a possível demanda de serviços aos institutos jurídicos nacionais, com determinada vigência e de preservação aos direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988 e demais leis complementares.

Serão usados como suporte da pesquisa, dentre outros, a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 14.478/22 - que rege as diretrizes para a regulamentação da prestação de serviços de ativos virtuais (criptomoedas), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de lavagem de dinheiro), com vigor das alterações trazidas pela Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012.

Por fim, o objetivo geral trata de analisar o uso das criptomoedas pelo atual corpo social, haja vista os empecilhos criados pela criminalidade ao realizar a lavagem de dinheiro. Nesse sentido, temos os seguintes objetivos específicos: Compreender a origem das principais criptomoedas e seus meios de funcionamento; discorrer sobre aspectos que motivam a utilização das criptomoedas; analisar a legislação que regula o mercado de operações financeiras e previne a lavagem de dinheiro de forma repressiva por meio das sanções penais e apresentar e discorrer sobre benéficos e malefícios ao obter esse tipo de ativo e como evitar golpes ao efetuar transações no meio digital.

2 METODOLOGIA

O método de pesquisa usado nesse trabalho faz menção a investigações bibliográficas, qualitativas e quantitativas, agregando valor a dados referenciais e práticos, de tal maneira que o entendimento perquirido pondere a assimilação de estudos aplicados e teóricos, e têm por finalidade: analisar, compreender, apresentar e discorrer sobre atributos do estudo.

Ademais, Faria *et al.* (2021) esclarecem que os mecanismos de pesquisa podem assegurar o efetivo cumprimento dos dados básicos expressos a fim de que os rumos adotados pelo pesquisador possam direcionar a outros, que têm de atrair pra si a repercussão exata, como retrato do posicionamento da pesquisa. Trata-se das diligências realizadas por meio de aplicativos e sistemas virtuais, como livros, pareceres, artigos, princípios, compilações e manuais para emparelhar e anexar dados. Por conseguinte, na escolha do material e documentos bibliográficos, o empenho será feito com o suporte do Google Acadêmico, para recepcionar a propositura do estudo e o seu valor para o entrave discutido.

3 CRIPTOMOEDAS: surgimento e mecanismo de funcionamento

Em 2008, o mercado financeiro registrou a circulação de um novo tipo de moeda, além da cédula física, já utilizada em operações ordinárias, ou transações financeiras de compra e venda, neste período surgiu o *Bitcoin*, uma criptomoeda, ou moeda digital, com existência apenas virtual, não atrelada a qualquer instituição financeira. Ademais, é importante destacar que determinados grupos sociais e ativistas no que se refere a tecnologia da informação, desde 1980, já eram adeptos a discussões e implementações sobre a segurança de dados e políticas de privacidade na internet. Nesse viés, até 2008, inúmeros projetos e programas financeiros que utilizavam a criptografia foram utilizados, porém nenhum obteve êxito e manteve seu desempenho ativo como o *Bitcoin*.

Diante desse mesmo contexto histórico, o mundo sofria os resultados de uma das maiores crises financeiras já relatadas. No dia 15 de setembro de 2008, o *Lehman Brothers*, um dos maiores bancos dos Estados Unidos, com sua sede fixada em Nova Iorque, declarou falência, anexando mais uma, de várias instituições financeiras listadas ao declararem falência durante a crise conhecida como *Subprime*. Foi denominada assim devido ao crédito ou empréstimo ofertado para pessoas com objetivo de adquirir imóveis. Com a procura

ascendente e baixa estipulada nos juros, inúmeros americanos compraram muitos imóveis, até como forma de investimento, visando à valorização do mesmo.

Entretanto, com a alta da demanda, os juros começaram a aumentar, e os adquirentes, já inadimplentes com a compra, tiveram que restituir os imóveis, o que acarretou uma desvalorização sem precedentes nas bolsas imobiliárias e financeiras nos Estados Unidos e acabou afetando investidores em vários países. Conforme a expectativa do Fundo Monetário Internacional (FMI), somente bancos americanos e europeus perderam cerca de US\$ 2,8 trilhões em ativos em 2007 e os 03 (três) anos seguintes. Nessa conjuntura, surge o *Bitcoin*, em um momento de declínio do mercado, onde o questionamento da confiabilidade nas instituições financeiras estava em alta, e como alternativa a criptomoeda em questão ganhou muitos usuários.

Na compreensão de Morais (2021), a primeira transferência com a utilização de *Bitcoins* ocorreu em 2009, quando um adepto, Hal Finney, recorrendo a um terceiro que concordou trocar *Bitcoins* por dólares, para efetuar a compra de duas pizzas, custando US\$ 25,00, fez uma transação com o bloco 170 do *Bitcoin* correspondendo ao uso de 10.000 *Bitcoins* (BTC). Assim, pode-se verificar que o valor inicial do *Bitcoin* era muito inferior a um dólar. Nessa transação, cada *Bitcoin* valia 0,0025 centavos de dólar americano (USD). Esse bloco tratou-se de um presente a *Hal Finney* por *Satoshi Nakamoto* devido a sua colaboração na origem do código. Já em 2010, ocorreu um desenvolvimento enorme dos *Bitcoins*, tendo sido constituída de forma oficial a primeira bolsa de compra e venda de *Bitcoins*, apontada como *Bitcoin Market*.

Em 2015, várias empresas logísticas começaram a aceitar *Bitcoins*, chegando à marca de 100.000 lojas. No ano de 2016, a utilização da criptomoeda se tornou tão popular que até as empresas de transportes da Suíça começaram a usar a mesma para o pagamento das passagens. Em 2017, o Japão foi um dos primeiros países a legalizar transações com *Bitcoins*, o que influenciou na desvalorização em janeiro de 2018 (Morais, 2021).

Em 2020, o valor do *Bitcoin* saiu de 7.500,00 USD para 29.000,00 USD, isso no período de um ano. Neste mesmo ano, o *Bitcoin* também se firmou como uma moeda de reserva de valor. Com a grande instabilidade do mercado devido à pandemia da Covid-19, adeptos começam a usar a criptomoeda como reserva de valor, assim como o Ouro e o Dólar. (Morais, 2021). O *Bitcoin* obteve seu marco histórico no dia 20 de outubro de 2021, superando pela primeira vez os 65.000,00 USD. Em 15 de abril de 2023, estava cotado em cerca de 30.300,00 USD. Vale ressaltar que esse dado anterior representa uma queda de quase 16%, referente apenas ao valor do último ano.

Morais (2021) adita que o *Ethereum* é uma moeda que faz uso da tecnologia *Blockchain*. Assim como o *Bitcoin*, uma das finalidades dos criadores do *Ethereum* foi descomplexificar o sistema de transações. O *Ethereum* tem características fantásticas, pois na sua origem foi instaurada uma forma de barrar a mineração por hardware ASIC, o que gera seguridade para mineradores autônomos que utilizam GPU (*Graphic Power Units*) e seguindo dessa maneira os princípios de *Satoshi Nakamoto* quando deu início as operações em *Bitcoin*.

O *Ethereum* atingiu seu marco histórico no dia 8 de novembro de 2021, superando pela primeira vez os 4.800,00 USD. Em seu ICO (*Initial Coin Offering*) que, traduzido, significa Oferta Inicial de Moedas, o valor de um ETH era de US\$ 0,31. Do lançamento até seu marco histórico, o valor do *Ethereum* obteve uma valorização maior que 1.430.000% (1,4 milhão por cento).

O pesquisador (2021) conta que, com o nascimento do *Ethereum*, o conceito de “tokens” o acompanha, fazendo uso de um token conhecido como ERC-20, que, na verdade, virou um padrão para o uso em todos os “*smart contracts*” do *Blockchain* do *Ethereum*. O *Ethereum* representa a segunda maior moeda digital no que se refere à capitalização no mercado de criptomoedas. O mesmo foi criado por um russo chamado *Vitalik Buterin*.

Morais (2021) também compreende que o *Ripple* é a terceira criptomoeda em termos de capitalização. Usada como uma rede de pagamentos, diferentemente, portanto, do *Blockchain*. O *Ripple* criou sua própria conexão e tecnologia com o protocolo de transação patenteado de RPCA (*Ripple Protocol Consensus Algorithm*). Ademais, diferente de outras criptomoedas a *Ripple* não autoriza mineração. A *Ripple Net* tem a função de lançar novos tokens no meio de comercialização. Existem atualmente cerca de 38 bilhões de *Ripple*, e a *Ripple Net* é proprietária de metade + 10% (dez por cento) desses tokens. Quando comparado as transações realizadas para adquirir o *Bitcoin*, a *Ripple Net* consegue ser 120 vezes mais rápida, demonstrando ser um sistema bem efetivo (Morais, 2021).

A *Ripple Network* trata-se de uma moeda digital descentralizada. Não é necessária a intervenção de terceiros ou instituições financeiras para transação de tokens para troca de moedas como dólares. O *Bitcoin* é considerado uma criptomoeda de atribuição pública, o *Ripple* é uma rede privada. As instituições financeiras a seguir tem parceria com a rede da *Ripple* e podem intermediar a realização de transferências internacionais: *Santander*, *UnionCredit*, *UBS* (Morais, 2021).

O autor (2021) testifica que a *Ripple Net* teve sua expansão na América Latina, especificamente no Brasil em 2019. É uma empresa constituída legalmente que catalisa as transferências de moedas entre países de maneira segura e com custo muito baixo. A *Ripple*

Net trabalha com “*dealers*”, como bancos e instituições financeiras. O efetivo lançamento da moeda digital, conhecida como *Ripple*, ocorreu em 2013, quando a pessoa jurídica captou 7,5 milhões de dólares de vários investidores adeptos as criptomoedas.

4 ATRIBUIÇÕES DAS MOEDAS DIGITAIS

No tocante aos seus benefícios, as criptomoedas listam possíveis revoluções no método de transferência de valores já conhecido pelo atual corpo social. Em sua obra, “Bitcoin A Moeda na Era Digital”, o autor Fernando Ulrich (2014), cita três benefícios ao adquirir uma criptomoeda, dentre eles, o fácil acesso a mesma, haja vista o custo relativamente baixo, o combate à pobreza perante os mais desfavorecidos e, como desfecho, a valorização e fomento para a criação de novas tecnologias cada vez mais efetiva.

Morais (2021) comenta que, devido à criptomoeda ser transparente, ou seja, completamente digital, os gastos realizados são mínimos, pois o modo de confecção de cédulas físicas não é realizado. Outrossim, possui determinadas ferramentas para evitar o que se conhece como “*double spending*”, ou seja, evitar que o valor da moeda seja gasto em duplicidade pelo mesmo proprietário.

A criptomoeda versa de uma afronta ao atual sistema financeiro, uma vez que autoriza adeptos a realizarem compras e vendas sem a necessidade de instituições financeiras ou terceiros intermediarem essa transferência, assim como já ocorre com bancos em geral. Nesse sentido, o sistema é totalmente descentralizado. Ademais, uma das vantagens mais interessantes ao se adquirir uma moeda digital é a potencial chance de valorização, já que não são afetadas pela inflação. As instituições financeiras e bancos são afetados pela inflação devido estarem atrelados as taxas estipuladas pelo Banco Central de cada país.

Entre os contras das criptomoedas, a volatilidade influencia muito em perdas e ganhos. Nesse viés, a procura por ganhos exorbitantes as moedas digitais são bastante utilizadas para fins ilícitos. As criptomoedas têm sua cotação determinada pelo princípio da oferta e demanda. Logo, sua cotação se eleva quando muitos adquirem e caem quando muitos vendem as moedas. No mercado de moedas digitais, vários tipos de fraudes são registrados todos os dias. Empresas golpistas criam inúmeras corretoras com o objetivo de comercializar criptomoedas e na realidade nem existem no mundo jurídico de forma lícita, assim não detêm de prévia autorização para o pleno funcionamento. A finalidade dessas empresas falsas são

ludibriar adeptos ou até mesmo especuladores, que ofertam o compromisso de retorno em taxas exorbitantes, como algo entre 15% ao mês (Morais, 2021).

Morais (2021) descreve que as criptomoedas precisam muito da internet e do seu sistema de desenvolvimento ativo, na falta dessa logística tecnológica, as criptomoedas não têm valor. O que não ocorre com uma cédula comum que pode ter como lastro ações ou fundos imobiliários. No caso de uma falha no sistema das moedas digitais, o seu valor passa a ter a cotação de zero, devido sua inutilidade.

No que se refere ao pagamento, saque ou transferência de moedas digitais, o pesquisador (2021) acredita que o processo é irreversível, ou seja, uma transferência de criptomoeda não é registrada e, nesse viés, torna-se irrevogável e irreversível. Ao realizar uma transferência no método tradicional, se porventura cometemos um erro de digitação, existe a possibilidade de estornar a quantidade em seu valor total. Acerca das moedas digitais esse método não pode ser utilizado, ou seja, caso durante a compra ou venda o investidor adicionar uma informação diversa da correta, o estorno torna-se impossível, pois a cadeia de blocos que gera a transferência não pode ser revogada.

Nesse sentido, na carência de uma regulamentação específica relacionada às transferências de moedas digitais, criptomoedas ou ativos digitais, não existem meios jurídicos com o objetivo de reverter os danos associados as transações, sendo assim, torna-se imprescindível que em toda transferência o usuário confirme todas as informações antes de efetuar qualquer transação.

5 MINERAÇÃO

De acordo com Moraes (2021), a mineração corresponde em usar o processamento (CPU) e memória disponibilizada pelo computador ou uma rede conjunta de computadores com objetivo de calcular problemas matemáticos extremamente complexos para gerar novos blocos de *Bitcoin* e outras moedas digitais. De maneira geral, o processo de mineração realiza a verificação, a procedência das assinaturas digitais e se todas as informações do *hash* estão de acordo, após a verificação, solicita informações a respeito do histórico dos blocos anteriores, aguarda o processamento dos blocos seguintes e valida a operação, isto posto, ao término da mineração do bloco, o êxito só é atingido com a validação feita por outros blocos na rede. Somente blocos válidos são aceitos na cadeia do *Blockchain*, blocos anulados serão desconsiderados e por fim o minerador responsável pela transação recebe uma gratificação.

Como o gasto de energia é considerável, a gratificação é ofertada para custear esse gasto, bem como o investimento inicial em aparelhagem e dispositivos. A margem de lucro de mineração fica em média de 1% ao mês de lucro. Entretanto, essa porcentagem pode variar a depender do grau de dificuldade de calcular os problemas matemáticos.

O *Proof-of-Work*, que pode ser traduzido por “Prova do Trabalho”, demonstra que existe demanda no sistema *Blockchain* devido a confirmação de transações e a criação de novos blocos no sistema. O *Proof-of-Work* faz com que os mineradores disputem entre eles para concluir as operações e concorrer pelas remunerações. Nesse sentido, quem possui a melhor capacidade processual e detêm fornecimento de energia elétrica constante, recebe as melhores remunerações (Morais, 2021).

Não existe possibilidade de mineração com os computadores comuns, em especial porque os investimentos necessários para atingir a capacidade processual necessária são elevados. Dessa forma, a exigência de processamento competente é algo essencial. As placas gráficas com processadores GPU (*Graphic Process Units*), geralmente são as mais utilizadas para mineração de forma amadora (Morais, 2021).

Infelizmente, ataques diversos são feitos nos blocos de mineração. Quando ocorre a tentativa de adicionar um *malware* de mineração no sistema visando a vulnerabilidade, o perigo de invasão é majorado. Caso efetue a invasão, o RIG de mineração irá processar com a identificação da carteira dele, e não do real proprietário do RIG. Ademais, é recomendado separar a RIG da residência própria, feito por um *firewall* (dispositivo de segurança), com propósito de evitar o desvio de dados pessoais (Morais, 2021).

Além da possibilidade de invasão ao sistema, outros tipos de ataque à rede já foram relatados. Um deles é o *Cryptojacking*, que é conceituado ao utilizar um computador comum sem o consentimento para minerar criptomoedas. O invasor pode adentrar na rede e inserir uma aplicação de mineração. Esse procedimento é usado com frequência, onde um *JavaScript* malicioso se autoexecuta no *browser* da vítima e instala o minerador. Os resultados dessa invasão fazem com que o computador desacelere o processo de mineração para adeptos de boa-fé, bem como facilita o acesso do *hacker* ao equipamento pessoal do minerador. Por fim, acarreta o aumento das despesas de energia elétrica, fazendo com que a remuneração dos mineradores seja atenuada (Morais, 2021).

6 SEGURANÇA E TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN*

O sistema *blockchain*, ou rede de blocos, funciona como um livro contínuo, disponibilizado para qualquer indivíduo acessar. O sistema, de maneira bem simplificada, opera com 03 (três) fases, ou 03 (três) blocos de informações diferentes. O bloco inicial contém os dados pessoais do remetente, do comprador e a quantidade de moedas digitais negociada. O segundo bloco possui uma *hash*, termo utilizado ao fazer referência a uma impressão digital, que funciona como um código de verificação. Vale ressaltar que esse código é único. O terceiro bloco trata-se da *hash* do bloco anterior, que funciona como um comunicador entre os outros blocos. A alteração em qualquer bloco ou fase faz com que toda a operação seja anulada.

O computador é responsável pelo procedimento em “tentar descobrir” qual é o bloco válido e dar andamento a operação, o que é realizado por meio de um sistema, nomeado de *proof-of-work* (prova de trabalho). Nesse viés, um bloco tem inúmeras informações e traz consigo agrupamentos de transações. Quando ocorre uma *proof-of-work* fica caracterizado e provado que determinada máquina ou computador demandou de esforço para processar e dar continuidade a operação cedida pelo código do software da *blockchain*. Toda prova de trabalho ao ser completado gera uma recompensa, paga em criptomoedas, dependendo de qual moeda digital está em transação.

O sistema P2P de *blockchains*, onde cada um dos pontos da rede funciona, tanto como cliente, quanto como servidor, autoriza compartilhamentos de serviços e dados sem a necessidade de um terceiro, o que gera alguns benefícios. O benefício mais valorativo talvez seja o fato das redes P2P oferecerem mais segurança do que os meios comuns de cliente/servidor. A ordenação de *blockchains* em grande número de pontos faz com que ataques de *Denial of Service* (DoS), que prejudicam muitos sistemas, não sofram alteração (Nascimento *et al.*, 2022).

A possibilidade de fraude nos dados é bastante improvável quando se trata de grandes sistemas, como a do *Bitcoin*. *Blockchains* menores tem mais probabilidade de sofrerem ataques, haja vista que adeptos podem ter controle majoritário sobre os pontos. Assim, a rede P2P, com nível de ordenação superior, oferece às *blockchains* um elevado grau de segurança visando evitar ataques a rede (Nascimento *et al.*, 2022).

Adiante, Nascimento *et al.* (2022) atestam que, além da oferta de garantir a segurança, a utilização do sistema P2P em *blockchains* também concede a possibilidade de não intervenções estatais. As carteiras de criptomoedas não podem sofrer intervenções do ente

governamental, o que já não acontece em contas bancárias comuns ou até mesmo contas bancárias digitais registradas em instituições financeiras.

Mesmo com tantas benesses, o uso do sistema apresenta algumas insuficiências. Devido às atualizações serem alocadas em um livro contínuo para conseguir manter todos os pontos, a inserção desses dados só pode ser realizada por um computador com alta capacidade de processamento. Mesmo fornecendo uma segurança considerável, o sistema P2P, possui uma baixa eficácia, o que soma em mais uma das adversidades enfrentadas pelo atual sistema (Nascimento *et al.*, 2022).

Outro entrave importante está relacionado a problemas de invasão que podem surgir durante eventos de *hard fork*. Visto que a descentralização é uma característica do sistema *blockchain*, grupos de pontos podem viabilizar mutações no código e realizar a segregação do bloco de origem para construir a formação de um novo bloco, análogo ao bloco inicial. Logo, o mecanismo P2P não é usado apenas no sistema *blockchain*, o mesmo também é utilizado para atender às necessidades de outras áreas da tecnologia da informação, desde redes de compartilhamento de arquivos até aplicativos de comercialização de energia (Nascimento *et al.*, 2022).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, o objetivo desse trabalho é analisar as regulamentações das criptomoedas e de que forma são usadas para a prática de lavagem de dinheiro. Nesse sentido, foi analisada a forma de trabalho das tecnologias, mineração e criptografia. Ademais, foi exposto o histórico de surgimento das principais criptomoedas e a sua influência no mercado financeiro.

Por conseguinte, fica explícito até a presente escrita que a segurança da tecnologia *blockchain* trata-se de algo imprescindível para a transação lícita de compra e venda de criptomoedas. Nesse viés, torna-se necessário a influência estatal na regulamentação das criptomoedas, haja vista a alta demanda na busca por esses ativos financeiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL BITCOIN. **ICO**: entenda o que é e como funciona uma oferta inicial de criptomoedas. Disponível em:

<https://brasilbitcoin.com.br/criptomoeda/ethereum#:~:text=A%20ideia%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da,de%20US%24%200%2C31>. Acesso em: 07 maio 2023.

COINEXT. **O que é Ripple (XRP) e como funciona essa criptomoeda?** Disponível em: <https://coinext.com.br/criptomoedas/ripple>. Acesso em: 07 maio 2023.

ELLIPTIC. **Lavagem de dinheiro com bitcoin:** como os criminosos usam criptomoedas. Disponível em: <https://www.elliptic.co/blog/bitcoin-money-laundering>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FARIA, Luiz Antônio de *et al.* **Guia para trabalhos acadêmicos.** Aparecida de Goiânia: Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), 2021.

INFOMONEY. **Ethereum:** como surgiu a segunda criptomoeda mais valiosa do mundo? 8 nov. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/o-que-e-ethereum/>. Acesso em: 07 maio 2023.

INFOMONEY. **Guia sobre Bitcoin:** conheça a origem da primeira criptomoeda do mundo. 8 nov. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/o-que-e-bitcoin/>. Acesso em: 07 maio 2023.

MARCHESIN, Karina Bastos Kaehler. **Blockchain e smart contracts [recurso eletrônico]:** as inovações no âmbito do Direito. São Paulo: Expressa, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAIS, Alexandre Fernandes de. **Bitcoin e Blockchain [recurso eletrônico]:** a revolução das moedas digitais. São Paulo: Expressa, 2021.

NAKAMOTO, Satoshi. **Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System.** 2008. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

NASCIMENTO, Leonardo B G.; MIRA, José E de; BISON, Thaís *et al.* **Criptomoedas e Blockchain.** Grupo A, 2022. *E-book*. ISBN 9786556900094. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900094/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

TEIXEIRA, Tarcisio; RODRIGUES, Carlos Alexandre. **Blockchain e criptomoedas:** aspectos jurídicos. 4. ed. São Paulo: Juspodivm, 2022.

TELLES, Christiana Mariani da Silva. **Bitcoin, lavagem de dinheiro e regulação.** Curitiba: Juruá, 2020.

DIREITO, MEIO AMBIENTE E OS POVOS QUILOMBOLAS

RIGHTS, ENVIRONMENT AND QUILOMBO PEOPLES

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

Vitória Karoliny Barbosa Medeiros

Márcia Batista de Freitas

RESUMO: Essa pesquisa, em andamento, tem como intuito fornecer a relação entre o Direito e o Meio Ambiente, especificamente, quanto aos povos tradicionais tidos como quilombolas, trazendo informações sobre essas comunidades e tecendo críticas quanto ao desamparo histórico sofrido por estes, acompanhado da presente desatenção governamental sobre as necessidades desses que ocupam as margens da sociedade. Será utilizada a legislação dirigida a esses povos, acompanhada de dados que reforçam a tese apresentada, trazendo a aplicação de argumentos que apontam o âmbito prático da realidade sofrida presenciada por eles. Tais informações propõem o esclarecimento quanto a história dos quilombolas e sua situação atual, ao passo que ocorre a tentativa de criar uma narrativa que aponte para a necessidade de preservação e visibilidade social sobre estes.

PALAVRAS-CHAVE: quilombolas; cultura; meio ambiente; preservação.

ABSTRACT: *This ongoing research aims to provide the relationship between Law and the Environment, specifically regarding traditional peoples considered as quilombolas, providing information about these communities and criticizing the historical helplessness suffered by them, accompanied by the current governmental inattention about the needs of those who occupy the margins of society. Using legislation aimed at these people, accompanied by data that reinforce the thesis presented, bringing the application of arguments that point out the practical scope of the suffering reality witnessed by these people. Such information proposes clarification regarding the history of the quilombolas and their current situation, the place in which the attempt to create a narrative that highlights the need for preservation and social visibility of them takes place.*

KEYWORDS: *quilombolas; culture; environment; preservation.*

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte dos estudos realizados a partir do Programa de Orientação Jurídica Popular Universitário (POJUPU), do Instituto de Ciências Jurídicas do Centro Universitário Alfredo Nasser. Tal estudo norteia-se através da história dos indivíduos identificados como quilombolas, de dados estatísticos e legislações direcionadas a estes, para

tecer críticas quanto ao desamparo governamental empregado sobre esses povos e o consequente estado de vulnerabilidade dessas comunidades.

O objetivo desta pesquisa está concentrado na tentativa de propor a reflexão quanto aos povos quilombolas e sua atuação ao longo dos séculos, utilizando de informações como sua origem, jornada histórica, contribuições para o meio social e seu peso como contribuinte do patrimônio histórico-cultural do Brasil, para alcançar uma crítica que aborde a situação delicada de desamparo vivenciado por esses povos. As consecutivas informações sobre a temática possuem como intuito elucidar em relação à importância da proteção dos povos quilombolas, trazendo à tona as dificuldades vivenciadas por esses indivíduos e a presente ineficiência do amparo legal sobre estes.

A justificativa da pesquisa guia-se sobre a busca pela compreensão da necessidade de auxílio exercido sobre os quilombolas, bem como a relação desses povos com a preservação ambiental, oferecendo análises dirigidas a atuação do Direito sobre os povos em questão. A problemática do tema aponta a ausência de amparo e visibilidade devidos aos indivíduos identificados como quilombolas.

O estudo inicia-se com conceitos que abordam a ligação entre Direito e Meio Ambiente, indispensável para que fosse possível compreender o comportamento legislativo quanto às necessidades ambientais. Aponta-se o crescimento gradual do destaque desse âmbito do Direito e abre-se espaço para que fosse abordada a temática do Direito Ambiental como área relacionada aos povos tradicionais.

Após propor tais entendimentos, busca-se apresentar informações iniciais quanto aos povos tradicionais, para que assim seja possível absorver a afirmação posterior sobre os povos quilombolas sendo identificados como povos tradicionais e o seu destaque como parte da história brasileira. Tendo tratado tais assuntos, posteriormente serão pontuadas as previsões normativas referentes às comunidades quilombolas, evidenciando a persistente necessidade da instauração de políticas públicas mais eficazes, acompanhadas da menção de dados que apontem a situação atual das comunidades quilombolas. Todas as informações listadas têm o intuito instrutivo de oferecer ao público esclarecimentos quanto aos povos quilombolas, bem como alertá-los sobre a realidade vivida por estes, a todo momento vistos como indivíduos à margem da sociedade.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste projeto consiste na revisão bibliográfica de fontes secundárias relacionadas à temática, aliada à utilização de informações quanto às legislações envolvidas, notícias divulgadas pela mídia, números habitacionais correspondentes a essa comunidade e relatos de indivíduos identificados como parte da comunidade, todas essas informações sendo utilizadas para que fosse possível traçar uma discussão que pudesse fornecer conteúdo elucidatório mediante a temática da correlação entre Direito, Meio Ambiente e Quilombolas. As informações fornecidas foram selecionadas com base em seu caráter instrutivo, ao ponto em que correspondem à tese abordada e a reforçam, interligando os argumentos apresentados à base fática de dados, notícias e legislações.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Em todo o mundo, o tema meio ambiente ganha cada vez mais destaque, tanto na mídia quanto nos debates políticos, em face das inúmeras catástrofes ambientais documentadas. Em verdade, que o Brasil não poderia estar fora do centro das discussões, visto que é um dos países que tem sob seu domínio territorial uma das maiores bases de biodiversidade. No Brasil, o tema não tomou relevância somente após a Constituição Federal de 1988, sendo fruto de uma crescente transformação humana, assim como o próprio Direito. No decorrer dos anos, notada a impossibilidade de renovação dos recursos naturais, antes vistos como ilimitados, percebeu-se então, a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas mais específicas.

Nesse contexto, o Direito Ambiental surge no início do século XX, tendo o Código Civil de 1916 como um dos precursores desse movimento, sendo uma das primeiras legislações que protegia indiretamente o meio ambiente, pontuando algumas disposições acerca do equilíbrio ecológico (Benjamin, 2011). Mais especificamente em 1960, já inserido em um contexto de crise ambiental, que resultou na escassez de recursos naturais, em virtude de um crescimento econômico irresponsável, fizeram com que se percebesse a necessidade de limitar a ação do homem no meio ambiente.

Na década de 1970, a conscientização acerca dos males da devastação ambiental abriu espaço para o pensamento voltado ao raciocínio coletivo. Sobre isso, destaca-se o papel da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano no Direito Ambiental, mais

conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, que foi um marco histórico, por se tratar do primeiro grande encontro internacional com representantes de diversas nações para discutir os crescentes problemas ambientais (Iphan, 1972).

Embora, o Brasil sempre demonstrasse interesse nas questões ambientais, entende-se que foi somente na década de 80 que o Direito Ambiental realmente se firmou em território nacional. A Constituição Federal de 1988, ao reunir todos os elementos que versam sobre o princípio da prevenção, da precaução e da responsabilidade, com fim de proteção ambiental, fez com que o meio ambiente alcançasse a categoria de bem protegido constitucionalmente. (Benjamin, 2011).

O objetivo principal, que compreende o Direito Ambiental brasileiro, é justamente a proteção, preservação, manutenção e recuperação do meio ambiente em que vivemos, entendendo que conviver em um meio ambiente sadio e equilibrado é o que irá garantir a existência e qualidade de vida da atual e das próximas gerações.

Em outubro de 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu, pela primeira vez, o meio ambiente saudável, equilibrado e sustentável como um direito humano. O dispositivo é considerado um marco histórico para justiça ambiental. Essa medida foi proposta por países como Costa Rica, Marrocos, Eslovênia e Suíça. E, em julho de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução que declara que todas as pessoas do Planeta têm direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável (Nações Unidas Brasil, 2021). A proposta é que os países trabalhem em conjunto para garantir o novo direito reconhecido e, além disso, uma segunda resolução estabeleceu a criação de um posto relator dedicado a observar o impacto das mudanças climáticas nos Direitos Humanos, sobretudo, direito a vida, alimentação, saúde, habitação, água e autodeterminação.

O texto da resolução destaca ainda que o impacto das crescentes alterações climáticas, além da utilização irresponsável dos recursos naturais, interfere no desenvolvimento de um meio ambiente seguro, saudável e sustentável, e que tais danos ambientais têm impacto negativo, direto e indiretamente, na qualidade de vida de todos os seres humanos, afetando principalmente, aqueles em situação de vulnerabilidade (Nações Unidas Brasil, 2021).

No entanto, o Direito e o meio ambiente não correspondem unicamente à preservação ambiental, mas englobam inclusive as comunidades tidas como povos tradicionais brasileiros, a considerar sua habitação nas reservas ambientais e sua atuação na preservação da biodiversidade. Os povos tradicionais, indígenas, extrativistas, ciganos, remanescentes de quilombos e tantos outros, como categoria acadêmica e alvo de amparo governamental, ainda se comportam como um conceito novo (Costa Filho, 2010). Tendo em vista que alguns desses

povos caracterizados como tal se fazem presentes em território brasileiro desde a colonização, mas passaram séculos sendo invisíveis aos olhos da sociedade.

O Decreto n. 6040/2007 promoveu a primeira previsão da legislação brasileira sobre esses povos, evidenciando-os no texto como detentores de direitos e figuras sociais importantes. Essa previsão apontou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que visava o desenvolvimento, proteção, valorização e reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e territoriais desses indivíduos que antes nem mesmo eram considerados como agentes sociais no ordenamento brasileiro (Machado, 2017, p. 208). Assim, a PNPCT representa um avanço na luta social desses povos, facilitando a elaboração de políticas públicas a estes, ao ponto em que demarca sua valorização e ocasiona na extensão do reconhecimento atribuído aos indígenas e quilombolas na Constituição de 1988 e aos demais povos tradicionais, ampliando o alcance dessa norma.

Porém, durante muito tempo e até hoje, esses povos não obtiveram a sua devida atenção, já que a sociedade brasileira, desde o período colonial, sempre abriu caminhos para a cultura europeia, deixando à margem culturas importantíssimas para que fosse formado o Brasil que conhecemos hoje, com alguns de seus costumes únicos em todo o mundo. Essa supervalorização daquilo que provem de outros países, principalmente europeus, gerou uma concepção subentendida entre grande parte da população brasileira, propagando a imagem dos povos tradicionais como estranhos ao meio urbano, diferentes demais do que a sociedade das metrópoles está acostumada a presenciar, individualizando essas minorias e esquecendo, ou tentando esquecer, que essas comunidades fazem parte da história brasileira.

Dito isto, dentre os povos tradicionais, aqui recebe o destaque os denominados como quilombolas. Os quilombolas são povos tradicionais que se originaram durante a busca pela liberdade dos povos afrodescendentes em meio ao período escravagista no Brasil, onde aqueles mantidos em regime escravo realizavam a tentativa de fugir de seus senhores e conquistar sua tão sonhada liberdade, colocando em jogo suas próprias vidas, obrigados a decidir entre ficar e continuar a sofrer, ou fugir e arriscar tudo pela oportunidade de serem livres (Porffrio, 2022).

Após a abolição da escravatura, ocorrida em 1888, aqueles que antes estavam sujeitos ao regime escravo, agora estavam libertos, porém mais uma vez desamparados, já que, por mais que a Lei Áurea trouxesse o fim do tráfico negreiro, esta não proporcionou políticas públicas que tivessem como intuito fornecer um espaço na sociedade a aqueles que antes eram

vistos como mera “mercadoria”, deixando-os com poucas opções de como obter recursos para sua própria sobrevivência (Rossi; Gragnani, 2018).

Tendo em vista tal atuação, a Constituição brasileira, em 1988, adotou o reconhecimento de outras nacionalidades habitando em meio ao território brasileiro, promovendo assim, a proteção dos direitos humanos dessas minorias. Ao se atentar à disposição específica que se propõe a amparar os quilombolas, nos deparamos com o artigo 68 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias, “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Porém, após visualizar a eficácia limitada dessa previsão constitucional, a mesma foi debatida novamente em 1995 e nesse mesmo período, a portaria n. 307 do Incra, propôs norma que regulariza o reconhecimento de terras às comunidades quilombolas (Machado, 2017, p. 204).

Posteriormente, em 2003, o Decreto n. 4.887 foi vigorado, visando, além de identificar esses povos, regulamentar os procedimentos necessários para a atribuição de terras aos remanescentes de povos quilombolas. Tal avanço, mesmo que lento, caminhou para que povos como os quilombolas pudessem ter seus direitos resguardados de forma efetiva, não tão somente para vedar as injustiças praticadas contra esses indivíduos, mas para tirar do papel mecanismos de proteção dessas minorias e colocá-los em prática (Machado, 2017, p. 205).

Considerando o disposto quanto à demarcação e proteção das terras pertencentes a comunidades quilombolas, se torna explícito o quanto a importância do território nessa cultura vai além do que se imagina inicialmente como algo apenas dotado de cunho material, não se limita a pesca ou cultivo, mas alcança até mesmo a livre manifestação dessa cultura, sem receio de serem discriminados, pois enquanto tiverem seu próprio território, terão seu lar seguro, livres das amarras sociais que ainda se perpetuam atualmente, e envoltos pela atmosfera de pertencimento que esse ambiente proporciona a eles (Santos; Keitel; Rocha, 2022, p. 4).

Contudo, a proteção dessas comunidades não se restringe a garantia de terras, a identidade dos quilombolas não se limita a ter a propriedade de um território, as violações de seus direitos não ocorreram apenas no âmbito patrimonial, mas de tal forma que feriu a sua cultura em seu sentido abstrato, a escondendo da memória do povo brasileiro, na tentativa de apagar junto com ela os registros das atrocidades realizadas contra esses afrodescendentes. É importante ter isso em mente ao perceber que a proteção desse povo, a regularização dos direitos dessas comunidades não importam em ganhos exclusivamente para aqueles identificados como parte dessa minoria, mas proporciona algo de suma importância para a

nação brasileira, pois mantém ávidos os patrimônios históricos e culturais do Brasil, a história carregada por estes povos faz parte da sociedade que vemos hoje.

Em conjunto com os benefícios proporcionados por essas comunidades tradicionais estão os saberes tradicionais referentes às tradições quilombolas, que possuem vínculo com a preservação da diversidade biológica, seja por suas formas de extração de recursos ou até mesmo plantio, seus conhecimentos que são utilizados na promoção de harmonia com o meio ambiente. Esses saberes, por serem tão bem relacionados com a biodiversidade, representam benefícios não só para os povos quilombolas, mas também oferecem preservação de suma importância para a redução dos danos ambientais gerados pelo ser humano. Não são apenas tradições, são direitos intelectuais coletivos (Machado, 2017, p. 206).

Portanto, se faz ainda mais perceptível o quanto a proteção aos povos quilombolas é de extrema relevância, levando em consideração, além dos pontos já ressaltados, o desamparo governamental vivenciado por esses indivíduos. Dentre estes, a saúde, fator essencial para a promoção de qualidade de vida, prevista como direito intrínseco à existência humana, é um dos principais alvos dessa situação de vulnerabilidade. O acesso restrito a informação, transporte, água potável e saneamento básico, colocam essas comunidades em uma posição extremamente delicada, fazendo com que estes sejam atingidos pela pandemia de uma forma ainda mais impactante do que as demais parcelas da sociedade (Evangelista, 2022).

No pensamento de Hilton Silva, membro do Grupo Temático Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) as chances de morte por COVID de uma pessoa pertencente à população quilombola é quatro vezes maior do que de uma pessoa inserida em comunidade branca e urbana. Chances essas contabilizadas através da comparação do acesso à saúde entre esses diferentes grupos (Evangelista, 2022). Sob a perspectiva quilombola, temos como exemplo o relato do líder de uma das comunidades quilombolas localizados em Moju, no Pará, onde ele relata que no período pandêmico “Faltou água, comida, médicos, testagem, remédios, máscaras, informação, enfim, faltou tudo”, ainda este reitera, “O nome disso é racismo de Estado, há um propósito nessa forma de tratar a nossa gente, eles nunca estiveram preocupados com o nosso povo. Isso tem nome e se chama necropolítica” (Pedrosa Neto, 2021).

Exposições como essas são muito importantes para que seja possível entender a real situação desses indivíduos, compreendendo como, por exemplo, o acesso à água potável, algo tão básico para a vida humana, em algumas comunidades possui uma presença restrita, onde a água utilizada é retirada de rios, lagos ou represas próximas, e em muitos casos, essas fontes de água são suscetíveis de contaminação por empreendimento de agricultura e mineração

próximo a essas áreas, onde a exploração do meio ambiente de forma indeliberada se faz causadora de danos ao ecossistema do meio e aos indivíduos que possuem como modo de vida a dependência e coexistência com o meio ambiental equilibrado (Pedrosa Neto, 2021).

Quanto aos dados habitacionais desses povos, no ano de 2022, pela primeira vez em 150 anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o recenseamento, ou seja, determinou o número de habitantes, da comunidade quilombola. Nos primeiros dias de coleta de dados, o Instituto recenseou 386.750 pessoas que se autodeclararam quilombolas, o censo iniciou em 01 de agosto de 2022 e estendeu-se até 31 de agosto de 2022 (Crisóstomo, 2022). Durante a pesquisa, constatou-se que os Estados com o maior número populacional de quilombolas são: Bahia com 116.437, Maranhão com 77.683 e Pará com 42.439. Esses números correspondem a 61,15% do número total do primeiro balanço parcial apresentado no Censo Demográfico do IBGE em 2022 (Crisóstomo, 2022).

A consolidação desse Censo por localidades se deu a partir da requisição da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), por meio do Estado Brasileiro junto ao IBGE, atendendo os critérios estabelecidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Crisóstomo, 2022). Sendo a Convenção 169 da OIT a responsável por definir quem são os povos tradicionais, além de afirmar a obrigação dos governos de reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais e religiosos, inerentes a essas comunidades (Crisóstomo, 2022).

Percebe-se, mais uma vez, indícios de descaso governamental, ao pontuar a espera absurda de 150 anos para que o recenseamento devido fosse dirigido a esses povos, tendo em vista que tais informações se fazem essenciais para que seja mensurada a real situação desses povos, auxiliando na elaboração e efetivação de políticas públicas que melhor atendam a essas minorias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tais argumentações quanto ao Direito e o Meio Ambiente, fomentando seu papel indispensável no meio social e trazendo sua intrínseca relação com os povos tradicionais, em específico os povos quilombolas, chega-se à conclusão de que o Brasil, como Estado Democrático de Direito, muito ainda deve aos povos quilombolas, a contar pelos danos históricos gerados pelo racismo estrutural originado no período colonial e perpetuado ao longo dos séculos, fornecendo o desamparo governamental apontado durante este estudo.

Portanto, diante do exposto dirigido à fragilidade dos povos quilombolas, se torna perceptível o quanto muito ainda há de ser feito para a preservação dessas comunidades, não só em sentido formal, através de leis aplicáveis a estes, mas também no meio social, ao ponto em que se destaca a importância da informatização sobre esses povos, apontando à sociedade o reconhecimento que os quilombolas deveriam ter recebido desde o início, por fazerem parte da história cultural brasileira, buscando assim, a conscientização da necessidade de proteção dessas comunidades ainda tão fragilizadas.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Antonio Herman V. Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro. **Revista de Direito Ambiental**, 2011. Disponível em: https://homologacao.edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5337701/mod_resource/content/1/Texto%20001%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Direito%20Ambiental%20-%20Herman%20Benjamin.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.
- COSTA FILHO, A. **Quilombos e povos tradicionais**. 2010. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/COSTA_FILHO,Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf. Acesso em: 13 de maio 2023.
- CRISÓSTOMO, Maryellen. Censo 2022: IBGE já recenseou 386.750 quilombolas. **CONAQ**, 2022. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/censo-2022-ibge-ja-recenseou-386-750-quilombolas/>. Acesso em: 13 maio 2023.
- EVANGELISTA, Ana Paula. **Covid-19 mata quatro vezes mais quilombolas do que parcela urbana e branca**. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/covid-19-mata-quatro-vezes-mais-quilombolas-do-que-parcela-urbana-e-branca>. Acesso em: 10 maio 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Educa. Matérias especiais. **Quilombolas no Brasil**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>. Acesso em: 13 maio 2023.
- IPHAN. **Declaração de Estocolmo**. 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.
- MACHADO, Nélida Reis Caseca. Os quilombolas. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; REI, Fernando Cardozo Fernandes; GARCEZ, Gabriela Soldano (Ed.). **Direitos humanos e meio ambiente: minorias ambientais**. Barueri: Manole, 2017. ISBN 9788520455753. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455753/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Meio ambiental saudável é declarado direito humano por Conselho da ONU**. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/150667-meio-ambientesaud%C3%A1vel-%C3%A9-declarado-direito-humano-por-conselho-da-onu>. Acesso em: 13 maio 2023.

PEDROSA NETO. **Para quilombolas, pandemia foi sinônimo de abandono, racismo e necropolítica**. 2021. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/pandemia-foi-sinonimode-abandono-e-racismo-para-quilombolas/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

PORFÍRIO, Francisco. Quilombolas. **Brasil Escola**. 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>. Acesso em: 01 set. 2023.

ROSSI, Amanda; GRAGNANI, Juliana. A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>. Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, Denise Tatiane Girardon; KEITEL, Angela Simone Pires; ROCHA, Maria Luiza Vargas. Os territórios quilombolas como espaços de construção e preservação da identidade: um estudo na comunidade quilombola de Júlio Borges – RS. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 9, 2022. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/725/424>. Acesso em: 9 maio 2023.

**CRÍTICA DA PERSPECTIVA OCIDENTAL À NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NA CULTURA RELIGIOSA ISLÂMICA, ALIADA A UMA
DESCOLONIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

***CRITICISM OF THE WESTERN PERSPECTIVE ON THE NATURALIZATION OF
VIOLENCE AGAINST WOMEN IN ISLAMIC RELIGIOUS CULTURE, ALLIED TO A
DECOLONIZATION OF HUMAN RIGHTS***

Marcos Cristiano Reis

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

Rafael Coutrin Vilard Silva

Vitória Karoliny Barbosa Medeiros

RESUMO: Esta pesquisa em andamento visa compreender a intersecção entre cultura, religião e direitos humanos na perspectiva das mulheres muçulmanas, contribuindo para uma visão mais sensível da luta pela igualdade de gênero nesse contexto. O objetivo é questionar a imposição ocidental de conceitos sobre outras culturas. O método utilizado é a revisão bibliográfica, explorando a influência da cultura, religião e direitos humanos nas vidas das mulheres muçulmanas. Os resultados revelam a complexidade da relação, com o Islã moldando aspectos do cotidiano e das leis, como a Sharia. A interpretação ocidental da violência difere da interpretação cultural islâmica, ressaltando a importância de considerar crenças locais. A conclusão enfatiza que, para promover mudanças, é preciso dismantlar a hegemonia ocidental nos direitos humanos, respeitando a cultura islâmica. Solidariedade deve ser construída com compreensão, evitando simplificações e estigmatizações, para verdadeiramente capacitar as mulheres muçulmanas.

PALAVRAS-CHAVE: islamismo; cultura ocidental; hegemonia; direitos humanos.

ABSTRACT: *This ongoing research aims to understand the intersection between culture, religion and human rights from the perspective of Muslim women, contributing to a more sensitive view of the fight for gender equality in this context. The objective is to question the Western imposition of concepts on other cultures. The method used is a bibliographic review, exploring the influence of culture, religion and human rights on the lives of Muslim women. The results reveal the complexity of the relationship, with Islam shaping aspects of everyday life and laws, such as Sharia. The Western interpretation of violence differs from the Islamic cultural interpretation, highlighting the importance of considering local beliefs. The conclusion emphasizes that, to promote change, it is necessary to dismantle Western hegemony in human rights, respecting Islamic culture. Solidarity must be built on understanding, avoiding simplifications and stigmatization, to truly empower Muslim women.*

KEYWORDS: *islam; culture western; hegemony; human rights.*

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte dos estudos realizados a partir do Grupo de Estudos: Direitos Humanos, Cidadania e Cultura, do Núcleo de Pesquisa e Extensão (Nupex) do Instituto de Ciências Jurídicas do Centro Universitário Alfredo Nasser. Tal estudo norteia-se no sentido de produzir uma crítica da perspectiva ocidental à naturalização da violência contra a mulher na cultura religiosa islâmica. Para tal propósito, emprega-se uma perspectiva crítica de descolonização dos direitos humanos.

A pesquisa tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a relação entre cultura, religião e violência contra a mulher na sociedade islâmica. Busca-se questionar a perspectiva ocidental que tende a impor seus conceitos de direitos humanos e liberdade sobre outras culturas, sem considerar suas particularidades e contextos históricos. A justificativa da pesquisa move-se no sentido da promoção de uma análise mais ampla e descolonizada dos direitos das mulheres no Islã, levando em conta suas crenças e valores culturais e contexto histórico. A problemática do trabalho gira em torno da sobreposição dos conceitos ocidentais de direitos humanos sobre a cultura islâmica, especialmente no que diz respeito à interpretação da violência contra a mulher.

Nesse sentido, no desenvolvimento deste trabalho, promove-se uma crítica à visão ocidental que, de maneira simplificada, enraíza a violência contra a mulher na cultura islâmica. Além disso, busca-se adotar uma perspectiva descolonizada dos direitos humanos, que leve em consideração as especificidades culturais e religiosas das mulheres muçulmanas. Ademais, destaca-se a importância de reconhecer e amplificar as vozes dessas mulheres em suas lutas por liberdade e igualdade.

A estrutura do trabalho inicia-se abordando a relação entre cultura, religião e violência contra a mulher. Tornou-se indispensável uma hermenêutica que revela o conceito de cultura e sua influência na formação de hábitos e valores sociais, bem como uma contextualização desses elementos na sociedade islâmica.

Para que fosse possível a compreensão desses fenômenos ao longo da história feminista das mulheres islâmicas, fez-se necessária uma análise aprofundada do próprio Islamismo enquanto religião e suas ramificações que ditam o modo como seus seguidores se comportam no dia a dia, como, por exemplo: a Sharia, que é o sistema jurídico do Islã. Além disso, buscou-se compreender a história dos povos árabes ao longo dos séculos, bem como as influências pré-islâmicas das religiões de Zoroastro e de Mani. O recurso à história é um método para revelar a construção social da figura da mulher nas sociedades islâmicas. Parte-

se do pressuposto que o gênero feminino é construído a partir da influência das tradições religiosas somadas ao contexto socioeconômico ao longo dos últimos séculos.

Ainda, para complementar todo esse cenário de interpretações religiosas e sua relação com a cultura, misturada à própria história do povo árabe, foi necessária uma contextualização do termo “fundamentalismo” e suas implicações no Islamismo, que reverberam até os dias de hoje nas mulheres islâmicas e no feminismo oriental. Uma vez que este conceito também é carregado de sentidos para o Ocidente cristão moderno e é utilizado como uma estratégia retórica para estigmatização e restrição de reconhecimento das comunidades islâmicas.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta pesquisa consiste na revisão bibliográfica em fontes secundárias. Para analisar a perspectiva ocidental acerca da violência contra a mulher na cultura islâmica, é necessário examinar a sobreposição dos conceitos norte-americanos e europeus relacionados a essa questão, sem considerar as especificidades culturais e sociais das diversas regiões. É crucial ressaltar a importância de compreender a religião como um aspecto cultural que exerce influência sobre seus seguidores, moldando suas práticas e crenças. No sentido de compreender as discrepâncias e dificuldades inerentes à luta pelos direitos das mulheres muçulmanas, é preciso analisar a influência da hegemonia dos direitos humanos. Muitas vezes, esses direitos são impostos de maneira predominante, subjugando a diversidade cultural e criando uma percepção ilusória de liberdade, ao mesmo tempo em que introduzem valores ocidentalizados. Além disso, é essencial considerar o contexto histórico próprio da religião para uma compreensão mais aprofundada.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se que a falta de dados estatísticos sobre a violência contra a mulher islâmica é uma realidade incontestável. Isso ocorre tanto devido à sua inserção em uma sociedade patriarcal, onde seu sofrimento é ocultado por um véu, quanto devido à influência da cultura oriental, na qual as mulheres estão gradualmente conquistando seu espaço de expressão e influência.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Na obra “Interpretação das culturas”, de Clifford Geertz, muito é tratado quanto à relação entre o homem e a cultura, trazendo a concepção de que ambos são dependentes entre si. Entende-se que a própria racionalidade do ser humano provém de hábitos absorvidos e reproduzidos, que conseqüentemente constituem informações que serão perpetuadas através da cultura que se formará por meio desses hábitos. Sem a cultura, o desenvolvimento humano, quanto a sua racionalidade, não seria possível. Se tornaria inviável que o aprendizado fosse repassado, portanto, todo o comportamento individual e social do homem estaria comprometido (Geertz, 1973, p. 72).

Tal entendimento é reforçado quando Geertz afirma que os símbolos religiosos exercem a função de não só auxiliar a compreender o mundo, mas dar significado a sentimentos e até mesmo criar mecanismos de suporte, como no caso do sofrimento para os fiéis que creem no sistema simbólico criado pela religião. A força da religião pode se tornar tão presente ao ponto de exercer no fiel um senso de superioridade em relação ao senso comum dos indivíduos. Sendo a mensagem religiosa entendida como uma percepção mais sensata a ser adotada, a “verdade de fato” para aquele que crê.

A crença dos fiéis se sobrepõe ao senso comum propagado socialmente e é possível encontrar esse senso comum, em sentido mundial, na forma como a violência contra a mulher é enxergada, a partir de conceitos ocidentais, desconsideradas as especificidades das demais culturas e a forma como a violência é enfrentada nos diferentes meios sociais (Vasconcelos, 2021).

Essa perspectiva se faz negativa não só em seu conceito inicial, mas também dificulta a atuação do feminismo, tendo em vista que, ao buscar os direitos da mulher islâmica, o paradigma que deve ser utilizado é correspondente com a realidade dessa mulher, as crenças que a própria carrega e perpassa em seus comportamentos, o que infelizmente não ocorre com a frequência que deveria. Nessa linha de raciocínio, os protestos realizados com a presença da exposição de corpos nus são constantemente associados à justificativa de que esta é uma forma de lutar pela liberdade corporal das mulheres, contudo, para as mulheres iranianas, em sua maioria, manifestações com esse cunho não oferecem representatividade, mas atuam inversamente proporcionais ao que é almejado como liberdade dentro dos limites da crença islâmica.

Frases como: “a nudez não me liberta e não preciso ser salva”, “você não me representa”, “eu sou uma mulher muçulmana e sei o que eu quero para mim”, “o fato de você se despir para ser minha voz me insulta”... fizeram eco junto às mulheres muçulmanas espalhadas por várias regiões, contra as feministas ocidentais (Vasconcelos, 2021, p. 1).

No Irã, em 1936, ocorreu a Revolta do Véu, também conhecida como Movimento do Véu Branco, em protesto à imposição governamental do uso do véu islâmico (hijab) às mulheres iranianas. O governante Reza Shah Pahlavi buscava modernizar o país e proibiu o véu, gerando forte oposição das mulheres que viam o véu como parte de sua identidade cultural e religiosa. Apesar de não ter revogado a política na época, a revolta aumentou a conscientização sobre os direitos das mulheres. A resistência das mulheres iranianas na Revolta do Véu ressalta seu papel na defesa dos direitos e igualdade de gênero, inspirando movimentos contemporâneos (BBC News Brasil, 2022).

Entretanto, as divergências presentes na luta pelos direitos das mulheres muçulmanas não ocorre simplesmente por uma dificuldade isolada do movimento feminista ocidental em amparar as reivindicações de mulheres de culturas diferentes, essa atuação ocorre por consequência da hegemonia da perspectiva ocidental de direitos humanos, erguida pela soberania desses direitos, impostos acima do impacto da cultura dos povos, em tentativa de universalização de direitos, que possuem como núcleo conceitos de dignidade humana que nem sempre se encaixam em todas as interpretações das diferentes nações. Portanto, tendo os conceitos ocidentais tomado o lugar de destaque na imposição de direitos humanos, ocorre o caso em que, bem como asseverado por Boaventura de Souza Santos (2013, p. 14): “A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos”.

O conceito de visão descolonial dos direitos humanos é essencial para uma crítica construtiva da maneira como os direitos humanos são utilizados como uma ferramenta para impor ideias ocidentalizadas sobre outras culturas. Isso desmistifica a noção de que os países ocidentais apenas buscam promover os direitos, revelando uma proximidade entre esses esforços e a imposição de ideais intolerantes sobre diversas culturas. Seguindo essa linha de raciocínio, Boaventura Santos explora as concepções contra hegemônicas dos direitos humanos. Essas perspectivas desafiam o entendimento dominante, trazendo à tona novas formas de interpretar os direitos humanos e permitindo a incorporação de novos entendimentos. Isso levanta a questão fundamental: os direitos humanos são verdadeiramente universais? Essa hermenêutica pode levar à conclusão de que os direitos humanos não são tão libertadores quanto proclamados, mas, em vez disso, foram moldados para se encaixar nas

metrópoles, nos contextos urbanos ocidentais, negligenciando a realidade de outras partes do mundo (Santos, 2013, p. 15).

Para que seja possível discorrer claramente quanto o impacto da cultura islâmica sobre a comunidade feminina, é correto que primeiro seja compreendido alguns aspectos quanto a crença propagada pelo islamismo e sua relação com a mulher.

A Sharia é o sistema jurídico do Islã. É um conjunto de normas derivado de orientações do Corão, falas e condutas do profeta Maomé e jurisprudência das fatwas - pronunciamentos legais de estudiosos do Islã. Em uma tradução literal, Sharia significa “o caminho claro para a água” (BBC News Brasil, 2021).

Portanto, se o sistema jurídico islâmico é originado de orientações religiosas, destaca-se a força com que essa religião é adotada no meio social, já que, com a presença de um Estado Monoteísta, a religião se mistura com a lei, guiando duplamente a vida dos indivíduos inseridos nesse meio. No entanto, a conduta dirigida às mulheres, adotada através dessa crença, é o ponto essencial discutido no momento, tendo em vista as consecutivas pautas levantadas sobre a violência contra a mulher islâmica.

Um exemplo de interpretação mais rígida da Sharia seria a aplicação da lei islâmica no Afeganistão durante o governo do Talibã, onde seguia-se as palavras sagradas, acompanhadas de punições mais violentas, “Homens eram obrigados a deixar a barba crescer e as mulheres só se aventuravam a sair se tivessem permissão por escrito dos homens. Elas não podiam trabalhar ou estudar e precisavam usar a burca, uma vestimenta que as cobria completamente” (BBC News Brasil, 2021).

Tendo em vista tal aplicação, como é possível lutar contra uma norma que não é apenas fruto da religião da qual elas acreditam, mas também é utilizada pelo Estado em que elas residem? Questionamentos como esse são pertinentes para que aqueles que não vivenciam a realidade dessas mulheres possam compreender a influência dessa cultura que as rodeia, e de como os papéis de gênero, assim como tantos outros traços das vidas dos muçulmanos são traçados pelas suas crenças.

Deste modo, ocorre o que conhecemos, a partir de uma perspectiva condicionada e ocidentalizada, como “fundamentalismo islâmico”. O conceito de “fundamentalismo” deriva de uma vertente do protestantismo nos Estados Unidos que, ao adotar uma interpretação literal da Bíblia e buscar um retorno aos “princípios fundamentais da fé”, tinha como principal objetivo estabelecer uma distinção dos outros grupos protestantes com uma perspectiva mais liberal (Campos, 2014, p. 35).

No final do século XIX e início do século XX, os Estados Unidos passaram por mudanças constantes devido aos avanços tecnológicos e ao rápido crescimento industrial. O progresso científico e as teorias evolucionistas levaram à secularização da sociedade, ou seja, à redução da influência religiosa sobre o poder e o espaço público. Um exemplo significativo foi a Teoria da Evolução, proposta por Charles Darwin, que desafiou os princípios éticos e religiosos ao afirmar que os seres humanos descendiam de espécies primatas. De acordo com Pierucci (1991, p. 24),

[...] o adversário interno [do fundamentalismo] eram os partidários da teologia liberal e os métodos de crítica histórica e literária para a interpretação da Escritura; e o externo era particularmente a mentalidade científica moderna, representada de forma emblemática pelo darwinismo.

Essa ideia confrontou diretamente a crença cristã predominante de que o homem havia sido criado diretamente por Deus e, a partir disso, havia gerado sua prole para povoar a Terra. Nesse contexto, a fé cristã viu sua influência nos ideais humanos diminuir, gradualmente, ela foi sendo relegada ao âmbito da subjetividade dos fiéis, perdendo espaço e poder na esfera pública. Em reação a essa situação, surgiram correntes conservadoras nos grupos protestantes, com o objetivo de defender os princípios estabelecidos na Bíblia e enfatizar a autoridade absoluta de suas palavras (Campos, 2014, p. 35).

Ser considerado fundamentalista, segundo o significado original do termo, implicava que o seguidor (geralmente um praticante do protestantismo) acreditava na autoridade suprema da Bíblia e na palavra de Deus, vivendo de acordo com os princípios morais cristãos. Seu ativismo se limitava pacificamente aos domínios das igrejas, escolas e famílias, não buscando realizar mudanças políticas.

No presente, é frequente a utilização do termo “fundamentalismo” no Ocidente, especialmente ao se referir ao contexto da religião islâmica. Isso ocorre para abarcar ações radicais, muitas vezes terroristas, porém essa abordagem simplifica a diversidade e complexidade das posturas dos vários movimentos muçulmanos devotos. Tal percepção equivocada, proveniente do Ocidente em relação ao Oriente, foi em grande medida moldada pelas iniciativas da “Guerra ao Terror” promovida pelos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro. Esses ataques, resultando na queda das Torres Gêmeas do *World Trade Center* por ordem de Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda, estabeleceram uma construção do “outro” como adversário. Esse inimigo engloba qualquer interpretação ortodoxa da Sharia (Sistema Jurídico Islâmico), do Alcorão, das profecias de Maomé e dos seguidores

muçulmanos. Dado o intrincado panorama das estruturas religiosas muçulmanas e sua marcante cultura distinta, a pesquisadora Karen Armstrong considera isso como uma tentativa simplista de compreender os eventos, onde o Ocidente busca rotular o fundamentalismo islâmico de forma direta como terrorista (Armstrong, 2017).

Ao associar o Islã a um “Inimigo oriental” e rotulá-lo como “fundamentalista”, o Ocidente abriu espaço para fomentar a xenofobia e espalhar desinformação. Os problemas da região foram explorados, ampliando o debate sobre a violência contra as mulheres na sociedade islâmica. No entanto, essa abordagem etnocêntrica promovida pelo Ocidente nunca demonstrou a verdadeira complexidade da relação entre os muçulmanos e os textos sagrados islâmicos, cujas reverberações afetam as mulheres.

Para compreendermos a gênese da influência dos textos sagrados, é necessário que primeiro se aborde o contexto histórico presente durante o nascimento do islamismo, a começar pela informação de que, antes da chegada de Maomé nos séculos VI e VII, a região conhecida como Magreb era caracterizada por uma diversidade de religiões em conflito e impérios hostis lutando uns contra os outros.

Nesse cenário, é relevante mencionar as contribuições do Zoroastrismo e do Maniqueísmo. Zoroastro, também conhecido como Zaratustra, no século VI a.C., buscou unificar profetas e mestres existentes em uma única fé, dando origem ao Zoroastrismo. Da mesma forma, Mani, um sábio iraniano do século III d.C. almejou unificar religiões e estabeleceu o Maniqueísmo. Ambas estabeleceram bases para abordagens religiosas que posteriormente influenciaram o Islã, especialmente no que se refere ao conceito dualista da luta entre o bem e o mal, representado pelo Reino da Luz e pelo Reino das Trevas.

No século VII, uma nova ordem política surgiu, abrangendo toda a Península Arábica, terras do Império Sassânida e as províncias sírias e egípcias do Império Bizantino. Nessa nova ordem, a elite dominante era composta principalmente pelos árabes da Arábia Ocidental, com destaque para os habitantes de Meca. Ainda de acordo com o historiador Albert Hourani: “Antes do final do século VII, esse grupo dominante árabe identificava sua nova ordem de poder com uma revelação dada por Deus a Maomé, um cidadão de Meca, sob a forma de um livro santo, o Corão” (Hourani, 2006, p. 34).

Para a região do Magreb, que possuía uma rica diversidade religiosa, o surgimento do Islã representou uma poderosa unificação dos fiéis e proporcionou uma base harmoniosa para a construção de um verdadeiro império, liderado pelos árabes. A unificação dos fiéis sob o Islã permitiu o estabelecimento de um sistema político centralizado, composto por líderes

religiosos e governantes muçulmanos. Isso resultou na formação de califados, com sua capital em locais como Bagdá, Cairo e Córdoba (Hourani, 2006, p. 43).

A conversão ao Islã foi acompanhada por mudanças sociais, como a adoção da língua árabe e a assimilação de práticas culturais islâmicas. A igualdade entre os muçulmanos foi promovida, superando as divisões tribais pré-islâmicas. O estabelecimento da Sharia como a base legal da sociedade islâmica também teve implicações sociais, influenciando a vida cotidiana, as relações familiares e a justiça (BBC News, 2021).

Atualmente, há um amplo debate sobre a situação das mulheres muçulmanas no Oriente e sua relação complexa com a Sharia, enquanto os movimentos feministas no Ocidente se unem a uma crescente ideologia de direitos humanos. É essencial abordar as aspirações de mudanças significativas que estão ocorrendo atualmente no Oriente, onde os movimentos feministas são reprimidos pelas elites árabes patriarcais, que usam a religião e o sistema legislativo como meio de impedir o progresso dessas transformações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ter se argumentado a respeito da interpretação da cultura, não de forma isolada, mas considerando suas especificidades e seguindo a perspectiva descolonizada dos direitos humanos, conclui-se que ainda há muito a ser alcançado, mesmo em um mundo repleto de lutas por direitos. Isso se torna evidente quando se observa a necessidade de compreender a real situação da mulher islâmica, que além de sofrer devido à dura aplicação da lei presente no Islã, também é alvejada por uma abordagem ocidental que propaga a violência, indo contra discursos de paz.

Entende-se, ao final, que para reduzir ou cessar efetivamente a violência contra a mulher islâmica, é necessário muito mais do que intervenções internacionais ou protestos divulgados pela mídia. A atitude mais significativa que os povos ocidentais podem realizar para auxiliar nessa luta é buscar a desconstrução da hegemonia dos direitos humanos, bem como o fim da imposição dos padrões culturais do ocidente sobre a cultura oriental. Dessa forma, será possível apoiar a causa feminista oriental de maneira mais eficiente e justa.

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, Karen. Karen Armstrong: ‘É muito fácil dizer que é religião, mas o terrorismo é sempre político’. *El País*, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/eps/1510080049_545323.html. Acesso em: 19 jul. 2023.
- BAGHALI, Hawzhin. “Irã: mulher, vida, liberdade”. Tradução de Regina Teixeira. **Lugar Comum**, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/download/56231/30701>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- BBC NEWS BRASIL. **Como era a vida das mulheres no Irã antes da Revolução Islâmica**. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63038853>. Acesso em: 20 de jul. 2023.
- BBC NEWS BRASIL. **Afganistão: o que é a Sharia, lei islâmica que o Talebã quer aplicar no país?** 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional58251684#:~:text=A%20lei%20determina%20que%20homens,tamb%C3%A9m%20pode%20conter%20puni%C3%A7%C3%B5es%20severas>. Acesso em: 20 de jul. 2023.
- CAMPOS, Breno Martins. Origem e descendência do fundamentalismo protestante: o darwinismo em *The Fundamentals*. **PLURA**, Revista de Estudos de Religião, v. 5, n. 1, p. 34-53, 2014. ISSN 2179-0019. Disponível em: https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/download/772/pdf_91/3045#:~:text=Como%20movimento%20de%20afirma%C3%A7%C3%A3o%20da,novas%20modas%20interpretativas%20do%20texto. Acesso em: 22 jul. 2023.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. 1926. 323p. ISBN 978-85-216-2985-6.
- HOURANI, Albert Habib. **Uma história dos povos árabes**. 7. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006. 34 p. ISBN 978-85-359-0867-1.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. Fundamentalismo e Integrismo: os Nomes e a Coisa. **XV Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu, 15-18 out. 1991. Disponível em: https://www.espiritualidades.com.br/Artigos/P_autores/PIERUCCI%20_Antonio_tit_Criacionismo_et_fundamentalismo.htm. Acesso em: 02 jul. 2023.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014. ISBN 978-85-249-2259-6.
- SOUSA, Rainer Gonçalves. Zoroastrismo. **Mundo Educação**, s/d. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/zoroastrismo.htm#:~:text=As%20diretrizes%20do%20profeta%20Zoroastro,na%20regi%C3%A3o%20do%20Oriente%20M%C3%A9dio>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- VASCONSELOS, Suelli. **As mulheres, o Islã e o Ocidente**. 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/colunistas/suelli-vasconcelos/2021/08/30/noticia->

suelivasconcelos,1300431/as-mulheres-o-isa-e-o-ocidente.shtmlReferencia. Acesso em: 13 jul. 2023.

**O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE E
SEUS REFLEXOS NA VIDA DO TRABALHADOR**

***THE INTERMITTENT EMPLOYMENT CONTRACT AND
ITS IMPACTS ON THE WORKERS LIFE***

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

Josineuma Dantas de Araújo Ribeiro

RESUMO: O presente trabalho propõe um estudo do contrato de trabalho intermitente, uma modalidade de contratação relativamente nova no Brasil, que foi inserida no ordenamento jurídico através da reforma trabalhista, especificamente nos artigos 443 ao 452 A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, pela Lei nº 13.467/2017. Do qual, extrai-se, por meio de metodologia de pesquisas bibliográfica, uma explanação em relação a esse tipo de contratação, se está em benefício do trabalhador ou ferindo os princípios da Constituição Federal de 1988 e da CLT de 1943, em razão de ambas assegurarem o direito do trabalhador, com condições justas e garantias. Em síntese, uma reflexão acerca dos desafios enfrentados pelo trabalhador, bem como os reflexos que o contrato de trabalho intermitente ocasionou na vida do trabalhador, assim como discussões sobre se este assegura ou não os direitos básicos ao empregado.

PALAVRAS-CHAVE: contrato intermitente; princípios; Constituição Federal. Consolidação das Leis Trabalho.

ABSTRACT: *This work proposes a study of the intermittent employment contract, a relatively new type of contracting in Brazil, which was inserted into the legal system through the labor reform, specifically in articles 443 to 452 A of the Consolidation of Labor Laws (CLT) of 1943, by Law No. 13,467/2017. In which, through bibliographical research methodology, an explanation in relation to this type of contraction is extracted, whether it is for the benefit of the worker or violating the principles of the Federal Constitution of 1988 and the CLT of 1943, as both ensure the worker's rights, with fair conditions and guarantees. In summary, a reflection on the challenges faced by the worker, as well as the consequences that the intermittent employment contract had on the worker's life and discussions on whether or not basic rights are guaranteed to the employee.*

KEYWORDS: *intermittent contract; principles; Federal Constitution; Consolidation of Labor Laws.*

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute acerca do contrato de trabalho intermitente e o presente texto tem como objetivo analisar esse tipo de contrato e seus reflexos na vida do trabalhador, a fim de

constatar se esta modalidade é uma afronta ao Princípio da Dignidade Humana, do trabalhador, conforme previsto no artigo 1º, incisos III e IV, artigo 7º incisos IV, VII, XV, da Constituição Federal de 1988. O contrato de trabalho intermitente foi inserido na CLT de 1948 pela Lei nº 13.467/2017, propriamente pela Reforma Trabalhista. Essa modalidade de contrato de trabalho foi proposta com o intuito de diminuir o desemprego, a informalidade, a variação de salários, aplicação das garantias e direitos do trabalhador, sendo necessário um estudo quanto à nova lei, no tocante aos benéficos elencados ao trabalhador quanto ao empregador.

Tendo como problematização a discussão quanto a este tipo de contratação, está realmente favorecendo o trabalhador ou ferindo os princípios fundamentais previstos na nossa Constituição? Uma análise das características do contrato de trabalho, como também das discussões sobre a inclusão deste modelo de pacto laboral, com a compatibilidade com a Constituição Federal de 1988 é objeto deste estudo.

Para tanto, justifica-se a pesquisa e verificação do contexto dessa modalidade contratual inserida na Lei nº 13.467/2017, com o propósito de identificar o contrato intermitente e se está de acordo com nosso ordenamento jurídico, uma vez que a modalidade contratual intermitente é questionada em um rol de cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) de números 5806, 5826, 5829, 5950 e 6154 no Supremo Tribunal Federal (STF). Expondo os pontos positivos e negativos, bem como o impacto na vida do trabalhador.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste de uma revisão bibliográfica que terá como fonte livros, revistas, artigos científicos, Constituição Federal de 1988, Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, trabalhos de conclusão de curso, entre outros. Com o intuito de possibilitar a realização e a exposição das informações em relação ao contrato de trabalho intermitente e os reflexos na vida do trabalhador, com o propósito de estabelecer uma conclusão em relação ao tema exposto. Foi utilizada a metodologia teórica, explanatória, reflexiva e descritiva.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

O direito do trabalho desenvolveu-se a partir do século XIX, em decorrência dos movimentos desencadeados pelos operários, na busca de melhores condições de trabalho, limitações da jornada de trabalho, entre outras reivindicações (Resende, 2020).

Segundo Calvo (2022), a origem do direito do trabalho está ligada ao trabalho livre, um marco da Revolução Industrial, que enfatizou a liberdade de contratar, a utilização da teoria taylorista-fordista, a ideologia de protestos, entre outros.

Resende (2019) considera o direito do trabalho como sendo um ramo jurídico que contempla as relações jurídicas entre o trabalhador e o tomador de serviços, em outras palavras, empregado e empregador.

Para tanto, o conceito de direito do trabalho pode ser definido como um conjunto de normas, que regem as relações do trabalho, entre o trabalhador e o tomador de serviços.

O artigo 1º da Constituição Federal de 1988 narra os valores sociais do trabalho e da dignidade da pessoa humana como fundamentos da República Federativa do Brasil. Acrescenta ainda nos artigos 6º a 11 e o 170, os direitos sociais e o trabalho, sendo direitos fundamentais, ou seja, que as normas devem ser criadas partindo do princípio da proteção, valorizando o trabalho e a livre iniciativa.

É explanado no artigo 23 da Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, que toda pessoa tem direito ao trabalho, sendo de livre escolha as condições e satisfação de trabalho, sem discriminação e a mesma base salarial para aqueles que exercem a mesma função.

O contrato de trabalho intermitente foi inserido na CLT de 1943, nos artigos 443 ao 452-A, pela Lei nº 13.467/2017, mais precisamente pela Reforma Trabalhista, em que descreve o conceito, meios de convocação, requisitos, verbas e condições para este tipo de contrato. Outrossim, o artigo 443, § 3º da referida CLT, define contrato de trabalho intermitente, como sendo uma prestação de serviços, com subordinação, de forma esporádica os períodos de prestação de serviços, em que a empresa irá remunerar com o salário e demais direitos trabalhistas, proporcional ao período em que prestou serviço, podendo este ser determinado por horas, dias ou meses. Independentemente do tipo de atividade ou empregador, tendo como exceção os aeronautas, uma vez que estes possuem legislação própria.

Tocante ao artigo 443 da CLT, de 1943, descreve-se a forma de contrato, como o contrato de trabalho intermitente que poderá ser realizado, verbal ou escrito, com prazo determinado ou indeterminado.

Antemão, o artigo 452 A da referida legislação traz a forma em que o contrato de trabalho intermitente deve ser acordado, devendo ser por escrito, contendo exatamente o valor da hora de trabalho, não podendo ser inferior ao valor do salário mínimo ou do valor que os demais empregados que exerçam a mesma função, intermitente ou não.

Consoante aos incisos do artigo 452 A da CLT, de 1943, essa modalidade de pacto laboral, a convocação profissional deverá ser realizada por qualquer meio de comunicação, desde que o empregador informe a jornada, com antecedência mínima de 72 horas antes do início das atividades, cometida por registro, e-mail ou até mesmo mensagem de texto. Por sua vez o trabalhador terá 24 horas para dar o retorno se aceita ou não, no caso do silêncio presume a recusa.

Correlaciona-se a evidência do contrato de trabalho intermitente e seu crescimento em decorrência da pandemia de Covid-19 que ao chegar causou muitas mudanças em dimensões das relações de trabalho, aumentando assim a quantidade e o formato dos contratos nessa modalidade, diante da adaptabilidade e incertezas dos tempos correntes (Dias *et al.*, 2021).

Pontua-se que existem questionamentos quanto à classificação dessa modalidade de contrato de trabalho, já que pode ser considerado um contrato por prazo determinado ou indeterminado. Em relação aos períodos de inatividade caracteriza a suspensão do contrato de trabalho, se não está ferindo os princípios constitucionais. Neste contexto, podemos correlatar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs de números 5806, 5826, 5829, 5950 e 6154), que questionam o trabalho intermitente e visam anular do ordenamento jus trabalhista.

As ADIs supramencionadas questionam os dispositivos da reforma trabalhista da Lei nº 13.467/2017, iniciaram no Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento em dezembro de 2020, tendo o relator o ministro Edson Fachin que decidiu pelo reconhecimento parcial das ações diretas e no mérito julgou os pedidos procedentes, para declarar a inconstitucionalidade dos dispositivos da CLT de 1943. Consequente a Fachin, esse tipo de contrato deixa o trabalhador em situação de vulnerabilidade e fragilidade. Os ministros Nunes Marques e Alexandre de Moraes concordaram com o relator quanto ao conhecimento das ações, mas divergiram no mérito e julgaram-nas improcedentes, a ministra Rosa Weber pediu vista antecipada dos autos.

Vale salientar que a discussão das Ações Diretas de Inconstitucionalidade em compatibilidade ao contrato de trabalho intermitente é em virtude da flexibilização de direitos sociais e fundamentais trabalhistas, como também em relação à afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Em consonância a este questionamento, Laraia (2018) discorre que a convocação do contrato de trabalho intermitente é como direito protestativo do empregador, que utiliza o trabalhador como ferramenta de trabalho, podendo ser utilizado de acordo com sua necessidade e vontade, violando assim o princípio da dignidade humana e a incompatibilidade com a Constituição Federal de 1988.

Cassar (2020) define que, para alcançar uma igualdade substancial entre as partes, é necessário proteger a parte mais frágil, que é o empregado. A autora levanta um questionamento em relação à divergência doutrinária em relação ao princípio da proteção do direito do trabalho ou somente do *in dubio pro operário*.

Apesar de o contrato intermitente ser regulamentado, seus artigos vêm sendo questionados e gerando dúvidas em relação a sua constitucionalidade, uma vez que a CLT de 1943 e a Constituição Federal de 1988 preveem direitos ao trabalhador e, para alguns, essa lei trouxe lacunas para direitos então garantidos.

Neste sentido, Delgado (2019) estabelece o contrato intermitente como uma modalidade de contratação sem proteção, vantagens ou garantias estruturadas ao direito do trabalho e que torna o trabalho humano mais precário e desvalorizado, como por exemplo, o tempo à disposição, repousos semanais remunerados e em feriados, intervalos infra e interjornada de trabalho.

Obstante a Garcia (2017), o contrato de trabalho intermitente pode gerar insegurança ao trabalhador, pelo fato de o mesmo não saber quando será convocado para prestar serviço, nem por quanto tempo, desconhecendo o valor do salário que irá ter recebido.

Em contrapartida, a argumentação utilizada para a adoção do contrato de trabalho intermitente é acabar com a informalidade tanto dos *freelancers* como das pessoas que vivem de bicos, mudando a realidade destas que utilizarão o pressuposto contratual tendo direitos como Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada, férias, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, décimo terceiro salário, recolhimento de contribuições previdenciárias (Martinez, 2022).

Nas palavras de Castro (2023), a ciência do Direito Constitucional do Trabalho, deve-se buscar melhorias nas condições de trabalho daqueles que somente dispõem da prestação de serviços para garantir o próprio sustento, e a regulamentação do contrato de trabalho intermitente cria obstáculos para a garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Acrescenta ainda que o ordenamento jurídico deve estimular os trabalhadores de baixa renda, informais, a fim de garantir não apenas o direito ao trabalho, mas também a proteção social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir por meio da análise das pesquisas realizadas que o contrato intermitente foi inserido pela Lei nº 13.467/2017 com o propósito de diminuir o desemprego, modernizar a legislação trabalhista e tornar as empresas mais competitivas no mercado de trabalho, visando uma flexibilidade, um contrato diferenciado que ganhou destaque diante do Covid-19. No contrato de trabalho intermitente o trabalhador é remunerado quando for convocado para a prestação de serviços, não havendo garantia de renda mínima ou de jornada, apesar do vínculo de subordinação, a utilização é descontínua, podendo trabalhar algumas horas na semana, dias no mês ou no ano e receberá somente pelo que laborou, partindo dessa primícia é mais vantajoso para o empregador, sendo que o mesmo poderá convocar o trabalhador somente quando necessitar, assim evitando gastos.

Para o empregado, existem riscos de trabalhar nessa opção; caso não tenha uma organização, poderá perder sua estabilidade financeira, não sabendo ao final do mês quanto terá pra receber. Além disso, o trabalhador que vir trabalhar para várias empresas precisará de uma dedicação, terá que organizar os horários, seus locais e também a forma de prestar serviço, previamente não sabe quando será convocado.

Embora essa modalidade seja comum em outros países, no Brasil, ainda gera insegurança e incerteza jurídica, para muitos o contrato de trabalho intermitente veio para desburocratizar o famoso bico, garantindo aos empregados maiores direitos, mas também trazendo para o empregador uma redução na mão de obra que antes seria realizada por contratação, seja por prazo determinado ou indeterminado.

Diante dos resultados alcançados através da pesquisa, constatou-se que apesar da flexibilidade e da regulamentação do contrato de trabalho intermitente, essa modalidade trouxe insegurança ao trabalhador, seja pela indefinição quanto ao tempo de trabalho ou da expectativa da remuneração, bem como a suspensão dos direitos fundamentais garantidos nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal de 1988, no período em que o trabalhador não estiver prestando serviço, gerando uma inconsistência nos princípios e dignidade da pessoa humana, havendo intervenções nos direitos e garantias constitucionais nos quais são assegurados ao trabalhador.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa Brasileira de 1988**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago.2023.
- BRASIL. Decreto-Lei, n.º 5452, de 1 de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 15 ago.2023.
- CALVO, Adriana. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620285/>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**: de acordo com a Reforma trabalhista. 16. ed. São Paulo: Método, 2020.
- CASTRO, Lucas Silva de. **Contrato de Trabalho Intermitente**. São Paulo: Mizuno, 2023.
- DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.
- DIAS, Carlos Eduardo Oliveira *et al.* **Comentários a lei da reforma trabalhista**: dogmática, visão crítica e interpretação constitucional. 2. ed. São Paulo: LTr, 2021.
- FARIA, Luiz Antônio de *et al.* **Guia para trabalhos acadêmicos**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2017.
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Reforma Trabalhista – Análise Crítica da Lei 13.467/2017**. 2. ed. Salvador: Juspodium, 2017.
- LARAIA, Maria Ivone Fortunato. **Direito fundamental ao trabalho digno e o contato de trabalho intermitente**. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Estudos Pós-graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MACHADO, Humberto César; PIETRAFESA, José Paulo. **Guia Prático para trabalhos acadêmicos monográficos e TCCs**. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2014.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Atualização João Bosco Medeiros. Barueri/SP: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho, São Paulo: Saraiva, 2022.
- ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 18 ago.2023.

PORTO, N.; LOURENÇO FILHO, R. **Direito Individual do Trabalho**. Rio de Janeiro: Método, 2022.

RESENDE, R. **Direito do Trabalho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Método, 2020.

**DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO
COMO UM INSTRUMENTO PARA EFETIVAR POLÍTICA AFIRMATIVA**

***PROTOCOL FOR JUDGMENT WITH A GENDER PERSPECTIVE AS AN
INSTRUMENT TO IMPLEMENT AFFIRMATIVE ACTION POLICY***

Ana Celuta Fulgencio Taveira

Lucelma Messias de Jesus

RESUMO: O presente estudo propõe uma análise do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, como um instrumento para efetivar a política afirmativa de equidade de gênero. Para tanto, pretende-se correlacionar a aplicação do protocolo, como uma ação com vistas ao alcance da igualdade de gênero, tal como estabelecido pela Organização das Nações Unidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030. De início, apresentar-se-á marcos da trajetória legislativa nacional especificamente no que se refere aos direitos das mulheres até chegar na normativa que dispõe sobre a adoção das diretrizes do Protocolo em todo o Judiciário brasileiro. Ademais, se propõe explicar sobre a igualdade de gênero, políticas afirmativas, para assim adentrar nos benefícios e impactos do Protocolo na efetivação da equidade de gênero, com, em momento oportuno, a apresentação de casos e exemplos de aplicação do Protocolo pelo Poder Judiciário do Estado de Goiás.

PALAVRAS-CHAVE: julgamento; perspectiva; gênero; equidade; política afirmativa.

ABSTRACT: *The present study proposes an analysis of the Protocol for Judgment with a Gender Perspective, published by the National Council of Justice in 2021, as an instrument to implement the affirmative policy of gender equality. To this end, it is intended to correlate the application of the protocol, as an action aimed at achieving gender equality, as established by the United Nations in the Sustainable Development Goals in the 2030 Agenda. Initially, milestones of the national legislative trajectory specifically with regard to women's rights until reaching the regulations that provide for the adoption of the Protocol's guidelines throughout the Brazilian Judiciary. Furthermore, it is proposed to explain gender equality, affirmative policies, in order to delve into the benefits and impacts of the Protocol in achieving gender equality, with, at an opportune moment, the presentation of cases and examples of the application of the Protocol by the Judiciary of the Goiás state.*

KEYWORDS: *judgment; perspective; gender; equity; affirmative policy.*

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se que, historicamente, as constituições no Brasil consagram o princípio da igualdade, no entanto, desde a promulgação da Carta Magna em 1988, mudanças

expressivas aconteceram no universo legislativo e jurídico brasileiro, com alterações importantes para a superação da desigualdade baseada no sexo, principalmente ao determinar expressamente no artigo 5º, inciso I, da mencionada Constituição de 1988, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Nesta esteira, com o advento da judicialização, as demandas de casos que envolvem gênero e sexualidade aumentam a cada dia no Sistema de Justiça. Observa-se que constantes mudanças na sociedade exigem adaptações no Poder Judiciário, no sentido de propiciar uma cultura jurídica emancipatória e de reconhecimento da triste influência que as desigualdades impostas pelo patriarcado, machismo, sexismo, racismo e homofobia em que classes vulneráveis são submetidas.

Atentos a essa problemática, o Conselho Nacional de Justiça, doravante CNJ, em 2021, editou o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero como uma ferramenta que busca garantir a equidade e a justiça de gênero no judiciário. Nele há considerações teóricas sobre a questão de igualdade e envolve a análise de casos e processos judiciais levando em consideração as desigualdades e as discriminações de gênero.

Este trabalho tem como objetivo analisar como o protocolo pode ser um instrumento para efetivar a política afirmativa de equidade de gênero, baseado nas diretrizes estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU), do qual o Brasil é signatário.

Para isso, será apresentado uma breve contextualização da trajetória legislativa nacional no que se refere aos direitos das mulheres até chegar à publicação do Protocolo no Brasil. Ademais, este estudo se propõe explanar sobre a igualdade de gênero, políticas afirmativas, para assim adentrar nos benefícios e impactos do Protocolo na efetivação da equidade de gênero, com a apresentação de caso e exemplos de aplicação do Protocolo pelo Poder Judiciário do Estado de Goiás.

2 METODOLOGIA

Marconi e Laktos (2022, p. 277) conceituam como metodologia jurídica o “procedimento por meio do qual se estabelece o objeto que deve ser controlado pelo método que indicará as bases, o fundamento da sistematização jurídica”. Por sua vez, metodologia é o conjunto de atividades que serão desenvolvidas a fim de alcançar objetivos e metas da indagação proposta.

Os métodos pretendidos no presente artigo partem de teorias e leis para analisar o objeto de pesquisa, portanto, serão aplicadas técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, utilizando-se de bibliografia especializada e do método de abordagem dedutivo. Ainda, serão adotadas variáveis qualitativas com a observação de casos concretos que foram julgados com perspectiva de gênero no âmbito do Poder Judiciário Goiano, preservando o sigilo e a privacidade das partes, para auxiliar no entendimento da investigação.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

De forma inédita, na Constituição de 1934, foram estabelecidos dispositivos como igualdade salarial, proibição de trabalho das mulheres em local insalubre e a concessão de descanso pós-parto. Entretanto, a determinação expressa da igualdade entre homens e mulheres no Brasil dentre outros direitos para mulheres, veio por advento da Constituição Cidadã em 1988, tendo este fato como uma conquista dos movimentos de mulheres, que na década de 80, escreveram a “Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes”, que foi levada ao Congresso Nacional durante o processo constituinte, iniciado em razão da redemocratização do país, em 1985 (Tavassi *et al.*, 2021).

Faz-se necessário destacar as conquistas que antecedem a Carta Magna, como o direito à participação política e o voto feminino, em 1932, adquirido por meio do movimento conhecido como sufragistas. Em síntese, conquistas importantes foram garantidas na esfera política para as mulheres, como a Lei nº 12.034/2009 que definiu cota mínima de candidaturas, impondo aos partidos a responsabilidade de promover e difundir a participação feminina.

Em 2022, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 117, que, dentre outras providências, obriga a destinação de recursos, pelos partidos políticos, às campanhas eleitoreiras das candidatas femininas.

Outrossim, Sabag e Braz (2020) aduzem que, no circuito nacional, em 1943, foi destinado um capítulo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para a proteção do trabalho da mulher, que obtivesse a devida autorização do marido para laborar fora. A normativa em questão ainda tratava sobre outros aspectos inerentes às condições de trabalho feminino, vedando a discriminação contra a mulher e concedendo, inclusive uma proteção à maternidade.

Ocorreram mudanças também no Código Civil, como o Estatuto da Mulher Casada, disposto na Lei nº 4.121/1962, a Lei do Divórcio - nº 6.515/1977 e a Lei nº 9.263/1996, que concebeu à mulher poder de decisão no âmbito familiar. Com as constantes alterações, em 2002, entrou em vigor um novo Código Civil com a garantia do poder familiar e a capacidade civil plena da mulher.

Já na parte penal, citam-se as Leis nº 8.072/1990 e nº 8.930/1994, que alteraram os crimes hediondos incluindo nele o estupro e o atentado ao pudor; a Lei nº 11.106/2005 que, modificou e revogou artigos do Código Penal, como extinguiu a punibilidade do agente criminoso que se casasse com a vítima.

Na visão de Sabag e Braz (2020), a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, provavelmente é o acontecimento mais notável na luta feminina brasileira, pois ao criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, este ainda assegura a integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial da mulher. Considerada uma das melhores legislações em razão da proteção das mulheres, esta é a norma que mais sofre alterações no arcabouço legislativo nacional. Sublinha-se que para salvaguardar o direito à vida das mulheres, a Lei nº 13.104/2015, tipificou o crime de Feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

Indubitavelmente, a luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres no Brasil sofreu influência dos documentos e tratados internacionais (Sabag; Braz, 2020). Entretanto, a implementação de ações afirmativas no Brasil aconteceu com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Friedrich, Leite e Graeff (2023) indicam que, tradicionalmente, estas ações despontam como mecanismos políticos jurídicos designados a minimizar os efeitos das desigualdades e da segregação e desejam lograr, para além da igualdade de oportunidades, também igualdade de resultados.

Por iguais razões, a política afirmativa de equidade de gênero trata-se de uma medida para promover a igualdade entre homens e mulheres, com vistas a reconhecer e corrigir as desvantagens históricas e estruturais enfrentadas pelas mulheres. Essas políticas objetivam aumentar a representatividade feminina com a garantia de oportunidades iguais no acesso a recursos e no exercício de direitos (Friedrich *et al.*, 2023).

Nesse diapasão, corroborando com o exposto, o Conselho Nacional de Justiça editou, em outubro de 2021, o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero que trouxe em seu bojo o compromisso de orientar a imprescindibilidade de a magistratura julgar os casos concretos sob a lente de gênero, avançando na efetivação da paridade e nas políticas de equidade. Este fora apresentado, desta maneira, como um valioso instrumento para o alcance

da igualdade de gênero, sob o qual o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça são comprometidos, por oportunidade do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 5 da Agenda 2030 da ONU.

A adoção do referido protocolo foi incentivada, pelo CNJ, aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro em todos os âmbitos, com a publicação da Recomendação nº 128, de 15 fevereiro de 2022, para colaborar com a concretização das Políticas Nacionais estabelecidas pela Resolução CNJ nº 254/2020 destinada ao Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e pela Resolução CNJ nº 255/2020 que dispõe sobre o Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.

A obediência das diretrizes do aludido dispositivo tornou-se obrigatório com a instituição da Resolução CNJ nº 492, de 17 de março de 2023, em que o ato normativo com mera recomendação passa a ter força vinculante, não restando dúvidas que cabe a todo o Poder Judiciário Brasileiro conduzir e julgar os casos, aplicando a perspectiva de gênero, prevalecendo a premissa estampada no Protocolo (2021, p. 8) de que:

Nesse caminho, o Conselho Nacional de Justiça, ao editar este documento, avança na direção de reconhecer que a influência do patriarcado, do machismo, do sexismo, do racismo e da homofobia são transversais a todas as áreas do direito, não se restringindo à violência doméstica, e produzem efeitos na sua interpretação e aplicação, inclusive, nas áreas de direito penal, direito do trabalho, tributário, cível, previdenciário etc.

Ao ensejo, Pereira (2022, p. 113) reflete que o CNJ demonstra o amadurecimento institucional do sistema judiciário ao reconhecer e combater as “[...] desigualdades multifatoriais que afetam a compreensão do papel da mulher em nossa sociedade e que, por conseguinte, produzem impactos também na forma como as demandas envolvendo os direitos das mulheres são conduzidas e apreciadas pelo Poder Judiciário”.

À guisa de arremate, Pereira (2022, p. 114) comenta a relevância da implementação de políticas públicas de natureza positiva e inclusiva, “haja vista que ações afirmativas podem ser entendidas como engrenagens transitórias para a promoção de transformações sociais”. Neste sentido, o Conselho Nacional de Justiça (2021, p. 14) reconhece o potencial de consolidação social que uma decisão judicial possui, pois o direito “[...] por um lado, pode ser perpetuador de subordinações; por outro, se analisado, construído, interpretado e utilizado de maneira comprometida com a igualdade substancial, pode se tornar um verdadeiro mecanismo de emancipação social”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo busca discutir a proeminente necessidade de difundir protocolos e diretrizes no sistema de justiça a partir de uma perspectiva de gênero, tornando-se medidas que podem ser entendidas como ações afirmativas buscando o equilíbrio no tratamento jurídico e nas relações processuais entre os gêneros.

Para isso, foram observadas algumas normativas legislativas que garantem os direitos das mulheres brasileiras, a equidade de gênero, a política afirmativa e o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero. Salta aos olhos, portanto, que a combinação desses conceitos visa construir uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo direitos e oportunidades para mulheres e homens.

A discussão acerca do papel da atuação jurídica no processo de ressignificação do sujeito feminino tão logo considera-se que ter igualdade de direitos não diz respeito ao usufruto dos mesmos direitos, mas sim garantir que esta diferença não coloque a mulher em posição de subalternidade.

Neste sentido, a equidade de gênero busca garantir que homens e mulheres sejam tratados de forma justa e igual em todas as esferas da sociedade, incluindo a política, o trabalho, a educação e o sistema jurídico. Isso envolve a eliminação de discriminações e estereótipos de gênero, e a promoção de condições que permitam a igualdade de oportunidades para ambos os sexos.

Não obstante, conclui-se que a magistratura deve ter o propósito de, ao desempenhar seu papel institucional, se pautar com um olhar sensível as situações que possam difundir preconceitos e desigualdades, principalmente as relativas ao gênero.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 492, de 17 de março de 2023**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original144414202303206418713e177b3.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 set. 2023.

FRIEDRICH, D. B.; LEITE, L. M. F.; GRAEFF, G. de S. Ações afirmativas de gênero na esfera política: um breve resgate na história recente do Brasil. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, p. 215-238, 2023. Disponível em:

<https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1250>. Acesso em: 09 set. 2023.

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597026559. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/>. Acesso em: 07 set. 2023.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Atualização João Bosco Medeiros. Barueri/SP: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 07 set. 2023.

PEREIRA, Helaine da Silva Pimentel. **A adoção da perspectiva de gênero para efetivação do primado constitucional de equidade entre homens e mulheres no sistema de justiça criminal brasileiro, em especial para as mulheres vítimas de crimes contra a dignidade sexual**. 157. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, Espírito Santo, 2022. Disponível em: <http://repositorio.fdv.br:8080/bitstream/fdv/1449/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Helaine%20da%20Silva%20Pimentel%20Pereira.pdf>. Acesso em: 06 set. 2023.

SABAG, Juliana; BRAZ, João. Evolução dos Direitos das Mulheres no Brasil. **Revista Intertemas**, 2020. Disponível em:

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8789/67650255>. Acesso em: 09 set.2023.

TAVASSI, Ana Paula; RÊ, Eduardo de; BARROSO, Mariana Contreras; MARQUES, Marina Dutra. Os direitos das mulheres no Brasil. *In*: INSTITUTO MATTOS FILHO. Politize! Civicus. **Equidade**, 04 maio 2021. Disponível em:

<https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/direitos-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 08 set. 2023.

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 4

TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS

LINHA DE PESQUISA:
Gestão, Empreendedorismo e Inovação

ISBN: 978-65-89165-20-0

O CLIMA ORGANIZACIONAL COMO FATOR MOTIVACIONAL
DOS VENDEDORES: um estudo pontual

THE ORGANIZATIONAL CLIMATE AS A MOTIVATIONAL FACTOR
FOR SALESPEOPLE: a specific study

Humberto César Machado

Wesley Henrique Garcia e Silva

Kezianne Barbosa da Silva

RESUMO: Este resumo tem como temática central o clima organizacional como fator motivacional dos vendedores e para tanto procura demonstrar como a satisfação destes pode ser influenciada pelo ambiente laboral. A escolha do tema advém da realidade competitiva ao qual a Soul, nome fictício dado a empresa varejista de móveis e eletrodomésticos, com mais de 60 anos, se encontra, fator esse que é captado e transpassado para os funcionários que estão na ponta da cadeia da empresa e lidam diretamente com o atendimento a um público cada vez mais exigente e, principalmente, com o ambiente e meio em que estão inseridos diariamente. Para tanto, metodologicamente, a fim de se obter os fatores necessários para a composição da pesquisa, de finalidade descritiva, coletou-se informações para análises posteriores e identificações de perfis, com uma abordagem quali-quantitativa para conhecer os dados adquiridos. Por fim, realizou-se um estudo de caso com a aplicação de um questionário respondido por 61 vendedores, que apresentou resultados relativamente satisfatórios para o cargo pesquisado. Entretanto, apesar das conclusões gerais positivas, as informações coletadas mostraram, também, a relutante insatisfação mascarada de alguns profissionais para com diversos aspectos relacionados ao ambiente da loja.

PALAVRAS-CHAVE: clima organizacional; motivação; vendedores.

ABSTRACT: *This summary has as its central theme the organizational climate as a motivational factor for salespeople and seeks to demonstrate how their satisfaction can be influenced by the work environment. The choice of the topic arises from the competitive reality in which Soul, a fictitious name given to the furniture and appliances retail company with over 60 years of experience, finds itself. This factor is captured and transmitted to the employees who are at the forefront of the company's chain and deal directly with serving an increasingly demanding public, particularly within the daily environment they are immersed in. Methodologically, in order to obtain the necessary factors for the composition of the descriptive research, information was collected for subsequent analysis and identification of profiles, using a qualitative-quantitative approach to understand the acquired data. Finally, a case study was conducted with the application of a questionnaire answered by 61 salespeople, which showed relatively satisfactory results for the researched position. However, despite the overall positive conclusions, the collected information also revealed a reluctant dissatisfaction masked by some professionals regarding various aspects of the store environment.*

KEYWORDS: *organizational climate; motivation; salespeople.*

1 INTRODUÇÃO

Ao ponderar o histórico corporativo das firmas, e consoante aos pressupostos que circundam a gestão de pessoas, percebe-se que as empresas nunca tiveram uma preocupação real com o ambiente interno em que todos se encontravam. Entretanto, após a teoria das relações humanas, passou-se a ter uma maior observação quanto aos seres no negócio e o meio em que vivem. Assim, esse âmbito se tornou conhecido como clima organizacional que se refere a toda condição psicológica, física e social que os empregados encontram em seus trabalhos.

Dessa forma, este resumo expandido tem como tema o clima organizacional como fator motivacional dos vendedores da loja Soul, empresa varejista de móveis e eletrodomésticos. Entende-se que a motivação é um componente de valor na atualidade e está diretamente ligado com o bem-estar de todas as pessoas, que são elementos de valor para as corporações, sendo assim, influenciados por todos os fatores e questões que situam e rodeiam a esfera laboral. Em outras palavras, as considerações sentidas por eles percebem e condicionam a sua conduta e contentamento nas atividades realizadas.

Ressalta-se que estes profissionais são parte conectada do desfecho receitual das companhias e isso faz com que haja a exigência de verificar como o ambiente se associa na sua motivação rotineira. Portanto, este é o ponto-chave da escolha da temática, que traz a tona a seguinte problemática: “Como o clima organizacional da Loja Soul se correlaciona com a motivação e satisfação de seus vendedores?”.

Para tanto, o objetivo geral é identificar de que forma a motivação destes é influenciada pelo meio interno. Assim, delimitou-se como objetivos específicos: Discorrer teoricamente sobre clima organizacional e motivação; Discutir os aspectos considerados para a motivação humana e estudos acerca do tema na empresa caso; e Realizar uma pesquisa de campo sobre o clima organizacional na loja Soul, a fim de verificar a influência na motivação dos seus profissionais de vendas.

Notoriamente, para a apresentação de tais resultados, estes serão apresentados de modo estruturado, com os subtemas gestão de pessoas, ambiente de trabalho, clima organizacional, motivação, e vendas, acompanhados pela metodologia escolhida, salientada pela abordagem quali-quantitativa, estudo de caso, pesquisa descritiva, que conta com um levantamento de dados em campo para enfatizar os pontos abordados diante da discussão dos coletados, sendo estes, composto das considerações finais.

2 METODOLOGIA

Primeiramente, para a composição deste resumo expandido, tem-se que a abordagem é quali-quantitativa e estudo de caso, que referem-se a uma investigação para conhecer melhor uma situação ou comportamento inerentes a um grupo de pessoas. Assim, são consideradas amostras que geram perfis para serem avaliados e criticados. Além disso, buscam especificar as características e os fenômenos que precisam de análise, com a intenção de unicamente coletar as informações e utilizar os conceitos sobre, sem relacionar e identificar o motivo ou qualquer relação entre elas. Desse modo, tem como propósito visualizar um fenômeno em particular e se apoiar em dados para o avaliar, a fim de conceder aos pesquisadores o foco num caso como um todo, e possibilitar que seja abordado o contexto real e individual dos processos e comportamentos disponíveis (Michel, 2015; Yin, 2015; Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

A pesquisa foi executada em uma companhia varejista de móveis e eletrodomésticos que está no ramo há mais de 60 anos com 150 empresas, conhecida como a Loja Soul, organização caso com o nome fictício. A coleta de dados estipulada, conta com uma amostra de cerca de 61 vendedores e foi sistematizada pelo Google Forms, plataforma on-line para análise de dados feita dos dias 29 de setembro a 06 de outubro de 2023. A partir disso, foi possível verificar a influência do clima organizacional perante a motivação dos vendedores na loja, dados esses, transformados em tabelas a serem tratados por método de estatística descritiva, com intuito de obter conclusões fidedignas para a fundamentação da pesquisa que foi validada por Vergara (2016), que indica o questionário como sendo um composto de questões escritas a serem respondidas, este que pode ser aberto, onde o respondente está liberado quanto as respostas, ou fechado com respostas alternativas representadas, e pondera sobre as escolhas ali dispostas.

Nesse contexto, o estudo está apoiado pelas orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual e determina o respeito a pessoa participante, quanto a sua dignidade e igualdade, e que pode ou não escolher permanecer na pesquisa. O documento normativo evidencia, também, a previsão de riscos de vazamento de dados a qualquer ser que se envolva, pois o ponto central foi garantir que ninguém se sentisse desconfortável e/ou obrigado a se juntar ao estudo.

Assim, a fim de seguir as diretrizes das Resoluções n. 466/12 e n. 510/2016, que garantem e asseguram os direitos dos participantes da pesquisa, esta, bem como o seu questionário, foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro

Universitário Alfredo Nasser e aprovada em 22 de setembro de 2023, cujo número do CAAE é 72632123.1.0000.8011, com a finalidade de garantir que os princípios éticos fossem seguidos. Frisa-se que este já se encontrava estruturado e validado com participação num outro trabalho aplicado no ano de 2022 pela aluna Márcia Elaine Romano Rabelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, sendo reconhecido pelo seguinte tema: “O clima organizacional e a motivação entre servidores públicos federais: um estudo de caso no Instituto Federal do Amapá – Campus Laranjal do Jari”.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

3.1 Conceituação de clima organizacional

Após a globalização, fenômeno de expansão econômico que ocorreu mundialmente nos anos 80, as empresas passaram por mudanças significativas e devido a disso, começaram a considerar e observar aspectos que antes não viam como importantes, como o caso do clima organizacional. Para Luz (2003), ele aborda a satisfação e o prazer que os empregados tem para com as instituições em algum momento, e trata também, do ambiente psicológico que acomete a relação empresa e funcionário.

Na concepção de Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2006), trata-se também da satisfação dos membros com o ambiente em que estão inseridos, e enfatiza ainda que a motivação é o principal fator de observância desse clima e do desempenho dos trabalhos. Deste modo, faz com que as pessoas, para cumprirem os planos desejados e requeridos, ajam em equipe e forneçam uma conformidade nas tarefas, logo, desempenharão com qualidade o que foi solicitado.

Ao observar o meio interno como parte considerável do dia a dia das corporações e reconhecer a sua influência sobre o empregado, Martelo, Claro e Vieira (2016) ponderam que este se refere à implicação no que diz respeito à conduta do profissional na companhia, sobre os aspectos, qualidade de vida, desempenhos do trabalho e estímulos da instituição, de forma que afeta direta ou indiretamente o seu contentamento diante de suas atividades.

A partir desses conceitos, Siqueira (2008) determina que o domínio do conhecimento do ambiente condiciona a compreensão de como ele interfere e afeta o comportamento das pessoas. Apresenta, assim, que a percepção deste é compartilhada por todos que estão inseridos nele e faz com ocorra a formação de opiniões acerca do trabalho real, que, por

consequente, modifica as decisões e reações e impacta na rotina da entidade, principalmente em seus resultados futuros.

No que tange à integração do clima nas empresas, há necessidade de verificar, a partir de pesquisas do real estado do âmbito da organização, a veracidade dos fatos, a fim de contribuir para o bem-estar de toda a companhia. Bispo (2006) afirma que essa pesquisa precisa ser objetiva para serem observados e explorados os dados e situações reais da corporação. É válido destacar que a análise, as detecções e as sugestões adquiridas pela pesquisa são instrumentos valiosos para se determinar a qualidade e a produtividade interna.

A partir desse pressuposto, o autor contempla ainda o fato da existência de três tipos de clima que podem ser verificados no contexto empresarial. O primeiro, o Favorável, visto como a observação da mais alta aceitação quanto ao trabalho, satisfação sobre o ambiente e adaptação rápida às mudanças; O segundo, o Neutro, estimulado pela indiferença, baixa produtividade e estagnação e por fim, o Desfavorável, que aborda a desmotivação das pessoas, falta de envolvimento e em principal, a existência de doenças psicossomáticas.

Com base nas observações acima, é possível verificar e considerar os aspectos que de fato acontecem quando as instituições abordam ou deixam de fazer o meio interno como agente de estímulos e condições das pessoas a par da companhia. Fica claro, portanto, que há sim benefícios quando existe o desenvolvimento integral do meio organizacional e, por outro lado, problemas, quando não são apurados e/ou considerados. Assim, pode-se afirmar que todas as questões inerentes à organização e ao ser humano, que é a parte mais importante da escala, se tornam pontos-chave de observação.

Diante dessa conjunção, Teixeira (2010) propõe que a esfera interna, apesar de não ser algo palpável, é incontestável frente a sua essencialidade para as instituições. Ela reflete diretamente nos diversos hábitos dos empregados que tomam aquele “universo” para si, já que convivem diariamente ali, sendo isso de maneira favorável ou não, mas que constitui as suas alegações quanto às vivências e atividades empresariais.

3.2 Considerações da motivação humana corporativa

A motivação, no entendimento de Chiavenato (2022), é uma palavra derivada do latim *movere*, com a sua significação sendo reconhecida como mover, que se trata do ato de estímulo de algum movimento sendo complementada e observada pela precisão, impulso, estímulo e motivo, capazes de dirigir as pessoas para a realização de certa atividade, mediante satisfação e contentamento quanto ao desenvolvimento do que foi estipulado e desejado.

Na perspectiva de Newstrom (2011), motivação é um agrupamento de energias internas e externas que conduzem os empregados a tomarem certas decisões e escolhas, sendo estas regidas pelo ato de comportamentos, a fim de executar uma tarefa ou meta empresarial. Em suma, trata-se de todo e qualquer esforço psicológico característico de cada ser humano da organização.

Robbins (2005) assegura que ela funciona como um processo intenso, direto e perseverante que faz com que um indivíduo alcance determinado objetivo. O mesmo autor assinala que as pessoas possuem interesses específicos que orientam os seus modos de agir para atingir essas metas organizacionais, e destaca, ainda, que o indivíduo motivado se mantém na atividade até que consiga finalizá-la de maneira eficaz e consistente, tendo como fim a qualidade dos processos.

Destarte, Johann (2013) declara que a motivação é uma sequenciação capaz de impulsionar um funcionário para que este execute ações que vão conforme os seus desejos e pode também, seguir os objetivos e metas outrora traçados pela empresa, e desta maneira, interliga todos os processos. O autor acrescenta que todos esses fatores não são de responsabilidade do gestor, já que enfatiza que ninguém é verdadeiramente capaz de motivar alguém, pois isso é inerente e unicamente do próprio ser, porém existem formas de auxiliar para que o indivíduo seja capaz de se automotivar.

Para tanto, Costa (2012) indica que em prol do correto entendimento da motivação é necessário reconhecer os diversos fatores que a compõe, e para tanto, considera assim, a essencialidade de cada pessoa e suas particularidades. Suas falas são apoiadas pelas observações históricas de Maslow (1954), em que se tornam conhecidos todos os fatores interligados ao ser humano dentro da empresa, aspectos esses conhecidos pela teoria das necessidades.

Sob o olhar de Maslow (1954), o ser humano é um indivíduo composto por precisões que devem ser sanadas, e por considerar isso observou essas variáveis e criou a pirâmide das necessidades humanas. Nela, são ponderados, para a satisfação das pessoas, aspectos relacionados ao ambiente em que estão e com o trabalho que desempenham. Isso faz com que cada ser humano seja capaz de atingir o seu contentamento profissional e pessoal.

Na opinião de Costa (2012), na pirâmide, as necessidades humanas são consideradas de cima para baixo, onde a base determina as questões biológicas do ser humano, ou seja, se trata das questões próprias e frequentes do indivíduo, como o repousar, se alimentar e ir ao banheiro, da mesma forma que a segurança se trata da confiança que as pessoas têm para com o ambiente e com outros aspectos, sendo seu instinto de sobrevivência e o social, que nada

mais é do que a convivência com as outras pessoas, de forma que contempla também as aceitações e os afetos.

Por fim, o topo da pirâmide posiciona as necessidades de estima e autorrealização, que são respectivamente como a pessoa se vê e identifica. Assim, objetiva o reconhecimento de seu ser diante do trabalho que desempenha, sendo assim, prestigiado e compreendido, de modo que instiga o seu desenvolvimento e visualiza as questões profissionais. Para tanto, leva em consideração a aprendizagem do processo para garantir bons retornos.

A partir desse pressuposto, além de reconhecer como fator de motivação as necessidades humanas, tem-se também a sua caracterização como sendo intrínseca e extrínseca. Vecchio (2008), apoiado na teoria dos dois fatores de Herzberg (1975), expõe que motivação intrínseca trata da satisfação do empregado quanto a carreira desempenhada, as responsabilidades que absorve e os reconhecimentos adquiridos, ou seja, tudo que envolve o regozijo pessoal frente ao trabalho. Já a motivação extrínseca se refere às relações de segurança, políticas da empresa, condições do trabalho e os relacionamentos com as pessoas, sendo considerado, assim, tudo que está em volta do indivíduo em todos os contextos.

Diante dessa premissa, Oliveira e Ferreira (2020) remontam que o ser humano, em seu âmbito pessoal, é o único capaz de se motivar. Apesar de possuir condições que lhe proporcionem prazer e satisfação no trabalho como visto, fica claro que as pessoas são as responsáveis por se sentir ou não de fato contentes para com ele. Salienta, ainda, a importância dos gestores serem eficazes quanto à observação das questões que possam auxiliar na motivação de cada um, bem como considerar as personalidades e afins, no intuito de somar com todos.

3.3 Os vendedores como atributo essencial da organização

Na compreensão de Ferreira (2015), o mundo atualmente está muito competitivo, e devido a isso, se instalou uma grande pressão sobre os itens/bens e serviços encontrados nesse ambiente, porque o consumidor se tornou mais exigente com o avanço dos tempos. Então, os produtores tiveram que buscar estratégias quanto a oferta de seus produtos de forma que atendesse de maneira eficaz o cliente.

Castro, Neves e Cònsoli (2018) explicam que a venda refere-se ao ato de fornecer ao freguês um produto ou serviço que atenda a sua necessidade de forma que ele mesmo reconheça esse fato e adquira o que é ofertado. Compreende toda a ideia do que lhe é oferecido, de que aquilo é realmente para si e de que fará uma grande diferença em sua vida.

A partir da então, compra, conseqüentemente, se torna uma idealização por parte do comprador.

Do ponto de vista de Futrell (2014), é um composto do marketing que se refere a persuasão do vendedor para com um possível comprador. Objetiva, portanto, fazer com que este adquira um produto e/ou serviço que satisfaça o seu carecimento, tudo isso, por meio de uma comunicação programada e com compreensão, que garantirá a conquista e o sucesso da venda, além de como há rapidez na aquisição do que é desejado.

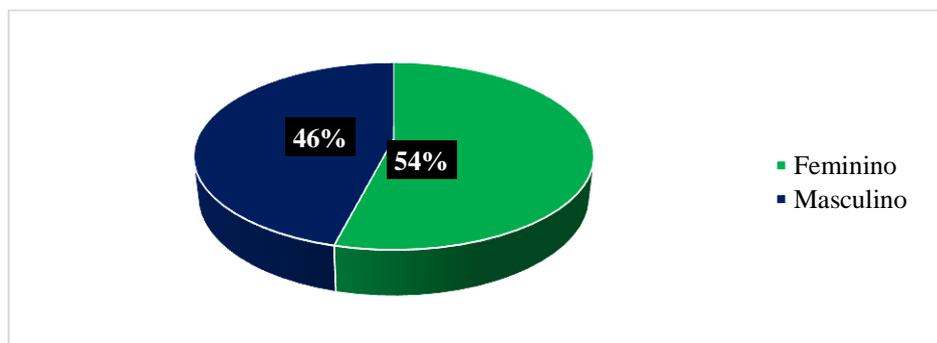
Associado a isso, atualmente as empresas contam com os vendedores responsáveis pela realização de tais atos. Magaldi (2022) fala que o vendedor é a marca original da loja, pois ele enlaça a venda com o cliente e garante o desempenho. Logo, então, é o ser dotado de artifícios capazes de gerar convencimento, sendo que a sua autoimagem se torna o fator mais importante para a execução deste trabalho. Portanto, ressalta-se que isso está diretamente ligado a sua motivação para com a atividade e também ao ambiente em que se encontra.

Ahearne *et al.* (2010 *apud* Borges, 2020) trazem que, quando as organizações ocupam-se de pensamentos e comprometimentos para com os vendedores, reforçam a eles que são a marca corporativa e o atributo essencial para a obtenção dos resultados. Esse fator infere em envolvimento e empenho, assim, complementa e incentiva o comportamento dessas pessoas.

Com esse objetivo, Meinberg *et al.* (2019) afirmam que a comunicação e a criação de valor para o cliente se tornou uma estratégia da organização, ou seja, não é apenas mais entregar um pedido, mas sim fazer um negócio que perdure a longo prazo de forma que as necessidades das pessoas que compraram sejam atendidas e a empresa estabeleça seu caminho de forma clara.

3.4 Apresentação dos resultados

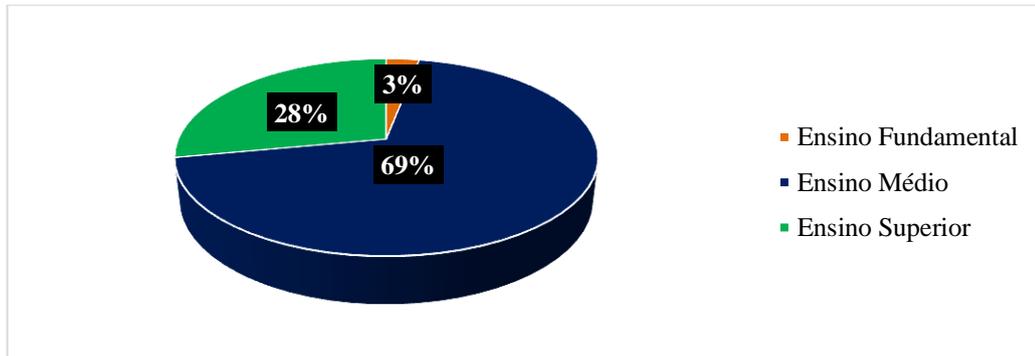
Gráfico 1 – Gênero



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No gráfico 1, tem-se que a maior quantidade de participação na pesquisa se deu por parte do gênero feminino que na empresa se encontra fortemente estruturado e participativo, sendo que cerca de 54% dos vendedores foram mulheres e 46% homens.

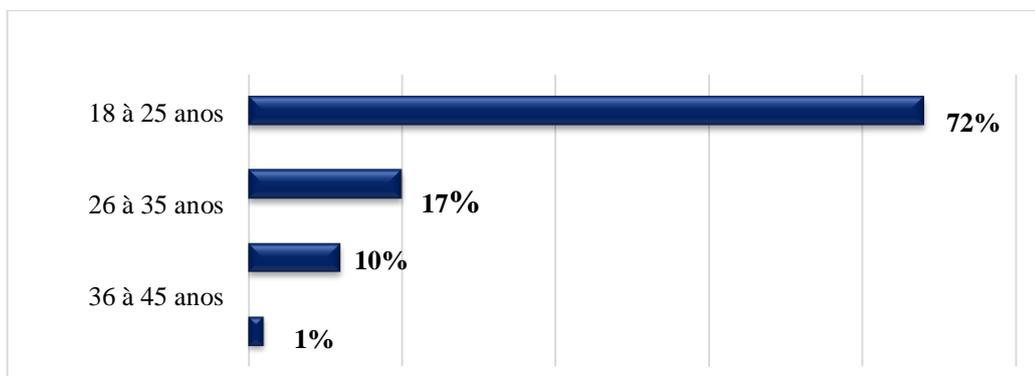
Gráfico 2 – Grau de escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No gráfico 2, pode-se observar que a divisão de escolaridade por parte dos funcionários é desigual, em que cerca de 3% dos entrevistados possuem o ensino fundamental (o básico para consideração de desempenho das atividades); 69% (composto pela grande maioria) possui o ensino médio; e, por fim, 28% dos vendedores possuem o ensino superior, que diante da proposta é visto como o maior nível alcançado dentre as pessoas da área. Isso denota que a maior parcela de funcionários se encontra no grau de ensino simplório, justificado talvez pelo tempo, recurso e interesse dos participantes, ou sendo, porque não tiveram oportunidades e/ou motivações para alcançar maiores patamares no estudo.

Gráfico 3 – Faixa etária



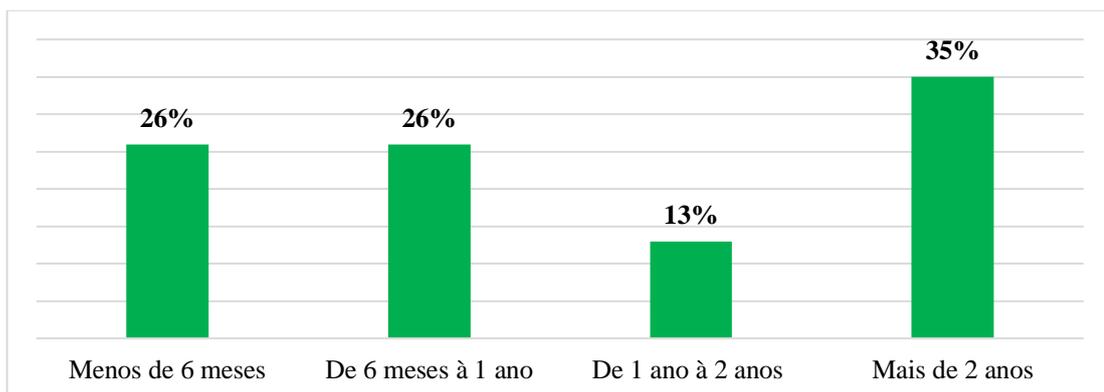
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No gráfico 3, relacionado à faixa etária dos respondentes, 72% se encontram entre 18 a 25 anos, pois essas são as menores idades para se começar o trabalho na companhia na função

de vendedor. Isso remonta que os cargos, em sua grande maioria, são ocupados por jovens em plena idade, o que, por conseguinte, transforma o ambiente empresarial em um meio jovem, inovador e criativo. Tem-se também 17% para idades de 26 a 35 anos, 10% de 36 a 45 anos e 1% para a geração acima dos 45 anos, vistos atualmente como geração X e *Baby boomers*.

Para esta constante, sugere-se que a empresa opte por ter, em sua rede, colaboradores novos para que estes estejam inseridos no processo, visto que atualmente são responsáveis por ser a cara da organização, já que ela poderá moldá-los de forma que atenda o seu interesse e mais, faça rotatividade e se empenhe para adquirir maior conhecimento. Nesse ponto, é importante enfatizar que, quanto mais idade a pessoa tiver, é provável que tenha uma maior experiência, que pode ser acompanhada de vícios e certa estagnação. E, diante do mundo competitivo em que a empresa se encontra, faz-se necessário aderir a pessoas mais adeptas a essa nova realidade.

Gráfico 4 – Tempo de serviço



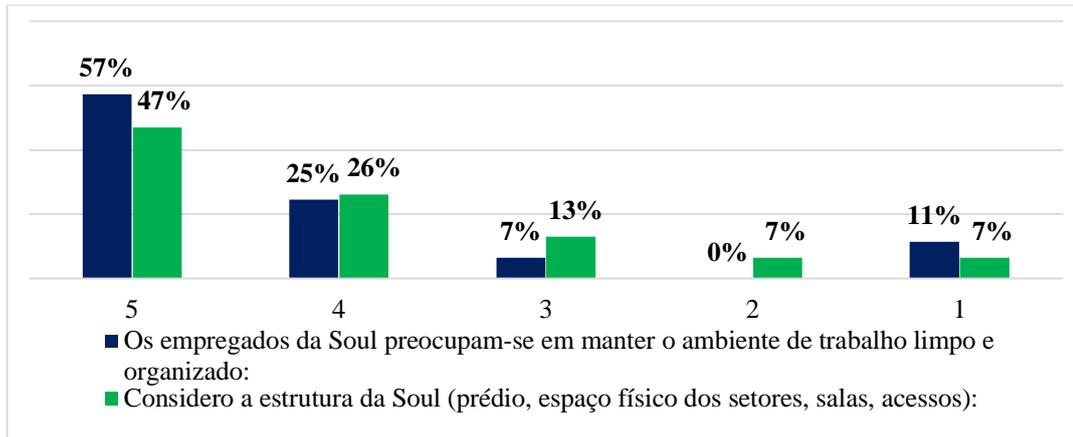
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No gráfico 4, é notório que 26% dos vendedores participantes da pesquisa estão a cargo da função a menos de 6 meses e o mesmo percentual entre 6 meses a 1 ano, o que indica que essa parte dos entrevistados foram contratados a pouco tempo. Contudo, é visto também que cerca de 13% dos participantes estão no período de 1 a 2 anos na empresa, considerado por eles o tempo normal de trabalho e os outros 35% estão superiores a 2 anos. Isso evidencia a segurança e o desempenho destes para o cargo, sendo este o maior tempo de serviço entre os profissionais da área.

Assim, é provável que a empresa trabalhe muito com rotatividade de pessoal, pois se tem uma grande parcela de funcionários com até 2 anos de experiência no cargo. E esse fator pode ser facilmente salientado pela jovialidade em questão, que trazem renovo para o ambiente organizacional. Entretanto, a informação se contrapõe com a quantidade de

vendedores acima de 2 anos, pois visualiza-se após certo tempo uma estabilidade dessas pessoas, destacada pelo sentimento de segurança quanto ao cargo em que estão, o que faz com que haja maiores habilidades e comprometimento destas.

Gráfico 5 – Estrutura: ambiente físico, equipamentos e tecnologia



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

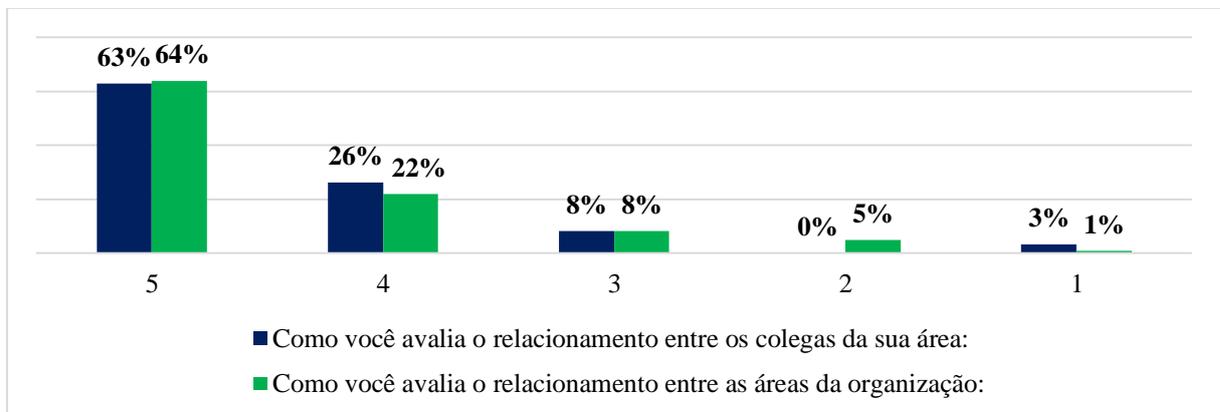
Diante do gráfico 5, se encontram as duas primeiras perguntas respondidas sobre a estrutura da empresa Soul. Segundo 57% dos empregados, todos que estão no ambiente se preocupam em mantê-lo limpo e organizado, da mesma forma que 25% dos participantes declaram que apesar desse comprometimento, há dias em que não se preocupam com a ordem e higienização do local. Por conseguinte, 7% veem como uma questão de meio-termo, deste modo, isso indica que nem todos levam em conta esse fator. Do total, 11% revelam que a maioria dos vendedores não se preocupa com o compromisso de deixar o meio puro, asseado e arrumado.

Quanto à estrutura do prédio, bem como salas e espaços disponíveis, 47% se consideram satisfeitos e veem a organização com fortes edificações para os funcionários desempenharem suas atividades e se sentirem seguros quanto ao ambiente. Já 26% acham a estrutura satisfatória, porém com focos de pequenas mudanças, e 13% acreditam que a empresa apesar de fornecer espaços regulares, precisa buscar melhorias em suas construções.

Por fim, empatados com 7%, têm-se que os vendedores acreditam que as estruturas da empresa não são boas o suficiente para os funcionários. Ao fazer uma análise geral das respostas dadas, chega-se ao ponto de que nem todas as pessoas estão satisfeitas com as edificações da empresa, sendo que, apesar da maioria de 47% indicar que a estrutura é favorável, não se torna realmente isso, pois para considerar uma maioria é preciso ter 50% mais um.

Conforme apresentado, é possível verificar que muitas pessoas enxergam a Soul como uma loja que se preocupa com as estruturas físicas dispostas para os seus funcionários, no entanto, quando comparadas as respostas dadas para os dois questionamentos fica visível que os vendedores acreditam que mantém muito mais a empresa limpa e arrumada do que a organização tem estruturas para os abrigarem de forma agradável. E isso porque, na visão deles, a cultura adotada, bem como a percepção individual os fazem buscar um meio organizado e arejado, mesmo que, muitas vezes, as condições não favoreçam.

Gráfico 6 – Relacionamento: entre as áreas, colegas e líderes



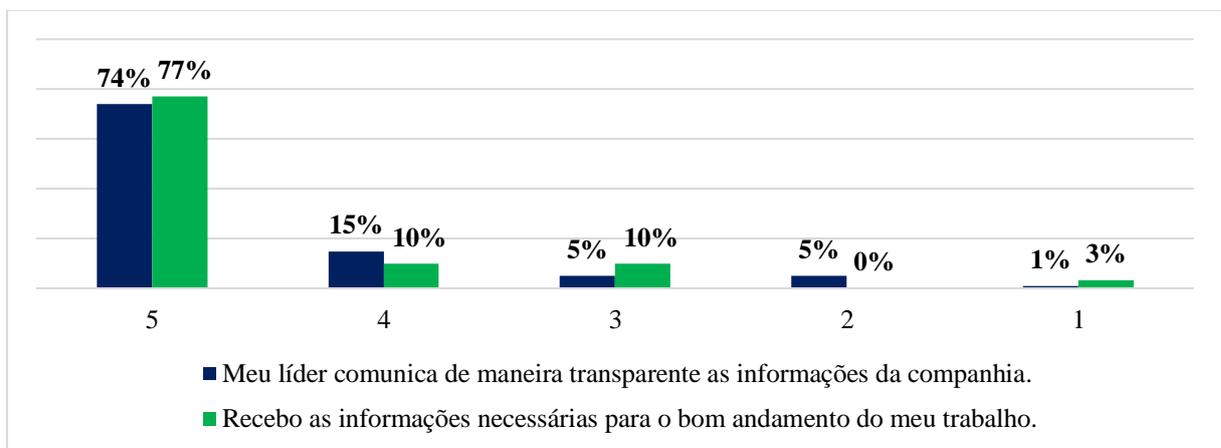
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No gráfico 6, com as respostas sobre os relacionamentos com os colegas e demais áreas da empresa, observa-se que quanto a convivência com os companheiros da área, 63% dos respondentes dizem que é muito boa e que há uma interação parceira entre todos os vendedores, 26% confiam na relação que têm com os colegas, 8% ficam com a consideração mediana para as interações no ambiente de trabalho e 3% acreditam que o relacionamento com as pessoas da área são ruins. Ressalta-se que, devido à quantidade, é possível que esses indivíduos não tenham se adaptado reciprocamente, o que pode ter ocorrido pelo tempo, competitividade ou horários diferentes.

Quanto ao relacionamento entre as áreas da organização, 64% das pessoas afirmam que possuem uma ótima interação com as demais áreas da empresa, o que indica que há integração e comunicação entre os departamentos, fator importante para a disseminação de informações e acertabilidade nos processos. Nesse sentido, 22% testificam que possuem interação com seus colegas de outros setores, mas que às vezes essa relação deixa a desejar em alguns aspectos, 8% indicam que mantêm relacionamento com as áreas, porém não tanto quanto poderiam, e ficam mais em seu círculo pessoal, 5% e 1% respectivamente, ponderam que não apresentam conexões satisfatórias com seus parceiros de outras divisões.

No geral, com base nas informações acima, é possível inferir que os funcionários possuem boas relações no trabalho, que acontecem devido ao entendimento comum que essas pessoas têm entre si. Por se tratarem de pessoas jovens, com o tempo de serviço relativamente recente, tem-se uma maior identificação entre os vendedores por pertencerem a mesma época e por terem os mesmos pensamentos. Por este motivo, os funcionários se sentem mais bem relacionados com os colegas da área do que com as demais áreas da organização, fator que denota, por exemplo, a falta de comunicação e interação entre elas.

Gráfico 7 – Comunicação

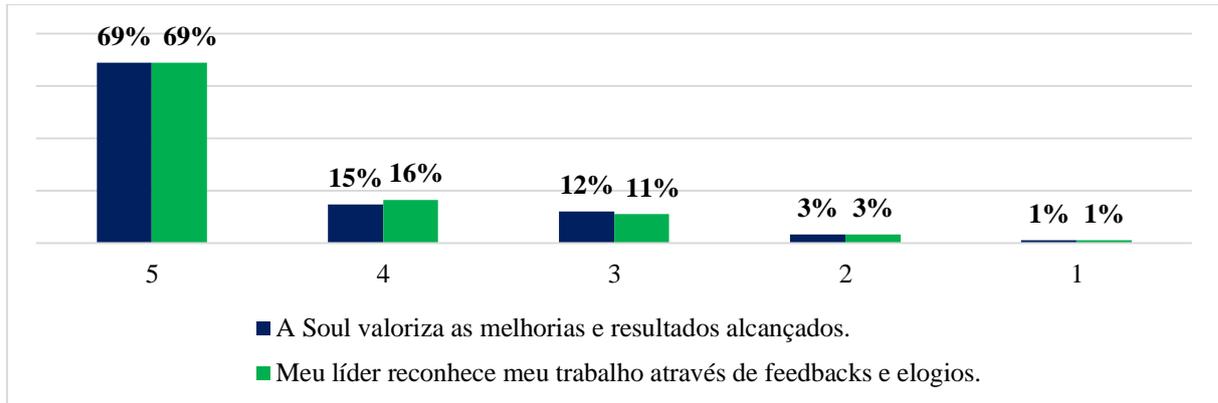


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No gráfico 7, são apresentados os dados relacionados a comunicação da companhia para com o vendedores, onde segundo 74% dos participantes declaram que o líder repassa transparentemente todas as informações da companhia, de forma coerente e assertiva, 15% salienta que existe a disseminação de informes, porém em algumas partes poder-se-ia melhorar mais. Com as mesmas porcentagens de 5%, se encontram as pessoas que acreditam que a informação passada pelos líderes não são tão rotineiras e fiéis, de forma que afirmam a necessidade de haver maior desenvolvimento por parte dos gestores. Por fim, 1% salienta que não há comunicação transparente das informações por parte dos líderes.

Nesse sentido, no que tange à segunda pergunta, 77%, sendo a grande maioria, concorda que durante o desempenho de suas atividades recebem as informações necessárias para a execução de tal, sendo que, com o mesmo percentual de 10% se encontram aqueles que dizem que a empresa fornece as informações necessárias e outras, em parte, o que gera certa dúvida em relação ao que será realizado. Dos respondentes, 3% contam que não há nenhum tipo de comunicação transpassada que os ajudarão a desenvolver as tarefas relevantes, assim, faz com estes precisem buscar conhecimentos de outra maneira e/ou sozinhos.

Gráfico 8 – Reconhecimento e crescimento interno



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No gráfico 8, são apresentados os resultados dentro do contexto de reconhecimento e crescimento interno, em que 69% das pessoas comentam que a Soul valoriza as melhorias e resultados alcançados e esse fator, além de ser diretamente ligado aos vendedores, interfere de forma óbvia nos retornos que as organizações necessitam, 15% acreditam que a companhia se preocupa com os progressos e rendimentos, porém existem alguns momentos em que esse não é o principal foco, 12% concordam que essa questão não é tão bem abordada e acordada pela empresa.

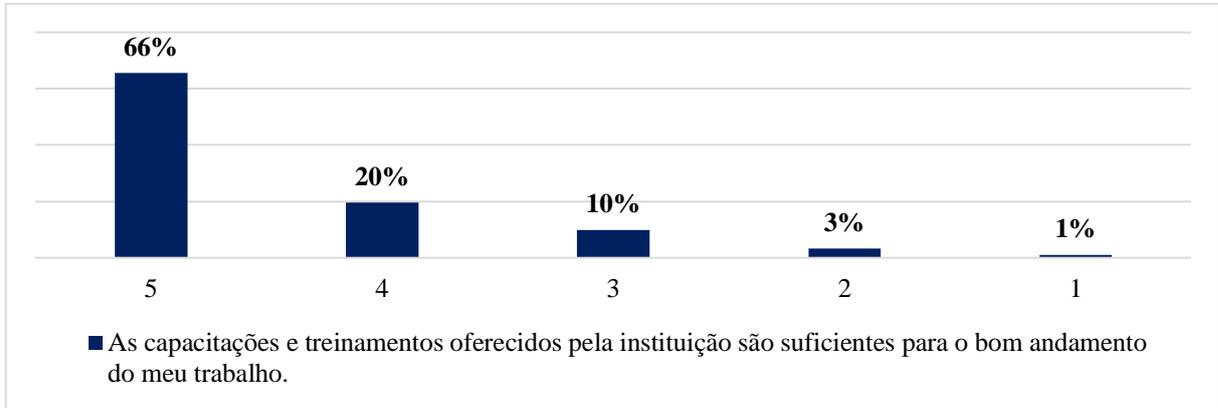
Da mesma maneira, 3% e 1% também apontam que esse não está sendo o foco no momento, e isso evidencia que para eles, apesar do empenho para a realização das atividades a fim de alcançarem os melhores resultados, não reconhecidos e/ou estimulados. Porém, no geral a maioria dos vendedores vê a companhia como uma mão acolhedora e que se responsabiliza pelos desenvolvimentos.

Deste modo, quanto ao *feedback* e elogios, 69% dos participantes entendem que a empresa dá esse retorno para os funcionários, da mesma forma que 16% concordam que recebem elogios quando fazem um bom trabalho, mas deveriam ter em alguns momentos uma maior acentuação desse ponto, 11% se mantêm neutros quanto à situação apresentada e por fim, 3% e 1% discordam totalmente sobre receberem pareceres da empresa.

Nesse sentido, Cazelato e Brito (2017) atestam que o *feedback* é o fator mais importante relacionado a motivação e reconhecimento, mas os gestores o abordam de maneira automática e sem levar em conta a realidade da situação. Isso é um erro, pois esse parecer, quando considerado num todo faz com que os funcionários se desenvolvam mais e tenham mais comprometimento e/ou engajamento para realizar o que lhe é solicitado, assim, traz a

motivação para o cotidiano, fato que, na Soul, no cargo pesquisado, é acentuado, aspecto observado a partir da análise dos dados apresentados.

Gráfico 9 – Treinamento e desenvolvimento



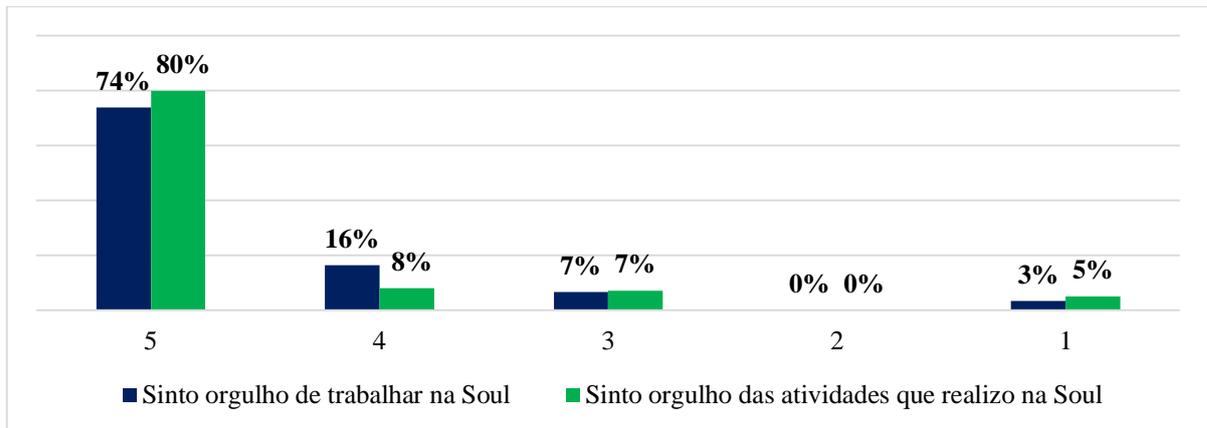
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No gráfico 9, ainda quanto aos treinamentos e desenvolvimentos, 66% das pessoas indicam que os treinamentos oferecidos pela empresa são suficientes para que elas realizem as suas atividades, e isto, apesar de ser a grande maioria, ainda visualiza que o contexto das respostas, não é um total ao todo agradável para a organização, pois se trata de uma porcentagem mediana, indo de encontro a necessidade de melhorar esse processo.

Na mesma linha, 20% dos vendedores avaliam que a instituição aborda as capacitações de maneira responsável, porém existem pontos a serem aperfeiçoados, da mesma maneira que 10% se encontram na opinião meio a meio, e insinua que há sim os treinamentos corretos para desenvolvimento do trabalho, mas que não ocorrem com tanta frequência ou não possuem a qualidade esperada, de forma que fica por parte do funcionário a procura pela qualificação. Dos pesquisados, 3% e 1% não estão nada satisfeitos quanto às capacitações e treinamentos da empresa, e isso traz à tona o pensamento de que a organização não se responsabiliza quanto a fornecer conhecimento para os profissionais que ali estão.

Nesse sentido, Noe (2015) infere que o treinamento não é o bastante para que o funcionário aprenda o que deve. Este fator precisa ser acompanhado com o desenvolvimento, que faz com que os profissionais estabeleçam credibilidade, conhecimento, competências e colaborem para o resultado da empresa, visto que significa a soma do saber com a prática, e reconhece o esforço e as experiências dessas pessoas, responsáveis por serem o capital humano e exclusivo da organização.

Gráfico 10 – Engajamento e pertencimento



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No gráfico 10, salientam-se as respostas quanto ao engajamento e sentimento de pertencimento dos vendedores para com a loja Soul, e quanto ao orgulho de trabalhar na organização, de modo que 74% sentem orgulho de estarem na Soul; 16% concordam que estão satisfeitos em trabalharem na companhia; e, 10% dos vendedores indicam não estarem de forma nenhuma orgulhosos de trabalharem na empresa, posicionamento que pode ser advindo do cargo, salário ou a maneira que a companhia lida com os seus funcionários.

Diante do orgulho das atividades que os vendedores realizam na empresa, 80% inferem que se sentem realizados com todas as tarefas que fazem e salientam que eles lidam com o atendimento ao público. Destaca-se que sentir orgulho do seu trabalho é muito importante, visto que faz com que sejam verdadeiros e confiantes com os relacionamentos. Nesse sentido, 8% concordam que se sentem confortáveis pelas atribuições que concretizam e por fim, 7% e 5% não gostam do que fazem na empresa, fator que pode ser transformado na desmotivação e desinteresse dos funcionários.

Nessa esfera, Sabbag (2018) declara que o clima organizacional e a cultura da empresa são os principais fatores que instigam o sentido de pertencimento e orgulho de um funcionário para com o seu trabalho. Portanto, considera que as pessoas são seres sociáveis que precisam estar adequados a um meio e ambiente que mostra o seu melhor lado para se desenvolverem de forma eficaz, e isso denota a importância da melhora do clima organizacional.

Posto isso, é importante fazer a relação do pertencimento com todos os aspectos abordados na empresa, que são diretamente ligados. Nesse sentido, quando se fala em engajamento e pertencimento verifica-se a identificação com a organização, e para que isso ocorra, a comunicação, relação interpessoal, treinamento e desenvolvimento e a segurança no

trabalho, precisam estar em harmonia e consoante com o entendimento das pessoas que participam do processo.

Na Soul, de modo geral, pode-se observar parte deste pertencer, porém, dado alguns resultados e a rotatividade, além do espírito novo da empresa, não se tem mais tanto vínculo, já que os jovens atuais não entram na organização para ficar nela por grandes períodos, mas sim, para garantir experiências e partir rumo a novos horizontes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo identificar como o clima organizacional da loja Soul influencia a motivação dos seus vendedores, por isto, foi necessário discorrer teoricamente sobre esse clima e motivação na fundamentação teórica, discutir os aspectos considerados para a motivação humana e estudos acerca do tema na loja, além de realizar uma pesquisa de campo sobre o clima na empresa caso para verificar esses fatores. Assim, foi preciso evidenciar conceitos necessários para o conhecimento do que é o ambiente empresarial e qual a sua relação com o contentamento dos empregados. Vale salientar que a motivação é o sentimento de pertencimento, e fazer com que as pessoas se sintam parte integrante do processo, sendo o principal fator constituinte, o meio de trabalho.

Para tanto, aplicou-se uma pesquisa com o intuito de mensurar os fatores relacionados ao ambiente e satisfação desses profissionais, onde o questionário abordado foi estruturado com os dados sócio-demográfico dos participantes, indagações quanto a estrutura física da loja, equipamentos e tecnologia, segurança no trabalho, relacionamentos interpessoais, comunicação, reconhecimento e crescimento, treinamento e desenvolvimento, gestão e por fim, engajamento e pertencimento, estes utilizados para a verificação do comprometimento e demais dimensões. Infere-se assim, que o objetivo do trabalho foi alcançado, visto os resultados outrora coletados para análises feitas observaram o contexto geral e pessoal de cada situação.

Ante o perfil dos respondentes, constatou-se que o cargo analisado é maior participativo por mulheres do que por homens, e esse fator é visto em toda a empresa, não somente nas lojas e nem para esta função. Evidencia-se ainda que o posto é regido pela maioria de jovens em plena idade, que se formam profissionalmente com as experiências captadas no cotidiano, visto que entre eles é a instrução média que se jaz presente.

Conforme a pesquisa aplicada, ficou claro que a Soul acolhe e contrata um público mais jovem, oferece-lhes oportunidade de primeiro emprego como jovem aprendiz na área, além de garantir que mesmo sem experiência, cheguem e aprendam com os demais que estão no ofício. Isso fornece uma troca interessante de saberes e experiências, já que muitas pessoas, independente da formação, conseguem adquirir as compreensões para o andamento correto do trabalho, mas tem-se que os estudos são capazes de clarear e facilitar isto.

Quanto aos resultados apresentados graficamente diante da sua estrutura, desde seus espaços físicos e equipamentos fornecidos, teve-se uma resposta altamente positiva, porém no contexto total observado, encontram-se lacunas dos participantes, pois, ao mesmo tempo que declaram que há o investimento em equipamentos para a melhoria dos processos, indicam que esses equipamentos não são suficientes para realizarem suas atividades, da mesma forma, que quando perguntados sobre a segurança no trabalho, também entregam que se preocupam muito mais com si próprios do que a empresa em si.

Assim, perante a comunicação e relacionamentos interpessoais e setoriais, também obteve-se um resultado satisfatório, e tem-se que esses dois fatores do ambiente organizacional são os principais relevantes junto com a constante remuneração para a motivação dos empregados, visto que as pessoas se sentem melhores quando estão em locais onde conseguem fazer amizades e se comunicar de forma satisfatória, pois reconhecem que estão sendo ouvidos e considerados dentro da empresa.

Na Soul, apesar de todas as questões observadas e favoráveis, se fossem utilizados recursos como a zona muda que instiga respostas diferentes quando se pergunta o que outro alguém pensaria e/ou questionário físico, quando, um vendedor falaria pela boca do outro, teria-se que esses pontos seriam muito menores do que os apresentados, já que a fala com os colegas no geral, não ocorre tão bem quanto aos dados apontados, já que, parece que eles não conseguem sentir essa aproximação um com o outro, e isso advém da falta de interação que estes tem e em principal com a competitividade profissional e salarial.

Nessa conjunção, quanto às outras constantes – reconhecimento, treinamento, gestão e pertencimento –, os vendedores consideram que a empresa aborda muito bem essas questões para com eles, e nisso, na rotina é bem-visto, pois esta fornece treinamento e desenvolvimento para os seus funcionários. Porém, quanto ao fator gestão, nas observações feitas, teve-se novamente uma fala carregada de dualidades, visto que assinalaram estarem satisfeitos com a gestão e com o seu conhecimento, mas na rotina divagam sobre a competência de seus dirigentes, ou seja, quando perguntados pela empresa respondem o que esta quer ouvir e quando conversado com os colegas no cotidiano, falam o que realmente pensam sobre seus

líderes, já que ninguém falará mal de outro alguém frente a frente ou quando quem te contrata pergunta.

Nesse sentido, tem-se que o fenômeno citado remete também ao sentido de orgulho e pertencer à companhia, já que os funcionários entram e saem desta muito rápido, não tendo tempo de adaptação ao meio e cultura do local, fator bem inerente e contemplado da população jovem, que se encontram em constantes mudanças por não se sentirem integrados ao ambiente como antigamente, quando as pessoas chegavam com muitas expectativas e ficavam até se aposentarem.

Com base nas informações e considerada a problemática do estudo que é “Como o clima organizacional da Loja Soul se correlaciona com a motivação e satisfação de seus vendedores?” tem-se que, de modo generalizado, os resultados foram satisfatórios, algo que não era para ser tanto assim observado o cargo estudado e o contexto rotineiro. Conclui-se assim, que se a pesquisa tivesse sido de forma presencial, e com a utilização de métodos da psicologia que não fossem o politicamente correto, ter-se-ia dados mais coerentes.

Contudo, a empresa se encontra com fortes estruturas e profissionais que com o desenvolvimento correto, podem alavancar os seus resultados e torná-la pioneira na área de desejo. Entretanto, sugere-se uma maior observação por parte dos gestores para a situação da empresa, que precisa rever alguns aspectos para que seus funcionários façam o planejado e se empenhe para alcançar os objetivos estipulados. Para isso, ela tem nas mãos dados que podem auxiliá-la em outras possíveis pesquisas, pois é notório que a atitude e/ou comportamento dos vendedores é altamente influenciado pelo ambiente em que estão, então vale a organização investir fortemente na sua manutenção, haja vista que isso faz com que as pessoas se sintam confortáveis para emitir as suas opiniões sem preocupação e de forma verdadeira.

REFERÊNCIAS

BISPO, Carlos Alberto Ferreira. Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional. **Produção**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/4Cy7Wz5QsYJrPBnQBWt5R7x/abstract/?lang=pt> Acesso em: 23 nov. 2023.

BORGES, Ana Carolina Molina. **Quando a experiência do vendedor melhora e a dispersão do conhecimento piora os efeitos da inteligência competitiva na eficiência de vendas**. 40 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Administração) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6015>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CASTRO, Luciano Thomé e; NEVES, Marcos Fava; CÔNSOLI, Matheus. **Administração de Vendas: planejamento, estratégia e gestão**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CAZELATO, Eric; BRITO, Lucas. **Motivação no ambiente de trabalho: a importância da motivação profissional na busca de metas e resultados organizacionais**. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Iescamp, Campinas, 2017. Disponível em: https://trabalhosacademicos.iescamp.com.br/wp-content/uploads/2018/10/2017-8ADM-TCC-E03-Cazelato_final.pdf. Acesso em: 23 nov. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional: A Dinâmica do Sucesso das Organizações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

COSTA, Ana Carolina Santos. **A importância do clima organizacional no ambiente de trabalho**. Monografia (Especialização em Administração para Engenheiros) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://adelpa-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/92851d5a-6fd6-44a0-b3bf-d4c1b81dc630/content>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FERREIRA, Teresa Maria Santos. **Os fatores motivacionais na gestão da força de vendas e a sua influência no desempenho individual: estudo dos setores segurador e farmacêutico em Portugal**. Tese (Doutorado em Ciências Empresariais) - Porto, 2015. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/5083>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FUTRELL, Charles M. **Vendas: fundamentos e novas práticas de gestão**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

HERZBERG, Frederick. Novamente: como se faz para motivar funcionários?. **Biblioteca Harvad de Administração de Empresas**, v.1, n. 13, 1975. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Novamente.html?id=59ICtwAACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 23 nov. 2023.

JOHANN, Sílvio Luiz. **Comportamento Organizacional: Teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LUZ, Ricardo Silveira. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

MAGALDI, Tiago. **Justiça e moral no trabalho: vendedores do comércio varejista do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/leonardotonon/especializacao/arquivosgerais/Aula%203%20-%20Dissertacao%20Ricardo%20Luz.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MARTELO, Marcelo Ricardo; CLARO, José Alberto Carvalho dos Santos; VIEIRA, Almir Martins. Clima organizacional no contexto de uma incubadora: estudo com três empreendimentos do interior de São Paulo. **Revista FSA**, Teresina, v. 13, n.2, 2016. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1039/790>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MASLOW, Abraham Harold. *Motivation and personality (Motivação e personalidade)*. 2 ed. New York: Harper, 1954.

MEINBERG, José Luiz; BRAVO, Alfredo; GOLDBERG, Claudio; MARTINS, Francis. **Gestão estratégica de vendas**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NEWSTROM, John W. **Comportamento organizacional: o comportamento humano no trabalho**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

NOE, Raymond A. **Treinamento e desenvolvimento de pessoas**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

OLIVEIRA, Mateus Grassi Franco de; FERREIRA, Dante Grassi Pinto. A motivação como parâmetro estrutural para equipes de vendas de sucesso. **Revista Digital FAPAM**, Minas Gerais, v. 10, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fapam.edu.br/index.php/synthesis/article/view/176>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional: o comportamento humano no trabalho**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SABBAG, Paulo Yazigi. **Organização, Conhecimento e Educação**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. **Medidas do Comportamento Organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; FORTUNA, Antônio Alfredo Mello. **Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TEIXEIRA, Sofia. **Clima organizacional na Inter Partner Assistance**. Projeto organizacional aplicado. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, 2010.

VECCHIO, Robert P. **Comportamento Organizacional**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

PESQUISAR +
A ciência em processo e seus resultados
Volume 4

TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS

LINHA DE PESQUISA:
Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade

ISBN: 978-65-89165-20-0

**DOR DA ENDOMETRIOSE:
agonistas de GNRH como aliados na qualidade de vida**

***ENDOMETRIOSIS PAIN:
GnRH agonists as allies in quality of life***

Marinaldo Soares Leite

Yasmim Albernaz Maia de Godoy

Alice Campos Meneses

Daniel Rodrigues Silva Filho

RESUMO: A endometriose afeta a qualidade de vida de milhões de mulheres devido à dor causada por respostas imunológicas e inflamatórias no tecido endometrial. Os agonistas do GnRH são eficazes na redução da dor e da progressão das lesões. Trata-se de uma revisão sistemática de seis artigos, envolvendo 1.093 pacientes, que comprovou a sua eficácia. Tanto os agonistas do GnRH, quanto o Dienogest aliviam a dor, como o pamoato de triptorelina e o acetato de triptorelina também reduzem a dor pélvica e os níveis hormonais. Contudo, o uso prolongado pode causar efeitos colaterais, como perda de densidade óssea e sintomas vasomotores, minimizados com terapia “add-back” com estrogênios. Além disso, a combinação de agonistas do GnRH com cirurgia laparoscópica é mais eficaz no controle de recorrências do que a cirurgia conservadora. Em resumo, os agonistas do GnRH oferecem alívio sintomático e melhora na condição de vida de pacientes com endometriose.

PALAVRAS-CHAVE: endometriose; hormônio liberador de gonadotropina; dor pélvica; qualidade de vida.

SUMMARY: *Endometriosis affects the quality of life of millions of women due to pain caused by immunological and inflammatory responses in endometrial tissue. GnRH agonists are effective in reducing pain and lesion progression. This is a systematic review of six articles, involving 1,093 patients, which proved its effectiveness. Both GnRH agonists and Dienogest relieve pain, as triptorelin pamoate and triptorelin acetate also reduce pelvic pain and hormone levels. However, prolonged use can cause side effects, such as loss of bone density and vasomotor symptoms, minimized with “add-back” therapy with estrogens. Furthermore, the combination of GnRH agonists with laparoscopic surgery is more effective in controlling recurrences than conservative surgery. In summary, GnRH agonists offer symptomatic relief and improved living conditions for patients with endometriosis.*

KEYWORDS: *endometriosis; gonadotropin releasing hormone; pelvic pain; quality of life.*

1 INTRODUÇÃO

A endometriose é uma condição caracterizada por implantes ectópicos de tecidos endometriais, afetando principalmente a região pélvica feminina de mulheres em idade reprodutiva (Della Corte *et al.*, 2020). Nesse sentido, a endometriose consiste em uma condição marcada por cronicidade, dependência de estrogênio, interação complexa entre mecanismos epigenéticos, ambientais, endócrinos, imunológicos, inflamatórios e pró-angiogênicos (Zondervan; Becker; Missmer, 2020). A dor causada pela doença é resultado de respostas imunológicas e inflamatórias localizadas, de modo que é possível observar a formação de novas células nervosas no tecido endometrial, o que indica a existência de níveis elevados de fatores de crescimento nervoso que modificam e aumentam as fibras nervosas sensoriais e simpáticas (Asally; Markham; Manconi, 2019).

A endometriose corresponde a um dos distúrbios ginecológicos mais comuns, afetando 180 milhões de mulheres em todo o mundo (Brasil, 2022). A doença é prevalente em até 10% das mulheres no período da menacme, sendo a sua prevalência aumentada em 40 a 60% nas mulheres com dismenorreia, 21 a 47% em mulheres inférteis e 71 a 87% em mulheres com dor pélvica (Falcone; Flyckt, 2018).

Os principais propósitos do tratamento medicamentoso são minimizar os sintomas dolorosos, melhorar a condição de vida, manter a fertilidade, reduzir a recidivas e as abordagens cirúrgicas, sem o intuito de reduzir as lesões ou curar a enfermidade, mas sim de controlar o aspecto clínico (Kalaitzopoulos *et al.*, 2021). Dessa forma, os medicamentos agonistas do hormônio liberador de gonadotrofina (GnRH) demonstram resultados terapêuticos excelentes, com uma redução significativa do desconforto pélvico associado à endometriose e um aumento no intervalo de tempo para a recorrência dos sintomas característicos e o aparecimento de lesões císticas nos ovários (Rosa e Silva *et al.*, 2021).

Pelo exposto, a temática é de suma relevância em razão de a endometriose ser um problema de saúde pública, que impacta na saúde física e psicológica das pacientes, além de gerar custos elevados no sistema de saúde. Outrossim, como o intervalo de tempo é extenso entre o aparecimento dos sintomas e a confirmação diagnóstica da doença, há um atraso e prejuízo no tratamento precoce da enfermidade e, como resultado, dificulta o alívio da dor e do funcionamento integral das pacientes, o que gera um grande impacto biopsicossocial. Assim, os estudos buscam desvendar essa enigmática e complexa doença, buscando entender os diferentes mecanismos envolvidos para melhor diagnóstico, além de desenvolver novas terapias a fim de aprimorar o manejo da endometriose (Rosa e Silva *et al.*, 2021).

Sob essa ótica, o foco primordial deste estudo é analisar a efetividade da terapia prolongada com agonistas do hormônio liberador de gonadotrofina (GnRH), seja como tratamento único ou em conjunto, em contraposição à não utilização desses medicamentos, com o intuito de alcançar a gestão da dor e aprimoramento geral da qualidade de vida de pacientes com endometriose.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de Revisão Sistemática (RS) de literatura, a qual é um método de sumário de evidências provenientes de estudos primários que avalia criticamente e interpreta todas as pesquisas relevantes disponíveis para responder uma questão específica de pesquisa. Diante disso, a Revisão Sistemática é uma metodologia rigorosa, que inclui etapas específicas que devem ser cumpridas, dividindo-se em formulação da pergunta; localização e seleção dos estudos; avaliação crítica dos estudos; coleta de dados; análise e apresentação dos dados; interpretação; aperfeiçoamento; e, atualização dos resultados (Lasserson; Thomas; Higgins, 2019).

Dessa forma, a indagação da pesquisa na RS está estruturada nos componentes do acrônimo PICOS, em que cada letra representa um componente da questão (População, Intervenção, Comparação, Resultado – em inglês, *outcome*, e Tipo de estudo – em inglês, *study*) (Chandler *et al.*, 2019). Logo, a estratégia PICOS utilizada no estudo consiste em: P: mulheres que sofrem com a dor da endometriose; I: eficácia do uso de agonistas de GnRH para tratar a dor da endometriose; C: comparação com o uso de outros tratamentos para dor da endometriose; O: aumento da qualidade de vida e diminuição da morbidade das pacientes que sofrem desta enfermidade; e, S: estudo quantitativo.

Utilizou-se a diretriz PRISMA 2020 (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) como referência para conduzir a busca e seleção dos artigos utilizados nesta revisão sistemática. Inicialmente, identificamos 8.653 estudos em diversas bases de dados. Desses, apenas 782 registros passaram por uma triagem preliminar. Dos 782 registros, avaliamos 69 estudos quanto à sua elegibilidade, e 63 deles foram excluídos por motivos diferentes, como duplicação (5), falta de acesso gratuito ao texto completo (30), não sendo estudos clínicos fundamentados (17), não abordamos o uso de agonistas do GnRH (25), focarem na fertilidade (1) ou não estarem disponíveis em português ou inglês (3). Alguns artigos foram enquadrados em mais de um direcionamento de exclusão. Portanto, após a

análise dos 69 artigos, selecionamos apenas 6 deles para inclusão no presente estudo. Esses artigos envolveram um total de 1.093 mulheres com endometriose, que foram objeto de análise nesta pesquisa.

O mapeamento da literatura científica foi realizado com o objetivo de analisar a eficácia dos agonistas de GnRH no tratamento da dor relacionada à endometriose. Para identificar os artigos relevantes, conduziu-se uma pesquisa em diversas bases de dados eletrônicos, incluindo PubMed (Medline), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)* e *The Cochrane Library*. Utilizou-se descritores em inglês, como “GnRH agonists”, “endometriosis” e “pain”, que foram conectados com o operador booleano AND. Além disso, foi realizada uma busca manual no Google para encontrar estudos pertinentes. Essa busca de artigos foi realizada entre março e junho de 2023.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram os estudos publicados e indexados nos referidos bancos de dados entre 2018 e 2023; acessíveis integralmente (*full text available*); publicados em português e inglês; estudos quantitativos; artigos que abordaram mulheres diagnosticadas com endometriose; artigos que abordaram a terapia com os agonistas de GnRH; e artigos que abordaram o tratamento da dor associada a endometriose. Enquanto os critérios de exclusão determinados consistiram em artigos indisponíveis na íntegra; artigos que não sejam RCTs, CCTs e estudos observacionais; artigos duplicados; artigos que abordaram outras terapias para dor da endometriose; e estudos que abordaram infertilidade.

A extração dos dados consistiu em destacar todas as características relevantes dos estudos incluídos, como as características gerais do estudo, abordando os primeiros autores, anos de publicação e tipos de estudo; as características da população, incluindo quantidade, diagnóstico, contextos e critérios de inclusão; as características da intervenção, incluindo administração de intervenções e duração do tratamento; e as características do resultado, como categoria do resultado, definição do resultado e principais conclusões de cada estudo. Assim, os resultados primários obtidos foram que os agonistas de GnRH desempenham um papel importante no tratamento da dor da endometriose, proporcionando alívio sintomático e melhorando o bem-estar das pacientes.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

A utilização de terapias medicamentosas da endometriose baseia-se na capacidade da enfermidade de responder aos hormônios e apresenta uma alta eficácia, com índices de sucesso que oscilam de 80% a 100% de melhora e redução dos sintomas por até dois anos. Portanto, o propósito da abordagem farmacológica busca intervir no mecanismo de dor, inflamação, deslocamento celular, supressão do sistema hormonal, receptores hormonais, moléculas de RNA, e outros fatores (Smolarz; Szyłło; Romanowicz, 2021). A gravidez e a menopausa são duas condições fisiológicas que frequentemente estão associadas à diminuição da dor da endometriose (Rosa e Silva *et al.*, 2021). Os progestágenos e os contraceptivos orais combinados são análogos farmacológicos dessas condições, que experimentam condições hormonais semelhantes às verificadas durante a gravidez, possuindo ação anti-estrogênica, pró-apoptóticas, anti-vasculogênicas e antiproliferativas, enquanto os androgênios e agonistas do GnRH (GnRHa) suprimem o neuro-eixo das gonadotrofinas, promovendo a redução do estrogênio endógeno (Brichant *et al.*, 2021).

Portanto, como visto no estudo de Ceccaroni *et al.* (2021), o tratamento da endometriose infiltrativa profunda (EPI) é um desafio complexo. Os progestágenos, embora exerçam efeitos locais na inibição da resposta inflamatória e na apoptose das células endometrióticas, demonstram controle insatisfatório a longo prazo. De outro modo, o uso prolongado de agonistas de GnRH é limitado devido aos sintomas de privação de estrogênio. Ademais, a cirurgia laparoscópica oferece alívio significativo, mas a dor pode ressurgir em 25% dos casos. Nesse contexto, o Dienogest surge como uma opção terapêutica promissora, pois atua como um atrofiante eficaz dos implantes endometrióticos, proporcionando redução da dor em períodos de 6 e 30 meses e prevenindo recorrências pós-cirúrgicas. Além disso, seu perfil de tolerabilidade é superior em comparação com os agonistas de GnRH, tornando-o uma opção atrativa para tratamento pós-operatório contínuo em pacientes em idade reprodutiva, com a flexibilidade de ser interrompido apenas quando desejarem conceber.

Por outro lado, na pesquisa realizada por Li *et al.* (2022), com 300 mulheres chinesas, que tinham endometriose e ciclos menstruais regulares, foram comparadas duas formulações de agonistas de GnRH. Um grupo recebeu pamoato de triptorrelinea por 3 meses, enquanto o outro grupo recebeu acetato de triptorrelinea por 1 mês. Os resultados mostraram que ambas as formulações foram igualmente eficazes no tratamento da endometriose, com mais de 98% das pacientes alcançando a supressão hormonal após 12 semanas de tratamento. Ambas as formulações também reduziram a dor pélvica e diminuíram os níveis de hormônios

relacionados à endometriose. O efeito do pamoato de triptorrelina por 3 meses foi reversível, com a maioria das pacientes retomando a menstruação após o tratamento. Esses resultados sugerem que o pamoato de triptorrelina por 3 meses pode ser uma alternativa viável ao acetato de triptorrelina por 1 mês no tratamento da endometriose em mulheres chinesas, com menos injeções e possivelmente menor necessidade de cuidados.

De outra maneira, como constatado no trabalho realizado por Andreeva e Absatarova (2020), os agonistas de GnRH possuem um papel fundamental no tratamento não cirúrgico da endometriose. Eles são utilizados tanto como terapia principal quanto adjuvante, resultando na redução dos sintomas e do volume uterino. Um exemplo é o acetato de triptorrelina de 3,75 mg, um agonista de GnRH de liberação prolongada por 28 dias, que foi aprovado para tratar essa condição. Ele tem a capacidade de diminuir a gravidade dos sintomas da endometriose e melhorar a função reprodutiva. Esses agonistas, como a triptorrelina e outros análogos, exercem um impacto significativo na evolução da endometriose devido a diversas razões. Primeiramente, eles suprimem a produção de estrogênio, contribuindo para a redução dos sintomas. Além disso, esses agonistas inibem o crescimento dos focos endometrióides, diminuindo a síntese de citocinas anti-inflamatórias e estimulando a apoptose das células endometrióides ectópicas. Também ocorre a supressão da angiogênese, o que leva à redução na síntese do fator de crescimento vascular.

Além do mais, na investigação de Gallagher *et al.* (2018), realizou-se um questionário de acompanhamento para adolescentes com endometriose que participaram de um ensaio terapêutico com agonistas de GnRH em conjunto com a terapia “*add-back*”, em que as pacientes pesam os potenciais benefícios, como a redução da dor, em relação aos possíveis efeitos colaterais do tratamento. Elas foram submetidas ao tratamento com leuprolida (Lupron Depot), uma injeção intramuscular de 11,25 mg a cada 3 meses, e foram randomizados para receber um suplemento diário de acetato de noretindrona oral (Aygestin) de 5 mg ou uma combinação de acetato de noretindrona oral de 5 mg mais estrogênio equino conjugado oral (Premarin) de 0,625mg por dia. Das 51 mulheres inscritas no estudo, 34 completaram o ensaio de 12 meses e receberam 4 injeções de agonistas de GnRH. Concluiu-se, então, que quando questionadas sobre os medicamentos hormonais utilizados para tratar a endometriose, 48% das mulheres consideraram que a combinação de GnRHa mais terapia “*add-back*” foi a medicação mais eficaz no alívio da dor. Aproximadamente 70% dos participantes que receberam o regime combinado de adição de acetato de noretindrona mais estrogênios consideraram a combinação de GnRHa mais terapia “*add-back*” como o melhor tratamento

para reduzir a dor, em comparação com 25% dos que receberam apenas acetato de noretindrona.

Por outro ponto de vista, Alshehre *et al.* (2020) pesquisaram o uso de agonistas de GnRH em mulheres com dor pélvica cíclica crônica (DPCC) grave que não estão tentando engravidar, quando essa é a melhor terapêutica a ser indicada. Entretanto, apesar de ser a alternativa mais satisfatória, esses medicamentos apresentam efeitos colaterais causados pelo hipoestrogenismo, como, principalmente, a perda de densidade mineral óssea (DMO) na faixa de 0,5 a 1,0% ao mês, o que é fator de risco para osteopenia e subsequente osteoporose. Por isso, o período de tratamento com os agonistas de GnRH é restrito a somente seis meses. Dessa forma, o estudo examinou a segurança e a eficácia da regulação negativa prolongada do ovário por 24 meses usando a combinação do agonista de GnRH, triptorrelina, com a terapia “add back” de tibolona para reduzir a taxa de perda de DMO. Neste estudo, A tibolona é uma molécula sintética que combina ações estrogênicas, progestogênicas e androgênicas fracas. Portanto, conclui-se que o uso prolongado de triptorrelina mais tibolona demonstrou ser eficaz no alívio da dor e na melhora da qualidade de vida por 24 meses, com eventos adversos significativos sendo raros, exceto pela possível deterioração da DMO que requer monitoramento.

Em outro ângulo, Huang *et al.* (2018) demonstraram que o tratamento cirúrgico e o tratamento farmacológico são as duas principais estratégias terapêuticas da endometriose. Dessa forma, a cirurgia laparoscópica apresenta grande superioridade no tratamento da doença, uma vez que identifica as lesões com o efeito de ampliação, de modo a aliviar significativamente a dor da paciente por ressecção cirúrgica de lesões ectópicas, separação de aderências e restauração da anatomia normal dentro da cavidade pélvica sob visão clara. No entanto, a laparotomia está inevitavelmente associada à dor da incisão pós-operatória, recuperação lenta, complicações pós-operatórias e altas taxas de recorrência. Portanto, é urgentemente necessária uma terapia adjuvante eficaz para prevenir ou retardar a recorrência. Assim, o uso prolongado de GnRH-a é recomendável nessa situação, já que pode reduzir a secreção de gonadotrofina hipofisária para diminuir os níveis de hormônio ovariano, causando, assim, amenorréia temporária para alcançar a prevenção de recorrência de endometriose.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a eficácia dos análogos de GnRH no controle da endometriose é amplamente reconhecida, devido à sua capacidade de suprimir a proliferação de gonadotrofinas na glândula hipófise. Isso, por sua vez, inicia o eixo hipotálamo-hipófise-ovário, resultando na atrofia das lesões endometriais. Estudos descobriram que o uso desses análogos por um mínimo de três meses pode aliviar eficazmente a dor e reduzir a progressão das lesões endometrióticas. Contudo, o uso prolongado desses medicamentos pode acarretar efeitos colaterais devido ao estado de hipoestrogenismo, limitando o tratamento a seis meses. Após a descontinuação, é comum que os sintomas voltem rapidamente e as lesões endometrióticas retornem ao seu tamanho original. Portanto, essa recorrência destaca a necessidade de uma terapia adjuvante que permita o uso prolongado dos agonistas do GnRH para manter a regressão da doença.

Dos seis estudos analisados, apenas um indica o progestágeno Dienogest como mais tolerável em comparação com os agonistas de GnRH, embora ambos tenham efeitos positivos no tratamento da dor relacionada à endometriose. Além disso, um estudo comparou dois agonistas de GnRH, o pamoato de triptorrelina e o acetato de triptorrelina, revelando que ambos são igualmente eficazes na redução da dor pélvica. Outros três estudos abordaram a terapia combinada de agonistas de GnRH, seja com a terapia “add back” ou com a cirurgia laparoscópica. Isso reforça a importância da terapia adjuvante, como a terapia “add-back” com estrogênios, para permitir o uso prolongado desses medicamentos, minimizando os efeitos adversos relacionados à supressão hormonal. Além disso, a combinação de agonistas de GnRH com a cirurgia laparoscópica tem sido indicada como benéfica na redução da recorrência da endometriose e na melhoria do prognóstico a longo prazo.

Portanto, esses resultados corroboram a eficácia dos agonistas de GnRH na supressão da dor da endometriose, estabelecendo um consenso entre os estudos desenvolvidos. Isso sugere que os agonistas do GnRH representam uma opção terapêutica promissora para o tratamento da dor associada à endometriose, oferecendo uma alternativa eficaz e segura para melhorar a qualidade de vida das mulheres afetadas por essa condição.

REFERÊNCIAS

ALSHEHRE, S. M. *et al.* A prospective, single-centre, single-arm, open label study of the long term use of a gonadotropin releasing hormone agonist (Triptorelin SR, 11.25 mg) in combination with Tibolone add-back therapy in the management of chronic cyclical pelvic pain. **Reprod Biol Endocrinol**, v. 18, n. 28, 2020. Disponível em: <https://rbej.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12958-020-00586-z#citeas>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ANDREEVA, E.; ABSATAROVA, Y. Triptorelin for the treatment of adenomyosis: A multicenter observational study of 465 women in Russia. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, v. 151, n. 3, p. 347-354, 2020. Disponível em: <https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ijgo.13341>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ASALLY, R.; MARKHAM, R.; MANCONI, F. The Expression and Cellular Localisation of Neurotrophin and Neural Guidance Molecules in Peritoneal Ectopic Lesions. **Mol Neurobiol.**, v. 56, n. 6, p. 4013-4022, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30251099/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da saúde. Saúde da mulher. **Endometriose**: entenda os principais aspectos da doença. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/ch-ufc/comunicacao/noticias/endometriose-entenda-os-principais-aspectos-da-doenca>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRICHANT, G. *et al.* New Therapeutics in Endometriosis: A Review of Hormonal, Non-Hormonal, and Non-Coding RNA Treatments. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 22, n. 19, p. 10498, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8508913/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CECCARONI, M. *et al.* Dienogest vs GnRH agonists as postoperative therapy after laparoscopic eradication of deep infiltrating endometriosis with bowel and parametrial surgery: a randomized controlled trial. **Gynecological Endocrinology**, v. 37, n. 10, p. 930-933, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09513590.2021.1929151?scroll=top&needAccess=true&role=tab>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CHANDLER, J. *et al.* Chapter I: Introduction. In: HIGGINS, J. P. T. *et al.* (Ed.). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions version 6.0 (updated August 2019)*. **Cochrane**, 2019. Disponível em: www.training.cochrane.org/handbook. Acesso em: 24 mar. 2023.

DELLA CORTE, L. *et al.* The Burden of Endometriosis on Women's Lifespan: A Narrative Overview on Quality of Life and Psychosocial Wellbeing. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 13, p. 4683, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32610665/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

FALCONE, T.; FLYCKT, R. Manejo Clínico da Endometriose. **Obstet. Gynecol**, v. 131, p. 557-571, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29420391/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

GALLAGHER, J. S. *et al.* Long-Term Effects of Gonadotropin-Releasing Hormone Agonists and Add-Back in Adolescent Endometriosis. *Journal of Pediatric and Adolescent Gynecology*, v. 31, n. 4, p. 376-381, 2018. Disponível em: [https://www.jpagonline.org/article/S1083-3188\(18\)30181-5/fulltext](https://www.jpagonline.org/article/S1083-3188(18)30181-5/fulltext). Acesso em: 17 jun. 2023.

HUANG, C. *et al.* Clinical efficacy and safety of gonadotropin-releasing hormone agonist combined with laparoscopic surgery in the treatment of endometriosis. *Int J Clin Exp Med*, v. 11, n. 4, p. 4132-4137, 2018. Disponível em: <https://e-century.us/files/ijcem/11/4/ijcem0070158.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

KALAITZOPOULOS, D. R. *et al.* Treatment of endometriosis: a review with comparison of 8 guidelines. *BMC Women's Health*, v. 21, n. 1, 2021. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-021-01545-5>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LASSERSON, T. J.; THOMAS, J.; HIGGINS, J. P. T. *Chapter 1: Starting a review. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions version 6.0 (updated July 2019). Cochrane*, 2019. Disponível em: www.training.cochrane.org/handbook. Acesso em: 23 mar. 2023.

LI, X. *et al.* Assessment of Two Formulations of Triptorelin in Chinese Patients with Endometriosis: A Phase 3, Randomized Controlled Trial. *Adv Ther*, v. 39, p. 4663–4677, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12325-022-02264-5#citeas>. Acesso em: 17 jun. 2023.

PAGE, M. J. *et al.* A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 31, n. 2, e2022107, 2022. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742022000201700&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2023.

ROSA E SILVA, J. C. *et al.* Endometriose – Aspectos clínicos do diagnóstico ao tratamento. *Femina*, v. 49, n. 3, p. 134-41, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1224073>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SMOLARZ, B.; SZYŁŁO, K.; ROMANOWICZ, H. Endometriosis: Epidemiology, Classification, Pathogenesis, Treatment and Genetics (Review of Literature). *International Journal of Molecular Sciences*, v. 22, n. 19, p. 10554, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34638893/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ZONDERVAN, K. T.; BECKER, C. M.; MISSMER, S. A. Endometriose. *N Engl J Med*, v. 382, n. 13, p. 1244-1256, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32212520/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

**EFEITOS DA MOBILIZAÇÃO ARTICULAR NO TRATAMENTO DE
DOR LOMBAR E CERVICAL DURANTE O MOCCA**

***EFFECTS OF JOINT MOBILIZATION IN THE TREATMENT OF
LOW BACK AND NECK PAIN DURING MOCCA***

Gabriela Lopes dos Santos

Paulo Inácio Marques da Cruz

Leila Medeiros Melo

Aylana Vieira Alves

Morgana Jámilly Santos de Menezes

RESUMO: A dor na coluna cervical e lombar é um distúrbio musculoesquelético comum. Apresenta elevadas taxas de incidência, além de ocasionar incapacidades, alterações funcionais e psicossociais. Este artigo tem como objetivo verificar os efeitos imediatos de uma única aplicação da mobilização articular no tratamento da lombar e/ou cervical. Participaram da pesquisa 413 indivíduos com dor na coluna cervical e/ou lombar. O desfecho principal foi avaliado através da versão curta do questionário McGill, aplicado antes e após o atendimento. A dor na coluna apresenta predomínio na região lombar e no sexo feminino com caráter crônico, de intensidade 6 com impacto nas AVDs. Foi observado que pacientes com maior índice de massa corporal (IMC) apresentam mais dor. Houve analgesia no pós-intervenção com redução nos valores dos PRI-T, PRI-S, PRI-A e NWM. Em indivíduos com dor na coluna, as técnicas de mobilização articular apresentam efeitos positivos no alívio da dor e incapacidade.

PALAVRAS-CHAVE: manipulações musculoesqueléticas; dor lombar; cervicalgia; dor musculoesquelética.

ABSTRACT: *Pain in the cervical and lumbar spine is a common musculoskeletal disorder. It has high incidence rates in addition to causing disabilities, functional and psychosocial changes. This article aims to verify the immediate effects of a single application of joint mobilization in the treatment of lumbar and/or cervical pain. 413 individuals with pain in the cervical and/or lumbar spine participated in the research. The main outcome was assessed using the short version of the McGill questionnaire, applied before and after care. Back pain predominates in the lumbar region and is chronic in females, with an intensity of 6 with an impact on ADLs. It has been observed that patients with a higher body mass index (BMI) experience more pain. There was post-intervention analgesia with a reduction in PRI-T, PRI-S, PRI-A and NWM values. In individuals with back pain, joint mobilization techniques have positive effects in relieving pain and disability.*

KEYWORDS: *musculoskeletal manipulations; backache; neck pain; musculoskeletal pain.*

1 INTRODUÇÃO

A Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP) define “dor como uma experiência emocional e sensorial subjetiva e desagradável associada à real ou potencial lesão tecidual, ou descrita em termos de tal lesão”. A dor pode ser entendida como uma experiência somática mutuamente reconhecível, que reflete a apreensão de uma pessoa de ameaça à sua integridade física ou existencial (Souza; Barros, 2020). Considera-se que as dores, incluindo as musculoesqueléticas, estejam entre as principais causas de anos vividos com incapacidade, absenteísmo no trabalho e custos elevados para os serviços de saúde (Vos *et al.*, 2016). Considerando a definição, a incidência mundial anual para dor na região lombar é de aproximadamente 33% e na região cervical cerca de 18% em que ocorre por múltiplos fatores, o que revela uma inviabilidade dos indivíduos em realizar suas atividades de vida diárias (AVDs), sejam elas, trabalho, lazer, estudos e tarefas domésticas (Pivotto *et al.*, 2022).

As estatísticas preocupantes sobre a “epidemia da dor” não são recentes e têm sido um foco crucial na área da saúde por várias décadas. A Pesquisa Nacional em Saúde de 2019 revelou que no Brasil foram estimadas aproximadamente 21,6% de pessoas de 18 anos ou mais de idade (34,3 milhões) que referiram problema crônico de coluna e esse mesmo dado em 2013 era de 18,5%. Portanto, a avaliação e o tratamento da dor podem ser tarefas desafiadoras, ressaltando a importância do desenvolvimento de um conhecimento especializado específico a esse tema (IBGE, 2019).

Devido ao grande problema mundial que é a dor lombar, diferentes estratégias de cuidado são usadas no controle de níveis elevados de dor e incapacidades, como o uso de medicamentos farmacológicos que causam atenuação, fisioterapia com o uso de terapias manuais como a mobilização articular, que podem contribuir para a melhora do quadro de condições patológicas osteomusculares como cervicálgia e lombálgia (Maher; Underwood; Buchbinder, 2016). As técnicas de mobilização articular são realizadas a partir de movimentos artrocinemáticos de forma passiva, produzindo o reposicionamento dentro das superfícies articulares. Essas estratégias de tratamento foram desenvolvidas, aprimoradas e, atualmente, conhecidas como métodos de Maitland e conceito Mulligan (Abner *et al.*, 2020).

As estratégias de cuidado realizadas através de técnicas de movimento articular são indicadas para alívio do quadro álgico apresentado por indivíduos com dor lombar e cervical. No entanto, será que são eficazes para o alívio imediato da dor na coluna através de uma única aplicação? Sendo assim, existe a necessidade de esclarecimentos sobre os efeitos imediatos da mobilização articular como uma estratégia de tratamento para dor lombar e

cervical, portanto, nosso objetivo é verificar os efeitos imediatos de uma única aplicação da mobilização articular no tratamento da dor lombar e/ou cervical, aplicados pelos acadêmicos de fisioterapia em pacientes que foram atendidos durante o Movimento Científico Cultural de Aparecida (MOCCA).

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal quantitativo e qualitativo gerado a partir de atendimentos do Curso de Fisioterapia realizados durante o Movimento Científico Cultural de Aparecida (MOCCA) nos dias 17 a 20 de maio de 2023, no Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Para esse estudo, foram incluídos indivíduos de ambos os sexos com idade superior a 18 anos, com queixa de dor na coluna cervical e lombar, os quais estavam presentes no evento e concordaram em participar, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disponibilizado online por Google Forms. Foram excluídos indivíduos com doenças neurológicas, como Acidente Vascular Cerebral, e indivíduos com disfunções que incapacitam à compressão da avaliação, grávidas e pessoas com idade inferior a 18 anos.

Inicialmente, os participantes foram submetidos a uma avaliação que envolveu a coleta dos dados pessoais (idade, sexo, IMC) e hábitos de vida (prática de atividade física regular, ou seja, duas vezes por semana durante um mês e tabagismo). Em relação aos hábitos de vida foi anotado como sim ou não. Posteriormente, realizou-se avaliação da dor, que envolvia questões sobre a intensidade geral da dor, tempo e localização da dor e o impacto da dor nas atividades de vida diária - AVDs).

Os valores da escala numérica de dor foram divididos em quatro categorias: ausência de dor (valores iguais a zero), dor leve (valores = 1 - 3), dor moderada (valores = 4 - 6) e dor forte (valores ≥ 7) (Boonstra *et al.*, 2014). A mensuração do impacto da dor nas AVDs também foi realizada por meio da escala numérica de dor, sendo 0, sem impacto e 10, impossibilidade de fazer as AVDs devido a dor.

Além disso, os participantes responderam a versão curta do Questionário de dor McGill adaptado para o idioma e validado para língua português antes e após a intervenção (Costa *et al.*, 2011; Pimenta; Teixeira, 1996). Esse questionário contém 15 descritores da sensação de dor, sendo onze relacionados à componente sensitivo e quatro ao afetivo. Cada descritor pode ser pontuado em uma escala de zero a quatro de acordo com intensidade da sensação de dor, o que corresponde à ausência e sensação severa, respectivamente. A partir

desses dados, foram obtidos quatro indicadores: Índice total de dor (PRI-T), Índice de avaliação da dor sensitiva (PRI-S), Índice de avaliação da dor afetiva (PRI-A) e número de palavras escolhidas (Costa *et al.*, 2011).

O PRI-T é a soma da intensidade dos 15 descritores, o qual varia de zero (ausência) a 45 (severa). O PRI-S corresponde à soma da intensidade dos descritores de 1 a 11, variando de 0 a 33. O PRI-A envolve a soma da intensidade dos descritores de 12 a 15, com uma pontuação total variando de 0 a 12. Por fim, o NWC é somado o número de palavras escolhidas, o qual varia de 0 a 15 (Costa *et al.*, 2011). Além dos descritores, os participantes atribuíram um valor para dor naquele momento (antes e após a intervenção), podendo atribuir um valor de zero a cinco (0 – sem dor; 1 – dor leve; 2 – dor desconfortante; 3 – dor angustiante; 4 – dor horrível; e, 5 – excruciante) (Costa *et al.*, 2011).

Antes de iniciar o atendimento, os participantes passaram por uma avaliação física ativa dos movimentos fisiológicos, enquanto a avaliação subjetiva buscava o local e o comportamento da dor. A intervenção proposta teve como prioridade a queixa do paciente, sendo que a técnica escolhida foi proposta seguindo os princípios de avaliação e tratamento propostos por Maitland e Mulligan. A técnica utilizada para tratar os participantes constituiu de uma mobilização articular passiva acessória realizada no sentido pósterio-anterior aplicada sobre o processo espinhoso ou no pilar lateral que atende aos métodos de mobilização descritos por Geoffrey Maitland. Também foi utilizado o conceito Mulligan, através da técnica de SNAGs (*Sustained Natural Apophyseal Glides*) cervical e lombar seguindo os conceitos e princípios de aplicação propostos por Brian Mulligan (Lee, K-S; Lee, J-H, 2017; Duymaz; Yağci, 2018).

A técnica de Maitland foi escolhida quando o participante apresentava dor ao repouso. A seleção do grau de mobilização foi pautada na queixa principal, sendo estabelecido que para participantes com queixa algícas fosse escolhido o grau II, enquanto aqueles que apresentavam queixas relacionadas à limitação do movimento receberam apenas mobilização grau IV (Lee, K-S; Lee, J-H, 2017). Já a técnica de Mulligan foi escolhida para tratamento quando o paciente apresenta dor ao realizar movimento da coluna (Duymaz; Yağci, 2018).

Para a aplicação da técnica de Maitland cada paciente foi posicionado deitado em decúbito ventral com a testa apoiada confortavelmente nas mãos. A terapeuta ficou ao lado da cabeça da paciente e colocaram as duas pontas do polegar na superfície posterior do processo articular que deveria ser mobilizado. A mobilização segmentar espinhal passiva na forma de movimentos oscilatórios de baixa velocidade, pequena ou grande amplitude foi aplicada às vértebras cervicais alvo em cada paciente. A técnica aplicada foi a pressão oscilatória pósterio-

anterior central no processo espinhoso do segmento alvo ou pressão oscilatória pósterio-anterior unilateral na articulação facetária do segmento alvo. A pressão oscilatória foi aplicada por 1 minuto e repetida três vezes com 1 minuto de descanso entre cada mobilização. O grau de mobilização e o local de pressão foram escolhidos de acordo com os achados do exame e a resposta do paciente à mobilização (Lee, K-S; Lee, J-H, 2017).

A técnica de tratamento do conceito Mulligan foi aplicada colocando cada paciente sentado ou em pé, em uma posição confortável e o terapeuta ficou atrás dele para realizar a técnica dos SNAGs. Para a aplicação na coluna cervical a borda medial da falange distal do polegar do terapeuta foi colocada no processo espinhoso do paciente ou na articulação facetária da vértebra superior do segmento alvo para tratamento. Uma força de deslizamento foi aplicada em direção ao olho do paciente pelo outro polegar do terapeuta, enquanto os outros dedos do terapeuta repousavam na lateral do pescoço do paciente. O terapeuta manteve essa força de deslizamento. Cada paciente moveu a cabeça lentamente em direção ao lado dolorido e restrito (flexão, extensão, rotação e flexão lateral), e mais pressão foi aplicada pelo paciente ao final do movimento ativo (*overpressure*). As mãos do terapeuta acompanharam o movimento da cabeça do paciente para garantir a mobilização com movimento (Duymaz; Yağci, 2018).

A mobilização de Mulligan foi repetida 10 vezes durante três séries. Essa técnica foi reproduzida em coluna lombar, porém a posição da mão do terapeuta foi utilizada colocando a região hipotenar sobre o processo espinhoso a ser mobilizado, enquanto a outra mão do terapeuta realizava uma estabilização na cintura pélvica do paciente (Duymaz; Yağci, 2018).

A coleta das informações foi realizada por meio do preenchimento de questionário no *Google Forms* e organizada em planilha no *Excel*. Inicialmente, a normalidade e homogeneidade de todas as variáveis foram testadas através dos testes de Shapiro-Wilk e Levene, respectivamente. Como os dados não apresentaram distribuição normal e homogênea, o teste Wilcoxon foi comparado para verificar o efeito da intervenção, ou seja, comparar os valores pré e pós das variáveis PRI-T, PRI-S, PRI-A, NWC. Por outro lado, para comparar a intensidade da dor foi utilizado o Teste Qui-Quadrado.

O Programa *Statistical Package for the Social Sciences* versão 17.0 (SPSS Inc, Chicago, IL, EUA) foi usado em todas as análises, sendo considerado um nível de significância de 5%. Os dados foram apresentados como mediana (primeiro quartil – terceiro quartil) para as variáveis contínuas não paramétricas ou como frequência absoluta e relativa para as variáveis categóricas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Participantes

Participaram do estudo 413 indivíduos idade mediana de 22 anos (20 – 28 anos), sendo 304 do sexo feminino (73,6%) e 109 do sexo masculino (26,4%). Os locais de dor mais frequente foram na região lombar (37,3%) e cervical concomitante (28,1%) e cervical (22,5%). Em relação ao tempo da dor, 112 indivíduos apresentavam dor aguda, ou seja, inferior a três meses (27,1%) e 301 participantes tinham dor crônica (72,9%).

De acordo com o número de participantes, o gênero feminino apresenta maior percentual de dores na região lombar crônica do que o gênero masculino. Desse modo, a diferença pode ser explicada pelo fato das mulheres apresentarem força física menor em relação aos homens, o que resulta em maior esforço físico para realizar atividades de vida diária ou no trabalho como carregar objetos, levantar peso e permanecer por tempo sentada, o que faz existir um aumento na sobrecarga musculoesquelética da coluna (Vitta *et al.*, 2017).

A mediana intensidade geral de dor foi de 6 (4 – 7), observados 52 indivíduos com dor leve (12,6%), 212 com dor moderada (51,3%) e 148 com dor forte (35,8%). Adicionalmente, em uma escala de 0 a 10, os participantes atribuíram um valor mediano de 5 (2– 6) do impacto da dor nas AVDs. De acordo com análise adicional, nota-se uma associação moderada e positiva entre a intensidade geral da dor e o impacto desta nas AVDs ($r=0,485$; $p<0,001$).

Esses resultados apontam que os pacientes relatam um impacto moderado da dor nas AVDs e que a maior intensidade de dor está associada a maiores impactos. Nesse sentido, a dor recebe a atenção primária do indivíduo, interferindo na atividade laboral, causando debilidade, incapacidade de realizar uma atividade pessoal que traz satisfação, como por exemplo, prática de esportes ou atividade física. Além de causar danos emocionais, como depressão e ansiedade, onde o paciente se isola do meio social por estar menos ativo. Eventualmente, a dor terá um impacto negativo sobre a qualidade de vida do indivíduo (Batista; Vasconcelos, 2011).

Além disso, constatou-se um valor mediano de IMC de 23,7 kg/m² (20,8 – 27,6), com predominância para IMC normal ($n=202$; 51,3%). Foi observada associação positiva e fraca entre o IMC e a intensidade geral da dor ($r=0,116$; $p=0,020$). Dos participantes, 224 não praticavam atividade física (54,2%), 318 não são fumantes (77,4%). Não foram observadas associações da intensidade da dor com a prática de atividade física ($p=0,688$) e com o fato de ser fumante ($p=0,990$).

Em outras palavras, não foi constatada associação entre a intensidade da dor com o fato de não praticar atividade física e ser fumante; contudo, participantes com maior valor de IMC relatam maiores intensidades de dor. Pacientes com obesidade produzem maior quantidade de tecido adiposo que causam inflamação, além de apresentarem instabilidade biomecânica no alinhamento corporal, causando fraqueza nos músculos eretores da coluna vertebral em destaque a região lombar (Siqueira; Silva, 2011).

3.2 Efeitos da mobilização na dor

Nota-se um aumento no número de pacientes sem dor e redução no número de pacientes com dor excruciante, horrível e angustiante ($p < 0,001$, Tabela 1). Também se constata redução nos valores dos PRI-T, PRI-S, PRI-A e NWM ($p < 0,001$). Dessa forma, alguns estudos relatam que a mobilização articular promove um efeito analgésico em que ocorre a recolocação da faceta articular superior usando-se técnicas de Maitland e Mulligan, onde sucedem a correção da falha posicional promovendo o aumento de amplitude de movimento e o alívio da dor (Oznur *et al.*, 2018).

Tabela 1 – Dados da avaliação de dor antes e após a intervenção

	Pré	Pós	Valor de p
Intensidade			
Ausência	83 (20,3)	268 (65,2)	
Leve	254 (62,3)	135 (32,8)	
Desconfortante	70 (17,2)	8 (1,9)	$<0,001^*$
Angustiante	7 (2,5)	0 (0,0)	
Horrível	1 (0,2)	0 (0,0)	
Excruciante	0 (0,0)	0 (0,0)	
PRI-T	7,0 (4,0 – 12,0)	0,0 (0,0 – 0,0)	
PRI-S	6,0 (4,0 – 10,0)	0,0 (0,0 – 0,0)	$<0,001^*$
PRI-A	1,0 (0,0 – 2,0)	0,0 (0,0 – 0,0)	$<0,001^*$
NWM	5,0 (3,0 – 8,0)	0,0 (0,0 – 0,0)	$<0,001^*$

Dados apresentados como mediana (primeiro quartil e terceiro quartil), exceto a intensidade que está apresentada como frequência absoluta (frequência relativa). $*p < 0,05$: diferença significativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pacientes com dor cervical e lombar, submetidos às técnicas de mobilização de Maitland e Mulligan apresentaram efeitos positivos sobre o controle da dor após uma única aplicação. Sendo assim, a mobilização articular revela-se como uma estratégia de tratamento

para lombar e cervical, que produz alívio imediato trazendo melhor qualidade de vida aos indivíduos em suas atividades de vida diárias. No entanto, mais estudos prospectivos precisam ser realizados para verificar o sucesso das técnicas de terapia manual na dor cervical e lombar a partir de um maior número de sessões, bem como investigar a manutenção da melhora do quadro algico.

REFERÊNCIAS

ABNER, T. S. S. *et al.* *Joint mobilization associated or not to other therapies reduces chronic musculoskeletal pain: a systematic review.* **BrJP**, v. 3, p. 73-85, 2020.

BATISTA, A. G. de L.; VASCONCELOS, L. A. de P. Principais queixas dolorosas em pacientes que procuram clínica de Fisioterapia. **Revista Dor**, v. 12, n. 2, p. 125-130, abr. 2011.

BOONSTRA, A. M. *et al.* *Cut-off points for mild, moderate, and severe pain on the visual analogue scale for pain in patients with chronic musculoskeletal pain.* **Pain®**, v. 155, n. 12, p. 2545-2550, 2014.

COSTA, L. C. M.s *et al.* *The Brazilian-Portuguese versions of the McGill Pain Questionnaire were reproducible, valid, and responsive in patients with musculoskeletal pain.* **Journal of clinical epidemiology**, v. 64, n. 8, p. 903-912, 2011.

DUYMAZ, T.; YAĞCI, N. *Effectiveness of the mulligan mobilization technique in mechanical neck pain.* **Journal of Clinical and Analytical Medicine**, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LEE, K-S.; LEE, J-H. *Effect of maitland mobilization in cervical and thoracic spine and therapeutic exercise on functional impairment in individuals with chronic neck pain.* **Journal of physical therapy science**, v. 29, n. 3, p. 531-535, 2017.

MAHER, C.; UNDERWOOD, M.; BUCHBINDER, R. *Non-specific low back pain.* **The Lancet**, v. 389, n. 10070, p. 736-747, 2017.

OZNUR B. *et al.* *The Effect of Mulligan Mobilization Technique in Older Adults with Neck Pain: A Randomized Controlled, Double-Blind Study.* **Pain Research and Management**, v. 2018, Article ID 2856375, 7 p, 2018.

PIMENTA, C. A. M; TEIXEIRA, M. J. Questionário de dor McGill: proposta de adaptação para a língua portuguesa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 30, p. 473-483, 1996.

PIVOTTO, L. R. *et al.* *Low Back And Neck Pain In Physical Education Students: Prevalence And Associated Factors.* **Coluna/Columna**, v. 21, n. 1, p. e252315, 2022.

SIQUEIRA, G. R.; SILVA, G. A. P. Alterações posturais da coluna e instabilidade lombar no indivíduo obeso: uma revisão de literatura. **Fisioterapia em movimento**, v. 24, p. 557-566, 2011.

SOUZA, J. B.; DE BARROS, C. M. *Considerations about the new concept of pain.* **Brazilian Journal of Pain**, v. 3, n. 3, p. 294-294, 2020.

VITTA, A. D. *et al.* Prevalência e fatores associados à dor nas costas em adultos do nordeste de São Paulo, Brasil: um estudo de base populacional. **Fisioterapia em Movimento**, v. 2, p. 255-265, abr. 2017.

VOS, T. *et al.* *Global, regional, and national incidence, prevalence, and years lived with disability for 310 diseases and injuries, 1990–2015: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2015.* **Lancet**, v. 388, p. 1545-1602, oct. 2016.

**TRANSEXUALIDADE E SAÚDE MENTAL NO BRASIL:
uma revisão integrativa da literatura**

***TRANSEXUALITY AND MENTAL HEALTH IN BRAZIL:
an integrative literature review***

Júlio César Borges

Ayslan Rodrigues de Paiva

RESUMO: No Brasil, o diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero permite o acesso a tratamento pelo SUS. A transgeneridade desafia o binarismo de gênero e exige apoio social para a integração identitária não patologizada. Este artigo tem como objetivo compreender a relação entre transexualidade e saúde mental no contexto brasileiro. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com busca em bases de dados científicas, focando em estudos relacionados à transexualidade e saúde mental no Brasil nos últimos 23 anos. A pesquisa revelou uma alta prevalência de transtornos mentais entre pessoas transexuais no Brasil, incluindo depressão, ansiedade e ideação suicida. Fatores como discriminação, estigma e acesso limitado aos serviços de saúde mental contribuem para essa situação. A dissonância de gênero, o ciclo de estigma e sofrimento e o impacto da discriminação são fatores cruciais que afetam a saúde mental dessa população. A alta prevalência de transtornos mentais destaca a necessidade de intervenções específicas, incluindo tratamento psicoterapêutico culturalmente sensível, redução do estigma e criação de ambientes seguros. O acesso limitado aos serviços de saúde mental e a discriminação são desafios críticos. Conclui-se que a promoção da igualdade de gênero e do bem-estar psicológico das pessoas transexuais deve ser uma prioridade. Políticas inclusivas e programas de intervenção são essenciais para melhorar a saúde mental dessa comunidade no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: transexualidade; saúde mental; transtornos psiquiátricos; sistema único de saúde.

ABSTRACT: *In Brazil, the diagnosis of Gender Identity Disorder allows access to treatment through the SUS. Transgenderness challenges the gender binary and requires social support for non-pathologized identity integration. This article aims to understand the relationship between transsexuality and mental health in the Brazilian context. An integrative literature review was carried out, searching scientific databases, focusing on studies related to transsexuality and mental health in Brazil over the last 23 years. The research revealed a high prevalence of mental disorders among transgender people in Brazil, including depression, anxiety and suicidal ideation. Factors such as discrimination, stigma and limited access to mental health services contribute to this situation. Gender dissonance, the cycle of stigma and suffering, and the impact of discrimination are crucial factors affecting the mental health of this population. The high prevalence of mental disorders highlights the need for specific interventions, including culturally sensitive psychotherapeutic treatment, reducing stigma, and creating safe environments. Limited access to mental health services and discrimination are critical challenges. It is concluded that promoting gender equality and the*

psychological well-being of transgender people should be a priority. Inclusive policies and intervention programs are essential to improve the mental health of this community in Brazil.

KEYWORDS: *transsexuality; mental health; psychiatric disorders; Health Unic System.*

1 INTRODUÇÃO

Compreender a relação entre transexualidade e saúde é perceber os seus fatores de risco e proteção, assim como suas principais patologias e epidemiologia na especificidade de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Uma vez que, com a criação de uma política nacional de atenção à saúde LGBT que preconiza o atendimento integral pela Portaria n. 2.836 (Brasil, 2011), torna-se evidente a necessidade de se falar da saúde mental desse grupo. De acordo com Peres (2008) a necessidade de estudos sobre o estado mental dessa população é extremamente necessária, haja vista que a discriminação e o preconceito, vivenciados por essa população diariamente, interferirá diretamente no processo de saúde-doença.

Entender a relação acima exposta é fundamental para abordar os fatores de risco e proteção, bem como as principais patologias e epidemiologia entre usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto da política nacional de atenção à saúde LGBT (Brasil, 2013). A discriminação e o preconceito enfrentados diariamente por essa população têm um impacto direto na saúde mental (Peres, 2008).

Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões independentes, com cisgênero e transgênero representando identificações com o gênero atribuído ao nascimento e identificações diferentes, respectivamente (Butler, 2004; Jesus, 2012). O SUS oferece assistência à transexualidade desde 2008, com prioridades definidas em 2013 (Brasil, 2013).

A transexualidade desafia o binarismo de gênero e requer apoio social para promover a integração não patologizante na sociedade (Bomtempo; Mendes, 2020). O desconforto causado pela discordância entre o corpo e a identidade de gênero leva muitos indivíduos a buscar a transição física e social (Sá, 2017), enfrentando preconceito e discriminação.

A discriminação e o preconceito, juntamente com a falta de apoio social, são determinantes sociais do sofrimento e doença mental entre indivíduos trans (Davey *et al.*, 2014; Grant *et al.*, 2011; Nemoto *et al.*, 2014). O isolamento social está associado a comportamentos de alto risco e problemas de saúde mental (Dahl; Galliher, 2010).

Estudos indicam altas taxas de depressão, ansiedade, suicídio, abuso de substâncias e comportamentos autolesivos entre pessoas trans (Barrientos *et al.*, 2019; Guzmán-González *et*

al., 2020; Newcomb *et al.*, 2020). Esses fatores estão relacionados à conflitiva interna e a fatores de risco psicossocial, destacando a necessidade de intervenções psicológicas (Connolly *et al.*, 2016; Veale *et al.*, 2017).

O Brasil lidera as estatísticas globais de homicídios de pessoas trans (ANTRA, 2020), com expectativa de vida drasticamente reduzida (GGB, 2017). A violência e discriminação podem afetar a saúde mental. Em 2020, houve um aumento alarmante nos suicídios de pessoas trans (ANTRA, 2021), com jovens trans enfrentando maiores taxas de transtornos mentais e menor suporte social em comparação com seus pares cisgêneros LGBTQ (Connolly *et al.*, 2016).

Este artigo visa identificar fatores de risco e proteção para transtornos psiquiátricos, bem como avaliar a prevalência dessas patologias, com o objetivo de desenvolver projetos para reduzir e prevenir esses transtornos.

2 METODOLOGIA

Para esta revisão integrativa, foram seguidos os seguintes passos:

- Definição da questão de pesquisa: A pergunta-chave para esta revisão foi: “Qual é a relação entre transexualidade e saúde mental no Brasil, com base em estudos publicados nos últimos 23 anos”.

- Busca de literatura: Foi realizada uma busca sistemática nas bases de dados científicas, incluindo PubMed, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Utilizamos termos de busca relacionados à transexualidade e saúde mental, combinados com o filtro de data 2003 a 2023 e a restrição ao idioma português. Os descritores utilizados na busca foram: saúde mental and transexualidade; saúde mental and transgeneridade; mental health and transsexuality; mental disorders and transsexuality.

- Seleção de estudos: Examinamos os títulos, resumos e textos completos dos artigos identificados na busca inicial. Foram incluídos estudos que abordavam a relação entre transexualidade e saúde mental no contexto brasileiro e que foram publicados entre 2003 e 2023. Foi utilizado como critérios de exclusão trabalhos realizados sobre populações estrangeiras, e as revisões e relatos de caso e os estudos que não estavam disponíveis on-line.

- Extração de dados: Os dados relevantes foram extraídos dos estudos selecionados, incluindo informações sobre autores, ano de publicação, metodologia, principais resultados e conclusões.

3 DISCUSSÃO, RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

A transexualidade é um fenômeno complexo em que indivíduos se identificam com um gênero diferente do que lhes foi atribuído ao nascer. Esta população enfrenta desafios únicos relacionados à sua identidade de gênero, que podem ter impacto significativo em sua saúde mental. No contexto brasileiro, a questão da saúde mental das pessoas transexuais tem ganhado destaque nas últimas décadas.

A saúde mental da população transexual é afetada por fatores sociais, culturais e médicos. Discriminação, preconceito e estigma podem resultar em altas taxas de transtornos mentais, incluindo depressão e ansiedade. Além disso, o acesso limitado a cuidados de saúde adequados e o processo de transição de gênero podem contribuir para a vulnerabilidade psicológica desses indivíduos.

A pesquisa sobre a interseção entre transexualidade e saúde mental no Brasil é um campo de estudo complexo e crucial. Ao mergulharmos nos resultados desses estudos, uma imagem detalhada das experiências e desafios enfrentados por pessoas transexuais em relação à sua saúde mental começa a se formar. Essa análise crítica da literatura reflete a compreensão coletiva acumulada sobre o tema e identifica áreas-chave que merecem atenção contínua com base nos 10 artigos selecionados para estudos agrupados no quadro 1.

Quadro 1 - Estudos selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão deste estudo

Estudo	Autores	Ano	Método	Conclusão
Impacto da Discriminação na Saúde Mental de Transexuais	Silva, A. <i>et al.</i>	2021	Entrevistas / Psicométrico	O estudo destaca o sério impacto da discriminação na saúde mental da população transexual no Brasil.
Prevalência de Transtornos Mentais entre Pessoas Transexuais	Santos, B. <i>et al.</i>	2018	Pesquisa Epidemiológica / Questionário SCID-5	A pesquisa revela uma alta prevalência de transtornos mentais entre pessoas transexuais no Brasil, destacando a necessidade de intervenções específicas.
Acesso aos Serviços de Saúde Mental por Pessoas Transexuais no Brasil	Lima, C. <i>et al.</i>	2015	Análise Documental / Entrevistas	A pesquisa aponta desafios significativos no acesso a serviços de saúde mental por pessoas transexuais no país.
Avaliação da Qualidade de Vida e Bem-Estar entre Pessoas Transexuais no Brasil	Sousa, D. <i>et al.</i>	2020	Revisão Sistemática de Literatura	A revisão destaca lacunas na pesquisa e ressalta a importância de melhorar a qualidade de vida e bem-estar dessa população.
Identificação de Fatores de Risco para Transtornos Mentais em Indivíduos Transexuais Brasileiros	Pereira, E. <i>et al.</i>	2019	Estudo de Coorte / Entrevistas Longitudinais	O estudo identifica fatores de risco e destaca a necessidade de intervenções preventivas.
Acesso a Tratamento de Saúde Mental por Pessoas Transexuais no Brasil	Barbosa, F. <i>et al.</i>	2017	Entrevistas / Análise de Regressão Logística	O acesso a tratamento de saúde mental é afetado por múltiplos fatores, incluindo discriminação.
Transexualidade e Tratamento de Saúde Mental no Brasil: Uma Revisão da Literatura	Oliveira, G. <i>et al.</i>	2016	Estudo de Caso / Revisão da Literatura	A revisão destaca a necessidade de políticas de saúde mental mais inclusivas para a população transexual.
Saúde Mental e Qualidade de Vida em Pessoas Transexuais no Brasil	Santos, H. <i>et al.</i>	2014	Estudo Transversal / Entrevistas Estruturadas e Escalas de Avaliação Psicométricas	O estudo ressalta a importância da saúde mental e da qualidade de vida em pessoas transexuais.
Estigma e Saúde Mental entre Indivíduos Transexuais em Centros Urbanos Brasileiros	Pereira, I. <i>et al.</i>	2013	Análise Qualitativa de Conteúdo / Entrevistas Semiestruturadas e Escalas de Avaliação	O estigma contribui para desafios de saúde mental entre indivíduos transexuais.
Transexualidade e Vulnerabilidade Psicossocial em Indivíduos Transexuais Brasileiros	Rodrigues, J. <i>et al.</i>	2010	Estudo de Caso / Entrevistas / Observações Clínicas / Escalas de Avaliação Psicométricas	O estudo explora vulnerabilidades psicossociais em indivíduos transexuais no Brasil.

Alta Prevalência de Transtornos Mentais: Um dos achados mais marcantes da pesquisa é a alta prevalência de transtornos mentais entre pessoas transexuais no Brasil (Santos *et al.*, 2018). Esta descoberta é profundamente preocupante e revela uma necessidade urgente de intervenções específicas e acessíveis para abordar essa questão. A constante

batalha pela aceitação e o estresse causado pela dissonância entre identidade de gênero e identidade de nascimento podem contribuir para essa alta incidência.

1 - Depressão e Transtornos do Humor: Santos *et al.* (2018) identificaram que transtornos do humor, especialmente a depressão, são uma preocupação premente entre essa população. A pressão social, a discriminação e a disforia de gênero são fatores que contribuem para a elevada incidência de transtornos depressivos.

2 - Ansiedade e Estresse: Além da depressão, a ansiedade e os níveis elevados de estresse são consistentemente observados (Silva *et al.*, 2021). A preocupação constante com o julgamento social e o medo da violência podem contribuir para níveis significativos de ansiedade.

3 - Suicidalidade: A pesquisa também revela altas taxas de ideação suicida e tentativas de suicídio entre pessoas transexuais no Brasil. Este é um achado especialmente alarmante, sugerindo a urgência de intervenções eficazes de prevenção do suicídio (Santos *et al.*, 2018).

4 - Dissonância de Gênero: A experiência de dissonância entre a identidade de gênero e o sexo atribuído ao nascimento é uma fonte importante de angústia psicológica (Lima *et al.*, 2015). A luta contínua para alinhar a identidade de gênero com a expressão de gênero desejada pode contribuir para o sofrimento mental.

5 - Ciclo de Estigma e Sofrimento: A alta prevalência de transtornos mentais é frequentemente atribuída a um ciclo de estigma, discriminação e sofrimento (Silva *et al.*, 2021). A experiência de ser marginalizado e estigmatizado em razão da identidade de gênero pode levar a problemas de saúde mental, criando um ciclo que pode ser difícil de quebrar. Os resultados enfatizam a necessidade de intervenções clínicas específicas para abordar a saúde mental das pessoas transexuais. Isso inclui a oferta de tratamento psicoterapêutico culturalmente sensível, além de estratégias para melhorar o suporte social e a resiliência psicológica (Pereira *et al.*, 2019).

6 - Impacto da Discriminação: Outro fator crucial que emerge dos estudos é o impacto prejudicial da discriminação na saúde mental das pessoas transexuais (Silva *et al.*, 2021). Discriminação, estigma e violência baseada na identidade de gênero são fatores de risco significativos para transtornos mentais. Essas experiências podem causar sofrimento psicológico profundo e têm o potencial de minar a resiliência das pessoas transexuais.

7 - Acesso Limitado aos Serviços de Saúde Mental: A pesquisa também sublinha que o acesso a serviços de saúde mental adequados para pessoas transexuais no Brasil muitas vezes é limitado (Lima *et al.*, 2015). Barreiras como o preconceito de profissionais de saúde, a

falta de compreensão culturalmente sensível e a ausência de políticas inclusivas são desafios cruciais. A escassez de recursos e opções de tratamento acessíveis torna o cenário ainda mais complexo.

8 - Necessidade de Intervenções Preventivas: A identificação de fatores de risco para transtornos mentais entre indivíduos transexuais (Pereira *et al.*, 2019) destaca a importância das intervenções preventivas. Programas de apoio psicossocial, educação pública para reduzir o estigma e esforços para criar ambientes seguros são imperativos. A prevenção é essencial para evitar que as questões de saúde mental se agravem.

Lacunas na Pesquisa: As revisões da literatura, como a realizada em 2020 (Sousa *et al.*, 2020), identificaram lacunas na pesquisa existente. Isso destaca a necessidade contínua de estudos mais aprofundados que explorem a saúde mental e a qualidade de vida das pessoas transexuais no Brasil. Também é crucial examinar a eficácia de intervenções específicas e a evolução das condições de saúde mental ao longo do tempo.

A discriminação, o acesso limitado aos serviços de saúde mental e a alta prevalência de transtornos mentais são desafios críticos que requerem a atenção de pesquisadores, profissionais de saúde e formuladores de políticas. Esta discussão crítica e científica ressalta a importância da pesquisa contínua, políticas inclusivas e programas de intervenção para melhorar a saúde mental das pessoas transexuais no Brasil. A luta para promover a igualdade de gênero e o bem-estar psicológico dessa comunidade deve ser uma prioridade em nossa sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam uma alta prevalência de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e ideação suicida, entre pessoas transexuais no Brasil. Isso é motivo de preocupação e demanda ações direcionadas para abordar essa questão. Uma das medidas eficazes consiste no desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento de transtornos mentais, com ênfase na detecção precoce e no apoio psicoterapêutico.

Além disso, a discriminação e o estigma têm um impacto significativo na saúde mental das pessoas transexuais, frequentemente levando a transtornos mentais e minando sua resiliência. A sociedade precisa investir em educação pública para reduzir o estigma e a discriminação, bem como em campanhas de conscientização para promover a aceitação da diversidade de gênero.

Assim, é essencial abordar o acesso limitado a serviços de saúde mental adequados para pessoas transexuais no Brasil, que muitas vezes é limitado devido a preconceitos e falta de compreensão por parte dos profissionais de saúde. A capacitação desses profissionais e o desenvolvimento de políticas que garantam o acesso igualitário a serviços de saúde mental são medidas cruciais. Além de desenvolver programas de intervenção preventiva que abordem os fatores de risco identificados, com foco na promoção do bem-estar psicológico e na redução do sofrimento mental. Portanto, a luta para promover a igualdade de gênero e o bem-estar psicológico dessa comunidade deve ser uma prioridade em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. **Boletim n. 02/2020**. Assassinatos contra Travestis e Transexuais em 2020.

BARBOSA, F. *et al.* Acesso a Tratamento de Saúde Mental por Pessoas Transexuais no Brasil. **PSI UNISC**, v. 6, n. 2, p.139-157. 2017.

BARRIENTOS, J.; SAIZ, J. L.; GÓMEZ, F.; GUZMÁN-GONZÁLEZ, M.; ESPINOZA-TAPIA, R.; CÁRDENAS, M.; BAHMONDES, J. *La investigación psicossocial actual referida a la salud mental de las personas transgénero: una mirada desde Chile*. **Psikhe**, v. 28, n. 2, p. 1-13. 2019.

BOMTEMPO, J.; MENDES, J. A. A. Risco, proteção e empoderamento na adolescência transexual: Reflexões a partir de um estudo de caso. *In*: LIMA; ANDRADE; CUNHA. **Juventudes: Pesquisas e campos de atuação** Editora CRV, 2020. p. 37-52.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria n. 2803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). **Diário Oficial da União**, 2011.

BUTLER, J. *Undoing gender*. **Routledge**. 2004.

CONNOLLY, M. D. *et al.* *The mental health of transgender youth: Advances in understanding*. **Journal of Adolescent Health**, v. 59, n. 5, p. 489–495. 2016.

DAHL, A.; GALLIHER, R. *Sexual Minority Young Adult Religiosity, Sexual Orientation Conflict, Self-Esteem and Depressive Symptoms*. **Journal of Gay & Lesbian Mental Health**, v.14, n. 4, p. 271–290. 2010.

DAVEY, Amanda *et al.* *Social Support and Psychological Well-Being in Gender Dysphoria: A Comparison of Patients With Matched Controls.* *Journal of Sexual Medicine*, v. 11, n. 12, p. 2976-2985, dec. 2014. DOI: 10.1111/jsm.12681.

GGB - Grupo Gay da Bahia. **Mortes violentas de LGBT no Brasil.** Relatório. 2017.

GRANT, J. M.; MOTTET, L.A.; TANIS, J.; HARRISON, J.; HERMAM, J. L.; KEISLING, M. ***Injustice at every turn: A report of the National Transgender Discrimination Survey.*** Washington, DC: National Center for Transgender Equality and National Gay and Lesbian Task Force, 2011.

GUZMÁN-GONZÁLEZ, M. *et al.* *Salud mental en población transgénero y género no conforme en Chile.* *Rev. Med. Chile*, v. 148, p. 1113-1120, 2020.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília. 2012.

LIMA, C. *et al.* *Acesso aos Serviços de Saúde Mental por Pessoas Transexuais no Brasil.* **PSI UNISC**, v. 7, n. 2, p.141-157, 2015.

NEMOTO, T.; BÖDEKER, B.; IWAMOTO, M.; SAKATA, M. *Practices of receptive and insertive anal sex among transgender women in relation to partner types, sociocultural factors, and background variables, AIDS Care, Psychological and Socio-medical Aspects of AIDS/HIV.* *AIDS care*, v. 26, n. 4, p. 434-440, 2014.

NEWCOMB, M. E. *et al.* *High Burden of Mental Health Problems, Substance Use, Violence, and Related Psychosocial Factors in Transgender, Non-Binary, and Gender Diverse Youth and Young Adults.* *Arch Sex Behav*, v. 49, n. 2, p. 645-659. 2020.

OLIVEIRA, G. *et al.* *Transexualidade e Tratamento de Saúde Mental no Brasil: Uma Revisão da Literatura.* **Revista Brasileira de Sexualidade**, v. 1, n. 3, p. 190, 2016.

PEREIRA, E. *et al.* *Identificação de Fatores de Risco para Transtornos Mentais em Indivíduos Transexuais Brasileiros.* **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, n. 1, p. 120-137. 2019.

PEREIRA, I. *et al.* **Estigma e Saúde Mental entre Indivíduos Transexuais em Centros Urbanos Brasileiros.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PERES, W. S. *Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania In: FAZENDO Gênero 8: corpo, violência e poder*, 2008.

RODRIGUES, J. *et al.* **Transexualidade e Vulnerabilidade Psicossocial em Indivíduos Transexuais Brasileiros.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

SÁ, J. P. M. **Tratamento da Disforia de Gênero.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Portugal. 2017

SANTOS, B. *et al.* Prevalência de Transtornos Mentais entre Pessoas Transexuais. **Diagn. Tratamento**, v. 22, n.1, p. 45-48, 2018.

SANTOS, H. *et al.* **Saúde Mental e Qualidade de Vida em Pessoas Transexuais no Brasil**. Ministério da Saúde, 2014.

SILVA, A. *et al.* Impacto da Discriminação na Saúde Mental de Transexuais. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 1, n. 2, p. 205-213, 2021.

SOUSA, D. *et al.* Avaliação da Qualidade de Vida e Bem-Estar entre Pessoas Transexuais no Brasil. **Arq. bras. psicol.**, v. 70, n. 1, 2020.

**TIPOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EXISTENTE NO MERCADO E
UTILIZADOS NOS LABORATÓRIOS DA SAÚDE UNIFAN**

***TYPES OF QUALITY CONTROL EXISTING ON THE MARKET AND USED IN
HEALTH LABORATORIES OF THE UNIFAN***

Jakeline Ferreira de Araujo Lobo

Helyandro Manoel Rodrigues

Wilson Henrique Oliveira Silva

Ana Carolina Rozal Pestana

Samuel Henrique Roque Ribeiro

RESUMO: Controle de qualidade é um conjunto de medidas destinadas a verificar a qualidade dos produtos sujeitos à vigilância, segundo a ANVISA. O objetivo deste trabalho é demonstrar os tipos de processos de gestão no controle de qualidade existentes e adotados pelos laboratórios da saúde do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), bem como as suas vantagens e desvantagens, por meio de uma revisão de literatura. Este estudo é uma revisão de literatura, que consiste em uma pesquisa de artigos selecionados nas bases de dados *NCBI*, *Scielo* e *Scopus*. Após a pesquisa primária dos artigos foram obtidos um total de 895 artigos, ao aplicar os critérios de inclusão/exclusão apenas 20 artigos foram incluídos. Foi possível observar que os métodos mais utilizados em laboratórios de pesquisa são controle documental, controle de insumos e processos, controle de detecção de erros de insumos e equipamentos, controle externo comparativo, controle interno comparativo.

PALAVRAS-CHAVE: controle de qualidade; qualidade laboratorial; ensino e pesquisa.

ABSTRACT: *Quality control is a set of measures designed to verify the quality of products subject to surveillance, according to ANVISA. The objective of this work is to demonstrate the types of quality control management processes that exist and are adopted by the health laboratories of the Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), as well as its advantages and disadvantages, through a literature review. This study is a literature review, which consists of a search for articles selected from the NCBI, Scielo and Scopus databases. After the primary search of articles, a total of 895 articles were obtained, when applying the inclusion/exclusion criteria only 20 articles were included. It was possible to observe that the most used methods in research laboratories are document control, input and process control, input and equipment error detection control, comparative external control, comparative internal control.*

KEYWORDS: *quality control; laboratory quality; teaching and research.*

1 INTRODUÇÃO

Conceituar qualidade é um desafio, pois existem amplos conceitos e esses podem variar com o passar do tempo. No âmbito da gestão, a qualidade pode ser definida como uma junção de características e propriedades de um produto, processo ou serviço que possa fornecer uma capacidade de satisfazer as necessidades explícitas ou implícitas de um cliente. O controle de qualidade é um conjunto de medidas destinadas a verificar a qualidade dos produtos sujeitos à vigilância, em que o objetivo é verificar a satisfação e os critérios de atividade, pureza, eficácia e segurança (De Arruda *et al.*, 2016; ANVISA, 2020; Lizardo, Ribeiro, 2020).

Para que o controle, segurança e a gestão da qualidade aconteçam de forma eficaz, é importante que a empresa ou órgão responsável tenha a documentação que comprove a confiabilidade dos processos, por exemplo: registro de controle de qualidade interno e externo, registros de ação corretiva de controle de qualidade, registro de auditoria interna. Além disso, a presença de profissionais capacitados, que controlam de forma sistemática de acordo com os procedimentos estabelecidos e registrados (Theodorou, Giannelos, 2014; Chandra *et al.*, 2022).

O processo de qualidade quando relacionado a laboratórios, ocorrem em três etapas distintas, que por fim, culminam para a entrega de um resultado, seja ao paciente ou ao profissional de saúde solicitante, essas etapas são: pré-analítica (preparo do paciente e identificações), analítica (qualificação e materiais adicionais) e por fim pós-analítica (transcrições de resultados e laudos). A qualidade laboratorial tem sua garantia nas etapas de análise (Lima-Oliveira *et al.*, 2017; Plebani, 2018).

Este artigo tem como objetivo demonstrar os tipos de processos de gestão no controle de qualidade existentes e adotados pelos laboratórios da saúde do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), por meio de uma revisão de literatura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico do controle de qualidade

A garantia da qualidade de um produto foi introduzida em indústrias e comércios antes mesmo da Revolução Industrial em 1760, e os produtos tinham que ser inspecionados junto

ao cliente, e alí, era verificado se havia algum defeito ou falha na produção. Ao passar da Revolução Industrial, este cenário mudou, foram criados departamentos especializados para cada etapa de produção.

O controle de qualidade apura a qualidade do produto final, assegura que está dentro dos padrões exigidos por meio de uma análise padronizada. A garantia de um produto em excelência deve manter o controle em qualidade de todo o processo de produção, e também do produto final, ao manter o constante aprimoramento dos setores da instituição ou organização, reduzir o tempo de produção do laudo, minimizar o desperdício de materiais, manter a padronização do procedimento, a qualidade do ambiente, dos insumos utilizados e consequentemente do produto final.

2.2 Controle e gestão de qualidade em laboratório de saúde

A gestão eficaz dos laboratórios depende de uma compreensão dos princípios de controle de qualidade e garantia do produto. Quando usados de forma eficaz, estes processos reduzem o risco da emissão de laudos não confiáveis aos pacientes e promovem a melhoria da qualidade. Os laboratórios cientes das diretrizes visam reduzir acidentes e estabelecer um diagnóstico com uma boa interpretação dos resultados (Badrik, 2021).

Uma abordagem comum na gestão de qualidade é a implementação de sistemas baseados em normas reconhecidas internacionalmente, como a ISO 9001. A Norma Regulamentadora nº 6, com última alteração dada pela Portaria n. 877, de 24 de outubro de 2018, informa sobre o uso dos EPIs (equipamentos de proteção individual) a todo indivíduo que trabalha em um ambiente de risco e o modo de utilização desses equipamentos, para evitar ameaças a sua segurança e consequentemente a sua saúde.

Alguns riscos presentes na prática laboratorial é a utilização de perfurocortantes como tesouras, agulhas, pinças, bisturis que podem levar ao indivíduo a se contaminar ou mesmo se ferir. A manipulação de substâncias voláteis, sem a utilização de um exaustor e de uma máscara, pode resultar na contaminação do ambiente e na inalação de tais substâncias, e levar a intoxicação desse trabalhador (Pimentel; Thomé, 2021).

O controle de qualidade em laboratórios de saúde verifica aspectos internos e externos, que tem o objetivo de validar ou não os resultados qualitativos e quantitativos, ou seja, completos e sem erros. Nesta avaliação, observam-se os manuais de equipamentos, procedimentos, fluxogramas e políticas do próprio laboratório. O Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ) é um conjunto de ações que visam garantir a precisão dos

resultados e a verificação dos parâmetros que continuamente intervêm no processo. Este deve ser constante e permanente em todas as atividades do laboratório (Santos; Trevisan, 2021).

As atividades laboratoriais são divididas em três fases: a pré-analítica, que consiste no preparo do paciente, identificação, coleta, processamento e armazenamento; fase analítica, que é a execução dos testes e a interpretação dos resultados, durante a qual são analisados os métodos utilizados antes de entrar na rotina quanto ao tipo de amostra, duração do teste, exatidão, precisão, sensibilidade dos resultados; e pós-analítica, que se inicia após a análise quantitativa e/ou realização de análises qualitativas dos resultados obtidos e finaliza com a apresentação de um relatório (Santos; Trevisan, 2021).

O esperado em uma equipe de profissionais capacitados é observar, projetar experimentações, testar rapidamente e propor soluções. Criar gerenciamento de projetos fortes, habilidades em análise de dados, comunicação e facilitação, treinar especialistas em métodos de inovação, que tenham características como empatia profissional e colaboração. A equipe é composta por profissionais com experiência (ANVISA, 2005).

3 METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão de literatura, que consiste em uma pesquisa de artigos nas bases de dados *NCBI (National Center for Biotechnology information)*, *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* e *Scopus*. Durante a pesquisa aplicou-se os descritores combinados (Decs/Mesh): *Quality management OR Quality control OR Quality AND laboratory OR university laboratory OR research Center AND NO laboratory clinic NOT “review” NOT “meta-analysis” NOT “case report”* e obteve-se uma quantidade de 895 artigos.

Os critérios de exclusão foram: artigos com mais de cinco anos de publicação, artigos de revisão de literatura, revisão sistemática, ciênciometrias, meta-análises, artigos com qualquer objetivo que não se relacionasse na aplicação do controle de qualidade em laboratório universitário ou de ensino e pesquisa. Para análise e processamento dos dados, serão utilizados os aplicativos do Excel[®].

4 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Após a pesquisa primária, foi obtido um total de 895 artigos. Ao realizar a leitura dos títulos e resumos dos artigos, foram excluídos 770 artigos e, assim, obteve-se 125 artigos. Foi realizada a leitura dos artigos na íntegra e excluídos 105 artigos, totalizando 20 artigos condizentes com os critérios de inclusão/exclusão. O intuito da utilização deste método foi de impedir possíveis inconsistências e manter a qualidade dos dados. O Quadro 1 descreve os diferentes métodos de controle de qualidades com as vantagens e desvantagens de cada um.

Quadro 1 - Descrição de diferentes métodos de controle de qualidades

AUTOR/ ANO	MÉTODO	APLICAÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Hewera <i>et al.</i> , 2020	Software eLabFTW	Controle Documental	Criptografia forte e base de código moderna (somente ELN com classificação A+ no observatório da Mozilla), carimbo de data e hora de experimentos compatível com RFC 3161, desenvolvido pela comunidade por meio de voluntários (por cientistas, para cientistas) e compatível com todos os navegadores comuns (também móveis).	Todos os colaboradores envolvidos devem conhecer de informática avançada.
Dong <i>et al.</i> , 2021	Capacidade potencial do processo (C_p) e Capacidade efetiva do processo (C_{pk})	Avaliação de insumos e processos	Descobrem problemas com ensaios por meio de análises abrangentes de ambos os parâmetros coletados de laboratórios de cadeia e comparando C_p e C_{pk} entre dados coletados de um único centro e os valores padrão nos 20% principais. Melhora a precisão e a veracidade dos testes.	Pode ser influenciada pelas especificações de qualidade dos laboratórios envolvidos na comparação, a divisão artificial de “outliers” nas estatísticas e o número de laboratórios no grupo de comparação, falso positivo, ou falso negativo ocorreria. É necessário Software comercial como Unity Real Time.
Poh <i>et al.</i> , 2021	Média móvel simples, média móvel ponderada, média móvel ponderada exponencialmente	Controle e detecção de erros de equipamentos e insumos	A partir dos gráficos da função potência, em comparação com as regras de Westgard, todos os três algoritmos de média móvel apresentaram melhor probabilidade de detecção de erros. Além disso, eles também tiveram ANEed mais baixo em comparação com as regras de Westgard. As taxas de falsos positivos foram comparáveis entre os algoritmos de média móvel e as regras de Westgard (todos <0,5%).	Avaliação única pode possibilitar viés de erro em detrimento da variação de lote de equipamentos e insumos.

Chung, C. Y. <i>et al.</i> , 2022	Precisão de emparelhamento de cadeia e monitoramento de contaminação cruzada de amostras	Controle interno comparativo	Metodologia simples com uso de duas alíquotas com duas amostras clonais de tecidos diferentes. Além disso, elaboração de banco de dados para pesquisas futuras; Ex.: Utilização de métodos de reprodução celular.	Compromisso estatístico por conta das amostras não serem clones reais; Risco de contaminação por PCR, colocando em risco todo o controle de qualidade de uma pesquisa; necessidade de pessoal especializado para criação de um banco de dados.
Gravano <i>et al.</i> , 2020	Controle remoto de qualidade de laboratórios de recursos compartilhados	Controle de equipamentos	Independência e transparência com o cliente, possibilidade de autoatendimento do cliente e uma menor quantidade de pessoal no laboratório. Possibilidade de promover o controle de qualidade de forma compartilhada.	Dependência de múltiplos meios de comunicação; Disponibilização de POP's escritos e em vídeo para treinamento de pessoas para autoatendimento.
Verdeio <i>et al.</i> , 2019	Avaliação externa e controle de qualidade em laboratório	Controle externo comparativo	Minimiza o risco de erros por meio de várias avaliações de um mesmo material por laboratórios diferentes, dessa forma diversos avaliadores externos podem apresentar suas análises que devem apresentar uma reprodutibilidade dos resultados da amostra em questão.	Criação de uma equipe de laboratórios diferentes para análises de materiais para verificação de reprodutibilidade. Necessidade de disponibilização de protocolos padrões para todos os laboratórios participantes e mostras avaliadas. Cuidado na fase pré-analítica como transporte e armazenamento das amostras para garantir reprodutibilidade de resultados.
López <i>et al.</i> , 2021	Biomonitorização humana com objetivo de criar uma rede de laboratórios que forneçam dados analíticos comparáveis de alta qualidade	Comparação de biomarcadores de um mesmo indivíduo em laboratórios distintos	Considerada padrão ouro para avaliar exposição real a contaminantes, compartilhamento de informações de pacientes com laboratórios interligados.	Ausência de uma plataforma comum de laboratórios de biomonitoramento humano para padronização de protocolos; Poucos fornecedores de testes de proficiência para biomarcadores HBM; Dados fragmentados e ainda pouco comparáveis.

Fonte: autoria própria.

Hewera *et al.* (2020) implementaram o *Software eLabFTW*[®], banco de dados para os procedimentos e processos do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e armazenamento digital de diários de laboratório, como um controle documental. Neste software foi introduzido Procedimentos Operacionais Padrão (POP's) e documentos do laboratório, bem como um biobanco gerenciado pelos servidores. O grande problema com o *software* e sua implementação é o treinamento e costume dos colaboradores, pois é necessário que cada informação seja fidedigna.

Dong e colaboradores (2021) estabeleceram uma nova forma de avaliação da precisão e da veracidade dos ensaios e testes. O convencional é a implantação do controle interno baseado no coeficiente de variação (CV) usando as ferramentas de regras padrão de Westgard, ou do controle externo, ensaio de proficiência. Assim, implementaram o índice de Capacidade potencial do processo (Cp) e índice de Capacidade efetiva do processo (Cpk). Pois, como já relatado por Aslam e colaboradores (2013), quanto maior forem os valores dos índices de capacidade do processo, maior será número de produtos que podem ser produzidos dentro das especificações permitidas.

Em contrapartida, Poh e colaboradores (2021) utilizaram outra metodologia para avaliar a precisão e a veracidade dos ensaios. A aplicação de um algoritmo SMA (média móvel) que melhorou a detecção sistemática de erros em comparação com as regras de Westgard. A aplicação de algoritmos SMA pode simplificar a estratégia de controle interno da qualidade dos laboratórios.

Cheng-Yu *et al.* (2022) testaram dois métodos de reprodução celular com o uso do controle interno comparativo. Um simples com uso de duas alíquotas com duas amostras clonais de tecidos diferentes. Além disso, elaboração de banco de dados para pesquisas futuras.

Gravano *et al.* (2020) descreveram uma forma de realizar um controle de qualidade efetivo em casos de redução de quadro de colaboradores presenciais (como na pandemia de COVID-19). Expõem a ideia de autoatendimento do consumidor a fim de reduzir a morosidade do processo, por meio de um treinamento da empresa de forma rápida e intuitiva por meio de POP's escritos e vídeos. Há também a necessidade de oferta de um suporte remoto e em último caso presencial, para que de forma alguma o cliente faça algo que não é esperado pela equipe laboratorial.

Verderio *et al.* (2019) apresentaram um esquema de avaliação externa da qualidade nas quais uma rede de laboratórios realizou uma análise de um mesmo material e com padronização de valores de referência. Forma ideal para verificação da qualidade analítica e

reprodutível, para que essa metodologia seja realizada com eficácia é necessária a idealização de um protocolo padrão para que todos os laboratórios envolvidos na avaliação externa de qualidade tenham as mesmas condições de análise. É necessário ainda um banco de dados para comparação dos resultados das amostras examinadas e que a comparação de resultados seja realizada de forma periódica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, foram evidenciados os métodos de controle de qualidade que podem ser aplicados a laboratórios de ensino e pesquisa, a exemplo de métodos comparativos de amostra, que tem grande confiabilidade de resultados. Evidenciou-se que os métodos mais utilizados em laboratórios de pesquisa são controle documental, controle de insumos e processos, controle de detecção de erros de insumos e equipamentos, controle externo comparativo, controle interno comparativo. Assim, todos esses métodos realizados de forma sistemática garantem resultados confiáveis.

REFERÊNCIAS

- ASLAM, M. *et al.* Inspeção de amostragem variável para lotes reenviados com base no índice de capacidade do processo Cpk para itens normalmente distribuídos. **Modelo matemático de aplicação**, v. 37, p. 667-675, 2013.
- BADRICK, T. Integrando controle de qualidade e garantia de qualidade externa. **Revista Clinical biochemistry**, v. 95, p 15-27, 2021.
- BERLITZ, F. A. Controle da qualidade no laboratório clínico: alinhando melhoria de processos, confiabilidade e segurança do paciente. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, v. 46, n. 5, p. 353-363, 2010.
- CHANDRA. S. *et al.* Analytical and Post Analytical Phase of an ISO 15189:2012 Certified Cytopathology Laboratory-A Five Year Institutional Experience. **J Cytol.**, v. 39, p. 37-43, 2022.
- CHUNG, C. Y. *et al.* Quality Control: Chain Pairing Precision and Monitoring of Cross-Sample Contamination: A Method by the AIRR Community. **Methods Mol Biol.**, v. 2. p. 423-437, 2022.

DE ARRUDA, A. I. B. *et al.* Análise da gestão da qualidade em uma indústria de alimentos em Caruaru - PE: estudo sobre a utilização das ferramentas da qualidade. **Encontro Nacional De Engenharia De Produção**, [S. L.], p. 35-55, 3 out. 2016.

DIAS, V. S.; BARQUETTE, F.; BELLO, A. R. Padronização da qualidade: alinhando melhorias contínuas nos laboratórios de análises clínicas. **RCBAC**, v. 49, n. 2, p. 164-169, 2017.

DONG, P. *et al.* *Utility of process capability indices in assessment of quality control processes at a clinical laboratory chain.* **J Clin Lab Anal.** v. 35, p. e23878, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/journal/10982825?journalRedirectCheck=true>. Acesso em: 02 mar. 2023.

GRAVANO, D. M. *et al.* *Solutions for Shared Resource Lab Remote Quality Control and Instrument Troubleshooting during a Pandemic.* **Cytometry A.**, v. 99, n. 1, p. 51-59, 2021.

HEWERA, M. N. A. C. *et al.* *An inexpensive and easy-to-implement approach to a Quality Management System for an academic research lab.* **F1000Res.**, v. 30, p. 660, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-390-de-26-de-maio-de-2020-258911913>. Acesso em: 02 mar. 2023.

LIMA-OLIVEIRA, G. *et al.* Pre-analytical phase management: a review of the procedures from patient preparation to laboratory analysis. **Scand J Clin Lab Invest.** v. 77, p. 153-163, 2017.

LIZARDO, C.; RIBEIRO, P. A importância da gestão da qualidade e aplicação das suas ferramentas na logística com vista à satisfação dos clientes. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 28, p. 3-28, 31 jul. 2020.

LÓPEZ, E. M. *et al.* *The European human biomonitoring platform - Design and implementation of a laboratory quality assurance/quality control (QA/QC) programme for selected priority chemicals.* **Int J Hyg Environ Health**, v. 234, n. 1, p. 51-59, 2021.

OLIVEIRA, A. *et al.* Desempenho das Funções dos Técnicos Coordenadores de Análises Clínicas e de Saúde Pública da Sub-Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. **Bioanálise**, ano II, n. 2, 2005.

PIMENTEL, R. M. S.; THOMÉ, S. M. G. Equipamento de Proteção Individual na educação profissional: sensibilizar para prevenir acidentes e promover saúde. **Revista Sustinere**, v. 9, p. 514-536, 2021.

PLEBANI, M. *Clinical laboratory: bigger isn't always better.* **Diagnosis**, v. 5, p. 41-46, 2018.

PLEBANI, M. *The quality indicator paradox.* **Clin ChemLab Med.**, v. 54, p. 1119-1122, 2016.

POH, D. K. H. *et al.* *Internal quality control: Moving average algorithms outperform Westgard rules.* **Clin Biochem.**, v. 98, p. 63-69, 2021.

RESOLUÇÃO RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005. Dispõe sobre regulamento técnico para funcionamento de laboratórios clínicos. Brasília (DF): **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2005.

SANTOS, K. A; TREVISAN, M. A importância do controle de qualidade nos laboratórios de análises clínicas – Uma revisão integrativa. **PubSaúde**, n. 1, p. a168, 2021. Disponível em: <https://pubsaude.com.br/>.

THEODOROU, D.; GIANNELLOS. P. *Medical laboratory quality systems - a management review*. **Int J Health Care Qual Assur.**, v. 28, p. 267-73, 2015.

VERDERIO, P. *et al. Methodological and statistical issues in developing an External Quality Assessment scheme in laboratory medicine: Focus on biomarker research*. **N Biotechnol.**, v. 52, n. 25, p. 54-59, 2019.

**ESTUDO DA CONTINUIDADE DOS PACIENTES AO TRATAMENTO DA
DOENÇA FALCIFORME NA TRANSIÇÃO PEDIÁTRICO-ADULTO**

***STUDY OF THE PATIENTS CONTINUITY IN TREATMENT FOR SICKLE
CELL DISEASE IN THE PEDIATRIC-ADULT TRANSITION***

Marinaldo Soares Leite
Ravenna Resende Novais Souza
Laísa Minely Ferreira Nunes
Daniel Rodrigues Silva Filho

RESUMO: A Doença Falciforme (DF) é um clássico exemplo de hemoglobinopatia, caracterizada pelos eritrócitos em forma de foice. No Brasil, estima-se que 4% da população brasileira tenha o traço falciforme e que 25.000 a 50.000 pessoas tenham a doença. O objetivo deste trabalho foi apresentar intervenções que corroborem para melhor adesão ao tratamento de adolescentes e jovens adultos com DF durante a transição pediátrico-adulto. Foi realizada uma revisão sistemática com base no banco de dados da LILACS e Medline. Mesmo que a transição pediátrico-adulto na DF seja alvo de pesquisa, é nítido que ela é pouco vivenciada na prática. Essa deficiência leva a menor adesão ao tratamento, expondo esse grupo a um maior risco de complicações da doença. Apesar de tantas ferramentas disponíveis, a transição pediátrico-adulto ainda é pouco abordada. É de suma importância que esse tema seja alvo de discussões durante as consultas de rotina.

PALAVRAS-CHAVE: Doença Falciforme; adesão; transição.

ABSTRACT: *Sickle cell disease (SCD) is a classic example of hemoglobinopathy, characterized by sickle-shaped erythrocytes. In Brazil, it is estimated that 4% of the Brazilian population has the sickle cell trait and that 25,000 to 50,000 people have the disease. The objective of this work was to present interventions that support better adherence to treatment for adolescents and young adults with SCD during the pediatric-adult transition. A systematic review was carried out based on the LILACS and Medline database. Even though the pediatric-adult transition in SCD is the subject of research, it is clear that it is rarely experienced in practice. This deficiency leads to lower adherence to treatment, exposing this group to a greater risk of complications from the disease. Even with so many tools available, the pediatric-adult transition is still little addressed. It is extremely important that this topic is discussed during routine consultations.*

KEYWORDS: *Sickle Cell Disease; accession; transition.*

1 INTRODUÇÃO

A Doença Falciforme (DF) é um clássico exemplo de hemoglobinopatia, caracterizada pelos eritrócitos alongados e em forma de foice ou meia-lua, devido a uma mutação na cadeia beta da hemoglobina. A troca de um ácido glutâmico (hidrofílico) por uma valina (hidrofóbico) na posição 6 no gene, transforma a hemoglobina A (HbA), normal, na hemoglobina S (HbS) (Zago; Falcão; Pasquini, 2014).

A DF é uma doença hereditária monogênica muito comum em países com alta prevalência de afrodescendentes. No Brasil, estima-se que 4% da população brasileira tenha o traço falciforme e que 25.000 a 50.000 pessoas tenham a doença (Brasil, 2018). A principal manifestação da doença falciforme é a crise dolorosa, causada pela vaso-oclusão e constitui a maior causa das hospitalizações (Freitas *et al.*, 2018).

O diagnóstico precoce por meio da triagem neonatal, também conhecido como “teste do pezinho”, é essencial para aumentar a sobrevida dos doentes. Também existe a eletroforese de hemoglobinas, que consiste na distinção de diferentes hemoglobinas presentes no sangue periférico, padrão-ouro no diagnóstico da doença falciforme (Oliveira Junior *et al.*, 2011).

O acompanhamento regular é essencial para o tratamento da doença falciforme, assim tanto o médico quanto o paciente consegue ter um controle das crises agudas e da doença em geral, por meio de análises como: hemograma, contagem de reticulócitos, hemoglobina fetal (HbF), avaliação de função renal e hepática, dosagem de ferro e ferritina, sorologias e outros (Brasil, 2018).

Diante disso, essas avaliações clínicas periódicas devem ocorrer da infância até a terceira idade. No entanto, observa-se que durante a transição pediátrico-adulto, que ocorre entre adolescentes e adultos jovens, é comum a falta de adesão ao tratamento, às consultas médicas e ao seguimento das orientações gerais, caracterizando um período de alto risco, com aumento da morbimortalidade dos pacientes (Hoegy *et al.*, 2022). Na percepção de Smaldone *et al.* (2018), os papéis adquiridos pelos jovens e pelos pais na autogestão mudam durante a infância e adolescência e a responsabilidade pela autogestão trespassa dos pais para os jovens. O manejo de doenças crônicas muitas vezes piora durante a adolescência, quando os jovens assumem mais responsabilidade pela autogestão.

Contudo, a falta de seguimento às consultas médicas está ligada à falta de adesão à Hidroxiureia (HU) – principal medicação modificadora da DF com eficácia comprovada – e a piores resultados de saúde, tais como internações, transfusões e sequelas irreversíveis (Creary *et al.*, 2019).

O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão sistemática a fim de apresentar intervenções que corroborem para melhor adesão ao tratamento de adolescentes e jovens adultos com doença falciforme durante a transição pediátrico-adulto, além de investigar fatores que influenciam na adesão do seguimento do tratamento nessa faixa etária.

2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão sistemática, metodologia que permite a análise aprofundada de estudos já publicados como referência para o início de uma nova pesquisa. É uma linha de pesquisa que tem como objetivo reunir artigos semelhantes de vários autores e realizar uma análise estatística, uma pesquisa secundária, que utiliza estudos primários para fazer a análise crítica da literatura (Galvão; Pereira, 2014).

As bases de dados usadas na pesquisa foram a LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Medline (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica), com os descritores em inglês: “*sickle cell disease*” e “*adherence to treatment*”, unidos pelo operador booleano “AND”. Os critérios de inclusão para a seleção da amostra foram artigos publicados em português e/ou inglês entre 2018 e 2023, sendo eles: ensaios clínicos randomizados e estudos observacionais conduzidos com participantes humanos, disponibilizados gratuitamente na íntegra e que abordavam o tema do estudo após a leitura dos títulos e dos resumos. Além disso, artigos duplicados, que não fossem ensaios clínicos e/ou estudos observacionais e com participantes com idade maior que 25 anos, foram excluídos.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Foram encontrados um total de 7 artigos envolvendo 295 participantes, que incluíram tanto pacientes com DF quanto seus cuidadores/pais. A idade dos pacientes desses estudos varia de 12 a 25 anos.

Dentre os artigos analisados, a adesão ao tratamento foi medida por meio de marcadores laboratoriais (HbF, Volume corpuscular médio), auto relatos sobre qualidade de vida e doença e prescrição eletrônica de hidroxiureia.

Cada artigo trouxe um recurso de estudo com o objetivo de melhorar a adesão ao tratamento dos pacientes com DF, voltados principalmente para a faixa etária com menor adesão, adolescentes e adultos jovens. Por meio do trabalho de Badawy *et al.* (2017), no qual analisou 34 pacientes com DF em uso de HU, entre 12 e 18 anos, estimou-se que 75% dos adolescentes não aderem ao HU (Creary *et al.*, 2019), e a não adesão a medicamentos e as consultas periódicas trazem diversas consequências para a qualidade de vida do paciente. Todos eles dispuseram de resultados significativos, como maior adesão à hidroxiureia e aumento na frequência às consultas, diminuição das crises dolorosas e, como efeito, melhor bem-estar.

Estudos prévios demonstram que houve uma queda de 50% nas frequências de hospitalização, crises dolorosas, síndrome torácica aguda e necessidade de transfusões em pacientes que fazem uso da HU (Zago, 2014). Portanto, a adesão aos cuidados médicos é essencial para o prognóstico do paciente e para a melhoria dos resultados de saúde (Hoegy *et al.*, 2022).

No entanto, pesquisas indicam que aproximadamente metade dos adolescentes com anemia falciforme não aderem à hidroxiureia. Creary *et al.* (2019) asseveram que apenas 75% das crianças em uso de hidroxiureia e apenas 61% de todas as crianças com DF atendem à frequência recomendada de consultas anualmente.

Esses dados chamam atenção para um período muito importante das doenças crônicas, incluindo a DF, a transição do cuidado pediátrico para o adulto. Esse espaço de tempo, na maior parte dos pacientes, não é planejado, contribuindo para altas taxas de morbidade e mortalidade nessa faixa etária (Viola *et al.*, 2021).

Hoegy *et al.* (2022) descreveram a transição como todo o processo de ensinar a independência dos cuidados de saúde para adultos jovens, preparar para a transferência e garantir sua conclusão. Nesse processo, os cuidadores se distanciam e os pacientes desenvolvem um papel ativo e se tornam autônomos e responsáveis por sua própria saúde à medida que envelhecem.

Além da falta de preparo, existem outros diversos fatores que contribuem para a baixa adesão ao tratamento durante a transição. Dentre eles, esquecer de tomar a medicação, conhecimento insuficiente do histórico de saúde e funcionamento e benefícios da medicação, baixa capacidade de autogerenciamento, dificuldade em deixar os serviços pediátricos, falha na comunicação com os pais e inúmeros outros fatores podem ser tornar barreira no tratamento (Creary *et al.*, 2019; Curtis *et al.*, 2019; Smaldone *et al.*, 2019; Viola *et al.*, 2021).

Hoegy *et al.* (2022) pontuam que durante as entrevistas, vários pacientes e profissionais da saúde informaram sobre as diferenças encontradas entre os serviços pediátrico e adulto. Os pacientes relataram que no serviço pediátrico eram mimados, havia diferentes atividades de lazer durante as internações, a relação médico-paciente era direcionada aos cuidadores e referem que no serviço para adulto, os profissionais levam maior tempo para considerarem a dor dos pacientes, em comparação aos dos pediátricos.

Assim, é evidente que existem diversos obstáculos na adesão ao tratamento. Contudo, é fundamental pontuar fatores que viabilizam uma adesão ideal, por exemplo, criar uma rotina, definir lembretes, ter apoio social (amigos, escola) e o mais relevante de todos, a boa relação familiar. Além do mais, construir uma comunicação familiar eficaz tende a ser um passo importante para reduzir o não seguimento ao tratamento, porque possibilita abordar e resolver problemas, fornecer e receber instruções, além de construir e reforçar lembretes e rotinas (Klitzman *et al.*, 2018; Curtis *et al.*, 2019; Morrone *et al.*, 2021).

A partir do que foi apresentado, diversas ferramentas foram estudadas nesse grupo alvo com o intuito de melhorar a adesão aos medicamentos e as consultas durante a transição pediátrico-adulto.

Klitzman *et al.* (2018) trazem que as famílias que seguem rotinas provavelmente são mais capazes de integrar e concluir as tarefas de tratamento recomendadas em suas outras atividades programadas, associado a uma comunicação mais aberta entre pais e filhos.

Smaldone *et al.* (2018; 2019), por meio de dois trabalhos, acompanharam os benefícios agregados ao inserir Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e mensagens de texto personalizadas no dia-a-dia dos pacientes.

Creary *et al.* (2019) demonstram como os adolescentes e seus cuidadores se portam frente às tarefas de tratamento, examinam a adesão à HU e descrevem como a atribuição de responsabilidade ao adolescente é muitas vezes deixada de lado.

Curtis *et al.* (2019) criaram sua intervenção após estabelecer conhecimento teórico e evidências. Todo esse conhecimento sustentou o design e desenvolvimento de um aplicativo para apoiar os pacientes. O APP envolve técnicas de mudança de comportamento, automonitoramento, suporte social e informações sobre antecedentes pessoais.

Viola *et al.* (2021), com o propósito de facilitar a transição da saúde pediátrica para a adulta, avaliaram a viabilidade e aceitabilidade ao parear um adolescente/adulto jovem com doença falciforme a um mentor estudante de medicina. Os estudantes de medicina trabalhavam como mentores, por meio de vídeo chamadas e mensagens de texto semanais por

WhatsApp. Os participantes apontaram que a idade semelhante tornava o mentor alguém identificável e que viam como uma grande oportunidade para aprender uns com os outros.

Embora existam diversos estudos sobre fatores que interferem na adesão e ferramentas criadas com o objetivo de melhorar o mesmo, a transição pediátrico-adulto é pouco vivenciada e discutida na prática. É mais que necessário trazer o tema à tona durante as consultas, ainda durante a infância.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, evidencia-se que adolescentes e jovens adultos possuem diversos fatores que podem interferir na adesão ao tratamento da DF, principalmente ao longo da transição dos cuidados pediátrico-adulto.

No intuito de melhorar a adesão entre essa faixa etária, diferentes intervenções foram elaboradas. No entanto, mesmo com tantas ferramentas disponíveis, a transição pediátrico-adulto ainda é pouco abordada e quando abordada, de forma tardia e mal planejada.

Logo, é de suma importância que esse tema seja alvo de discussões entre o médico, os cuidadores e a criança durante as consultas de rotina, tornando possível escolher de antemão a ferramenta que melhor se adequa ao paciente durante esse período de alto risco.

REFERÊNCIAS

BADAWY, Sherif M. *et al.* Adherence to hydroxyurea, health-related quality of life domains, and patients' perceptions of sickle cell disease and hydroxyurea: a cross-sectional study in adolescents and young adults. *Health and quality of life outcomes*, v. 15, n. 1 136. 5 Jul. 2017. DOI:10.1186/s12955-017-0713-x. Disponível em: <https://hqlo.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12955-017-0713-x>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Doença Falciforme**. Brasília, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2018/poc0005_22_02_2018.html. Acesso em: 16 abr. 2023.

CREARY, Susan E. *et al.* Allocation of Treatment Responsibility and Adherence to Hydroxyurea Among Adolescents With Sickle Cell Disease. *Journal of pediatric psychology*, v. 44, n. 10, p. 1196-1204, 2019. DOI:10.1093/jpepsy/jsz061. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6823103/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

- CURTIS, Kristina *et al.* *A Medication Adherence App for Children With Sickle Cell Disease: Qualitative Study.* **JMIR mHealth and uHealth**, v. 7, n. 6, p. e8130, 18 Jun. 2019. DOI:10.2196/mhealth.8130. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6604509/>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- FORTINI, Rafael Gravina. **Prática educativa com pessoas que vivem com anemia falciforme: uma reflexão dialógica.** 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Cuidado em Saúde) - Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9054>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- FREITAS, S. L. F. de *et al.* *Quality of life in adults with sickle cell disease: an integrative review of the literature.* **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 195-205, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cJzWZWwgBzZXmJGRP3yBm5x/abstract/?lang=en>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 maio 2023.
- HOEGY, Delphine *et al.* *Pediatric-Adult Care Transition: Perceptions of Adolescent and Young Adult Patients with Sickle Cell Disease and Their Healthcare Providers.* **Patient preference and adherence**, v. 16, p. 2727-2737, 1 Oct. 2022. DOI:10.2147/PPA.S377236. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9534149/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- KLITZMAN, Page H. *et al.* *Behavioral and Pharmacological Adherence in Pediatric Sickle Cell Disease: Parent-Child Agreement and Family Factors Associated With Adherence.* **Journal of Pediatric Psychology**, v. 43, n. 1, Jan./Feb. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsx077>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- MORRONE, Kerry A. *et al.* *Efficient Clinical Counseling for Sickle Cell Disease.* **Journal of the National Medical Association**, v. 113, n. 4, p. 382-387, 2021. DOI:10.1016/j.jnma.2021.01.006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8368067/>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- OLIVEIRA JUNIOR, Roosevelt Santos *et al.* Perfil das internações por pneumonia em crianças portadoras de anemia falciforme em hospital pediátrico de Salvador. **Revista Baiana Pediatría**, Salvador- BA, v. 5, n. 1, p. 4, set. 2011. Disponível em: <http://www.sobape.com.br/revistas/Revista-baiana-de-pediatria-vol-5-n-1-2011%20ISSN%201806-7085.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- SMALDONE, Arlene *et al.* *HABIT efficacy and sustainability trial, a multi-center randomized controlled trial to improve hydroxyurea adherence in youth with sickle cell disease: a study protocol.* **BMC pediatrics**, v. 19, n. 1, p. 354. 15 Oct. 2019. DOI:10.1186/s12887-019-1746-6. Disponível em: <https://bmcpediatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12887-019-1746-6>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SMALDONE, Arlene *et al.* *HABIT, a Randomized Feasibility Trial to Increase Hydroxyurea Adherence, Suggests Improved Health-Related Quality of Life in Youths with Sickle Cell Disease. The Journal of pediatrics*, v. 197, p. 177-185.e2, 2018.

DOI:10.1016/j.jpeds.2018.01.054. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5970970/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

VIOLA, Adrienne S. *et al.* *Feasibility of Medical Student Mentors to Improve Transition in Sickle Cell Disease. Journal of pediatric psychology*, v. 46, n. 6, p. 650-661, 2021.

DOI:10.1093/jpepsy/jsab031. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8291672/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

ZAGO, Marco Antonio; FALCÃO, Roberto Passetto; PASQUINI, Ricardo. **Tratado de Hematologia**. São Paulo: Atheneu, 2014.

DADOS BRUTOS DO POTENCIAL GENOTÓXICO DO TOCILIZUMABE

RAW DATA ABOUT THE GENOTOXIC POTENTIAL OF THE TOCILIZUMAB

Aroldo Vieira de Moraes Filho

Lílian Carla Carneiro

Isabela da Rosa Borges

Luiz Guilherme Oliveira Fontoura

Murillo de Sousa Pinto

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi avaliar o potencial genotóxico causado pela administração do medicamento Tocilizumabe utilizado para combater a COVID-19. Para isso, foram realizados no Ensaio Cometa, o Teste Micronúcleo e Ensaios de Biologia Moleculares em camundongos. A partir disso, conclui-se que o Tocilizumabe pode alterar a expressão de genes ligados ao controle de tumores, principalmente a p53. Por outro lado, no Teste de Micronúcleo, apenas o grupo G3 de 48 horas apresentou alterações significativas. Ademais, o Teste de Cometa relatou significativas disparidades quando comparado o grupo negativo e os grupos em que o Tocilizumabe foi administrado. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de desenvolvimento de mais pesquisas que investiguem os efeitos negativos da administração deste medicamento, de forma que os tratamentos farmacológicos possam apresentar mais benefícios do que prejuízos para a saúde do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19; mutagênese; testes moleculares.

ABSTRACT: *The objective of this work was to evaluate the genotoxic potential caused by the administration of the drug Tocilizumab used to combat COVID-19. To this end, the Comet Test, the Micronucleus Test and Molecular Biology Tests were carried out in mice. From this, it is concluded that Tocilizumab can alter the expression of genes linked to tumor control, mainly p53. On the other hand, in the Micronucleus Test, only the 48-hour G3 group showed significant changes. Furthermore, the Comet Test reported significant disparities when comparing the negative group and the groups in which Tocilizumab was administered. In this sense, there is a need to develop more research that investigates the negative effects of administering this medication, so that pharmacological treatments can present more benefits than harm to the patient's health.*

KEYWORDS: Covid-19; mutagenesis; molecular tests.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 provocou diversas alterações no mundo em perspectivas científicas, principalmente ao foco de estratégias para controle de disseminação e do

tratamento para as pessoas contaminadas e que apresentavam consideráveis alterações fisiológicas. Assim, devido ao caráter emergencial da situação pandêmica, apresentou-se necessária a utilização de medicamentos que não fossem originalmente produzidos para esse fim, processo conhecido como reposicionamento de fármacos (Vora; Somani; Jain, 2016).

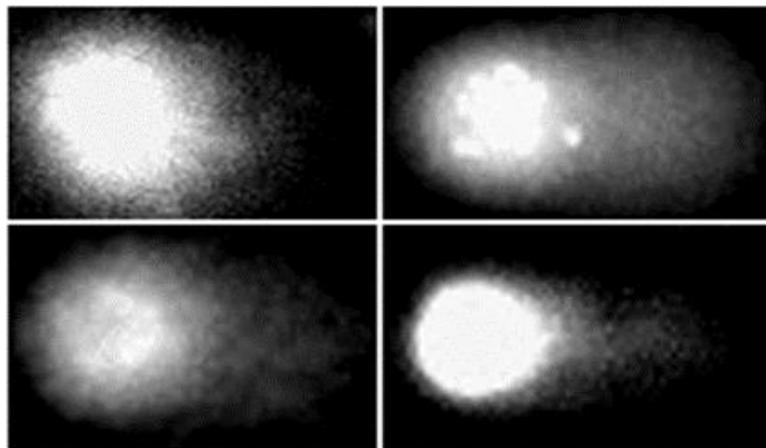
Dessa forma, diversas classes de medicamentos foram utilizadas para o tratamento de pessoas doentes por causa do novo coronavírus, como antivirais, anti-inflamatórios, antibióticos, bloqueadores dos canais de cálcio, imunomoduladores, sendo que, cada um deles age de forma diferente para combater o desenvolvimento de doenças. Entre estes medicamentos, destaca-se o Tocilizumabe (Quintella *et al.*, 2020).

O Tocilizumabe é um anti-inflamatório que atua no bloqueio da ação da Interleucina-6, um importante agente na reação inflamatória da artrite reumatoide, doença contra a qual este medicamento foi inicialmente produzido (Bula do Tocilizumabe, 2020). Por este motivo, ele foi utilizado para tratar a resposta inflamatória de indivíduos acometidos com COVID-19 em estado grave (Ortiz-Martínez, 2020).

Dessa maneira, com o objetivo de avaliar o risco/benefício dos medicamentos é necessária a realização de testes como os de genotoxicidade capazes de avaliar mudanças gênicas, inibições ou danos causados ao Ácido Desoxirribonucleico (DNA) ou ao mecanismo de reparo do DNA, com alterações a nível cromossômico ou nas bases nitrogenadas. Tal acontecimento pode gerar células alteradas, que, possivelmente, originam tumores (Ribeiro; Salvadori; Marques, 2003).

Dentre estes testes, tem-se o Ensaio Cometa, descrito inicialmente em 1984 e aborda a observação atenta da migração do DNA de células em gel de agarose submetidas a uma corrente elétrica (eletroforese). Nesse prisma, observa-se que células danificadas apresentam maior migração do seu DNA em direção ao ânodo, em comparação às células não danificadas. Esse teste pode ser analisado microscopicamente e gera imagens que se assemelham a cometas, em que a cabeça corresponde ao núcleo celular e a cauda ao material genético danificado desprendido como pode ser observado na Figura 1 (Ostling; Johanson, 1984).

Figura 1 - Nucleóides observados no Ensaio Cometa



Fonte: próprios autores, 2023.

Outro teste importante é o Teste do Micronúcleo que verifica o nível de dano causado à célula por meio do surgimento aneugênese ou clastogênese, uma vez que o micronúcleo é um núcleo adicional e separado do núcleo principal, composto por cromossomos ou fragmentos dele que não são incluídos no núcleo principal durante a divisão celular (mitose). A sua criação é causada por alterações cromossômicas espontâneas, por consequências de fatores ambientais ou por falhas no fuso mitótico, erros genéticos que a excluem do novo núcleo formado no final da divisão celular (telófase) (Ramírez; Saldanha, 1998).

Ademais, juntamente com os testes citados, foram realizados ensaios a nível molecular. Com o intuito de entender melhor o mecanismo de ação de vários compostos e de que maneira eles interagem com o DNA, no sentido de influenciar o ciclo celular e/ou desencadear a apoptose, utilizam-se os Ensaios de Biologia Molecular (Garcia-Cañas *et al.*, 2010). Destarte, foi analisada em células hepáticas de camundongos por meio dos níveis de expressão dos genes Bcl-2, p53 pela técnica de PCR quantitativo em tempo real (RT-qPCR).

Assim, o objetivo desse trabalho é verificar os possíveis efeitos genotóxicos do Tocilizumabe e sua influência na expressão de genes, ligação com o ciclo celular e com a apoptose. Para isso, foi-se realizado Ensaio Cometa, Teste de Micronúcleo, avaliação da expressão gênica de BCL-2 e P53, em camundongos da espécie *Mus musculus*.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi submetido à Comissão de Ética no Uso de Animais da Universidade Federal de Goiás (CEUA-PRPPG-UFG), aprovado (protocolo nº 081/21) e seguiu todas as

normas de manejo e experimentação do Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (COBEA).

Foram utilizados camundongos *Mus musculus* (SwissWebster) out bred, do sexo masculino, com peso entre 30 e 40g com idade de 7 a 12 semanas, procedentes do Biotério Central da Universidade Federal de Goiás (UFG), uma vez que existe semelhança genética entre esse animal e a espécie humana (Chorilli; Michelin; Salgado, 2007).

Para o procedimento experimental, os grupos de cinco camundongos foram tratados, via gavagem, com três concentrações do medicamento como descrito no Quadro 1 e sacrificados em diferentes tempos: 24 e 48 horas (Moraes Filho, 2019).

Quadro 1 - Dose administrado para os camundongos

Medicamento	Grupo	Dose	Tempo
Tocilizumabe	G1 (Subdose)	200mg	24 e 48 horas
Tocilizumabe	G2 (Dose Terapêutica)	400mg	24 e 48 horas
Tocilizumabe	G3 (Superdose)	800mg	24 e 48 horas

Fonte: próprios autores, 2023.

As concentrações dos medicamentos foram baseadas na literatura científica, bula dos medicamentos e na utilização clínica dos mesmos. O grupo controle negativo foi tratado com água destilada esterilizada enquanto o grupo controle positivo recebeu uma dose padrão de ciclofosfamida (50 mg/kg). Apenas o controle positivo foi administrado via intraperitoneal.

A eutanásia foi realizada por deslocamento cervical e os fêmures retirados. Foram realizados Ensaio Cometa e Teste Micronúcleo para a verificação das possíveis alterações nucleares que o Tocilizumabe pode ocasionar.

Em seguida, os fígados dos animais foram retirados e seccionados para conservação à -80 °C para posteriores testes de biologia molecular.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Ao analisar os resultados do Teste de Cometa em tratamento com o medicamento Tocilizumabe, notaram-se alterações. Os grupos G3 no tempo de 24 horas e todos os grupos do tempo de 48 horas apresentaram danos ao DNA de cauda quando comparados ao grupo controle negativo como mostrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Análise do Teste de Cometa

Medicamentos	Grupo	Animal	Tail DNA% (TD)
Tocilizumabe	G1 24h	A1	10.186
		A2	10.330
		A3	8.612
		A4	9.534
		A5	9.480
	G2 24h	A1	12.807
		A2	15.097
		A3	9.522
		A4	12.250
		A5	14.368
	G3 24h	A1	24.617
		A2	29.013
		A3	27.582
		A4	30.102
		A5	28.956
	G1 48h	A1	20.475
		A2	20.853
		A3	22.105
		A4	22.322
		A5	18.652
	G2 48h	A1	35.742
		A2	32.478
		A3	31.527
		A4	30.848
	A5	32.256	
G3 48h	A1	37.105	
	A2	38.742	
	A3	40.527	
	A4	39.322	
	A5	38.848	
Controle Positivo	C +	A1	38298
		A2	35009
		A3	38196
		A4	40291
		A5	36764
Controle Negativo	C -	A1	10376
		A2	9329
		A3	6881
		A4	12003
		A5	8091

Fonte: próprios autores, 2023.

Ao avaliar a genotoxicidade por meio do Teste de Micronúcleo, foi observado que o número de células que sofreram mutação não foi acima dos parâmetros, quando comparado com o grupo de controle negativo, com exceção do grupo G3 no período de 48 horas, como é mostrado no Quadro 3.

Os grupos G1 e G2 no tempo de 24 horas e G1, G2 e G3 no tempo de 48 horas não apresentaram aumento de Eritrócitos Policromáticos (EPC) quando comparado ao controle negativo.

Quadro 3 - Avaliação citogenotóxica no Teste de Micronúcleo

Medicamentos	Grupo	Número de MN/4000 EPC por animal	Número de EPC	Número de ENC	TOTAL DE MN	EPC/ENC
Tocilizumabe	G1 24h	2-1-2-1-2	1.928	2.072	8	0,9305019305
	G2 24h	3-1-2-2-2	2.018	1.982	10	1,018163471
	G3 24h	4-5-3-7-2	2.145	1.855	21	1,156334232
	G1 48h	4-3-3-4-6	1.924	2.076	20	0,9267822736
	G2 48h	7-3-5-2-6	2.077	1.923	23	1,080083203
	G3 48h	5-9-10-5-6	2.010	1.990	35	1,010050251
Controle - Água destilada	C-	1-3-2-3-2	2.180	1.820	11	1,197802198
Controle + Ciclofosfamida	C+	22-25-21-20	2.350	1.650	88	1,424242424

Fonte: próprios autores, 2023.

Ao realizar a análise dos Ensaios de Biologia Molecular, percebeu-se que a análise em tempo real PCR para o gene p53 demonstra que não houve mudança no estímulo para a expressão do gene quando comparado ao grupo negativo, no período de 24 horas. É observado que para o grupo de 48 horas houve diminuição da expressão do gene p53. Esse cenário demonstra que há uma possível resposta às mudanças causadas no material genético.

Tal acontecimento pode estar relacionado com o fato de que o Tocilizumabe seja um inibidor global de Interleucina-6, o que, possivelmente, influencia no controle do crescimento e diferenciação celular (Mcelvaney *et al.*, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, conclui-se que o Tocilizumabe é um medicamento que pode estar associado à genotoxicidade, como foi visto por meio do Ensaio Cometa e Teste Micronúcleo. Além disso, o seu dano pode ser mais considerável dependendo da dose e do período, uma vez que o grupo G3 de 48 horas apresentou mais alterações.

Assim, verifica-se a necessidade de continuar a estudar esse medicamento e os seus efeitos de forma mais aprofundada, com o objetivo de oferecer o tratamento farmacológico com o máximo de benefícios e o mínimo de riscos para a saúde do paciente. No entanto, para fazer conclusões em relação aos dados necessita-se de análise estatística.

REFERÊNCIAS

- CHORILLI, M.; MICHELIN, D. C.; SALGADO, H. R. N. Animais de laboratório: o camundongo. **Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.**, v. 28, n.1, p.11-23, 2007. Disponível em: <https://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/531>. Acesso em: 05 maio 2023.
- GARCÍA-CAÑAS, V. *et al.* Avanços na pesquisa Nutrigenômica: novas e futuras abordagens analíticas para investigar a atividade biológica de compostos naturais e funções alimentares. **Jornal de análise farmacêutica e biomédica**, v. 51, n. 2, p. 290-304, 2010.
- MCELVANEY, O. J. *et al.* *Interleukin-6: obstacles to targeting a complex cytokine in critical illness.* **The Lancet Respiratory Medicine**, v. 9, n. 6, p. 643-654, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2213-2600\(21\)00103-X](https://doi.org/10.1016/S2213-2600(21)00103-X). Acesso em: 12 jul. 2023.
- MORAES FILHO, A. V. de. **A genotoxicidade dos medicamentos antirretrovirais: um estudo sobre os coquetéis anti-Aids.** Aparecida de Goiânia: Editora Alfredo Nasser, 2019.
- ORTIZ-MARTÍNEZ, Y. *Tocilizumab: a new opportunity in the possible therapeutic arsenal against COVID-19.* **Travel medicine and infectious disease**, v. 37, p. 101678, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32325121/>. Acesso em: 05 maio 2023.
- OSTLING, O.; JOHANSON, K. J. *Microelectrophoretic study of radiation – induced DNA damages in individual mammalian cells.* **Biochemical and Biophysical Research Communications**, v. 123, n. 1, p. 291-298, 1984. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0006291X8490411X?via%3DIhub>. Acesso em: 05 maio 2023.
- QUINTELLA, C. M. *et al.* Fármacos para COVID-19: muito além da cloroquina (testes clínicos para o coronavírus SARS-CoV-2). **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 3, p. 599, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36815>. Acesso em: 05 set. 2023.

RAMIREZ, A.; SALDANHA, P. H. Análise crítica de grupos controles no teste do micronúcleo em mucosa oral. *Genetics and Molecular Biology* [S.l: s.n.], 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000999866>. Acesso em: 05 set. 2023

RIBEIRO, L R.; SALVADORI, D. M. F.; MARQUES, E. K. **Mutagênese ambiental**. Canoas: Editora da ULBRA, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=rjynd4Yg8aIC&oi=fnd&pg=PA5&dq=Mutag%C3%AAAnese+ambiental.+Canoas&ots=3CDWXv8Rav&sig=XbA6n8ibhke3Qzvtu9hqxIktrM4#v=onepage&q=Mutag%C3%AAAnese%20ambiental.%20Canoas&f=false>. Acesso em: 05 set. 2023.

TOCILIZUMABE: **Solução injetável concentrada**. Responsável técnico Guilherme N. Ferreira. Rio de Janeiro: Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A., 2020. Disponível em: <https://www.sausedireta.com.br/catinc/drugs/bulas/actemra.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

VORA, K. P.; SOMANI, R. R.; JAIN, H. M. *Drug Repositioning: An Approach for Drug Discovery*, *Mini-Reviews in Organic Chemistry*, v. 13, n. 5, 2016. Disponível em: <https://www.eurekaselect.com/article/77415>. Acesso em: 10 jul. 2023.

INTERVENÇÕES PRECOSES PARA O AUTISMO NA INFÂNCIA:
abordagens e impacto no desenvolvimento

PRECOCIOUS INTERVENTIONS FOR THE AUTISM IN CHILDHOOD:
approaches and impact on development

Marinaldo Soares Leite

Isabella Peres da Paz

Alice Campos Meneses

Daniel Rodrigues Silva Filho

RESUMO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ser definido como um transtorno complexo do desenvolvimento, que possui múltiplas etiologias e se manifesta em variados graus de gravidade. As principais características do TEA são o prejuízo persistente na interação social e na comunicação recíproca. Além disso, os sintomas manifestam-se desde a infância e podem prejudicar ou limitar o funcionamento diário do indivíduo. Nesse contexto, o presente estudo objetiva estabelecer a importância das intervenções precoces em crianças com TEA. Este trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizou-se uma pesquisa em bancos de dados, que incluiu estudos publicados entre 2017 e 2023. Foi observada uma relação positiva entre as intervenções precoces e crianças, alguns dos estudos inferem que quanto mais cedo for a intervenção, melhores serão os resultados, há também a associação entre características prévias das crianças com maiores benefícios. A participação dos pais foi outro fator positivo.

PALAVRAS-CHAVE: autismo; criança; intervenções precoces.

ABSTRACT: *Autism spectrum disorder (ASD) can be defined as a complex developmental disorder, which has multiple etiologies and manifests itself in varying degrees of severity. The main characteristics of ASD are persistent impairment in social interaction and reciprocal communication. Furthermore, symptoms appear from childhood and can impair or limit the individual's daily functioning. In this context, the present study aims to establish the importance of early interventions in children with ASD. This work is an integrative review of the literature, a database search was carried out, which included studies published between 2017 and 2023. A positive relationship was observed between early interventions and children, some of the studies infer that the more The earlier the intervention, the better the results will be, there is also an association between previous characteristics of children with greater benefits. Parental participation was another positive factor.*

KEYWORDS: *autism; child; early interventions.*

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno complexo do desenvolvimento, é caracterizado por múltiplas causas e uma ampla gama de severidade. O TEA abrange condições conhecidas como autismo infantil, autismo de Kanner, autismo atípico, autismo de alto funcionamento, transtorno desintegrativo da infância, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação e transtorno de Asperger (Steffen *et al.*, 2019; APA, 2014).

As principais características do TEA são o prejuízo persistente na interação social e na comunicação recíproca, além de padrões de comportamento, atividades e interesses restritos e repetitivos. Além disso, os sintomas manifestam-se desde a infância e podem prejudicar ou limitar o funcionamento diário do indivíduo. Desse modo, tais características são usadas como critérios para o diagnóstico do TEA (APA, 2014).

O TEA tem maior prevalência em meninos, na proporção de 3,5 a 4 para uma menina. Conforme os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada 160 crianças há um caso de autismo. Além disso, baseado nos estudos dos últimos 50 anos, observa-se que a prevalência global do TEA aumentou (Viana *et al.*, 2020).

Não existe cura para o TEA, porém existem intervenções que melhoram as habilidades sociais, comunicativas e motoras do indivíduo diagnóstico. Quanto mais cedo forem feitas essas intervenções, melhor o prognóstico da doença, em virtude do maior potencial em mudar o curso do neurodesenvolvimento e a maior plasticidade neuronal (Steffen *et al.*, 2019).

Dessa forma, a escolha desse tema justifica-se devido ao aumento da prevalência do autismo na sociedade atual, além de que o diagnóstico do TEA tem sido de forma mais precoce. Diante disso, esse trabalho tem como objetivo abordar a importância do diagnóstico precoce do autismo e as formas multiprofissionais de intervenção, que contribuem para um melhor prognóstico.

2 METODOLOGIA

O método escolhido para alcançar os objetivos do presente estudo foi a revisão integrativa da literatura. Esse método propõe identificar, analisar e sintetizar os resultados de estudos independentes acerca das evidências existentes na prática da saúde, o que possibilita o

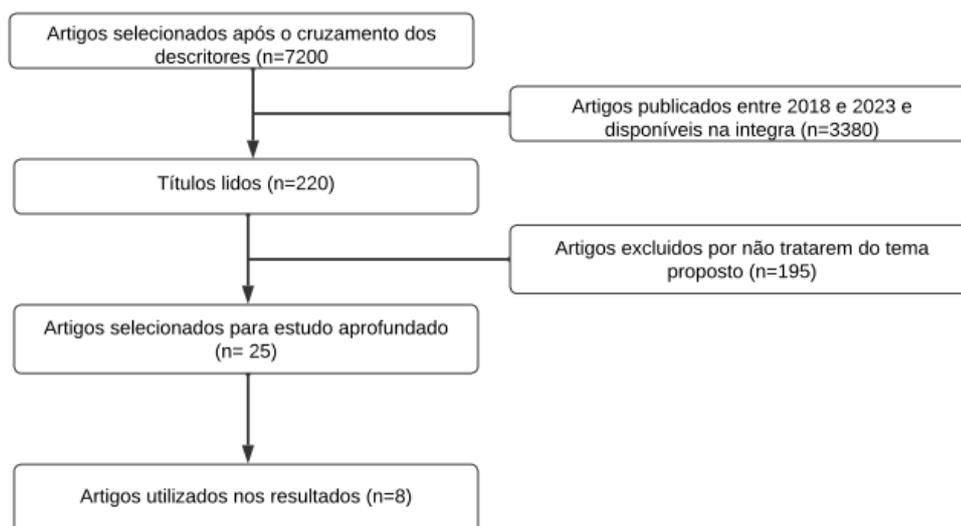
desenvolvimento de protocolos, políticas, procedimentos e pensamento crítico (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

A revisão integrativa é composta por seis fases. Desse modo, a primeira fase trata-se da elaboração de uma pergunta norteadora, a segunda propõe à busca ou amostras diversificadas na literatura, a terceira foca na coleta de dados dos artigos selecionados, a quarta preconiza a análise dos dados de forma crítica e de acordo com os níveis de evidências, a quinta visa a discussão dos resultados e a sexta objetiva a apresentação clara e completa da revisão integrativa (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Para seleção dos artigos, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, BVS, PubMed e Google Acadêmico. Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações na língua portuguesa: “Autismo”, “Transtorno do espectro autista”, “Intervenção precoce” e “criança”.

Dessa maneira, definiram-se os critérios de inclusão como sendo: recorte temporal de 2017 a 2023, artigos publicados em português e inglês, disponíveis integralmente; e indexados nos referidos bancos de dados. Os seguintes critérios foram adotados como critérios de exclusão: artigos indexados repetidamente, artigos não disponíveis integralmente e que após a leitura do título e resumo não enquadrava nos critérios de elegibilidade para pesquisa. Os resultados constam no fluxograma 1, com toda representação dessas etapas.

Fluxograma 1 - Etapas e seleção dos artigos



Fonte: autoria própria.

Logo após analisar e selecionar os dados extraídos dos artigos foi feito os resultados e discussões.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Em um dos estudos selecionados, verificou-se o uso do Modelo Denver de início precoce baseado em grupo (G-ESDM), em que 58 crianças em idade pré-escolar diagnosticadas previamente com TEA, foram divididas em duas salas, uma no contexto inclusivo, em que os alunos com TEA ficavam em salas com crianças predominantemente típicas, e no contexto especializado, ou seja, salas especializadas e que continham apenas crianças com TEA. Não havia diferenças entre as crianças randomizadas para as salas inclusivas e especializadas na avaliação inicial no quesito idade, sintomas do autismo e quociente de desenvolvimento verbal/não verbal. Os cuidadores de todas as crianças também eram altamente qualificados e treinados quanto ao G-ESDM (Vivanti *et al.*, 2022).

No G-ESDM, a equipe de profissionais da educação gera um conjunto de metas, que leva em consideração o perfil específico de pontos fortes e fracos de cada criança em várias áreas do desenvolvimento, como comunicação verbal e não verbal, socialização e habilidades cognitivas e adaptativas. Os objetivos são atingidos por meio de atividades diárias ministradas em sala de aula, além de brincadeiras cooperativas e lúdicas com colegas (Vivanti *et al.*, 2022).

Os resultados apoiam a ideia de que o nível de desenvolvimento e o grau de interesse social podem ser fatores relevantes a serem considerados por famílias e prestadores de serviços ao decidirem sobre os ambientes de intervenção. Foi constatado que, enquanto crianças com alto interesse social parecem se sair igualmente bem em diferentes ambientes, aquelas com baixo interesse social apresentam ganhos menores em ambientes inclusivos em comparação com seus pares com maior interesse social (Vivanti *et al.*, 2022).

Portanto, crianças que demonstram menor engajamento da atenção com estímulos sociais e emocionais podem se beneficiar ao receber intervenções específicas nesse domínio, a fim de aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas em ambientes inclusivos. Porém, houve um resultado positivo nos dois grupos em relação à comunicação e comportamento social quando comparado com o início do estudo, evidenciando que a intervenção precoce traz benefícios independentemente da sala que é aplicada (Vivanti *et al.*, 2022).

Na metátese proposta desenvolvida por Yu *et al.* (2020), em contrapartida, avaliou sistematicamente as evidências para o uso de intervenções baseadas na análise aplicada (ABA) do comportamento para manejar vários sintomas de crianças com TEA. Essa metodologia é muito eficaz no ensino do básico da comunicação em jogos, esportes, interações sociais, habilidades de autoajuda e vida diária.

Foram avaliados o uso de intervenções que tem como base a ABA, como o *Early Start Denver Model* (ESDM), *Picture Exchange Communication Systems* (PECS), *Discrete Trial Training* (DTT) e *Pivotal Response Treatment* (PRT) (Yu *et al.*, 2020)

ESDM: usa o afeto positivo, a troca entre a criança e o terapeuta, no objetivo de construir uma relação, na responsividade e sensibilidade dos adultos em relação à criança e tem foco na comunicação verbal e não verbal. Não é uma brincadeira com objetos, e sim uma “brincadeira” entre pessoas (Yu *et al.*, 2020).

PECS: é um programa que instrui as crianças a usar um sistema de comunicação baseado em troca de figuras, muito utilizado em ambientes clínicos e escolares para crianças com TEA que não verbalizam (Yu *et al.*, 2020).

DDT: são métodos de instrução direta e sistemática, que são usados repetidamente até que a criança adquira aquela habilidade. É um tipo de treinamento a partir de intervenções pontuais e focadas (Yu *et al.*, 2020).

PRT: intervenção que se concentram em organizar o ambiente para promover o uso de estruturas-alvo. É um treinamento que atua nas áreas centrais do desenvolvimento a partir de brincadeiras, é considerada uma intervenção naturalista, porque essa brincadeira é iniciada pela criança (Yu *et al.*, 2020).

Foram incluídos nesse artigo supracitado, 14 ensaios clínicos, o que resulta um total de 555 participantes, dos quais 278 pertenciam ao grupo experimental e 277 ao grupo controle. A idade dos participantes variou de 6 a 102 meses, sendo que os participantes foram diagnosticados previamente com Transtorno do Espectro Autista. Dos 14 estudos, 5 utilizaram a intervenção baseada em ABA, 1 usou DDT, 5 usaram ESDM, e 3 usaram PECS.

No que tange à socialização, comunicação e linguagem expressiva, houve eficácia significativa, de modo geral, em todas as intervenções baseadas em ABA. Não houve diferenças significativas entre o método ABA e o ESDM na socialização e habilidades de vida diária. Também se mostraram como eficácia insignificante para a linguagem receptiva, comportamento adaptativo e cognição (Yu *et al.*, 2020).

Além disso, foi constatado que intervenções abrangentes e de longo prazo baseadas em ABA foram benéficas e levou a efeitos positivos médios e grandes no desenvolvimento de crianças com TEA no que se diz respeito a termos de funcionalidade intelectual, aquisição de habilidades de vida diária e funcionamento social. Também foi observado que o envolvimento dos pais em ajudar os mediadores melhorou a comunicação e a interação social das crianças e na eficácia de aumentar a reciprocidade em relação aos outros (Yu *et al.*, 2020).

Baseando argumentos na neuroplasticidade, uma metálise composta por 14 estudos, leva em conta a noção de períodos críticos ou sensíveis, ou seja, é um tempo em que o cérebro do indivíduo está preparado para receber áreas específicas do aprendizado e que essa “porta” do aprendizado se fecha gradualmente de acordo com o crescimento (Towle *et al.*, 2020).

Os primeiros sintomas de TEA são geralmente observáveis e evidentes dos 12 aos 18 meses de idade. Existem atualmente inúmeros modelos de abordagens do autismo precoce, no entanto, cada modelo integra o conceito de uma cascata de desenvolvimento, no qual os transtornos em uma fase do desenvolvimento causam interferências na aquisição bem-sucedida das subseqüentes. Esses entraves são refletidos por diferenças neurobiológicas precoces que interferem na especialização cortical posterior e o desenvolvimento típico das habilidades. Ou seja, quanto mais tardiamente for feita essa intervenção, mais difícil será de interferir nos circuitos neurais e na expressão comportamental para se obter padrões comportamentais mais ideais para a criança (Towle *et al.*, 2020).

Desses 14 estudos analisados, 12 tiveram ao menos um achado em que a idade de início da intervenção precoce contribuiu de forma significativa para o resultado das crianças com transtorno de espectro autista. Sendo que, a idade em que a criança começou a intervenção está relacionada com a melhora da função motora grossa, linguagem receptiva, autocuidado e comportamento social (Towle *et al.*, 2020).

Com o intuito de avaliar também a participação dos pais no que diz respeito às intervenções em crianças, analisou-se 51 estudos empíricos, cada um com intervenções diferentes entre si, tendo em comum a formação dos pais. As evidências encontradas nesse compilado sugerem que nem todas as crianças respondem da mesma maneira a todos os tratamentos ou técnicas e existem outras variáveis, como interação da criança antes da intervenção, que influenciam na avaliação da eficácia dos programas, independentemente da idade da criança ou da intensidade do tratamento. Porém, o papel dos pais e cuidadores como agentes na intervenção tiveram um resultado de sucesso (Torres; Esteban; Marín, 2020).

Outrossim, Kitzerow *et al.* (2020) propõem intervenções comportamentais de desenvolvimento naturalista (NDBI) por meio do Programa de Intervenção Precoce de Frankfurt específico para TEA (A-FFIP), que se trata de uma intervenção de baixa intensidade ministrada por terapeutas. Nessa metodologia, há o incentivo da interação pai-filho, envolvimento conjunto, brincadeira, imitação e habilidades de linguagem. A abordagem é focada em individualização e tem como objetivo abranger seis domínios-chave fundamentais. Espera-se que no treinamento adequado desses domínios, de acordo com o estágio de

desenvolvimento, tenha um forte impacto nos processos de aprendizagem social iniciados pela criança.

Conforme já analisado anteriormente, destacou-se o uso do afeto positivo no tratamento de crianças com autismo. As intervenções comportamentais de desenvolvimento naturalista (NDBI) baseadas em ABA são implementadas em ambientes naturais e utilizam de reforço condicionado operante para promover comportamentos-alvo, aproveitando o interesse da criança em objetos e brincadeiras. Esse modelo é altamente recomendado em bebês e crianças com TEA (Maye *et al.*, 2020).

Os manuais para intervenções NDBI citam que os profissionais devem usar expressões faciais exageradas e gestos para envolver a criança. Esses comportamentos são referidos como “afeto positivo”, “modulação do afeto infantil”, “animação aumentada” e/ou “brincadeira”. Indica-se que esse tipo lúdico seja empregado juntamente com outras estratégias de NDBI durante as sessões com o intuito de preservar a conexão e cultivar uma relação com a criança enquanto caminham em direção aos objetivos do tratamento (Maye *et al.*, 2020).

Apesar de estar enfatizado o uso do lúdico como uma estratégia abordada nos manuais do NDBI, com base na interação do adulto com a criança, não há muitos estudos que examinem o uso da ludicidade. Por isso, não foi possível notar essa diferença em crianças com idade pré-escolar diagnosticadas com TEA, já que o experimento não encontrou o uso da ludicidade pelo profissional examinador em uma interação para verificar a capacidade de imitar das crianças com TEA. Mas, outra pesquisa, ao avaliar as variações no interesse das crianças por objetos durante uma interação de duração de 3 a 5 minutos, constatou que o nível de ludicidade empregada pelo examinador desempenhou um papel importante na resposta da criança. São necessárias mais pesquisas futuras para poder estabelecer melhor a relação do lúdico com a resposta das crianças as intervenções (Maye *et al.*, 2020).

Além do mais, o estudo de Viswanathan e Russel (2019) teve como objetivo analisar componentes preditivos na intervenção precoce mediado pelos pais para crianças com TEA na Índia, para isso foram coletados do banco de dados de um hospital universitário informações de 77 crianças com diagnósticos de TEA segundo o DSM-V e idade média de 3 anos, que foram submetidas a 12 semanas de intervenção precoce com eficácia comprovada. Para acurácia do teste e medida de resultado foi utilizado o Perfil Psicoeducacional Revisado (PEP-R), que fornece a idade de desenvolvimento geral da criança, imitação e percepção, motricidade fina e grossa, coordenação olho-mão, para o desempenho cognitivo e verbal foram usadas suas subescalas.

Foram avaliadas as crianças pré-intervenção e pós-intervenção nesse estudo, bem como o desenvolvimento global do PEP-R e as outras subescalas. Durante as 12 semanas, os pais aprenderam sobre diferentes aspectos do autismo e as deficiências que esse transtorno gera no desenvolvimento. A intervenção foi na forma de grupo fechado e era realizado 5 vezes na semana por 2 terapeutas e as sessões duravam de 2 a 4 horas. Os pais eram encorajados a continuar essa intervenção em casa com algumas adaptações (Viswanathan; Russel, 2019).

Após as intervenções, observou-se que houve um maior índice de melhora nas habilidades motoras finas em pacientes residenciais do que os ambulatoriais. Porém, à medida que as intervenções diminuíram em casa por dia, houve uma diminuição expressiva na aquisição de habilidades motoras grossas, já nas intervenções no hospital, quando houve aumento de duração em horas, houve aumento notável na a integração olho-mão. Já à medida que as intervenções iam diminuindo em horas no hospital percebeu-se uma diminuição na aquisição cognitivo-verbal (Viswanathan; Russel, 2019).

Nesse estudo, observou-se que é necessário melhorar o desempenho motor nas intervenções, uma vez que sua melhora interfere positivamente em outras áreas, particularmente a cognição visuoespacial e a linguagem. Ainda se verificou que a duração da intervenção, seja no hospital, seja residencial é um fator preditivo de melhora para habilidades motoras, integração olho-mão, habilidades cognitivas e verbais (Viswanathan; Russel, 2019).

Em outro estudo, que também sugere a capacitação dos pais e cuidadores para intervenção comportamental precoce e intensiva de crianças com TEA, participaram 9 crianças com idades entre 1 ano e 3 meses e 2 anos e 11 meses e seus cuidadores, a intervenção teve duração entre 8 e 13 meses. Todas as crianças com diagnóstico prévio de autismo ou suspeita de autismo. Foram utilizados o PEP-R e o Inventário Portage Operacionalizado (IPO) como instrumentos de avaliação (Gomes *et al.*, 2017).

As intervenções foram aplicadas na residência das crianças por meio dos seus cuidadores que foram capacitados, as atividades eram realizadas, no geral, 5 vezes na semana e 3 horas por dia, somando um total de 15 horas semanais. Dois profissionais estavam presentes duas vezes por semana na casa dos participantes, cada um em uma vez, para ensinar os cuidadores a realizarem as atividades com as crianças e supervisionavam a realização destas, também faziam os registros da pesquisa (Gomes *et al.*, 2017).

Foi constatado ganho no desenvolvimento de todas as crianças participantes da pesquisa. No que se diz respeito ao desempenho cognitivo verbal, 4 crianças não obtiveram ganhos. Sendo que maiores ganhos foram relacionados a algumas características próprias da

criança, observados no início da intervenção. Estudos demonstram que crianças mais novas, com maiores habilidades cognitivas e de linguagem obtêm maiores ganhos na intervenção precoce (Gomes *et al.*, 2017).

Dessa maneira, analisando a questão levantada por esse estudo, verificou-se uma correlação positiva entre as intervenções precoces e a resposta das crianças ao tratamento de TEA independentemente do método de intervenção utilizado. Foi identificado que quanto mais precoce for a intervenção, melhor será a resposta. Outro ponto analisado foi que algumas características próprias das crianças, como, por exemplo, crianças com maior interação antes de iniciarem as intervenções, obtiveram uma resposta melhor. Destaca-se ainda, a importância da participação dos pais e cuidadores para um melhor resultado a longo e curto prazo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos avaliados, foram utilizados inúmeros tipos de intervenção, tendo como maior foco os resultados apresentados nos artigos. De modo geral, verificou-se que há evidências que comprovam que as intervenções precoces, independentemente do seu método, influenciam positivamente no tratamento do TEA. Alguns estudos inferem que quanto mais cedo for ministrada a intervenção, maiores os benefícios, sendo que um dos estudos tem como base de argumento a neuroplasticidade. Há também a associação de características prévias das crianças, como verbalização, maior interação social com maiores benefícios das intervenções. Outros destacam a importância dos pais como instrumento e fator da intervenção.

Devido ao número de estudos reduzidos, não foi possível estabelecer, de modo conclusivo, qual a melhor idade para que essas intervenções ocorram, sendo possível somente concluir que quanto mais cedo as intervenções acontecem, melhores são seus resultados. São necessários estudos complementares para se estabelecer com confiabilidade a relação entre a intervenção precoce e os resultados precisos desta no tratamento de sintomas do TEA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GOMES, C. G. S.; SOUSA, D. G.; SILVEIRA, A. D.; OLIVEIRA, I. M. Intervenção Comportamental Precoce e Intensiva com Crianças com Autismo por Meio da Capacitação de Cuidadores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [s. l.], jul.-sep. 2017.

KITZEROW, J.; HACKBUSCH, M.; JENSEN, K.; KIESER, M.; NOTERDAEME, M.; FRÖHLICH, U.; TAURINES, R.; GEISSLER, J; WOLFF, N.; ROESSNER, V.; BAST, N.; TEUFEL, K.; KIM, Z.; FREITAG, C. M. *Study protocol of the multi-centre, randomised controlled trial of the Frankfurt Early Intervention Programme A-FFIP versus early intervention as usual for toddlers and preschool children with Autism Spectrum Disorder (A-FFIP study)*. **Trials**, [s. l.], 2020.

MAYE, M.; GASTON, D.; GODINA, I.; CONRAD, J. A.; RESS, J.; RIVERA, R.; LUSHIN, V. *Playful but Mindful: How to Best Use Positive Affect in Treating Toddlers With Autism*. **J Am Acad Child Adolesc Psychiatry**, [s. l.], mar. 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

STEFFEN, B. F.; PAULA, I. F.; MARTINS, V. M. F.; LÓPEZ, M. J. Diagnóstico precoce de autismo: uma revisão literária. **Revista Saúde Multidisciplinar**, [s. l.], v. 6, n. 2, 6 out. 2020.

TORRES, L. P. R.; ESTEBAN, Y. A.; MARÍN, F.A. *Early Intervention with Parents of Children with Autism Spectrum Disorders: A Review of Programs*. **Children**. 2020.

TOWLE, Patricia O.; PATRICK, Patricia A.; RIDGARD, Tamique; PHAM, Sofia; MARRUS, Jaime. *Is Earlier Better? The Relationship between Age When Starting Early Intervention and Outcomes for Children with Autism Spectrum Disorder: A Selective Review*. **Autism Research and Treatment**, [s. l.], 2020.

VIANA, A. C. V.; MARTINS, A. A. E.; TENSOL, I. K. V.; BARBOSA, K. I.; PIMENTA, N. M. R.; LIMA, B. S. S. Autismo: uma revisão integrativa. **Revista Saúde Dinâmica**, [s. l.], v. 2, n. 3, 18 nov. 2020.

VISWANATHAN, S. A.; RUSSEL, P. S. S. *Predictive components in the structure of an intensive, parent mediated, early intervention for children with autism spectrum disorders in India*. **J Family Med Prim Care**, [s. l.], 2019.

VIVANTI, G.; BENT, C.; CAPES, K.; UPSON, S.; HUDRY, K.; DISSANAYAKE, C.; THE VICTORIAN ASELCC TEAM. *Characteristics of children on the autism spectrum who benefit the most from receiving intervention in inclusive versus specialised early childhood education settings*. **Autism Research**, 2022.

YU, Q.; LI, E.; LI, L.; LIANG, W. *Efficacy of Interventions Based on Applied Behavior Analysis for Autism Spectrum Disorder: A Meta-Analysis*. **Psychiatry Investig.**, 2020.

**TÉCNICAS UTILIZADAS NA CONSERVAÇÃO DOS CADÁVERES
EXPOSTOS EM AULAS PARA FINS DIDÁTICOS NO
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER**

***TECHNIQUES USED IN THE CONSERVATION OF CORPSES
EXHIBITED IN CLASSES FOR TEACHING PURPOSES AT
ALFREDO NASSER UNIVERSITY CENTER***

Jakeline Ferreira de Araújo Lôbo

Janaina Carla de Castro

Khonradi Lorda Dallaporta

RESUMO: O cadáver usado para fins didáticos deve ser conservado e dissecado para exposição em laboratório. O presente relato de caso tem como objetivo detalhar as diversas técnicas usadas para conservação de cadáveres para fins didáticos. Relato da experiência com a técnica de glicerina Laskowky modificada nas dependências do Centro Universitário Alfredo Nasser. São apresentados oito métodos, suas vantagens e desvantagens. Embora a formalização seja a mais amplamente utilizada, a glicerinação é a mais vantajosa se comparada com as demais.

PALAVRAS-CHAVE: conservação de cadáveres; glicerinação; Solução Laskowski.

ABSTRACT: *The cadaver used for teaching purposes must be preserved and dissected for display in the laboratory. This case report aims to detail the various techniques used to preserve corpses for teaching purposes. Report of the experience with the modified Laskowky glycerin technique on the premises of the Alfredo Nasser University Center. Eight methods are presented, along with their advantages and disadvantages. Although formalization is the most widely used, glycerination is the most advantageous compared to the others.*

KEYWORDS: *conservation of corpses; glycerination; Laskowski Solution.*

1 INTRODUÇÃO

Baseados no conhecimento empírico, os métodos de conservação de cadáveres tiveram seus primeiros episódios no Egito antigo. A preservação de cadáveres começou próximo ao ano 3200 a.C. durante a primeira dinastia egípcia. Neste período, aquele que se encarregava dessas atividades tornava-se membro de uma sociedade privilegiada. Os primeiros embalsamentos registrados utilizavam ervas naturais, óleo de cedro, resinas derivadas de

árvores e gomas. Mais adiante, os procedimentos de remoção das vísceras foram introduzidos. Outros meios foram utilizados de maneira mais discreta, como por exemplo, o aquecimento do corpo com mercúrio e a imersão em mel, sendo esta última, utilizado para conservar o corpo de Alexandre, “O Grande” durante o transporte do corpo da Babilônia até Alexandria (Oliveira, 2021).

A preocupação quanto à conservação de peças anatômicas existe há mais de cinco mil anos. O uso de peças cadavéricas naturais é indispensável para o ensino, contribui para o aprendizado prático; melhora as habilidades aplicativas; assimilativas e compreensivas; e prepara os estudantes para a situação real. Além disso, busca-se preservar de maneira mais próxima os corpos das características *in vivo*, tais como a morfologia, coloração, consistência e a flexibilidade das peças. Para alcançar esse objetivo, várias técnicas foram desenvolvidas ao longo dos anos para a preservação dos tecidos, com a preocupação da durabilidade e permanência apta para o ensino ou exposição (Oliveira, 2021).

Há de se destacar a diferença entre conservação e fixação. O formaldeído é utilizado como fixador celular universal, ao interromper o processo de autólise celular, por meio da desnaturação das proteínas. A formalina (formaldeído diluído a 10%) é a melhor opção para fixação celular. A conservação visa preservar ao longo do tempo as características dos tecidos (Oliveira, 2021).

Dentre as várias técnicas utilizadas na conservação de corpos, destaca-se a glicerinação, técnica de conservação feita a partir da glicerina, uma substância viscosa e inodora de caráter antisséptico, descoberta por Karl Wilhelm Scheele, no ano de 1762. A glicerina traz menos riscos à saúde e teoricamente apresenta bons resultados na conservação de cadáveres. O que se tem na literatura e nas bases de dados científicas é que a glicerinação, é mais vantajosa quando comparada à formalização, uma vez que apresenta baixo índice de toxicidade e irritação, facilitando o manejo e estudo, além de requerer baixo grau de manutenção (Marcelino; Silva; Ortunho, 2022).

A partir de 1977, uma nova técnica de preparação de peças anatômicas foi desenvolvida. Essa descoberta foi feita pelo médico e professor da universidade de Heidelberg na Alemanha, Gunther Von Hagens, que criou e desenvolveu o processo batizado por ele de plastinação, que consiste numa forma moderna de mumificação fazendo com que os corpos tenham uma alta durabilidade. Cerca de 70% dos nossos corpos consistem de fluidos. Eles são indispensáveis tanto para a vida quanto para a decomposição. Com a plastinação, fluidos intercelulares são substituídos por reativos plásticos, tais como borracha de silicone, resina de epóxi ou de poliéster resinado, em um especial processo de vácuo.

A plastinação é um processo no qual é utilizado algum polímero, que pode ser silicone, epóxi ou poliéster e será o material substituinte da água e tecidos do corpo. Segundo Géra, Amado e Bittencourt (2017), desta forma, a peça torna-se livre de toxicidade e mais durável. Esse método envolve de 3 a 4 etapas, um processo inicial com o objetivo de não ocorrer a autólise das células, e para isto é realizada a fixação em formaldeído; a desidratação mergulhando o cadáver em acetona para evitar o ataque de bactérias; e por último a impregnação forçada e catalisação química luminosa ou por temperatura.

Além do formol, do álcool e da glicerina, muitas outras substâncias, quando em contato com os tecidos, impedem a proliferação de microrganismos. Existe uma variedade muito grande dessas substâncias, o que determina uma diversidade na forma de agrupá-las e de classificá-las. Os principais grupos seriam os seguintes: fenóis, aldeídos, ácidos, compostos halogenados, agentes oxidantes, metais pesados e tiosulfatos. Os ácidos mais usados são: pícrico, acético, bórico, salicílico, arsênico, etc. (Rodrigues, 2010).

A proposta deste relato é descrever acerca da conservação dos cadáveres e peças anatômicas avulsas disponíveis no acervo de peças naturais designados para fins didáticos no Centro Universitário Alfredo Nasser. Com esse propósito será aprofundado algumas das técnicas que foram utilizadas, e outras que existem, mas não foram possíveis de serem incrementados na instituição por inviabilidade devida alguns fatores, ambientais ou financeiros. Além disso, discorrer sobre a técnica atualmente utilizada e os prós e contras de cada uma das possibilidades já aplicadas anteriormente às técnicas de glicerinação.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Nos laboratórios da UNIFAN, é empregada a técnica de glicerinação Laskowsky modificada. Trata-se da técnica de glicerinação usual, com a adição de sais ácidos com a finalidade de maximizar as propriedades antissépticas, antifúngicas e adstringentes do conservante. Para um resultado satisfatório, as etapas devem obedecer a seguinte ordem:

1. Fixação em formalina a 10% (injeção intra-arterial, o quanto antes após o óbito);
2. Desidratação em etanol puro para análise* (2 a 3 meses);
3. Conservação em glicerina pura para análise* (8 partes) + etanol puro para análise* (2 partes) + 2,5 % de ácido fênico + 2,5 % de ácido bórico. (6 meses ou até afundar) (Rodrigues, 2010).

* PA: Substância pura, absoluta e homogênea, ou seja, não contém mistura com nenhuma substância.

A fixação tecidual é realizada com formaldeído PA diluído na proporção de 9 partes para 1 (formalina 10%). Sempre que possível este procedimento é realizado nas dependências do instituto médico legal, a fim de minimizar o contato e o uso do formaldeído dentro das dependências da instituição. Após este processo o cadáver é encaminhado para doação, já fixado, este é descrito, fotografado, lavado e tricotomizado, em seguida, parte-se para as etapas de conservação em glicerina Laskowsky.

A solução Laskowsky consiste nas seguintes proporções: 240 litros de glicerina bidestilada PA; 60 litros de etanol PA; 7,5 quilos de ácido bórico e 5 quilos de ácido fênico, total de 300 litros da solução, volume suficiente para submergir quatro cadáveres em um tanque de 2,2 x 1,2 x 1,0 m. A troca da solução deve acontecer a cada dois anos, ou quando ficar escura e gelatinosa em demasia.

Recentemente, a instituição recebeu dois novos cadáveres masculinos e um feminino, respectivamente, provenientes de doação da superintendência da polícia técnico científica de Goiás (SPTC-GO). Após fixação arterial com formol a 10%, as peças foram deixadas de molho em etanol PA por quarenta dias. Por se tratarem de cadáveres íntegros, uma incisão xifo-pubiana foi realizada no abdome até peritônio, para que o etanol e glicerina penetrassem com facilidade na cavidade abdominal. Após o período de desidratação em etanol, as peças foram submergidas na solução Laskowsky, onde permaneceram por seis meses, antes de serem dissecadas.

Após o período decorrido, observou-se integridade morfológica e odor discreto, dentro dos parâmetros esperados. De acordo com o corpo técnico da instituição, a principal vantagem do uso da glicerina como conservante é a facilidade no manejo das peças, pois estas podem ficar em temperatura ambiente e fora do conservante por meses, desde que molhadas com glicerina semanalmente; a menor toxicidade em relação ao formol e o conforto que o odor suave da glicerina proporciona. O escurecimento tecidual provocado pela glicerina pode ser contornado imergindo a peça em peróxido de hidrogênio 10% por 48h, antes da etapa de desidratação.

Além da técnica Laskowsky, a instituição também utiliza a conservação em solução alcoólica absoluta em algumas peças de sistema nervoso.

3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Foram encontrados um total de 13 artigos científicos publicados nas plataformas *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* e *PubMed (National Library of Medicine)*. Os trabalhos abrangeram as línguas inglesa e portuguesa. Dentre eles, 07 se enquadraram no assunto abordado e foram utilizados na atual pesquisa. Por meio dos artigos selecionados foi possível apontar os benefícios das técnicas de conservação e maneiras de aplicação e preparo da solução em questão (Quadro 1).

Quadro 1 - Métodos de conservação de cadáveres suas vantagens e desvantagens

AUTORES/ ANO	MÉTODO	METODOLOGIA	RESULTADO	
			VANTAGEM	DESvantAGEM
Varlet <i>et al.</i> , 2019.	Embalsamamento	O embalsamamento no Antigo Egito era uma etapa do processo de mumificação, incluindo evisceração, exsanguinação, secagem e bálsamos, administração de óleos antes do envolvimento das bandagens. Hoje, o embalsamamento é usado para definir a perfusão do corpo por fluidos de embalsamamento e a retirada total das vísceras toraco-abdominais durante as operações de tanatopraxia.	O embalsamamento moderno típico contém uma variedade de conservantes, biocidas, agentes hidratantes e corantes. As composições são muito diversas e devem obedecer aos objetivos do embalsamamento: preservação minuciosa e completa; maciez dos tecidos, cor dos músculos e órgãos. Muito utilizado em serviços funerários.	Os fluidos de embalsamamento são altamente contaminantes ao meio ambiente. Além disso, a decomposição dos corpos embalsamados pode contaminar o lençol freático.
Varlet <i>et al.</i> , 2019.	Tanatopraxia	A tanatopraxia refere-se à arte, à ciência ou às técnicas modernas que permitem a preservação de cadáveres humanos da decomposição pela destruição de micro-organismos patogênicos, a fim de apresentá-los com uma aparência viva para exibição pública ou privada para o funeral.	A tanatopraxia é o método mais usado para fins funerários e traslado de corpos, devido o seu alto poder conservante.	É um procedimento caro e não acessível para todos.
Zoffoli, 2017.	Plastinação	A acetona substitui a água do corpo por difusão, indo do meio menos concentrado para o mais concentrado. Para evaporar a acetona, o cadáver é colocado em uma câmara de vácuo e após isso, o espaço vazio deixado nas células é preenchido por algum material plástico. Esse processo leva de semanas até meses. Depois do preenchimento com material plástico, o corpo é moldado em alguma posição. Por último, o cadáver é seco com gás, luz ou calor, dependendo do material plástico utilizado.	As peças anatômicas podem ser conservadas indefinidamente e ficam mais práticas para o manuseio.	É uma técnica cara e requer um alto grau de especialização e infraestrutura para sua elaboração, sendo feita somente em laboratórios especializados.

		Assim, o cadáver fica enrijecido e seco e ganha olhos de vidro.		
Zero, 2017.	Formaldeído	Por dificultar o crescimento de microrganismos, esta substância é aplicada como um elemento químico que age como desinfetante, antiséptico e germicida. Ainda é usada como fixador universal e é a primeira etapa do processo de glicerinação.	O custo é acessível, e é o fixador e conservante mais utilizado nos laboratórios de anatomia, comumente em solução aquosa a 10%, que além de ser uma substância barata, possui a característica de penetrar rapidamente nos tecidos.	Apresenta forte odor, toxicidade e é prejudicial à saúde, o que leva a questionamentos sobre ser uma substância cancerígena, e trazer sérios riscos à saúde humana. O manuseio e descarte inadequado dos tecidos pode contaminar o meio ambiente.
Géra; Amado; Bittencourt, 2017.	Glicerinação	Uma alternativa ao uso da formalização são os protocolos de glicerinação que se baseiam na associação de glicerina e álcool absoluto.	Como a glicerina tem a capacidade de desidratação celular, atua contra fungos e bactérias, a peça adquire leveza no processo de conservação, a morfologia é preservada o mais próximo da forma original, facilitando a identificação de várias estruturas de difícil visualização.	O alto custo impede instituições com baixos orçamentos de utilizá-la. O litro da solução gira em torno de R\$ 28,90 a R\$ 45,00. Além disso, a reação da glicerina com oxigênio gera a ferritina, escurecendo os tecidos.
Santana; Guimarães, 2014.	Fenol	É amplamente utilizado nas preparações para conservação de cadáveres, podendo ser utilizado tanto na forma líquida quanto na forma de cristais, não de forma isolada.	O fenol líquido ou em forma de cristais não endurece os tecidos e torna o meio estéril, protegendo o material da ação de fungos.	O potencial risco genotóxico e carcinogênico, aos órgãos do sistema digestório, respiratório e a pele, faz desta uma técnica de alto risco de contaminação humana daqueles que fazem o manuseio.
Kimura; Carvalho, 2010.	Álcool Etílico a 96° GL	Utilizado de forma isolada e em pequenas peças anatômicas. Também pode ser utilizado em outros métodos de conservação a partir da desidratação das peças, permitindo a entrada de outras soluções.	É utilizado como agente fixador, pois possui grande afinidade e ótima capacidade de penetração nos tecidos, além de ser de baixo custo e fácil aquisição, tendo como principal vantagem,	O álcool não é comumente empregado para a conservação direta de cadáveres inteiros, mas sim em peças de pequeno porte como membros e órgãos seccionados. Devido à

			a leveza, maciez e maior facilidade de manuseio. Utilizado de forma isolada e em pequenas peças anatômicas. Também pode ser utilizado em outros métodos de conservação a partir da desidratação das peças, permitindo a entrada de outras substâncias hidrofóbicas.	evaporação, e desidratação contínua, é mais utilizado em fases de técnicas de conservação, como a Laskowski na perfusão, e Giacomini, sendo utilizado na fase inicial de preparo.
Rodrigues, 2010.	Esplanocotécnicas	Método ideal para conservação de vísceras ocas como estômago e alças intestinais.	Não necessitam de meio líquido conservante, apenas insuflamento das vísceras, pulverização com terenbetina e camada de verniz incolor.	Por vezes as vísceras adquirem tonalidade opaca, enrijecimento e aspecto “sintético”, afastando-as do aspecto morfológico <i>in vivo</i> .

Fonte: autoria própria, 2023.

Da literatura analisada, compreende-se que o cadáver ainda é a ferramenta preferível para o ensino de anatomia nas instituições de ensino no Brasil, para tanto, é preciso fixá-lo e conservá-lo adequadamente. A função da fixação é impedir a autólise celular que ocorre após a morte. A conservação visa manter os tecidos firmes, insolúveis e protegidos contra a deterioração, prolongando o efeito da fixação. Agentes conservantes evitam também a proliferação de patógenos que possam causar doenças nas pessoas que frequentam o laboratório.

A escolha do método de conservação leva em conta fatores financeiros, de manuseio didático, manutenção, pós-preparo e estrutura da instituição. Por conta do seu baixo custo, o formaldeído ainda é o método mais empregado pelas instituições de ensino (Silva, 2016). Entretanto, é altamente tóxico, carcinogênico, provoca irritação no bulbo ocular, pele e nas vias aéreas superiores. Métodos menos tóxicos e igualmente eficazes foram desenvolvidos para substituir o formaldeído, prolongando seu efeito.

O uso de óleos vegetais vem crescendo e tornando-se destaque nos últimos anos. Frente às possibilidades de fixação, preservação e conservação, buscou-se testar óleos vegetais como uma alternativa viável e menos nociva ao meio ambiente e à saúde humana. Os

óleos vegetais tipicamente compreendem triglicerídeos misturados e possuem ácidos graxos quimicamente ligados à glicerina. São exemplos os óleos de milho, girassol e canola (Oliveira, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que inúmeras instituições de ensino ainda utilizam a formalização como método de conservação de cadáveres, e representa a maior parte se comparada a outras técnicas menos nocivas. No entanto, parte das instituições, que utilizam o formaldeído, deseja substituí-lo, em virtude, principalmente, da sua insalubridade, sendo a glicerinação o método mais almejado. A glicerinação apresenta uma relação custo/benefício excelente quando comparada a outras formas de conservar os cadáveres para fins didáticos institucionais. Além disso, a glicerinação proporciona maiores vantagens em relação à saúde da pessoa exposta e ao meio ambiente, por ter uma toxicidade consideravelmente menor em relação ao formol. Tendo em vista estes estudos, A UNIFAN adotou a glicerinação Laskowsky modificada como seu método de conservação de cadáveres principal.

REFERÊNCIAS

- DA SILVA, D. B.; LOULY, C. C. B.; CARDOSO, J. R.; SILVA, M. S. B.; MENDONÇA, A. C.; ALBERNAZ, I. L. X.; ANDRADE, J. G. S. Comparação entre as técnicas anatômicas de formolização, glicerinação e preenchimento/corrosão no sistema respiratório de cães. *Colloquium Agrariae*, v. 13, n. esp. 2, p. 124-128, 2017.
- FONTOURA, E. L. L.; MELLO, S. T.; GOMES, C. R. G.; MELLO, J. M. Conservação de peças anatômicas: vantagens e desvantagens de diferentes métodos. *Revista Uningá*, v. 57, n. 2, p. 34-46, 2020.
- GÉRA, Á. S.; AMADO, M. V.; BITTENCOURT, A. S. Contribuições da técnica de plastinação para a cultura científica. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Florianópolis, 2017.
- LIMA, P. G. C.; BARBOSA, L. P.; MELO, A. P. A.; NASCIMENTO, U. F. S.; PEREIRA, A. C. S.; BRITO, L. S.; RIZZO, H. Comparação entre diferentes técnicas empregadas na conservação e manutenção de peças anatômicas. *Ciência Animal*, v. 32, n. 1, p. 01-08, 2022.

MARCELINO, M. H. V.; SILVA, W. H. M.; ORTUNHO, V. V. novas tecnologias: conservação de peças anatômicas visando maneiras mais sustentáveis. **Anais do Fórum de Iniciação Científica do UNIFUNEC**, v. 13, n. 13, 2022.

OLIVEIRA, I. **Estudo retrospectivo das técnicas alternativas e meio de fixação, preservação e conservação de tecidos corpóreos**. Artigo apresentado como requisito parcial a conclusão do curso de Graduação em Medicina Veterinária da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2021.

SCHMITT, M. T.; FIORIN, P. B. G. Técnicas de conservação de peças anatômicas: uma revisão da literatura. **Salão do Conhecimento**, v. 6, n. 6, 2020.

SILVA, C. H. *et al.* Associação das técnicas anatômicas de desidratação por insuflação com plastinação em pulmões de animais. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 25760-25768, 2021.

SILVA, G. R.; CORTEZ, P. O. C.; LOPEZ, I. S. L. L; TEIXEIRA, B. A. C. B.; LEAL, N. M. S. Métodos de conservação de cadáveres humanos utilizados nas faculdades de medicina do Brasil. **Rev Med.**, v. 95 n. 4, p. 156-61. 2016.

BIODADOS

Alice Campos Meneses

Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Ana Beatriz da Silva Duarte

Acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Ana Carolina Rozal Pestana

Acadêmica do 5º período do curso de Biomedicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Email: anarozalpestana@gmail.com.

Ana Celuta Fulgêncio Taveira

Doutora em Educação e Mestre em Direito. Professora do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

Ana Paula Menezes Bragança dos Santos

Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz). Assistente Social. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Cuidados Paliativos (CNPq-GEPCP/DIHS/Ensp/Fiocruz). E-mail: apmbsantos@gmail.com.

Andreia Juliana Rodrigues Caldeira

Doutora em Genética e melhoramento de plantas. Mestre em Biologia Molecular. Bióloga. Tem Pós-doutorado em Divulgação Científica. Universidade Estadual de Goiás. Email: andreiajuliana@ueg.br.

Aroldo Vieira de Moraes Filho

Professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Aylana Vieira Alves

Acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Ayslan Rodrigues de Paiva

Acadêmico do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Email: ayslanrodriguespaiva@gmail.com.

Caroliny Nunes Cerqueira Andrade

Acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Cleide Neves Guarda

Mestranda em Psicologia Organizacional pela *Must University*. Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Faculdade Universo (2008). Possui graduação em Pedagogia (2004) e em Psicologia (2021) pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). É professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Daniel Rodrigues Silva Filho

Acadêmico do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Ernani Costa Mendes

Doutor em Ciências da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz). Fisioterapeuta no Instituto Nacional de Câncer. Líder do Grupo de Pesquisa em Cuidados Paliativos (CNPq- GEPCP/DIHS/Ensp/Fiocruz). E-mail: ernanicmendes@gmail.com.

Fabiana da Silveira Bianchi Perez

Doutora em Ciências Médicas pela Universidade de Brasília (2018). Mestra em Ciências Médicas pela Universidade de Brasília (2011) e Especialista em Fisioterapia Hospitalar (2002), em Saúde da Mulher e do Homem (2011), em Docência em EaD para Professores e em Metodologias Ativas. Possui graduação em Fisioterapia pela Escola Superior de Educação Física de Goiás (2001). É professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Fernando Turchetto

Doutorando e Mestre em Ciências Jurídico-Filosóficas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito (NUPEX) do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Coordenador do curso de Direito da Faculdade Alfredo Nasser – Pontalina (GO). Coordenador adjunto do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN) – Aparecida de Goiânia (GO). Professor de Filosofia do Direito nas duas unidades.

Gabriela Lopes dos Santos

Pós-doutora pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutora em Fisioterapia pela UFSCar com período sanduíche, em 2016, na Universidade de Leuven (KU Leuven - Bélgica). Mestra em Fisioterapia pela UFSCar. Especialista em Intervenção em Neuropediatria pela UFSCar e em Aprendizagem Motora pela Universidade de São Paulo (USP-SP). Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora e Coordenadora de curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), Aparecida de Goiânia - GO.

Gilberto Barbosa Santos

Pedagogo pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), em 2023/1. E-mail: gilbertodistribuidoracentral@gmail.com.

Helyandro Manoel Rodrigues

Acadêmico do 8º período do curso de Biomedicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Email: helyandrorodrigues@unifan.edu.br.

Humberto Cesar Machado

Pós-doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2016); Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2013); Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2006), Especialista em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2002), Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1996), Graduado em Pedagogia pela ISCECAP (2018), Graduado em Letras pela FAFIBE (2019); Membro do Comitê de Ética e Pesquisa e Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN) e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). E-mail: humberto.cesar@unifan.edu.br.

Isabela da Rosa Borges

Programa de Pós-graduação em Assistência e Avaliação em Saúde – PPGAS/UFG e do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Isabella Peres da Paz

Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Izabella Christina Pereira dos Santos

Acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Jakeline Ferreira de Araujo Lobo

Professora e Coordenadora dos Laboratórios do Instituto de Ciências da Saúde do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Email: jakeline@unifan.edu.br

Janaina Carla de Castro

Bacharel em Fisioterapia pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Josineuma Dantas de Araújo Ribeiro

Acadêmica do 9º período do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), em Aparecida de Goiânia - GO.

Júlio César Borges

Doutor e Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília. Cientista social. Professor do curso de Medicina e Coordenador de Pesquisa do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Email: juliocesar@unifan.edu.br.

Ketlyn Mariana Neres dos Santos

Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Alfredo Nasser – Casa Nova (BA). Membro do grupo de estudos “Direito, Crise e Decisão” do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito (NUPEX), coordenado pelo professor Fernando Turchetto.

Kezianne Barbosa da Silva

Acadêmica concluinte do curso de Administração pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), em 2023/2. E-mail: keziannebarbosas@gmail.com.

Khonradi Lorda Dallaporta

Acadêmico do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Laísa Minely Ferreira Nunes

Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Leila Medeiros Melo

Doutoranda em Medicina Tropical e Saúde Pública na Universidade Federal de Goiás e Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (2010). Possui especialização em Fisioterapia Neurológica pela Universidade Estadual da Paraíba (2001) e graduação em Fisioterapia pela Universidade Estadual da Paraíba (2000). Foi coordenadora do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Lílian Carla Carneiro

Professora do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Lucelma Messias de Jesus

Acadêmica do 9º período do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), em Aparecida de Goiânia - GO.

Ludmila Louslene Soares

Especialista em Educação infantil e Anos Iniciais; MBA em Gestão Empresarial; e, MBA em Gestão Financeira e Controladoria. Professora dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). E-mail: ludmila@unifan.edu.br.

Luiz Guilherme Oliveira Fontoura

Acadêmico do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Márcia Batista de Freitas

Acadêmica do 4º período do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), Aparecida de Goiânia – GO. E-mail: marcia22.mb@gmail.com.

Marcos Cristiano Reis

Doutorando em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás - UFG. Professor do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). E-mail: marcosreis@unifan.edu.br.

Marijara de Lima

Mestranda em Tecnologias Emergentes da Educação. Especialista em Docência na Educação a Distância. Pedagoga. Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Email: marijara@unifan.edu.br.

Marinaldo Soares Leite

Mestrando em Gerontologia /FUNIBER. Possui graduação em Medicina pela Universidade Iguacu. Atualmente é médico intensivista do Hospital Geral de Goiânia e médico intensivista / emergencista do Hospital de Urgência Governador Otávio Lage de Siqueira. Médico socorrista Hospital das Clínicas (UFG-GO). Docente; supervisor de Habilidades Médicas e Urgência e Emergência; e, Coordenador Adjunto do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Matheus Helian Silva Matos

Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Morgana Jámilly Santos de Menezes

Acadêmica do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Murillo de Sousa Pinto

Mestre em Assistência e Avaliação em Saúde pela Universidade Federal de Goiás (2023) e Bacharel em Biomedicina pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN) (2019). Atualmente é professor do Centro Universitário Alfredo Nasser e auxiliar da coordenação de Medicina da mesma IES. Tem experiência na área de Genética, com ênfase em Mutagênese, atuando principalmente nos seguintes temas: mutagênese, genotoxicidade, covid-19, genética e educação em saúde.

Paulo Inácio Marques da Cruz

Especialista em Fisioterapia Traumato-Ortopédica e desportiva e em Terapias Manuais pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Professor do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Pollyana Pereira Romeiro de Sousa

Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN) (2022). E-mail: pollyanaromeiro009@gmail.com.

Rafael Coutrin Vilard Silva

Acadêmico do 4º período do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), Aparecida de Goiânia - GO. E-mail: rafaelvilard10@gmail.com.

Rafael de Souza Alves Araújo

Acadêmico do 9º período do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), Aparecida de Goiânia - GO.

Ravenna Resende Novais Souza

Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Samuel Henrique Roque Ribeiro

Bacharel em Biomedicina pelo do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Email: henriqueroque@unifan.br

Sarah Gonçalves Barros

Mestra em Educação pela Universidade Lusófona do Porto – Portugal. Possui pós-graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica, Docência do Ensino a Distância em EaD e Psicanálise, MBA em Ciências da Educação. Bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e licenciada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná. É professora do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Vanessa Gisele Pasqualotto Severino

Doutora e Mestra em Ciências - área de concentração Química Orgânica pela Universidade Federal de Goiás. Email: vanessapasqualotto@ufg.br.

Vitória Karoliny Barbosa Medeiros

Acadêmica do 4º período do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), Aparecida de Goiânia – GO. E-mail: v.kmedeiros2005@gmail.com.

Wesley Henrique Garcia e Silva

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Pós-graduado em Executivo em Gestão Empresarial; Membro do Grupo de Pesquisa “Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia - GTGA/UNIR e do Laboratório de Geografia e Território – LAGET”; Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Professor de Trabalho de Conclusão de Curso. E-mail: wesley.geo.29@gmail.com.

Wilson Henrique Oliveira Silva

Acadêmico do 4º período do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Email: eng.profesp@gmail.com.

Yasmim Albernaz Maia de Godoy

Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).

Yasmim Rocha Silva

Acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN).